



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

**A Festa da Juçara no Maracanã: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do  
patrimônio imaterial (1971-1985)**

**São Luís - Maranhão**

**2026**

**RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

**A Festa da Juçara no Maracanã: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do  
patrimônio imaterial (1971-1985)**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de  
Morais Oliveira**

**São Luís - Maranhão**

**2026**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Ruan Matheus Martins.

A Festa da Juçara no Maracanã : reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial 1971-1985 / Ruan Matheus Martins Costa. - 2026.  
256 f.

Orientador(a): Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-  
ma, 2026.

1. Maracanã. 2. Festa da Juçara. 3. Tradição. 4. Patrimônio Imaterial. 5. Jornais. I. Oliveira, Maria Izabel Barboza de Moraes. II. Título.

## **RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

### **A Festa da Juçara no Maracanã: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, visando a aquisição do grau de mestre em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Aprovada em 27 de março de 2026.

#### **BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira**  
Orientadora (PPGHis/UFMA)

**Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso**  
Examinador interno (PPGHis/UFMA)

**Profa. Dra. Carolina Christiane de Souza Martins**  
Examinadora externa (PGCULT/UFMA)

**Profa. Dra. Lívia Nascimento Monteiro**  
Examinadora externa (ProfHistória/UFF)

O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão, certifica que esta é a versão final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de (mestre ou doutor) em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

**Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira**  
Orientadora (PPGHis/UFMA)

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação foi possível graças ao esforço contínuo da minha orientadora, Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira, a quem devo dedicar meus sinceros agradecimentos. Sou grato à instituição da Universidade Federal do Maranhão e ao seu corpo docente, pois me possibilitaram pensar para além do que eu tinha projetado para a realização desta pesquisa. Dedico meus agradecimentos ao órgão de fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, por financiar um projeto que impacta a vida social das pessoas do Maracanã.

Arrisco afirmar nestas breves linhas que meus agradecimentos não seriam completos sem inserir as minhas amigas e os meus amigos da Universidade Estadual do Maranhão, com os quais não tive a oportunidade de me despedir adequadamente, além da professora Sandra Regina Rodrigues dos Santos, como minha mãe que a universidade me deu. Ao longo dessa trajetória, ainda sinto um peso no coração por não estar presente em todos os momentos em que minha família precisou de mim; espero que essa conquista seja para alegrar-vos de alguma forma.

Agradeço o acolhimento que tive na comunidade do Maracanã, onde o terreiro São Jorge Tumajamacê, na pessoa da Mãe Jô e os filhos da casa, me abrilhantou com saberes sobre os brejos e a importância da mata para a continuidade da vida e dos espíritos. Meus sinceros agradecimentos a Companhia Juçara com Farinha, coordenada pelas cordelistas Raimunda e Odelina, pessoas importantes na luta pela preservação da natureza e da história do Maracanã, bem como todos os moradores que me oportunizaram a realização desta pesquisa.

## RESUMO

O bairro do Maracanã está situado na zona rural de São Luís do Maranhão, considerado um dos bairros mais antigos da capital. A comunidade do Maracanã foi sendo conhecida popularmente como espaço de realização de diferentes manifestações culturais, dentre as quais se destaca a Festa da Juçara, realizada desde a década de 1970. Neste estudo buscou-se analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente. A abordagem metodológica adotada perpassou, impreterivelmente, pela realização de: pesquisa bibliográfica, com o levantamento de produções acadêmicas em artigos, livros e capítulos de livros, dissertações, teses, entre outros; a pesquisa documental, realizada com base nos registros do Arquivo Público, nos jornais O Imparcial e Jornal do Dia/O Estado do Maranhão da Biblioteca Benedito Leite, assim como os documentos disponibilizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Abordou-se também a metodologia da História Oral, contemplando as narrativas dos interlocutores como formas de testemunhos de vida, sendo o público deste estudo os comerciantes da festa, destacando esses enunciados com o cruzamento das fontes escritas para a tecitura desse festejo no passado e no presente. Partindo da premissa que diferentes espaços festivos de menor projeção midiática se veem ameaçados diante do avanço do capitalismo, seria impreciso dizer que estão fadados a desaparecerem. Por este motivo, dialoga-se com o conjunto de autores ligados aos “Estudos Subalternos”. Destaca-se dessa tendência historiográfica os estudiosos indianos: Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, David Hardiman, Sudipta Kaviraj, Gyanendra Pandey e Gyan Prakash. Esses autores propiciam reflexões teóricas para se pensar a agência de indivíduos/grupos subalternizados – e aqui considero também enfatizar uma representatividade cultural subalternizada, porém transformada diante do ditame do grande capital –, face à contestação de uma história vista sob a perspectiva nacional e universalista.

**Palavras-chave:** Maracanã; Festa da Juçara; Tradição; Patrimônio imaterial; Jornais.

## ABSTRACT

The Maracanã neighborhood is located in the rural area of São Luís do Maranhão, considered one of the oldest neighborhoods in the capital. The Maracanã community has become popularly known as a space for different cultural events, among which the Festa da Juçara stands out, held since the 1970s. This study sought to analyze the Festa da Juçara in Maracanã as intangible heritage and the construction of this tradition in the cultural landscape of Maranhão identity between the years 1971 and 1985, aiming to contemplate the approach of Oral History for the analysis surrounding the memories and identity relations with the festival today. The methodological approach adopted necessarily involved: bibliographic research, with the survey of academic productions in articles, books and book chapters, dissertations, theses, among others; The documentary research, conducted based on records from the Public Archive, the newspapers *O Imparcial* and *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* from the Benedito Leite Library, as well as documents made available by the Historical and Geographical Institute of Maranhão (IHGM), also employed the methodology of Oral History, considering the narratives of the interlocutors as forms of life testimonies. The target audience of this study was the merchants of the festival, highlighting these statements in conjunction with written sources to understand the context of this celebration in the past and present. Starting from the premise that different festive spaces with less media exposure are threatened by the advance of capitalism, it would be inaccurate to say that they are doomed to disappear. For this reason, the study engages with the body of authors associated with "Subaltern Studies". Among the prominent figures in this historiographical trend are Indian scholars: Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, Ranajit Guha, David Hardiman, Sudipta Kaviraj, Gyanendra Pandey, and Gyan Prakash. These authors offer theoretical reflections on the agency of subalternized individuals/groups – and here I also emphasize a subalternized cultural representation, transformed in the face of the dictates of big capital – in the face of the challenge to a history viewed from a national and universalist perspective.

**Keywords:** Maracanã; Juçara Festival; Tradition; Intangible heritage; Newspapers.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Localização de acesso ao bairro do Maracanã.....	14
<b>Figura 2-</b> Localização do território da APA da região Maracanã.....	15
<b>Figura 3-</b> Euterpe edulis Martius.....	32
<b>Figura 4-</b> O corpo humano ereto, espaço e tempo.....	39
<b>Figura 5-</b> Termo da junta para a “descida” de indígenas.....	56
<b>Figura 6-</b> Requerimento contestando a decisão da Junta.....	58
<b>Figura 7-</b> Documento de provisória régia.....	59
<b>Figura 8-</b> Ruínas da capela de São Benedito.....	62
<b>Figura 9-</b> Mapa da Ilha de São Luiz de 1820, em destaque a propriedade de José Algarve.....	70
<b>Figura 10-</b> Entrada da residência de D. Fátima Algarves.....	72
<b>Figura 11-</b> Batizado do Boi de Maracanã na sede.....	78
<b>Figura 12-</b> Anúncio da I edição do festejo no Turu pelo Jornal do Dia.....	86
<b>Figura 13-</b> Anúncio sobre o começo do festejo no Maracanã pelo Jornal do Dia.....	89
<b>Figura 14-</b> Sobre a programação da festa no Turu e no Maracanã.....	90
<b>Figura 15-</b> Notícia de posse do novo prefeito de São Luís.....	91
<b>Figura 16-</b> Título no jornal O Imparcial da “Juçara integrando o nosso folclore” .....	93
<b>Figura 17-</b> Versos livres de Evandro Sarney dedicados a produção das amassadeiras.....	94
<b>Figura 18-</b> Títulos na manchete do jornal O Imparcial.....	97
<b>Figura 19-</b> Recorte da manchete do jornal O Imparcial.....	101
<b>Figura 20-</b> Recorte de notícia do jornal O Imparcial.....	104
<b>Figura 21-</b> Folha do jornal O Imparcial.....	105
<b>Figura 22-</b> Fotografia retirada do jornal O Imparcial.....	106
<b>Figura 23-</b> Página do jornal O Estado do Maranhão sobre o sincretismo.....	108
<b>Figura 24-</b> Presença de autoridades políticas e intelectuais na Festa da Juçara.....	110
<b>Figura 25-</b> O casamento realizado na Festa da Juçara como parte da programação local.....	111
<b>Figura 26-</b> Programação da Festa da Juçara no jornal O Estado do Maranhão.....	113
<b>Figura 27-</b> Tabela de preços dos alimentos vendidos na VI Festa da Juçara.....	115
<b>Figura 28-</b> Fachada principal da VII Festa da Juçara.....	118
<b>Figura 29-</b> Dificuldades encontradas na VII Festa da Juçara.....	120
<b>Figura 30-</b> Anúncio de encerramento da VII Festa da Juçara.....	121
<b>Figura 31-</b> Recorte do anúncio da VIII Festa da Juçara.....	123

<b>Figura 32-</b> Divulgação de doença ocasionada pelo consumo da juçara no Maracanã.....	124
<b>Figura 33-</b> Notícia sobre o final do último domingo da Festa da Juçara.....	125
<b>Figura 34-</b> A MARATUR desmente “fracasso” da Festa da Juçara.....	126
<b>Figura 35-</b> Divulgação da IX Festa da Juçara.....	128
<b>Figura 36-</b> Abertura da X Festa da Juçara.....	132
<b>Figura 37-</b> Programação da X Festa da Juçara.....	133
<b>Figura 38-</b> Divulgação da XI Festa da Juçara.....	134
<b>Figura 39-</b> Divulgação da XII Festa da Juçara.....	136
<b>Figura 40-</b> Imagens dos preparativos da festa.....	137
<b>Figura 41-</b> Divulgação do encerramento da XIII Festa da Juçara.....	141
<b>Figura 42-</b> Adiamento da XIV Festa da Juçara.....	142
<b>Figura 43-</b> Cancelamento da XIV Festa da Juçara.....	144
<b>Figura 44-</b> O comércio da juçara na Praia Grande.....	145
<b>Figura 45-</b> I Festa da Juçara na Praia Grande.....	146
<b>Figura 46-</b> Retomada da Festa da Juçara no Maracanã.....	148
<b>Figura 47-</b> Anúncio de começo da festa.....	149
<b>Figura 48-</b> Fotografia mostrando um “apanhador” de juçara.....	151
<b>Figura 49-</b> Anunciadores da festa.....	152
<b>Figura 50-</b> Greve da magistratura impacta festejo.....	153
<b>Figura 51-</b> Festa na Praia Grande.....	154
<b>Figura 52-</b> Notícia sobre Rosa Mochel na inauguração dos teatros populares no jornal O Estado do Maranhão (13/03/1974).....	156
<b>Figura 53-</b> Recorte do jornal O Imparcial (08/07/1979).....	157
<b>Figura 54-</b> Notícia sobre Rosa Mochel.....	159
<b>Figura 55-</b> Capa do livro disponível na biblioteca do IPHAN.....	161
<b>Figura 56-</b> Capas dos livros.....	162
<b>Figura 57-</b> Entrada principal do Parque da Juçara (27/10/2024).....	164
<b>Figura 58-</b> Ponto de venda de artesanato no Parque da Juçara (27/10/2024).....	165
<b>Figura 59-</b> Artesanato produzido com ostras/corais (27/10/2024).....	166
<b>Figura 60-</b> Adereços e indumentárias artesanais (27/10/2024).....	167
<b>Figura 61-</b> Jarros de flores artesanais (10/11/2024).....	167
<b>Figura 62-</b> A esquerda a praça principal (EUA) e a direita a praça de alimentação (Iraque) (12/10/2025).....	169
<b>Figura 63-</b> Fachada do “Arraial da Zona Rural” (26/06/2025).....	170

<b>Figura 64-</b> Imagem da Barraca Chapa Quente (esquerda) e a chapa de ferro (direita) (19/10/2025).....	173
<b>Figura 65-</b> Imagem da Barraca Sagrado Coração (26/10/2025).....	174
<b>Figura 66-</b> Imagem da Barraca Pachêco (26/10/2025).....	175
<b>Figura 67-</b> Registros do termo “açai” 10/11 e 27/10/2024, respectivamente.....	181

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Preservação Ambiental
SEMATUR	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
CNFL	Comissão Nacional de Folclore
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
IAB	Instituto de Arquitetos Brasileiros
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ANPUH	Associação Nacional de História
APEM	Arquivo Público do Estado do Maranhão
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
EMBRATUR	Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo
FURINTUR	Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
FUNC	Fundação Cultural do Maranhão
MARATUR	Empresa Maranhense de Turismo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura de São Luís
DETUR	Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio
MAVAM	Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão
CEMAR	Centrais Elétricas do Maranhão
DEMER	Departamento Municipal do Estado de Rodagem
SENART	Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente
CAEMA	Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão

## SUMÁRIO

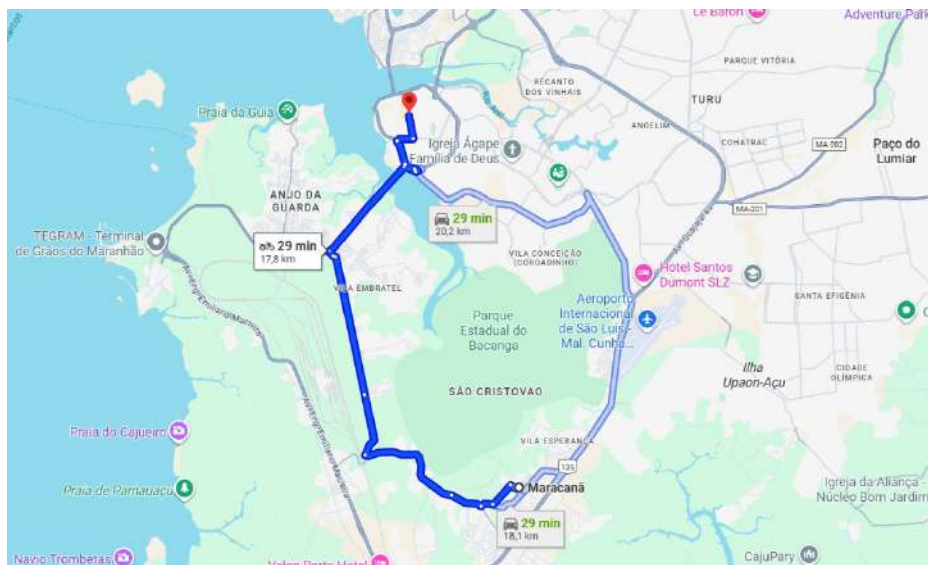
INTRODUÇÃO.....	14
<b>1 (RE) INVENTANDO O ESPAÇO HISTÓRICO: DIÁLOGOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E CULTURAL DA FESTA DA JUÇARA.....</b>	<b>29</b>
1.1 Diálogos interdisciplinares para a compreensão do <i>locus</i> da pesquisa no âmbito cultural e territorial.....	30
1.2 A relação da história local com o global: conexões entre o patrimônio cultural e a “salvaguarda” das manifestações culturais.....	42
1.3 A formação territorial do Maracanã: aprofundamentos sobre o lugar e seu arquétipo histórico como potencial patrimonial.....	53
1.4 As festas para o Maracanã: da discussão teórica à leitura dos impressos.....	64
1.4.1 A Festa de Santos Reis: história, representação e memória.....	69
1.4.2 Bumba-meu-boi do Maracanã: o “Batalhão de Ouro” como marcação de diferenças.....	74
<b>2 “SÃO LUÍS TERÁ FESTA DA JUÇARA”: nos discursos públicos dos jornais “O Imparcial” e “Jornal do Dia/O Estado do Maranhão” (1971- 1985).....</b>	<b>82</b>
2.1 A Festa da Juçara de 1971: a primeira edição oficial.....	86
2.2 A Festa da Juçara de 1972: a narrativa do “folclore maranhense”.....	92
2.3 A Festa da Juçara de 1973: a programação cultural e seus intentos festivos.....	100
2.4 A Festa da Juçara de 1974: do silenciamento a visibilidade religiosa dos terreiros.....	103
2.5 A Festa da Juçara de 1975: os primeiros declínios da festividade.....	109
2.7 A Festa da Juçara de 1977: análises discursivas nos jornais.....	117
2.8 A Festa da Juçara de 1978: discursos e contradiscursos.....	122
2.9 A Festa da Juçara de 1979: a rota do turismo cultural.....	127
2.10 A Festa da Juçara de 1980: a festividade ocorre com o mesmo “brilhantismo”.....	131
2.11 A Festa da Juçara de 1981: percalços na venda da juçara.....	134
2.12 A Festa da Juçara de 1982: o projeto de preservação ambiental.....	136
2.13 A Festa da Juçara de 1983: as “vozes” de denúncias.....	139
2.15 A Festa da Juçara de 1985: Rosa Mochel sai de cena.....	147
<b>3. A FESTA DA JUÇARA PELA NARRATIVA ORAL: constituindo o tecido do patrimônio cultural.....</b>	<b>155</b>
3.1- Saudosismos à Rosa Mochel: protagonismo e mediação feminina na Festa da Juçara.....	155
3.2- O patrimônio material e imaterial existente no Maracanã: A Festa da Juçara como lugar de confluências da tradição.....	163
3.3- A História Oral e suas possibilidades: desvelando relatos sobre a memória do festejo.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>196</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>243</b>

## INTRODUÇÃO

O bairro do Maracanã está situado na zona rural de São Luís do Maranhão, sendo considerado um dos bairros mais antigos da capital. O acesso a comunidade pode ser feito pela entrada do “Posto Maracanã” na estrada BR-135, ou partindo do centro da cidade, cerca de 25km de distância, atravessando o Bacanga e indo em direção ao bairro Vila Embratel até chegar ao bairro do Maracanã.

**Figura 1:** Localização de acesso ao bairro do Maracanã



**Fonte:** Google maps

Em conformidade com Alves (2017), a comunidade do Maracanã possui uma diversidade de fauna e flora, sendo demarcado como Área de Preservação Ambiental (APA), atestado no Decreto Estadual nº 12.103 de outubro de 1991, abrangendo aproximadamente 1.831 hectares, sob responsabilidade administrativa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR.

Esse decreto considera as ameaças de impactos ambientais que a região do Maracanã tem sido potencialmente atingida pelas empresas instaladas ou a serem instaladas no Distrito Industrial da Ilha de São Luís. Nesse decreto, acrescenta-se a preservação da vegetação local de interesse ecológico como: *Orbygnia martiana* (Babaçu), *Euterpe oleracea* (Juçara ou Açai), *Mauritia flexuosa* (Buriti), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Platonia insignis* (Bacuri).

A região também abrange um significado paisagístico, motivo pelo qual já foi anos atrás um ponto turístico por meio das rotas que entrecortam essa área, sendo a Trilha Rosa Mochel, a Trilha Joca Guimarães e a Baluarte, além de estar situada entre dois rios, o Rio Grande e o Rio Maracanã. Atualmente, essas principais trilhas ecológicas foram desativadas, restando somente

a trilha ecológica promovida pela Companhia Juçara com Farinha, sob coordenação de Odelina Ferraz e Raimunda Ferraz.

**Figura 2:** Localização do território da APA da região Maracanã



**Fonte:** CORREIA, Fabiana Pereira; RISSO, Luciene Cristina. Geograficidades nas Toadas do Bumba-meu-boi de Maracanã: dos Manifestos de Amor ao Lugar às Possibilidades na Gestão da APA da Região de Maracanã, São Luís - MA, Brasil. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 6, n. 1, p. 139- 150, jan./jun. 2020. pp.143.

Assim como o centro da cidade de São Luís, a comunidade do Maracanã vem vivenciando esse cenário marcado pela visitação de inúmeros turistas atraídos pelas festividades locais. Com base nas assertivas de Araújo (2012):

Maracanã é reconhecido, principalmente, em função de suas festividades, por exemplo, pode-se destacar a festa da juçara realizada desde 1970, aos domingos do mês de outubro. Ao longo dos anos, a festa aconteceu em vários locais na comunidade. A partir dos anos de 1980, encontrou uma residência fixa, o parque da juçara. Festejo que nos últimos anos foi inserido no calendário turístico da Prefeitura Municipal de São Luís. Também, merece destaque o bumba-meu-boi na condição de elemento significativo para seus moradores. O batalhão de ouro – como é conhecido – é uma das brincadeiras mais respeitadas no Estado do Maranhão. Com seu sotaque de matraca, atrai admiradores dos mais variados locais, inclusive, realizando apresentações fora do Estado do Maranhão. O surgimento desta brincadeira está associado ao pagamento de promessa feito por um dos membros da comunidade que, depois da graça concedida, não poderia quebrar o compromisso feito com a entidade religiosa e a partir de então os demais membros desta localidade, também, passaram a fazer seus agradecimentos aos santos (Araújo, 2012, p.14).

Sobre o seu histórico, encontra-se nos relatos da comunidade<sup>1</sup> que o início do “processo de ocupação” se daria na primeira metade do século XIX, com a chegada dos portugueses,

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2258899/#:~:text=O%20Rep%C3%B3rter%20Mirante%20deste%20s%C3%A1bado,zona%20rural%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs>. Acesso em: 17 jun. 2025.

sendo um deles o Manoel Jorge Valente, fazendeiro e proprietário do antigo Sítio Bacuri. A chegada desse fazendeiro propiciou a construção de fornos de olaria e a capela de São Benedito, como forma de catequização das populações indígenas e negros escravizados.

Posteriormente, já na segunda metade do século XIX, outras famílias se estabeleceriam no local, pela qual têm-se a descendência dos sobrenomes Algarves, Coutinho, Barbosa, Costa, Pereira, Cruz, Garcez, Santos e Meireles, como aponta os estudos de Araújo (2012). As relações de parentesco na comunidade do Maracanã foram importantes para a construção identitária, pois favoreceram os laços de pertencimento e solidariedade dos moradores diante das discriminações raciais sofridas pelos moradores da Alegria.

Naquela época, os moradores do Maracanã utilizavam como principal meio de transporte pequenos barcos, atravessando o Rio Bacanga e atracando no antigo Porto Bacanguinha, por causa da região ser de difícil acesso via terrestre até o centro da cidade de São Luís. Esse percurso acontecia em razão do comércio, onde a população do Maracanã permutava mercadorias, alimentos e outros itens nas áreas da Praia Grande, João Paulo, Desterro e a Madre Deus (Araújo, 2012).

Até meados da década de 1940, aos poucos foram sendo construídas estradas de acesso da comunidade do Maracanã a outras localidades de São Luís, favorecendo o aumento populacional da localidade por meio do fluxo de trabalhadores vindos do interior do estado e de outros bairros, agregando gradativamente mais moradores ao bairro do Maracanã.

Conforme Correa (2010, p.74)

Depois de alguns anos, foi elevado à categoria de bairro pelo Plano Diretor da Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo – SEMTURB, formando uma espécie de Distrito, abrigando em seu território as localidades de Maracanã, Alegria Maracanã, Vila Maracanã, Vila Sarney, Vila Esperança. Atualmente o Maracanã, continua com características rurais, porém em processo de modernização, pois abriga nas suas proximidades o Distrito Industrial de São Luís, formado por empresas como A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e O Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR).

Diante dessa trajetória histórica, o bairro do Maracanã foi sendo conhecido popularmente como espaço de realização de diferentes manifestações culturais, dentre as quais se destaca o Bumba meu Boi, a Festa da Juçara, os Festejos de Santo Antônio, de São Sebastião, de São Benedito, de São Pedro, de São Miguel, as Festas para o Divino Espírito Santo e para Santos Reis, entre outros.

Esse espetáculo de expressões culturais merece muitas discussões, mas que compete neste estudo analisar dentre elas a Festa da Juçara. Seu significado tem mobilizado a comunidade local a desempenhar durante todas essas décadas esforços para a sua realização, o

que não tem sido fácil pelos processos de urbanização sem planejamento ecológico, trazendo como consequência o escoamento de esgoto ao solo e vegetação, degradando em especial os juçarais.

Nesse sentido, o bairro do Maracanã realiza há 56 anos a tradicional Festa da Juçara, com o objetivo de trazer a valorização da juçara e seus subprodutos, bem como constitui como renda principal ou complementar desses moradores. Destaca-se nesse processo de criação a participação da engenheira agrônoma Rosa Mochel Martins, que foi uma impulsionadora da festa juntamente com alguns moradores do Maracanã, mesmo após sua morte em 1985, as atividades continuaram com a criação da Associação dos Amigos do Parque da Juçara, onde extinguiu-se essa associação.

Atualmente, o Parque da Juçara conta com novas formas de gestões e contabiliza com mais de 50 barracas ativas de comércio, promovendo a venda da típica juçara e demais acompanhamentos, a exemplo do camarão seco, peixe frito, carne de sol, farinha d'água, entre outros. O ponto alto da festa acontece aos domingos no mês de outubro, contemplando uma programação diversificada e oferecendo um cardápio típico da mesa do maranhense, motivos pela qual ainda torna esse espaço receptivo para os encontros de família nos finais de semana.

Como afirma Araújo (2012) sobre o nascedouro dessa festividade, é uma celebração da identidade cultural da região e é um momento de socialização para os moradores e visitantes, aspectos incorporados nas cantigas do Boi de Maracanã, sob a voz da toada do famoso Humberto Maracanã.

Maranhão, meu tesouro, meu torrão  
 Fiz esta toada, pra ti Maranhão  
 Maranhão, meu tesouro, meu torrão  
 Eu fiz esta toada, pra ti Maranhão

Terra do babaçú  
 Que a natureza cultiva  
 Esta palmeira nativa  
 É que me dá inspiração

Na praia dos lençóis  
 Tem um touro encantado  
 E o reinado  
 Do rei Sebastião

Sereia canta na proa  
 Na mata o guriatã  
 Terra da pirunga doce  
 E tem a gostosa pitombotã  
 E todo ano, a grande festa da Jussara  
 No mês de Outubro no Maracanã

No mês de Junho tem o bumba-meu-boi  
 Que é festejado em louvor à São João  
 O amo canta e balança o maracá  
 A matraca e pandeiro  
 É quem faz tremer o chão  
 Esta herança foi deixada por nossos avós  
 Hoje cultivada por nós  
 Pra compôr tua história, Maranhão (Humberto Maracanã).

Quando do meu primeiro contato com a festa em 13 de novembro de 2022, na 53ª edição da Festa da Juçara, encontrei nessa localidade os elementos naturais, simbólicos e memorialísticos que dialogam com as manifestações populares e as exuberâncias presentes no Maranhão, motivo pelo qual justifica as pesquisas de diferentes áreas do saber com relação à sua diversidade natural e histórica.

Despertou-se em mim esse interesse pela investigação sobre cultura popular, paralelo as minhas pesquisas que vinha desenvolvendo desde a minha graduação sobre “maranhensidade”, com os projetos de extensão e iniciação científica no curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob orientação da professora Sandra Regina Rodrigues dos Santos. Portanto, encontrei na Festa da Juçara a possibilidade de associar esse prazer gastronômico da população maranhense, principalmente o que experienciei durante meus momentos com as minhas avós, abordando novas perspectivas sobre a nossa cultura.

Diante desse vasto campo, uma das primeiras inquietações foi no tocante ao nome dessa comunidade, na qual podemos elencar algumas versões. Em conformidade com os estudos de Araújo (2012), não se saberia dizer ao certo a origem do nome “maracanã”, nos relatos dos mais antigos a palavra fazia analogia a um pássaro, atribuído esse nome de forma pejorativa a “negros barulhentos” pelos moradores da localidade Alegria, que se diziam “brancos”, pois a atual comunidade do Maracanã era ocupada predominantemente por pessoas ditas de “cor”.

Essa forma de interpretação do autor surge a partir de sua investigação com base nas memórias da comunidade, aprofundando esse debate na representação dos conflitos entre as duas localidades presente em uma de suas famosas festividades, o reisado do Alecrim. Conforme Araújo (2012), o surgimento deste folguedo em Maracanã haveria surgido nos anos de 1930, sofrendo posterior divisão em reisado de “Rico” e “Pobre”.

Podemos ampliar ainda mais as discussões sobre o nome da comunidade, através da possibilidade associar um vínculo existente do nome com uma possível ascendência indígena. Aliás, a etimologia “maracá-nã” pode ser associado ao maracá (instrumento semelhante ao chocalho, usado nas celebrações de algumas etnias indígenas e estando presente até em seus

sepultamentos), também incorporado por algumas religiões de matrizes africanas, sendo uma possibilidade de entendermos as relações de contato também com os povos indígenas.

Concorda-se com Alves (2017) ao afirmar que a comunidade teria origem em um aldeamento tupinambá, o que explicaria o nome “Maracanã”, corroborando com a concepção da formação histórica da comunidade ligado não somente a descendência de povos negros escravizados, como foi apontado nos estudos de Araújo (2012), mas também por indígenas. Esses aspectos podemos observar nos relatos de viagem de Claude D’Abbeville em sua passagem pela Ilha Grande, onde pouco se encontra ou quase não se encontra sobre registros do contato na região entre povos indígenas e brancos, muito menos as discussões em torno dos contatos entre indígenas e negros, o que não favoreceu tecer mais discussões desse momento na história.

Diante dessa proposta de pesquisa, busco aprofundar essas questões em torno do que foi relegado na história oficial, com a tentativa de desvencilhar das narrativas dominantes, agregando saberes e práticas que nos remontam as confluências dos nossos antepassados no que conhecemos hoje. Nesse sentido, podemos dizer que a produção da juçara e seu consumo parte desses saberes históricos, na qual tornou-se divulgada pelos meios de comunicação como parte da identidade maranhense, mas ainda pouco debatida.

Atualmente, podemos afirmar que esse alimento pertencente a gastronomia local alcança as mesas desde os mais pobres até dos restaurantes mais refinados, o que conhecemos também pelas recriações desse alimento como “*gourmet*”. Face a essas mudanças em torno da alimentação, também se faz necessário compreender as mudanças e transformações que atravessam a principal festa que torna a juçara como protagonista em seu período de safra.

Partindo da premissa que diferentes espaços festivos de menor projeção midiática se vê ameaçados diante do avanço do capitalismo, seria impreciso dizer que estão fadados a desaparecerem. Por este motivo, dialoga-se com o conjunto de autores ligados aos “Estudos Subalternos”, destaca-se dessa tendência historiográfica os estudiosos indianos: Dipesh Chakrabarty; Partha Chatterjee; Ranajit Guha; David Hardiman; Sudipta Kaviraj; Gyanendra Pandey; e Gyan Prakash.

Com base nesses estudos, propiciam reflexões teóricas e metodológicas para se pensar a agência de indivíduos/grupos subalternizados – e aqui considero também enfatizar uma representatividade cultural subalternizada, mas transformada diante do ditame do grande capital –, face a contestação de uma história vista sob a perspectiva nacional e universalista.

Por esta razão, observa-se que as modificações urbanísticas resultaram em formas dinâmicas e complexas para grupos e comunidades diante de um capitalismo em expansão, principalmente no que diz respeito às transformações das culturas locais. Esta premissa não está situada em seu sentido de via unidirecional de uma concepção hegemônica da Europa para o restante do mundo, mas pautada no protagonismo de sujeitos de como se apropriaram e ressignificaram os processos da globalização.

Diante da proposta do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, o pesquisador em formação *stricto sensu* aprende inúmeras possibilidades teóricas e metodológicas, o que pode conduzir as pesquisas para diferentes caminhos. Em seus eixos principais, têm-se História Global, como campo metodológico; História Atlântica, como campo teórico; e Histórias Conectadas, este último faz jus a abordagem para o desenvolvimento desta pesquisa.

Com a realização de leituras e discussões em diferentes disciplinas, foi possível considerarmos a importância dos estudos ligados a intersecção da geografia urbana e política com as discussões em torno do imperialismo e os processos de hegemonia. Nesse sentido, cabe posicionarmos nossas colocações em torno do objeto estudado, uma vez que somos pesquisadores flexionados a determinados aportes teóricos e metodológicos.

Em consonância com as críticas propostas por Gruzinski (2001), a redefinição de fronteiras analíticas no reconhecimento de outras identidades, não difusas no discurso dominante, possibilita rupturas com narrativas homogeneizantes pautadas na identidade nacional ou internacional. A proposição deste autor nos leva a considerar a circulação, contaminação, contato e intercâmbio cultural dos entrelaçamentos de diferentes culturas como histórias híbridas e multifacetada, isto é, significa uma dimensão tão complexa quando analisados historicamente que seria impossível categorizar “pureza” em zonas de contatos.

Partindo do entendimento de que as histórias nacionais são, na verdade, contextos globais, têm-se revelado como a ideia de pensar a circulação, contato, contaminação e fluxo dependem de uma historiografia pautada em uma metanarrativa ocidental, a partir da compreensão dos contextos violentos de epistemicídio constituído pelo processo de colonização.

De acordo com as colocações de Douki e Minard (2007), destaca-se sobre como tem sido debatido na produção acadêmica as dimensões epistemológicas e metodológicas dos campos de estudos da história global e histórias conectadas. Para essas autoras, ressaltam que alguns especialistas em História ainda têm feito uma leitura da “história conectada” como uma

implementação específica da abordagem global. Em comum aos dois campos, ambos buscam romper fronteiras epistemológicas “[...] by definition, practicing global history or adopting a connected approach entails running across chronological and institutional divides shaped by Eurocentrism<sup>2</sup>” (Douki; Minard, 2007, p.10).

É com base nesses pressupostos que as limitações epistêmicas podem nos remeter ao rompimento dessas barreiras com os estudos culturais, analisados sob a ótica nas mudanças de escalas – de um micro para o macro –, o que têm permitido revelar as histórias negligenciadas ou invisibilizadas.

Connected history has a different goal: to tear down the compartmentalization between national histories and “cultural areas” in order to shed light on modes of interaction “between the local and regional level on the one hand (what we could call the micro) and a supra-regional level that can sometimes be global on the other hand (what we could call the macro).” According to Subrahmanyam, the alternative to the “grand narrative of modernization” is not to be found in an atomization of our objects of study, as the postmodernists would have it, but in the study of multifaceted interactions, beyond the political partitions (national or imperial) and on various scales. Thus, the approach does not consist of simply adopting a different scale, but in stepping aside to get to a different vantage point, “by moving laterally” in order to identify connections that had been hitherto hidden or unseen<sup>3</sup> (Douki; Minard, 2007, p.14).

A proposta desta abordagem pode ser útil para uma melhor leitura da complexidade da história, entendendo como as diferentes regiões e culturas se relacionam e interagem. Além disso, a história conectada pode ajudar a superar as visões estreitas e nacionalistas da própria narrativa da história, propiciando uma visão mais ampla e inclusiva das experiências humanas em situações locais.

Considerando o estudo intitulado “Una pequeña historia de los Estudios subalternos” de Chakrabart (2010), temos três áreas que fundamentam os Estudos Subalternos: (a) uma separação relativa da história do poder vista de qualquer história universalista do capital; (b) uma crítica ligada a formação nacional; (c) interrogação ainda presente das relações entre poder e conhecimento, ligado as críticas aos conceitos da modernidade europeia.

---

<sup>2</sup> Em tradução livre: “[...] por definição, praticar história global ou adotar uma abordagem conectada envolve cruzar divisões cronológicas e institucionais moldadas pelo eurocentrismo”.

<sup>3</sup> Em tradução livre: “A história conectada tem um objetivo diferente: derrubar a compartimentação entre histórias nacionais e ‘áreas culturais’ para lançar luz sobre modos de interação ‘entre o nível local e regional, por um lado (o que poderíamos chamar de micro) e um nível suprarregional que às vezes pode ser global, por outro lado (o que poderíamos chamar de macro).’ De acordo com Subrahmanyam, a alternativa à ‘grande narrativa da modernização’ não deve ser encontrada em uma atomização de nossos objetos de estudo, como os pós-modernistas gostariam, mas no estudo de interações multifacetadas, além das partições políticas (nacionais ou imperiais) e em várias escalas. Assim, a abordagem não consiste simplesmente em adotar uma escala diferente, mas em dar um passo para trás para chegar a um ponto de vista diferente, ‘movendo-se lateralmente’ para identificar conexões que até então estavam ocultas ou invisíveis”.

Esses pressupostos teóricos, nos remete pensar as leituras foucaultianas atrelados a teoria do “poder-saber”. Sobre a relação entre poder e conhecimento, compreende-se que o conhecimento não é neutro, mas influenciado dentro de um constructo histórico, social e político. Portanto, essa relação é dialética, uma vez que o poder produz conhecimento, e o conhecimento originado dessas relações mútuas pode reforçar ou desafiar o poder instituído.

As influências das leituras foucaultianas têm direcionado para os debates aos conceitos eurocêntricos, a exemplo de noções como “Estado”, “civilização”, “progresso”, “religião”, “gênero”, entre outros, como termos imprecisos e mutáveis para tomar como conceitos autoexplicativos. Os termos em si representam significados diferentes em períodos históricos diferentes, o que necessita em grande medida uma historização de seus usos como conceitos construídos. Cabe, portanto, situar como o uso desses termos na historiografia se transformaram com o tempo a partir da qualificação de seus atores sintagmáticos (movimentos políticos, sociais, partidários, etc.).

Ainda que reconheçamos a importância de desconstruir visões holísticas e consensuais de escritos historiográficos acerca dos conceitos, concordamos com as acepções de Thompson (2017, p.22) em que

[...] há outros termos descritivos que são moeda comum, tais como “sociedade, “política” e “economia”. Não há dúvida de que eles merecem um escrutínio minucioso de tempos em tempos, mas se tivéssemos que fazer um exercício rigoroso de definição cada vez que quiséssemos usá-los, o discurso do conhecimento se tornaria bastante complicado.

Face ao foco deste estudo sobre “cultura”, em especial “cultura popular”, apreender sobre o termo em sua realidade material e social possibilita ao pesquisador enxergar as necessidades postas pela ação coletiva, a negociação de interesses entre dominantes e dominados, o valor sentimental da expressão coletiva, dentre outras formas. Esses aspectos servem como “fronteiras” para “forasteiros”, como adverte Thompson (2017, p.22):

Mesmo assim, não podemos esquecer que "cultura" é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.

Nesse sentido, trazer a Festa da Juçara como objeto de pesquisa dialoga com a área de concentração do programa, contemplando parte da proposta sobre as últimas décadas do século XX, com a emergência do termo globalização e de campos historiográficos que visam à

superação do fundamento nacional no pensamento historiográfico. Atender as proposições de uma história global e de histórias conectadas contribui para análises sobre as dinâmicas pertencentes a formação de territórios micros, o que está relacionada com a necessidade de estudos sobre os impactos decorrentes de "projetos globais".

São a partir das conexões e redes de intercâmbios ideológicos que encontramos na Festa da Juçara as relações de poder assimétricas, estamos nos referindo à "violência" que vem sendo instituída desde o primeiro Plano Diretor (PD). Instituído desde 1975, tem sido um mecanismo legal que tem infligido diferentes comunidades, segundo Araújo (2023, p.197)

[...] o mais recente Plano Diretor de São Luís, Lei nº 7122/2023, sancionado pelo Prefeito Eduardo Braide (PSD), atendendo aos interesses do grande capital, potencializará ainda mais os impactos ambientais sobre a área rural de São Luís: primeiramente, com a ampliação da zona urbana sobre a zona rural, haja vista que no mapa de macrozoneamento os territórios que integram a região do Rio dos Cachorros, do Taim e do Cajueiro, comunidades centenárias, continuam ameaçadas pelo desejo do capital transnacional em construir nessa região um megaterminal portuário, a fim de escoar a produção agrícola e mineira.

No caso do Maracanã, vem trazendo desafios para a área de preservação ambiental, principalmente o impacto a flora que serve de subsistência para a festividade ocorrer anualmente. Ainda que o festejo se encontre ameaçado por ordens hegemônicas, concordamos com Hall (2003, p.139) ao afirmar que “[...] nenhum modo de produção e, por conseguinte, nenhuma sociedade dominante ou ordem social e, portanto, nenhuma cultura dominante de fato, esgota a prática, a energia e a intenção humanas”.

Sob a crítica dessa égide de um desenvolvimento urbanístico, têm-se presenciado nos últimos anos os projetos habitacionais se expandindo na região, trazendo consigo uma degradação ambiental desenfreada, em especial os juçarais. Este processo significa como um projeto contrário a própria existência da Festa da Juçara que necessita da economia advinda dos juçarais, prescindida de diversas práticas culturais e religiosas existentes na comunidade, sendo impossível dissociar os elementos da natureza com a dimensão religiosa.

Por esta justificativa, estes aspectos nos fazem refutar a perspectiva de Foucault (2010) sobre o "poder" como relacional e não concentrado em instituições ou segmentos sociais, pois este lugar de festividade é palco de negociação, bem como de desigual interesses e propósitos dos comerciantes locais com as políticas adotadas pelos governos. Como bem coloca Legg (2014, p.268) sobre as acepções de Edward Said,

A crítica de Said sobre a noção de agência alimentou comentários posteriores sobre a noção supostamente estéril e passiva de Foucault acerca do poder, a qual, afirmou ele, falhou em analisar o motivo pelo qual o poder era obtido e mantido. A existência de lutas de classe, guerras imperialistas e resistências nos mostra que o poder permanece

com governantes, monopólios e Estados: tal como afirma Said (1984b: 221), não é possível existir uma teia sem a aranha.

São nas discussões desses autores que o objeto desta pesquisa se alinha à linha do programa 'Linguagens, Religiosidades e Culturas' por estar relacionado com o campo cultural e a construção de identidades, tomadas as culturas em termos de práticas e representações. Isso nos motiva a tentar compreender as (re)configurações desses espaços no que tange as suas práticas culturais, socioeconômicas e territoriais.

A abordagem metodológica adotada perpassa, impreterivelmente, pela realização da pesquisa bibliográfica, pela qual faz-se o levantamento de produções acadêmicas em artigos, livros e capítulos de livros, dissertações, teses, entre outros, que estejam voltados para a temática abordada. Nesse sentido, destaca-se uma bibliografia ainda em menor escala discutindo sobre a Festa da Juçara, principalmente por historiadores.

Com base nessa pesquisa pela bibliografia disponível sobre a referida festa, foi com a dissertação “A Identidade em Movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)” de Marcelo de Sousa Araújo (2012), que analisou a formação da comunidade do Maracanã a partir das memórias dos organizadores e participantes da Festa dos Santos Reis, que observamos a proximidade com outras festividades que acontecem dentro da própria comunidade, a exemplo da Festa da Juçara.

O estudo do autor transita pela narrativa de histórias contadas por pessoas do Maracanã, sendo estas: Maria da Conceição Soares da Cruz; Onorina Algarves Coutinho; Delfina Iria dos Santos; Naida Mendes; Alice Oliveira Baldez; Marlene Jansen Pereira; Maria do Livramento Garcez Meireles; Berenice Coutinho; Abel Meireles; Roberto Carlos Costa. Sobre a comunidade da Alegria, os depoimentos foram constituídos por: Zeneide Algarves Gonçalves; Matilde Neta Baldez Ventura; Matilde das Neves Nascimento Mendes; Rosa de Fátima Bernardes. Estes relatos, advindos também desde a monografia do autor, contribuem para refletirmos sobre a importância do trabalho com a história oral, a partir dos interlocutores do Maracanã, tornando promissor para o processo de investigação sobre a Festa da Juçara enquanto patrimônio local.

Encontra-se na dissertação de Giselle Vasconcelos Melo (2015) intitulado “Análise das Percepções dos Organizadores e Participantes da Festa da Juçara no Maracanã – MA” os resultados obtidos com a aplicação de entrevistas, que foram sistematizados com base na descrição e informações que corroborassem para a identificação dos elementos que constituíam o cenário atual do festejo.

A pesquisa da autora acima corrobora com o estudo de Gisele Reis Correa (2010), intitulado “Design e artesanato: um estudo de caso sobre a semente de juçara em São Luís do Maranhão”, ao analisar a potencialidade da semente da juçara para a produção artesanal na ilha de São Luís, com destaque para as palmeiras dos juçarais como atividade de valor para a realidade socioeconômica da comunidade do Maracanã.

Sendo assim, na Festa da Juçara o artesanato também tem projeção de destaque para os moradores da ilha de São Luís e para os visitantes de fora do estado. Em sua maioria, senão em sua totalidade, protagonizado por mulheres artesãs, sendo algumas quebradeiras de coco babaçu, na qual produzem obras artesanais tanto das folhas da palmeira da juçara como da palmeira do babaçu. Esse enfoque das autoras sobre o artesanato, nos alude para perceber a produção dessas mulheres passadas de geração a geração, tornando necessário para esta pesquisa abordar as relações de gênero dentro desses espaços festivos diante da nossa sociedade patriarcal.

No estudo de Shiraishi Neto, Lima, Alcobaça (2018), no artigo “Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global”, suas análises foram o que mais se aproximou do intento de trazer narrativas como fonte testemunhal pelo método de conversações, pois têm-se, enquanto pesquisador, a pretensão de captar as insatisfações dessas pessoas como sentimentos de respostas ao advento dos impactos de degradação e violação ao espaço do Maracanã.

Em conformidade com esta perspectiva, para Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018, p.101) explicitam esse processo a partir da construção dos conjuntos habitacionais, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

[...] os “projetos globais” explicitam distintas representações da comunidade do Maracanã, sendo que a percepção que serviu para orientar a construção dos 4 (quatro) conjuntos do PMCMV é de uma população “desprovida de bens e cultura”, situado na zona rural de São Luís, sem interesse econômico para o capital. [...]  
Neste “espaço marginal”, da periferia, da periferia do capitalismo, a comunidade do Maracanã é “envolvida” por um poder econômico difuso que determinou a construção dos conjuntos, em problemas e conflitos, que resultam em todo tipo de violência a essa comunidade. Como se não bastasse os impactos gerados pela construção dos conjuntos, problemas sociais graves revelam os resultados de uma política habitacional ditada pelos interesses do capital global.

Os autores exemplificam com os relatos das moradoras essa relação da natureza com os conhecimentos ancestrais, na qual a menção aos córregos de água dos juçarais representa para elas como redutos da "mãe d'água". Já em meio aos juçarais e as plantas, rezas e oferendas são oferecidas a Oxóssi, entre outros aspectos que fazem da realização dessa festividade um elo entre religiosidade e natureza. Nesse sentido, Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018) nos

favorece com a sua pesquisa, pautada nas narrativas desses moradores, como o sentido da Festa da Juçara não possui somente finalidades econômicas, mas encontra-se o saber ancestral com relação aos brejos.

Foram a partir das conversações e entrevistas realizadas na minha monografia “A Festa da Juçara no Maracanã: perspectiva de ‘maranhensidade’ à luz de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local”, que encontro na Festa da Juçara os desafios persistentes em relação a continuidade do festejo, seguido de uma discussão teórica que tem como preocupação sobre o sentido sintagmático do “ser maranhense”. Essa concepção limitada em meu estudo ampliou-se no decorrer do tempo com as discussões sobre cultura popular, percebendo que a identidade, as práticas culturais e religiosas dialogam com o tempo presente, perfazendo novos caminhos para a sua manutenção.

Por esse intento, as discussões pautadas sobre o patrimônio cultural, ancoram-se em Silva (2010), Pelegrini e Funari (2014), Oriá (2020), quando enfatizam o histórico e a institucionalização do IPHAN, bem como Souza e Britto (2023) destacam o acervo que se constitui sobre as expressões culturais em sistemas informacionais em escala global. Esse processo de institucionalização é atravessado por intelectuais que subsidiam as noções sobre a construção do conceito de “patrimônio cultural imaterial”, visto nos estudos de Cavalcanti (2012) e Martins (2015).

Considerando as assertivas de Arantes (2007), a estratificação da sociedade em classes por vezes foi pautada em distinguir o que é “cultura erudita” da “cultura popular”. O autor explica que em muitos momentos da história prevaleceu a visão de que a noção de “cultura” estaria ligada ao “saber”, ou seja, aquela advinda das instituições formadoras que transmitiriam um conhecimento culto e erudito como parâmetro da sociedade, e cabendo as manifestações “populares” associado ao “fazer”, como aspecto desprovido do “saber”.

Embora a rigor o autor destaque essa concepção como falsa, essa ideia por muito tempo foi sendo utilizada pelas elites e autoridades governamentais para justificar que as camadas dominantes da sociedade teriam o direito de impor o poder sobre o *labor* e as suas práticas culturais.

Conforme Arantes (2007, p.78):

Se em lugar de nos preocuparmos em "avaliar", do ponto de vista político ou estético, os *feitos* dados imediatamente de nossa observação, atentarmos para a fazer que lhes é subjacente, talvez compreendamos que essa e parte de uma luta constante, muitas vezes explícita, pela constituição da identidade social, num processo que é dinâmico e que passa pelas artes, assim como pelas outras esferas da vida social. Nesse sentido, fazer teatro, música, poesia ou qualquer outra modalidade de arte e construir, com cacos e fragmentos, um espelho onde transparece, com as suas

roupagens identificadoras particulares, e concretas, a que é mais abstrato e geral num grupo humano, ou seja, a sua organização, que é condição e modo de sua participação na produção da sociedade. Esse é, a meu ver, o sentido mais profundo da cultura, "popular" ou outra.

As proposições de Arantes (2007) podem ser subsidiadas com a própria definição social de festa proposto por Guarinello (2001) como fenômeno social que parte de diferentes interpretações da sociedade. Apropriando-se das acepções teóricas de Guarinello (2001, p.970), ele define alguns aspectos que explicam o termo *festa*:

1. implica uma determinada estrutura social de produção, no sentido de que as festas não são dádivas de Deus, nem caem dos céus segundo nossos desejos. Elas são laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada uma e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, da qual são necessariamente o produto e a expressão ativa;
2. envolve participação concreta de um determinado coletivo, seja ele a sociedade em seu conjunto, ou grupos dentro dela, com maior ou menor expressão ou força legitimadora, distribuindo-se os participantes dentro de uma determinada estrutura de produção e de consumo da festa, na qual ocupam lugares distintos e específicos;
3. aparece como uma interrupção do tempo social, uma suspensão temporária das atividades diárias que pode ser cíclica, como nas festas de calendário, ou episódica, como na comemoração de eventos singulares, implicando uma concentração da atenção, dos esforços e dos afetos dos participantes em torno de um objeto específico, como segue;
4. articula-se em torno de um objeto focal, que pode ser um ente real ou imaginário, um acontecimento, um anseio ou satisfação coletivos e que atua como motivação da festa, como seu sentido explícito, cuja comemoração ou celebração constitui o *leitmotiv* da festa e que, como tal, se esgota em si mesmo. Isto é, a reunião comemorativa que constitui a festa é seu próprio objetivo.

Compreendendo esta dimensão sobre a festa, é no interior da “própria vida cotidiana” que se expressa a produção e o consumo geradas por estes grupos sociais, mas para além da perspectiva marxista, exprimindo a influência das leituras foucaultianas em apreender dos dispositivos tecnológicos que tornam o poder relacional.

Diante dessas discussões, a Festa da Juçara pode ser pensada como espaço de construção que uniu forças da comunidade para o seu surgimento, constituindo uma importância cultural e simbólica para essas pessoas que admitem ser uma “tradição”. Por esta razão concorda-se que as festas populares são “[...] manifestações culturais que contribuem para a afirmação da identidade cultural da sociedade passíveis de serem registradas como patrimônio imaterial [...]”, tornando-a necessária para discussões em torno dos avanços de uma cultura massificadora e das violações ambientais (Caponero; Edson Leite, 2010, p.106).

Esse pressuposto pode ser alcançado em uma perspectiva antropológica, partindo do viés testemunhal, portanto, tenta-se encontrar as denúncias não escritas ou materializadas nas fontes impressas ou discursadas pelas autoridades, a partir das entrevistas concedidas pelas(os)

comerciantes e (ex)moradores, com a tentativa de se desvencilhar das amarras de constituir o vislumbre de uma festividade como somente palco de harmonia e comemoração.

Com base na abordagem da História Oral, apoia-se em autores como Bosi (2006), Portelli (2016), Monteiro (2016), Alberti (2022), Meihy e Ribeiro (2023), que fundamentaram o trabalho técnico com a realização das entrevistas com os comerciantes da Festa da Juçara. A participação dessas pessoas como agentes da História subsidia as discussões das problemáticas levantadas nesta pesquisa a partir de seus testemunhos de vida em ligação com o festejo.

Cabe ressaltar que, por vezes, o testemunho é confundido como o contável de um mundo ausente; e por ele, “[...] eis que o mundo é rememorável, presente e presenteado. A testemunha, narrando o que ninguém viu, abarca o real e encarrega-se dele” (Kolleritz, 2004, p.76). Face as contribuições de Kolleritz (2004), as narrativas dos interlocutores que se fazem presente em pesquisas de campo favorecem para percebermos que a utilização das entrevistas traz enunciados que evocam vozes de agentes relegados de uma narrativa política e ausente de fontes oficiais.

O reconhecimento desses indivíduos e experiências não condizem ao historiador de enaltecer uma “verdade”, mas admiti-la como fonte reflexiva de sua própria narrativa.

Mais do que uma questão de veracidade ou atestação dos relatos, importa colocar os discursos em diálogos, fazê-los escutarem-se mutuamente, sensibilizarem-se um ao outro, e com isso repensarem os sentidos atribuídos às suas trajetórias históricas (Buarque; Cunha, 2015, p.20).

Sendo assim, os estudos que privilegiam a voz desses interlocutores podem desvelar as condições submetidas aos diferentes tipos de espoliação, mascarado pelo que nos é apresentado em mídias e propagandas governamentais. Encontra-se nessa conjuntura de mecenato cultural a representação de apoio e valorização das manifestações culturais, mas que mascaram os conflitos internos, segregações e lutas pela sobrevivência de suas práticas e ritos.

Portanto, busca-se analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente.

## **1 (RE) INVENTANDO O ESPAÇO HISTÓRICO: DIÁLOGOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E CULTURAL DA FESTA DA JUÇARA**

Neste capítulo, buscamos discutir algumas categorias conceituais ligadas à noção de “espaço”, nos debruçando sobre os conceitos de “território” e “lugar”, a partir de Raffestin (1993), Souza (2000), Sack (1988), entre outros. Propomos dialogar com tais conceitos por serem fundamentais para a análise sobre o *locus* da pesquisa em que ocorre a referida festa, o Parque da Juçara.

A Festa da Juçara é um evento que vem sendo realizado desde a década de 1970, geralmente nos domingos do mês de outubro, caracterizando-se como um festejo que traz a protagonização da “juçara”, predominante no bairro do Maracanã, zona rural de São Luís, Maranhão. As características da festa são voltadas para a valorização da cultura local, contemplando programações de artista locais, apresentações de bumba-meu-boi, entre outros, contribuindo para a economia local dos moradores da localidade.

Por esta razão, o "espaço" na perspectiva histórica emerge como um conceito ligado ao construído e reconstruído pelas diferentes gerações e moradores da localidade. Nessa delimitação espacial, tratamos a "identidade cultural" como um conceito que dimensiona como as pessoas se relacionam e se identificam diante da cultura local. Para tanto, a "territorialidade" torna-se imprescindível para analisar como as pessoas também possuem um sentido sintagmático – consequentemente político – no processo relacional e territorial em que vivem.

Ao estabelecermos esses diálogos teóricos e conceituais da Geografia com a História, é possível entender melhor como o espaço histórico da Festa da Juçara foi se constituindo ao longo do tempo e como as diferentes gerações de moradores da região foram (re)construindo a sua identidade cultural e territorial.

É importante enfatizar que as festividades não são destituídas de espaços físicos, bem como não são restritas a elas, alguns aspectos constitutivos do bairro do Maracanã e o seu processo de formação sócio-histórico nos levam a considerar as relações sociais dentro e fora desses espaços festivos.

No decorrer deste capítulo apontaremos algumas discussões fundamentais para analisar o processo de construção histórica da comunidade do Maracanã a partir de estudos documentais e bibliográficos, estabelecendo a ligação com as festividades locais, em especial a Festa da Juçara.

### **1.1 Diálogos interdisciplinares para a compreensão do *locus* da pesquisa no âmbito cultural e territorial**

Ao trilhar sobre uma festa, cabe pensarmos em sua temporalidade e espacialidade, o que necessita para esta última dimensão dialogar com o campo da Geografia sobre a noção de espaço, suscitando questionar: Como construímos e nos apropriamos do espaço da pesquisa? Como os sujeitos que estudamos se apropriam do espaço?

Respostas que podem ser alcançadas a partir do esclarecimento do lugar social do pesquisador e a sua relação com os interlocutores da pesquisa, tarefa nem sempre exitosa, mas que se sobressaem no meio acadêmico de ir além de definir uma história da cultura popular ligada somente à descrição dos gestos, costumes, crenças etc., em um discurso inteligível.

Partimos do entendimento que os critérios de delimitação territorial do Brasil possuem intencionalidades políticas que vão para além da organização técnica do país para fins de políticas públicas. Desse modo, pensar essas “delimitações” também dizem respeito aos elementos identitários que são construídos por uma matriz histórica, onde os sujeitos nesses movimentos históricos vão apropriar e ressignificar os elementos culturais.

Por este motivo, antes de tratarmos sobre a Festa da Juçara como aspecto pertencente à identidade maranhense – ou que consideramos como parte de um conjunto de formação identitário – recai na necessidade de discutirmos as dinâmicas históricas para o nascedouro dessa festividade no bairro do Maracanã. A proposta desta discussão dá-se pela renúncia à noção de “naturalização” atribuída a esses espaços compostos por identidades homogeneizadas, estáticas e circunscritas territorialmente.

Nesse sentido, podemos compreender a Festa da Juçara como ponto nodal das diferentes relações e práticas sociais que permeiam esta festividade. Para este propósito inicial, discorreremos com as proposições de Raffestin (1993) que trabalha com o estatuto do conceito de “território”.

É importante salientar que a formação do território implica nesses aditivos um conjunto de conhecimentos e práticas, normas e comportamentos, códigos e sistemas sêmicos (Raffestin, 1993), isto é, o território tem definição, e por definição compreende-se que a este espaço são impostos limites, pelo menos para os indivíduos que o ocupam, o que nos revela que os projetos designados para estes espaços são representações que pintam/desenham um desejado território.

Sobre a concepção marxista adotada por Raffestin (1993), o espaço é anterior e preexiste a qualquer ação humana, ele é dado como uma matéria-prima e, a partir de sua apropriação pelas intencionalidades do homem, resultam a formação do território como ação conduzida pelos

atores sintagmáticos (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Os atores sintagmáticos seriam aqueles que apresentam estratégias definidas no interior do processo relacional e na produção territorial, são representadas pela figura do Estado, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros.

Face as contribuições de Raffestin (1993), esse processo de construção territorial acerca dos recursos naturais pode ser discutido quando falamos da própria palmeira da juçara, que por muito tempo vem sendo um alimento para a sobrevivência de diferentes comunidades localizadas em áreas no interior ou próxima a mata da floresta amazônica.

No estudo de Silva (2019), afirma-se que o açaí já era conhecido pelas populações “ameríndias”, sendo a palavra açaí de origem tupi-yá-çai, que significa “fruto que chora”. Eram comumente utilizadas pelos povos Tupynambas, Aruans, Anajzes, Mococons e Mapuanzes, como alimento, formulação de remédios, utensílios, entre outros. Com a chegada dos portugueses, associaram a cor do açaí ao vinho extraído das uvas, o que justifica o termo de extrair a polpa para a produção do suco como “vinho do açaí”.

Portanto, podemos dizer que a utilização dos açaizais até a contemporaneidade advém de um longo processo dos elementos culturais indígenas, mas também de europeus e africanos que passaram a ter contato com esse fruto para o seu uso. A sua forma de utilização tornou todos os componentes aproveitáveis, desde raízes, estirpes, folhas e frutos, como necessários até hoje, principalmente para as populações ribeirinhas.

Eis que cabe destacar a diferenciação entre “juçara” e o “açaí ou assaí”, para quem ainda não conhece, não são a mesma coisa. Pertencente à família Arecaceae (Palmae) é uma espécie de clima tropical quente e úmido (temperatura média anual acima de 26°C, umidade relativa do ar entre 71% e 91%, e precipitação acima de 1.600 mm por ano) segundo os dados do Emprapa Florestas (Bentes-Gama *et. al*, 2005).

As palmeiras da subespécie *Euterpe edulis Martius* são pertencentes da Floresta Atlântica do Brasil e áreas subjacentes, sendo predominantes nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, alcançando, também, o nordeste da Argentina e o sudeste do Paraguai.

**Figura 3:** *Euterpe edulis* Martius



**Fonte:** GODOY, Rossana Catie Bueno de; [et. al]. **Juçara (*Euterpe edulis* M.):** importância ecológica e alimentícia. [recurso eletrônico]. - Colombo: Embrapa Florestas, 2022. p.9.

A palmeira da juçara (*Euterpe edulis Martius*) possui características específicas que distinguem de sua irmã açaí/assaí. Estas características podem ser definidas de acordo com o levantamento do Embrapa Florestas:

O indivíduo adulto de *E. edulis* apresenta estipe solitária, ou raramente cespitosa, ereta, com 5 m a 12 m de altura, 8 a 15 folhas com comprimento entre 0,8 m e 1,4 m, com coloração variando de verde oliva a verde escuro, por vezes com manchas avermelhadas ou alaranjadas. As inflorescências infrafoliares medem cerca de 1 m e em posição medianamente horizontal na antese, com pedúnculos de 4 cm a 8,5 cm de comprimento (Henderson, 2000, *apud*. Godoy *et. al.*, 2022, p.9).

Já o fruto da palmeira, tem por principal característica:

Os frutos de *E. edulis* medem de 1 cm a 1,4 cm de diâmetro e são formados em infrutescências originadas das inflorescências. Os frutos são dupráceos, esféricos, glabros, de cor quase preta ou negro-viçosa luzidia quando maduros [...]. O pericarpo envolve a semente de forma contínua, apresentando, em corte transversal, a forma de anel na periferia do fruto. O epicarpo é membranáceo e o mesocarpo, carnoso e muito fino, é constituído por tecido parenquimático rico em óleos e pigmentos, sendo um alimento muito apreciado pela fauna (Queiroz, 2000, *apud*. Godoy *et. al.*, 2022, p.9).

Em relação a palmeira do açaí (*Euterpe oleracea Martius*), comumente encontrada no Pará e no Maranhão, é caracterizada da seguinte forma:

*Euterpe oleracea Mart.* é uma das espécies comerciais mais conhecidas, sendo também chamada de açaí-do-pará, é nativa da Amazônia Oriental, e encontrada ao longo dos igarapés, terrenos de baixada e áreas com umidade permanente. Possui farto perfilhamento desde o 2º a 3º ano de idade, permitindo nessa fase a exploração de suas populações nativas para a produção de palmito e fruto (Bentes-Gama *et. al.*, 2005, p.2).

Existe a outra subespécie do açazeiro chamada *Euterpe precatoria Mart.*, conhecido também como açaí-do-amazonas, açaí-da-mata, açaí-da-terra-firme ou popularmente como açaí solteiro ou solitário, é mais nativa da Região Norte, presente nos estados de Rondônia, Acre, entre outros. Suas diferenças estão na sua estipe única, diferentemente da *Euterpe oleracea Mart.*, que produz perfilhos e não morre quando retiram algumas de suas palmeiras para extrair o palmito.

É importante saber as diferenciações da palmeira da juçara para a palmeira do açaí, que expressam diferenciações bem nítidas para o campo da botânica, mas confunde-se quando associado como sinônimos, a produção de açaí como juçara ou vice-versa. Sendo assim, os açazeiros foram e continuam sendo importantes para o desenvolvimento de diferentes atividades das populações nas regiões amazônicas, desde a produção material direcionada a confecção do artesanato, utensílios, carvão, entre outros, assim como para o próprio consumo.

O extrativismo dessa palmeira é muito marcante no estado do Pará, onde se concentra os maiores índices de produtores e exportadores do açaí do Brasil, sendo as populações ribeirinhas essenciais para esse tipo de mercado, “[...] uma vez que são responsáveis por colher os frutos e transporta-los, a renda destes está baseada na maioria, pela extração do açaí” (Silva, 2019, p.19).

No Maranhão, destacam-se alguns municípios que possuem o maior número de extrações, sendo estes:

[...] município de Nova Olinda (MA) que é responsável pelo maior número de extrações dos frutos, com cerca de (2.404) toneladas de extração no ano de 2016, que representam 222,5% de aumento na produção.

O segundo município é Luís Domingues (MA), com (1.790 toneladas) no mesmo ano, nesse local a lata do açaí custa em média R\$ 30,00 e pesa cerca de 15kg. [...]

Outra região que se destaca é o Maracanã (MA), que fica a 25 (vinte e cinco) quilômetros de distância do centro da cidade de São Luís. Localizado na zona rural, concentra uma área considerável de açazais, sendo responsável por boa parte da produção desde a colheita até a comercialização (CORREA, 2010). Dos 217 (duzentos e dezessete) municípios maranhenses, 60 (sessenta) possuem em seu território juçarais, que na verdade são açazais, mas por conta da cultura é assim denominado (Silva, 2019, p.31-32).

A importância dos juçarais<sup>4</sup>, foram valorativos para a criação da Festa da Juçara no Maracanã, representando, portanto, uma importância cultural, econômica e gastronômica durante esse período de safra na região. Silva (2019, p.36) destaca que “[...] inclusive os frutos colhidos neste período são vendidos para o Pará que passa pelo período da entressafra e por isso compram de outros locais”.

O favorecimento econômico por meio da comercialização dos “juçarais” fez com que o atual Parque da Juçara, local cedido na década de 1980 pela prefeitura de São Luís por intermédio da Agência Maranhense de Turismo (MARATUR), fosse contar com investimentos do poder público para a sua realização ano após ano. Para além da devastação e poluição ambiental causadas por grandes empresas e empreiteiras, existe dentro dessa comunidade disputas sobre as práticas de cultivo e preservação desses espaços, ocasionados pela extração feita por pessoas de fora que adentram os brejos e não manejam da forma correta, muitas vezes coletando a juçara fora de época.

A estruturação do Parque da Juçara corrobora com o que é definido por Raffestin (1993, p.144), “[...] o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infra-estrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção”. Na perspectiva do autor, os mediadores sêmicos ao se apropriarem do espaço, tal qual como vão conceber de acordo com as suas intencionalidades, estabelecerão a composição do sintagma como representação de imagem ou modelo, ou seja, uma construção da realidade que é um instrumento de poder.

Essa festa que ocorre no Maracanã simboliza e reforça o termo “juçara” não somente como construção linguística, mas apresenta para o público um modo diferenciado de produção local admitido como “tradicional”. Essa afirmativa está baseada nas diferenciações que existem na coleta e produção da juçara, ainda que tenha passado por mudanças para atender as prerrogativas da vigilância sanitária, conforme aponta Correa (2010, *apud.* Silva, 2019, p.32):

Em relação a colheita dos frutos do açaí, no Maranhão é realizada manualmente por coletores, geralmente homens, conhecido como apanhadores, diferentemente do Pará, conforme citado, são chamados de peconheiros e o instrumento utilizado pelos maranhenses é a peia, um objeto de forma circular, com diâmetro em torno de 40 centímetros, confeccionados com a fibra da juçara ou saco de nylon, ademais utilizam uma vara de aproximadamente cinco metros, feito de bambu, com um gancho de metal fixado em uma das extremidades.

Por este motivo, Raffestin (1993) destaca que nenhuma sociedade escapa da necessidade de organizar o campo operatório de sua ação, estabelecendo em suas ações como “produções

---

<sup>4</sup> Adotaremos essa denominação em razão da presença desse nome para a maioria das pessoas de São Luís, sendo importante ressaltar que para as regiões da baixada maranhense se referem ao termo “açaí”.

territoriais”, construindo “[...] a sistema de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território” (Raffestin, 1993, p.150-151).

Em diálogo com a perspectiva de Souza (2000), pautado na concepção de Hannah Arendt, exprime a relação de apropriação do espaço a partir da ampliação da ideia de poder, suscitando aqui uma ideia de desfazer análises reducionistas a conceituação de território.

Complexificando as discussões, Souza (2000) atribuirá ao espaço conflitos sociais como resultados das produções variáveis da reprodução do *status quo*, na qual a Geografia Política se reteve em focalizar na centralidade do Estado enquanto poder por excelência, inflexionando a tomada de poder por diferentes sujeitos/grupos sociais em determinados espaços. Advoga-se, então:

[...] o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estanhos, os outsiders) (Souza, 2000, p.86).

As superposições de noções de dominador e dominados, na qual não se abstém o uso da violência como instrumento de coerção, revestem-se de dimensões de conflitualidade entre os usuários do espaço. Compartilha-se assim, segundo Souza (2000), a apropriação dos espaços pela questão do “territorialismo” em momentos definidos, como é destacado:

A complexidade dos territórios-rede, articulando interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a exclusividade de um poder em relação a um dado território (Souza, 2000, p.94).

O autor pressupõe que:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que poder ser classificados os territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua” (Souza, 2000, p.99).

Isto é, existe uma interação entre os sujeitos que fazem do espaço como mediação do campo de forças dessas relações de poder para além da concepção de Raffestin como “espaço natural”. Em síntese, as superposições de diversos territórios calcados no poder do Estado-Nação simplificam e empobrecem conceitualmente a utilização desse conceito, necessitando examinar o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Por essa premissa que o autor diverge da concepção de Raffestin (1993), uma vez que Souza (2000) admite concordar que o espaço é anterior ao território, e se considerarmos o

substrato material ao território somente como valor econômico acaba por “coisificar” as relações sociais, conseqüentemente, destituindo o território como espaço social.

Para ambos, os autores claramente influenciados pela perspectiva foucaultiana, as noções descentralizadas do poder permitem analisar as confluências de diferentes segmentos sociais dentro de um território circunscrito ou não, construído socialmente e imagetivamente. No entanto, podemos pensar que as relações de poder exercidas e mantidas, em certa medida, sob a égide de instituições governamentais alçadas em projetos utópicos do liberalismo, fazem deste território como espaço de disputa e, por vezes, violento.

Operando essas discussões com as festividades ditas mais “periféricas”, nos leva a considerar o avanço de projetos alçados na modernização urbana como forças externas que geram uma nova roupagem para o cenário cultural maranhense, a modernização da festa popular. Ancorado nas acepções de Caponero e Leite (2010, p.101)

[...] pensa-se na festa não apenas como um ritual passado, onde são imprescindíveis não só a contextualização histórica e os principais aspectos culturais da cidade, mas também o seu entrelaçamento com a história contemporânea, com a cultura massificadora da modernidade globalizada e com o turismo de massa que atraem milhares de pessoas interessadas na riqueza religiosa, cultural ou histórica do país, ou apenas interessadas em divertimento.

Trazendo para este percurso das concepções de Caponero e Leite (2010), podemos afirmar que as festividades e práticas de algumas culturas locais ainda que deixem de ser realizadas, sua existência estará ligada com as transformações decorrentes de ordens globais. Desse modo, atribui-se à Festa da Juçara, desde a sua criação, a inclusão de novas práticas e sentidos para a sua realização, motivo pelo qual as investigações dos elementos externos relidos pelas culturas locais expressam as contínuas negociações históricas entre o mundo do dominado e do dominador, do sagrado e do profano, do popular e do erudito.

Nesse sentido, ver esse fenômeno como conformidade das tradições locais empobrece as análises dos espaços festivos, na qual as proposições de Caponero e Leite (2010, p.102) corroboram para o direcionamento dessas questões.

Eventualmente, a modernização e o turismo podem levar a um enfraquecimento ou, até mesmo, a uma perda da devoção e do empenho na realização de uma festa causando a transformação de uma manifestação carregada de sentido próprio e de historicidade. Pode-se até chegar, em casos extremos, à decadência e extinção de determinada festa. Em alguns casos, podem surgir novas formas de manifestação, ocorrendo transformações e recriações que transmitem um novo sentido da festa para outros grupos de pessoas, sobretudo os formados pelos mais jovens. Estas “novas” festas seriam, então, moldadas em formato muito mais próximo da indústria do entretenimento, cabe investigar se esses novos elementos seriam tão importantes como aqueles que se perderam. No estudo destas manifestações muitas vezes se faz necessário o abandono da análise das tradições para melhor compreensão das “novas”

festas, cabe estabelecer as relações entre a tradição, a modernização e os percalços sociais e políticos locais.

Corroborando com as discussões acima, acrescenta-se que a passagem de uma expressão cultural autônoma, a exemplo da Festa da Juçara nos últimos anos, para uma dimensão cultural enquanto produto, reflete a sua própria adaptação ao capitalismo. Sendo assim, o capitalismo tenta em seu movimento de reprodução alcançar espaços que ainda não foram atingidos pela dinâmica das relações socioeconômicas existentes na cidade.

Esse fato nos leva à hipótese de que a expansão da programação cultural do Estado advém dos interesses de integração das comunidades de zonas rurais aos projetos urbanísticos, atuando como extensão territorial na oferta de festas como valor de troca de determinados governos, o famoso “pão e circo”.

Entretanto, se considerarmos em nossa trajetória de pesquisa a perspectiva marxista como concepção predominante de desenho do território, sem a reflexão dos instrumentos de poder, esse espaço representado omitiria as relações de poder existentes no fazer desta pesquisa, pautada em três segmentos: o pesquisador, os interlocutores da pesquisa e os indivíduos que olham para a interferência dessas forças externas.

Considerando que o território se forma a partir do espaço, portanto, é uma produção a partir do espaço, advertimos aos leitores deste estudo que o território designado como *locus* desta pesquisa se constitui como produção sintagmática do pesquisador ao analisar o Parque da Juçara como espaço delimitado e destinado para a realização da Festa da Juçara. Pois, esse espaço também é utilizado para outras atividades culturais, a princípio religiosa, como a vigília da Igreja Batista Nacional Maracanã, que ocorre poucos dias depois do término do festejo, e em período junino com as apresentações do Bumba-meu-Boi, entre outros.

Discutiremos mais adiante, no capítulo II, o movimento em que o festejo perpassou para chegar ao atual Parque da Juçara, a partir dos impressos e dos depoimentos fornecidos por alguns moradores do Maracanã. Esse movimento da festa em seus primeiros anos de realização diz muito sobre a fixação e consagração das tradições ligadas aos espaços, demonstrando que as “identidades em movimento” também podem contemplar nessa análise o delineamento dos espaços festivos.

Ressaltamos em dizer que, no “ponto de vista” do ator-pesquisador, a imagem territorial passará por uma projeção do território real, e acrescenta-se aqui a conhecida expressão de Wittgenstein em que “os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo”. Sendo assim, a linguagem é um trabalho humano, bem como as diferentes línguas constituem a

objetivação necessária para a comunicação, motivo pela qual escrevo de acordo com a apreensão das informações reunidas no decorrer desta pesquisa.

Face a via do interlocutor, pela qual nos utilizamos da memória de alguns membros da comunidade sobre o período em que surge o festejo, verifica-se uma possível armadilha no fazer do historiador, a linguagem e o corpo – abarcadas por gírias, signos, sentidos, movimentos, gestos entre outros elementos presentes – se apresentam alheias ao mundo que constitui o lugar social do pesquisador, representando outra forma de pensar sobre o território e seus limites.

Portanto, acredita-se que os indivíduos recebem a presença do pesquisador como *outsiders*, adotando as precauções necessárias para quem os observa, conseqüentemente, o território é palco de relações de poder no decorrer desta pesquisa.

Sob este viés teórico, compreender este fenômeno de mudanças nos leva à utilização do conceito de lugar. Segundo Sack (1988) admite-se o lugar como construção social que envolve as relações entre o espaço físico com as experiências, significados e identidades humanas, representados em rituais e símbolos, sendo que “Un objeto se refleja en un significado, y un significado en relaciones sociales<sup>5</sup>” (Sack, 1988, p.230).

Para esse estudioso geógrafo americano, a noção de “lugar” se compreendida a partir da ideia adotada em nossa sociedade moderna, caímos em uma visão simplificada ligada somente às descrições de um determinado espaço. O lugar assume sentidos polissêmicos diante da rede de significados dos segmentos sociais, que tem em comum o fato de estarem fixados em determinados espaços.

Na visão de Sack (1988, p.232)

Consideremos en primer lugar el ámbito del significado como el foco del poder. Esta posición abraza teorías que prestan atención al hecho de que el hombre es un elaborador y usuario de símbolos. A pesar de que la realidad podría existir independientemente de la mente, es únicamente a través de dichos símbolos que llegamos a conocer el mundo. A menudo este conocimiento se concibe como provisional debido a que los modelos que realizamos deben ser confirmados por otros modelos<sup>6</sup>.

São as preocupações de Sack (1988) e de outros geógrafos que esse campo de estudo tem visto a história de como as pessoas construíram a realidade a partir de sua imaginação. Portanto, a relação entre o âmbito natural e identitário de uma comunidade está associado a criação de

---

<sup>5</sup> Em tradução livre “Um objeto se reflete em um significado, e um significado nas relações sociais”.

<sup>6</sup> Em tradução livre “Consideremos primeiro o domínio do significado como o foco do poder. Esta posição abarca teorías que atentam para o fato de o homem ser criador e usuário de símbolos. Embora a realidade possa existir independientemente da mente, é somente através de tais símbolos que conhecemos o mundo. Este conhecimento é muitas vezes concebido como provisório porque os modelos que fazemos devem ser confirmados por outros modelos”.

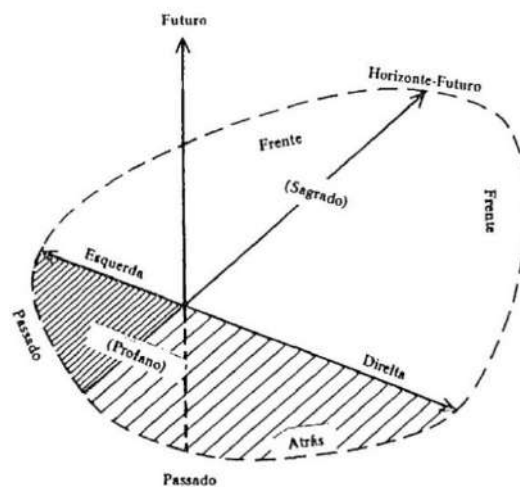
símbolos e significados compartilhados, bem como às ordens comportamentais ligadas a indivíduos que habitam um lugar em comum.

Nesse meandro das discussões, Tuan (1983) contribui para pensar que o “lugar” são experiências vivenciadas desde a infância e tomadas ao crescer como pontos de referências, tendo em vista que a lembrança de um lugar específico para uma criança é tomada de modo diferente pelos adultos. “À medida que a criança cresce, vai-se apegando a objetos, em lugar de se apegar a pessoas importantes, e finalmente a localidades. Para a criança, lugar é um tipo de objeto grande e um tanto imóvel” (*Ibidem*, p.33).

Tuan (1983) demonstra (Figura 2) como as “coordenadas” de um indivíduo traz categorias para se pensar relação do corpo aos objetos externos, em que “O espaço projetado do corpo propende para a frente e para a direita. O futuro está a frente e ‘acima’. O passado está atrás e ‘abaixo’” (*Ibidem*, p.40).

**Figura 4:** O corpo humano ereto, espaço e tempo

**CORPO HUMANO ERETO, ESPAÇO E TEMPO**



**Fonte:** TUAN, Yi-Fu; Tradução de Livia de Oliveira. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. – São Paulo: DIFEL, 1983. pp. 40.

As proposições de Tuan (1983) para entender como o corpo se situa em uma localidade, perpassa pela necessidade de entender as relações de afetividade das pessoas com o lugar de onde experienciaram momentos da infância, adolescência e/ou a fase adulta, pela qual assenta a ideia de que o corpo ao habitar um espaço precisa de coordenadas. Podemos dizer que a memória se constitui como eixo orientador para se pensar enquanto sujeito no lugar que ocupa, mas também pensar na noção de futuro como caminho a ser percorrido, a partir do seu ponto de partida.

Acrescenta-se, de acordo com Tuan (1983), que o apetite biológico possui um limite natural, mas o anseio ultrabiológico tem potencial ilimitado.

O ego coletivo de uma nação tem reivindicado mais espaço vital às expensas dos vizinhos mais fracos; uma vez que uma nação tem êxito na conquista de territórios, pode ser que não veja nenhum impedimento importante para não chegar quase a dominar o mundo. Tanto para a nação agressiva como para o indivíduo agressivo, o contentamento que acompanha a sensação de espaciosidade é uma miragem que desaparece à medida que se adquire mais espaço.

O espaço é, sem dúvida, mais do que um ponto de vista ou um sentimento complexo e fugaz. É uma condição para a sobrevivência biológica. Mas a questão de quanto espaço um homem necessita para viver confortavelmente não tem uma resposta simples. O espaço como recurso é uma apreciação cultural (*Ibidem*, p.66).

Nesse sentido, lugares podem ser constituídos por redes conectadas que confluem para além de espaços delimitados geograficamente em mapas, ou seja, criações de linhas imaginárias elaboradas por lógicas econômicas e políticas. O espaço enquanto produção de riqueza e poder despende para alguns a ambição e o ego excessivo para além do que o homem necessita, mas o afeto atribuído ao ambiente e o que a natureza lhe proporciona tem significância com base nas relações pessoais que tornam o “lugar” valorativo para determinados modos e tratamentos, para além de uma questão de sobrevivência.

A cultura nesses enfoques da pesquisa possibilita articular como as práticas e representações ligadas a comunidade dizem muito sobre o seu espaço. Como bem enfatiza Stuart Hall (2003) sobre os estudos culturais, adentrar esse campo permite desvelar a organicidade das práticas sociais como inter-relacionamentos entre elas.

A análise da cultura é, portanto, “a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos”. Começa com “a descoberta de padrões característicos”. Iremos descobri-los não na arte, produção, comércio, política, criação de filhos, tratados como atividades isoladas, mas através do “estudo da organização geral em um caso particular”. Analiticamente, é necessário estudar “as relações entre esses padrões”. O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período: essa é sua “estrutura de experiência” [structure of feeling] (Hall, 2003, p.136).

Para além da vertente historiográfica da História Cultural, que abordaremos mais adiante, e dos conceitos alçados do campo da Geografia, seria superficial não estabelecermos consensos e contrapontos a outras vertentes, e até mesmo de outros campos do saber, que buscam novas abordagens para compreender seus objetos de pesquisa.

Nesse sentido, este diálogo favorece para elegermos essa festividade como espaço construído historicamente e constituído de práticas culturais em torno do principal produto, a juçara e seus derivados. Por esta razão, atenta-se como essa relação dos moradores e comerciantes com o Parque da Juçara se constituiu um espaço de sociabilidade de critérios, ou

seja, ali ocorre as redes de conexão com o conhecimento, o exercício de poder e seu aspecto fundante de eleger como produtores do melhor suco da juçara do Maranhão.

Para que tenhamos uma ideia da importância dessas palmeiras, o estudo de Correa (2010) denominado “Design e artesanato: um estudo de caso sobre a semente de juçara em São Luís do Maranhão” aponta para a potencialidade que o fruto da juçara tem para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade no Maracanã. Utilizado tanto para a confecção de artesanato como para outras atividades, a juçara tem como notoriedade o suco que é extraído da polpa para consumo, sendo um hábito alimentar apreciado por muitas pessoas.

A juçara é um fruto que tem grande valor sócio-econômico para as regiões onde é cultivada, pois além do vinho, que possui um enorme valor nutricional, pode ser aproveitada entre outras coisas, para adubo orgânico, alimentação de animais e para o artesanato através das suas sementes e palhas.

No Maracanã, além do vinho, o cacho, depois de debulhado, é utilizado como vassoura; a folha seca é usada para produzir artesanato; o caule adulto e seco é utilizado para confecção de bancos e para proteção da borda de riachos; o caroço é usado como adubo para o replantio, porém a maior parte é jogada fora, que também poderia ser aproveitada para produção de peças artesanais (Correa, 2010, p.17).

Corroborando com as acepções de Correa (2010), observa-se que esta prática de consumir a juçara, geralmente acompanhada de farinha, camarão seco, carne de sol, entre outros, não se restringem somente ao Maracanã, nem ao Maranhão. É bastante comum a presença desse hábito alimentar no cardápio dos estados que possuem o bioma Mata Amazônica, agregando nesse contexto o fluxo cultural e econômico que transpassam a noção de “típico” de determinada localidade.

Esses fluxos comerciais também fortalecem as discussões sobre possíveis contatos étnicos nessa região, com base nesses questionamentos que propomos lançar algumas discussões para além das limitações epistêmicas, contribuindo para o rompimento dessas barreiras com os estudos culturais. Conforme preconiza Douki e Minard (2007, p.14), anteriormente mencionado sobre o “[...] estudo de interações multifacetadas, além das partições políticas (nacionais ou imperiais) e em várias escalas”. Podemos, portanto, trazer uma possibilidade de abordagem que “[...] não consiste simplesmente em adotar uma escala diferente, mas em dar um passo para trás para chegar a um ponto de vista diferente, ‘movendo-se lateralmente’ para identificar conexões que até então estavam ocultas ou invisíveis” (*Ibidem*, p.14).

## 1.2 A relação da história local com o global: conexões entre o patrimônio cultural e a “salvaguarda” das manifestações culturais

Antes de adentrar a questão da formação da comunidade do Maracanã, devemos pensar sobre a questão de trazer a discussão em torno da valorização do patrimônio imaterial que nos remete ao percurso tomado pelas acepções do conceito de “patrimônio” e “cultura popular” no contexto geral, que impulsionaram a emergência de eleger manifestações que representassem a salvaguarda cultural de um país.

Podemos discutir que esse processo não é linear, existe uma série de eventos que confluem para entendermos os estudos ligados as manifestações populares antes de ser denominado como patrimônio imaterial. O exemplo do movimento encabeçado por alguns folcloristas brasileiros representa a articulação desses debates com o olhar voltado para as “tradições populares”.

Os indícios de ações de preservação começam antes mesmo do próprio Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Esse movimento tem por atuação os primeiros folcloristas no Brasil, que buscariam na “cultura popular” os elementos que evidenciassem o signo da nacionalidade, objetivos que não se distanciavam do contexto europeu. Entende-se que essa visão tinha a forte influência das concepções forjadas pelos antiquários e pelo romantismo, mas que com o passar do tempo as ideias precisariam de bases teóricas e metodológicas para o avanço desse campo de estudos (Cavalcanti, 2012).

Enfatizar a atuação das pesquisas folclóricas para esse cenário é importante para entender que na época houve incentivos de buscar um modo de preservação, existente na cultura popular. Para Cavalcanti (2012), muito das ideias dos folcloristas sobre o sentido de “preservar” estava ligada aos procedimentos adotados pelos antiquários, ou seja, a forma de coleta por meio de um plano sistemático. Portanto, era adotado esquemas de classificação desses objetos, sem necessidade de discussão crítica.

Os fragmentos recolhidos pelo pesquisador erudito- moedas, documentos, relatos orais eram tomados como representantes de um passado sem cronologia precisa, índices de uma civilização ou de uma forma de vida desaparecida ou em vias de desaparecimento. Tal traço seria particularmente marcante justamente no estudo das "antiguidades populares", onde, comumente, os produtos da cultura popular, ainda não maculados pela civilização urbana, despertavam o que Ortiz (1983, p. 27) chamou de "nostalgia folclórica" (Cavalcanti, 2012, p.78).

Cavalcanti (2012), demonstra que a construção do *ethos* dos estudiosos de folclore, ainda alçados em ideias românticas, se uniriam ao espírito colecionador dos antiquários. Como

congêneros aos estudos europeus, buscavam em suas “especificidades” e “singularidades” os elementos que faziam da sua cultura distinta de qualquer outra, pois, como afirma:

Teriam sido os românticos os primeiros a enfatizar a particularidade e a singularidade das sociedades históricas, e a perceber a importância da especificidade cultural do Oriente e da Idade Média europeia. Em sua própria sociedade, o romantismo valorizou a diferenciação dos elementos distintos e singulares, colocando-os em séries de contrastes (Cavalcanti, 2012, p.81).

A abordagem das manifestações “populares” surgia entremeada pelas concepções enraizadas do ideário romântico e das tradições calcadas do mundo europeu. Por esta razão, Cavalcanti (2012) destaca as principais figuras do movimento folclorista no Brasil, sendo os estudos de Silvio Romero (1851-1914) e Amadeu Amaral (1875-1929).

Pela ótica desses intelectuais, ambos chamavam a atenção para o diletantismo dos estudos folclóricos, prezando pela cientificidade do campo. Para que pudesse se desenvolver, seria necessário constituir “[...] um critério comum a todos os folcloristas na coleta do material seria, então, fundamental para alcançar a realidade da tradição popular autêntica sem enxertos nem remendos” (Cavalcanti, 2012, p.87).

Cavalcanti (2012), destaca outro intelectual fundamental para os estudos folclóricos, Mário de Andrade (1893-1945). Ela ressalta que as contribuições desse intelectual trouxeram um mapeamento muito grande de diferentes manifestações populares até então desconhecidas pelo público da época, além de atrair interesses da sociedade acadêmica com a aproximação e crescente estruturação das Ciências Humanas e Sociais que surgia no país.

No Brasil, refletiu-se essa noção na primeira legislação patrimonial do país, sancionada por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. A partir dessa legislação, destaca-se em seu art. 1º o conceito de patrimônio histórico e artístico:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937, loc.1).

O país vivenciava a vigência do Estado Novo (1937-1945), tornando restritivo a adoção de ambientes democráticos que favorecessem a ampla discussão desta política de preservação. Conforme Oriá (2020), a adoção dessa política pelos entes federados estava pautada na preservação do patrimônio edificado e arquitetônico – a chamada “pedra e cal” – notoriamente resultaria na predileção de determinados bens culturais em detrimento de outros.

Essa política foi colocada em prática, principalmente, na gerência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, adotando a preservação

de “[...] igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços” (Oriá, 2020, p.131).

Os ares da preservação não estavam fomentados pelas discussões somente das instituições governamentais, também era necessário se perguntar o que o Brasil tinha de salvaguarda nacional, por isso, articulava-se nesse período intelectuais que discutiriam a cultura popular como foco de interesse. Alçada na concepção de unificação nacional e teorias raciais, inspiradas pelo contexto de criação de símbolos nacionais, buscaram na cultura popular a relação da mestiçagem como especificidade brasileira diante da arena internacional.

Essa forma de empreendimento tem por atuação o Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando da sua direção no SPHAN em 1937, na qual suas atividades duraram mais de 30 anos, constituindo à preservação de vários espaços históricos como Patrimônio Cultural Brasileiro, ficando conhecida como “fase heroica”. As suas ações delinearão as feições do que seria o SPHAN, visando o departamento como salvaguarda das relíquias históricas e artísticas, com fins de uma educação do povo brasileiro sobre os bens nacionais.

Segundo Silva (2010), a estrutura do SPHAN no período em que emergia era caracterizado da seguinte forma:

Em relação à estrutura do órgão, já em 1936, antes da publicação da lei, funcionava apenas com um pequeno grupo de colaboradores que se resumia, além do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, em um assistente técnico, nos arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Alcides da Rocha Miranda, em um secretário e duas datilógrafas. Além dessa equipe, contava com a colaboração de intelectuais de outros estados que se responsabilizavam pelo levantamento do patrimônio de sua região e que ficavam responsáveis pela contratação provisória de profissionais — fotógrafos, desenhistas — em cada trabalho de inventário ou tombamento realizado. [...]

[...] Assim como ocorre hoje, os representantes estaduais eram uma escolha pessoal do diretor, endossada pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Em 1937 essa escolha recaía sobre os intelectuais de maior peso em cada uma das oito regionais em que dividiu o país, desde que alinhados com a política do Ministério da Educação, o que ocorre ainda hoje na escolha dos superintendentes de cada uma das unidades. É interessante ressaltar que essas escolhas são políticas e estão sempre vinculadas aos partidos que detêm o controle das políticas nacionais. Outro aspecto interessante que também se mantém é a participação majoritária dos arquitetos, apesar da ampliação dos interesses nos atos de tombamento (Silva, 2010, p.49).

A concepção de instituir o SPHAN estava calcada na ideia do Brasil ser inserido nesse mundo moderno, na qual coube a equipe formada por Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, com a colaboração de Mário de Andrade, sob a liderança e apoio de Gustavo Capanema, para a organização e estruturação do SPHAN. Diante da mobilização desses intelectuais, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional estava

ligado ao projeto de destinar as ações de proteção do SPHAN a arquitetura dos tempos do Brasil-colônia, como elementos para a construção da identidade nacional, legitimando a arte e a arquitetura moderna (Silva, 2010).

Para tanto, essa valorização da arquitetura colonial como patrimônio representativo e simbólico do nascimento da nação não dependia somente da institucionalização do SPHAN, necessitava de ampla discussão, motivo que se criou a Revista do Patrimônio, ainda em 1937. Nesse sentido, a maioria das matérias publicadas estariam voltadas para a cidade de Ouro Preto, pelo fato de possuir muitas edificações coloniais e as notórias obras de Aleijadinho, além dos fatos históricos do lugar considerados como relevante para a história do Brasil.

De certo modo, a atuação desses intelectuais contribuiria para a busca da identidade nacional perante o contexto internacional, coadunando com os projetos unificadores da nação. Mesmo diante das críticas que podemos tecer atualmente, ainda assim, os estudos de Mário de Andrade, por exemplo, representaria uma amplitude muito maior ao próprio conceito de bem cultural em contraposição ao que estaria explicitado no Decreto-Lei Nº. 25 de 1937.

O contexto do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) alavancou essa preocupação pela preservação de bens culturais e naturais da humanidade, pela qual a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tornou-se responsável pelos encontros de diferentes países para elencarem pautas relacionadas ao patrimônio.

Arqueólogos, historiadores e arquitetos, entre outros profissionais, passaram então a realizar simpósios para chamar a atenção de todo o mundo para a importância do legado histórico que os monumentos arquitetônicos e as obras de arte representavam para a humanidade. A partir de novembro de 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) engajou-se nesse campo e passou a promover reflexões sobre estratégias pacíficas de desenvolvimento, em particular, nas áreas das Ciências Naturais, Humanas e Sociais, da Cultura, da Comunicação, da Educação e da Informação (Pelegri; Funari, 2014, p.32).

Nesse meandro das políticas internacionais, posteriormente, teríamos por meio do Decreto Lei n.º 9.290 de 1947, a criação da Comissão Técnica de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), denominada também pelos folcloristas como Comissão Nacional de Folclore, ligada ao organismo nacional da Unesco, dirigida por Renato Almeida. Nesse sentido, o Brasil seria o primeiro país a atender às diretrizes da UNESCO através desse movimento institucional, destinando esforços para a sistematização dos estudos folclóricos no Brasil como campo cada vez mais científico (Cavalcanti, 2012).

Diante da globalização e suas teias de conexão, não somente como estratégias de criação de "nichos" de mercado, poderíamos questionar: quais relações podem ser estabelecidas entre esse alinhamento dos organismos internacionais com as políticas e institucionalizações dentro

do território brasileiro? A resposta para essa questão nos faz pensar nas formas de explorar a diferenciação do local com outros países. Assim, considera-se as proposições de Hall (2006) em pensarmos o global em uma nova articulação entre “o global” e “o local”.

Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identidades “globais” e novas identidades “locais” (Hall, 2006, p.77).

A intenção de trazer o “jogo de escalas” flexiona para as discussões historiográficas já realizadas em outros processos de investigação e discussão, realizados em diversos países, algo visto nos estudos realizados na Índia, pelo Grupo dos Estudos Subalternos. Sob a perspectiva de Chakrabarty (2010), os domínios vistos do imperialismo vão muito além da tutela de países europeus sobre o restante do mundo, deixando claro que os grupos “subalternos” ressignificam esse processo, sabendo a importância da criação e afirmação identitária para que possa ser reconhecida perante o contexto internacional.

Nesse sentido, ao identificarmos as instituições e os trâmites de discussões voltados para o tema de patrimônio, significa perceber as lógicas operantes quando da criação das políticas de preservação para o território nacional. Ao mesmo tempo, cria-se uma rede de contatos entre intelectuais no Brasil que vão delinear os conhecimentos sobre o que conhecemos como “folclore”, projetando essa ideia para o país a fora. Para Souza e Britto (2023, p.5),

[...] é possível visualizar essas agências como instituidoras de uma política de informação e de um regime de informação sobre o folclore, ou seja, um “modo de produção informacional dominante numa formação social, que prescreve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação”. Ao mesmo tempo, “resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sócio-cultural e política”.

A partir desse alinhamento do Brasil com as diretrizes propostas pelo organismo internacional da UNESCO, constitui-se uma rede de pesquisadores interessados em colaborar para a autonomização do campo do folclore, contando com o intermédio da chancela do Estado e das organizações culturais que promoverão encontros, publicações, conferências, seminários e associações. Conforme Souza e Britto (2023, p.5),

Entre as ações desenvolvidas, criaram as Subcomissões Estaduais de Folclore, em diálogo com instituições culturais e estudiosos locais, promovendo um “labor sistemático, pela congregação dos folcloristas brasileiros, incentivando seus trabalhos, inclusive de campo, e organizando Semanas, Seminários, Congressos, Exposições e Festivais, além de publicações”.

Essas ações resultariam na coleta de diferentes registros, documentários, fotografias, objetos culturais etc., favorecendo a configuração do país em uma rede de informações sobre as expressões e manifestações da cultura popular. Portanto, o Brasil estaria inserido em uma “localização do global”, como país pertencente a infopolítica de registros/provas de um fato considerado folclórico através da institucionalização do IBECC.

Essa problematização é relevante pois o IBECC se tornou um espaço central no delineamento de um discurso de cientificidade do Folclore, o que pode ser visualizado em situação análoga com o lugar ocupado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), no âmbito do Patrimônio. Dessa forma, é possível pensar o IBECC como uma Academia, nos termos definidos por Mariza Veloso Santos, quando reconheceu o Sphan como uma instância de institucionalização de um lugar de fala, com a formação discursiva específica ancorada na ideia de registro da Nação a partir da circulação de séries simbólicas que “construíram um texto sobre a brasilidade, através de documentos” (Souza; Britto, 2023, p.13).

Por meio desse alinhamento com o organismo internacional e do Estado brasileiro que haverá a criação das comissões estaduais compostas por diferentes intelectuais para pensar o folclore nessas esferas políticas. No entanto, não podemos considerar a criação dessas comissões de forma espontânea, conforme aponta os estudos de Martins (2015) em que a criação das comissões estaduais dependia de um convite da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), criada em 1947, demonstrando a influência das indicações centradas nas mãos dos intelectuais, como Renato Almeida, Guilherme de Melo e Mário de Andrade, na sede do Rio de Janeiro.

Para além da indicação, a relação de parentesco de renomados intelectuais promoveu também a subida de pessoas a cargos de destaque dentro das comissões estaduais. Como é explicitado por Martins (2015, p.35-36), sobre a Subcomissão Maranhense de Folclore:

No caso do Maranhão, o convite fora enviado por Renato Almeida a Antônio Lopes, no ano de 1948, para que ocupasse o cargo de secretário-geral da Subcomissão Maranhense de Folclore, que estava prestes a ser criada. Cabe ressaltar que Antônio Lopes era sobrinho de Celso Magalhães, um dos primeiros estudiosos a se dedicar ao folclore, o que lhe conferia certo prestígio. No ano de 1948, a Subcomissão Maranhense de Folclore foi organizada tendo como membros, Antônio Lopes, intelectuais como Domingos Vieira Filho e Fulgêncio Pinto, já atuantes nos estudos de folclore maranhense. O primeiro apelo feito pela Subcomissão recém-criada foi a organização de um cancionário com um repertório completo das cantigas de bumba-meu-boi no Maranhão, pois segundo os folcloristas, era um trabalho que ainda não havia sido realizado com “grande precisão”.  
[...] O afastamento de Antônio Lopes da Subcomissão e o seu posterior falecimento, em 1949, ocasionou a substituição por Domingos Vieira Filho, que se tornou o novo secretário-geral a partir de então.

Nesse intento, a defesa de Domingos Vieira Filho com os trabalhos sobre o bumba-meu-boi nos anos de 1950, trazem a intencionalidade de destinar os estudos folclóricos como

articulação de “salvaguarda”, pois as transformações e mudanças advindas do mundo moderno aos folgedos eram vistas como “perca dessa tradição”. Portanto, os intelectuais que assumem a Subcomissão em seus primeiros anos, diante de limitações teóricas e metodológicas, vão ser muito seletivos na forma de eleger quais manifestações culturais expressam a essência da representatividade da cultura popular maranhense.

Podemos afirmar que esses debates não estão a parte do que ocorria no contexto a fora, quando dos encontros internacionais promovidos pela UNESCO. Têm-se, por exemplo, a Convenção realizada em Haia (1954), a Conferência Nova Delhi (1956) e o Congresso de Veneza (1964), que foram movimentos importantes nesse debate sobre o patrimônio, mas ainda voltados para a preservação dos bens culturais pertencentes aos setores dominantes da sociedade.

Em consonância as proposições de Pelegrini e Funari (2014), diversos agentes sociais, ao longo da metade do século XX, questionavam os padrões de conduta e conceitos cristalizados pela UNESCO, restritos a “memória histórica” irradiadas pela concepção europeia e das suas formas de inspirações artísticas, impulsionando a revisão epistemológica do termo pela História e a Antropologia nesse período.

Ainda conforme Pelegrini e Funari (2014), a Unesco conseguiu mobilizar, em 1972, cerca de 148 países para esse debate, promovendo o diálogo com diferentes especialistas nas áreas de conhecimento e alinhando em conferências com as autoridades políticas “[...] instrumentos normativos que têm influenciado a legislação, as políticas públicas de cultura e as medidas concretas adotadas por vários países” (Pelegrini; Funari, 2014, p.33).

No entanto, essa forma de mobilização de proteção aos bens culturais manteve-se na concepção circunscrita aos “bens de cal e pedra”, bem como a obras de arte pertencentes ao continente europeu e correlacionados. O giro na concepção sobre a seleção de bens culturais e aos sentidos de preservação surgiam com questionamentos e contestações nas conferências da UNESCO, como destaca Pelegrini e Funari (2014, p.36):

A concretização das proposições da Unesco e demais organizações envolvidas com a defesa do patrimônio cultural foi possível em função da amplitude adquirida pela “Convenção do Patrimônio Mundial”, celebrada em 1972. Esse pacto internacional impulsionou a mobilização de alguns países signatários da convenção, em particular, da Bolívia, que reivindicava maior atenção às manifestações relativas à “cultura tradicional e popular”. Tal exigência suscitou, na década de 1980, investimentos em soluções jurídicas com vistas à proteção da cultura e de suas práticas, por meio de documentos reconhecidos internacionalmente. Entre eles, talvez o mais importante tenha resultado da “Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais”, realizada em Mondiacult (México), em 1982, dada a relevância atribuída às relações entre a cultura e a identidade dos povos.

O passo a ser tomado após a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, organizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), refletiu sobre as interpretações das políticas de salvaguardas, conferindo a importância de preservar as minorias culturais e as demais culturas do mundo. Em suma, as discussões sobre o conceito de cultura inscreveram-se sob a ótica de “intercâmbio de ideias e experiências”, ou seja, abrangia outras formas de apreciar manifestações e tradições diversos, mas cabe ressaltar que a construção conceitual de “cultura” ocorrerá de forma diferente em cada contexto político e nacional.

No final da década de 1970, o Brasil vivenciava a luta pela democracia e a atuação de movimentos sociais que reacenderiam o debate sobre as raízes da identidade cultural brasileira. Esse movimento político na história inflexionou os órgãos competentes a buscarem aperfeiçoar as políticas públicas de preservação, aprofundadas pelas pesquisas, projetos e ações que refletiram na terminologia moderna de “patrimônio cultural”.

Esse movimento também repercutiu na criação em 1975 do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob a direção do designer Aloisio Magalhães, acreditando que os bens culturais nacionais eram forças somatórias do branco, negro e indígena, tendo como base o projeto de Mário de Andrade sobre o patrimônio histórico, pressupondo a preservação de achados arqueológicos ligados as populações ameríndias, as práticas populares e eruditas, além das influências culturais dos estrangeiros. Portanto, os fins de sua criação era para “[...] o desenvolvimento de experiências voltadas para o conhecimento e apoio das mais diversas manifestações culturais, com especial atenção ao chamado “patrimônio não consagrado”, bem como para ações visando à inclusão das comunidades envolvidas como parceiras” (Fonseca, 2017, p.159).

Conforme Fonseca (2017), a opção pelo foco na noção de “referência cultural” favoreceu a abertura de um espaço para diálogos e projetos inovadores no campo do patrimônio, essas experiências articuladas com a própria mobilização dos movimentos sociais foram importantes para a elaboração dos capítulos relativos à cultura na Constituição Federal de 1988.

A Constituição brasileira em seu art. 226, Seção II – DA CULTURA, ampliaria a noção de patrimônio cultural, quando do reconhecimento de outros bens para além do material, adotando em seu interior outras formas de preservação como o registro e o inventário, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, s/n).

A Constituição, por sua vez, não se restringia mais ao “patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico”, envolveu os aspectos eruditos e populares, individuais e coletivos, materiais e imateriais. Aspectos desde que sejam enquadrados na noção de “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, o que requer discussões mais afincoas em relação a essa construção identitária.

Na 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco em 1989, originou-se a criação do documento “Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, quase uma década depois, o Informe da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, com o documento “Nossa Diversidade Criativa” de 1996 (Pelegriani; Funari, 2014). Ambos os documentos representam as discussões voltadas para categorias basilares sobre a necessidade de sistematizar formas de proteção aos bens culturais, bem como para a elaboração de inventários dos direitos culturais.

Como ressalta Pelegriani e Funari (2014, p.39),

Convém lembrarmos que, entre os direitos culturais, listavam-se o direito autoral, o direito à participação na vida cultural (criação e fruição), o direito à difusão, o direito à identidade cultural (ou de proteção do patrimônio cultural) e o direito à cooperação cultural internacional. O primeiro direito cultural a ser reconhecido foi o direito autoral. De certa forma, a sua instituição legal esteve articulada aos ideais revolucionários eclodidos na Inglaterra (1688), nos Estados Unidos (1776) e na França (1789), mobilizações que corroboraram para o reconhecimento da criação intelectual e artística como uma das mais autênticas propriedades individuais.

A partir desse momento, cabia aos membros Estados conferirem estudos e procedimentos metodológicos para a identificação da cultura tradicional e popular. Nesse intento, traçava-se:

[...] a execução de inventários nacionais de instituições interessadas nessa temática e sua inclusão em listas de registros regionais ou mundiais, bem como o desenvolvimento de estudos capazes de catalisar sistemas de registros, utilizados pelas referidas instituições como catálogos ou guias de compilação, visando garantir sistemas coordenados de classificação e a criação de tipologias normativas sobre a cultura tradicional (Pelegriani; Funari, 2014, p.40-41).

É importante ressaltar que tais formas de registros subsidiariam como referenciais tanto para futuros pesquisadores quanto para os portadores de tradições, uma vez que deveriam registrar as percepções da continuidade ou não de determinadas práticas. Sob o ponto dos

conferencistas acreditava-se no “[...] caráter ‘evolutivo’ que nem sempre permitia uma proteção ‘direta’ e ‘eficaz’” (Pelegrini; Funari, 2014, p.41).

Como bem pontua Pelegrini e Funari (2014), pensar a cultura em termos “evolutivos” implica na noção de hierarquização de culturas, tendo como referência hegemônica a própria cultura ocidental europeia, principalmente no que tange ao patrimônio imaterial. O âmago dessas “idiossincrasias” referentes ao conceito de patrimônio imaterial vão suscitar debates no campo da Antropologia e da História no início do século XXI.

Atualmente, foram definidas pelo assessor técnico internacional da UNESCO, o francês Hugues de Varine-Boham, a noção de patrimônio cultural em três categorias:

Em primeiro lugar, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. Nesta categoria, podemos citar os rios, os peixes desses rios, os vales e montanhas que circundam tais rios, etc., enfim, são os recursos naturais – o chamado *hábitat* natural. A segunda categoria de bens culturais refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer, compreendendo, pois, toda capacidade de sobrevivência do homem em seu meio ambiente. Esta categoria inclui os elementos não tangíveis do patrimônio cultural.

Já o terceiro grupo de elementos é considerado o mais importante de todos, pelo fato de reunir bens culturais propriamente ditos, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos, obras e construções obtidas a partir do próprio meio ambiente e do saber-fazer humano (Oriá, 2020, p.133).

Por este motivo, ao pensarmos no patrimônio imaterial no Brasil, constitui-se diferentes critérios para patrimonializar um bem cultural pelo IPHAN. Parte desses procedimentos estão ligados ao encontro realizado em Fortaleza, em 1997, no “Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”.

O encontro propiciou pensarem em propostas que foram encaminhadas para o ministro da Cultura, no sentido de tomar providências para a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos. Essa ação resultou no ano de 2000 a aprovação do Decreto nº. 3.551, dando origem aos quatro livros de registro: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão, Livro dos Lugares (Fonseca, 2017).

No exemplo colocado por Fonseca (2017, p.163):

Um bom exemplo dessa situação é a salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro-AM, bem registrado em 2010 no Livro dos Saberes. Trata-se de um conjunto articulado de conhecimentos, práticas, sentidos e valores em torno do cultivo, processamento e utilização de diferentes espécies de mandioca, muitas delas desenvolvidas pela comunidade no exercício dessa atividade e a partir de trocas codificadas entre os detentores.

De acordo com as contribuições de Melo e Cardozo (2015), em seu artigo “Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial”, demonstram que a realidade do processo de

patrimonialização das práticas intangíveis não são dissociadas do processo histórico constituído em sua manifestação, como foi o caso da Bahia:

No caso brasileiro, é interessante citar o Ofício das Baianas do Acarajé, que foi tombado em agosto de 2005 como patrimônio imaterial brasileiro. Neste caso o que foi valorizado não é o alimento em si, mas o trabalho das mulheres neste ofício, que é uma síntese da história dos negros e da escravidão no Brasil, algo que era impensável antes dos anos 2000 no Brasil. Não se pretende fazer a apologia do patrimônio imaterial como uma saída para as misérias das classes subalternas, pois é imperioso não se perder de vista que estas misérias são consequências estruturais da sociedade capitalista, em sua especificidade brasileira (Melo; Cardozo, 2015, p.1068-1069).

Sobre o direcionamento de políticas para a preservação do patrimônio imaterial, têm-se como principal finalidade a conscientização dessas práticas de preservação, alinhadas com projetos que efetivem a perspectiva de uma educação patrimonial. Portanto, são esforços para manter vivo as práticas culturais de determinados segmentos sociais e da conscientização de outras pessoas que tomam conhecimento de sua existência, mas que tais manifestações não deixarão de sofrer mudanças ao longo do tempo.

Corroborando com as colocações de Monteiro (2016) sobre o patrimônio imaterial também ser uma política de reparação, uma vez que sua implantação traz o reconhecimento e a valorização dos saberes e práticas que resistiram as mais diferentes formas de apagamento. Buscando atender principalmente o que está preconizado pelo Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, ao dizer em suas diretrizes que “[...] estabelece que a salvaguarda deve ‘promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial’” (Monteiro, 2016, p.78).

No tocante aos processos de delineamentos dos registros de bens imateriais no Brasil, que ocorrerão a partir deste novo século, cabe destacar que essa temática tem sido alvo de interesse pela sociedade civil organizada. Destaca-se, também, as demais entidades e associações de classe, a exemplo do Instituto de Arquitetos Brasileiros (IAB), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação Nacional de História (ANPUH), entre outras, que buscaram incorporar essas pautas de lutas dentro dos âmbitos da universidade e da pesquisa.

A ANPUH, por exemplo, tem reunido ao longo dos últimos anos interessantes apresentações e publicações de alguns desses trabalhos, evidenciando avanços para o debate da temática, mas que ainda requer, principalmente, medidas efetivas do poder público com relação ao assunto.

Em síntese, podemos afirmar que esse movimento intelectual que antecede a articulação das instituições responsáveis pelos bens a serem preservados pelo mundo demonstra a relação existente dos ideários sobre a cultura, em especial a popular. Esse contexto é basilar para a

própria construção das políticas adotadas para a identificação das manifestações culturais, algumas delas tomadas como “tradição”, e que, posteriormente, viria a ser chamado de patrimônio imaterial.

### **1.3 A formação territorial do Maracanã: aprofundamentos sobre o lugar e seu arquétipo histórico como potencial patrimonial**

Diante dos apontamentos suscitados nos subtópicos anteriores, entendemos que os espaços formados pelas relações sociais dialogam com as especificidades históricas do lugar. Por este motivo, é imprescindível situarmos os elementos que constituem esse espaço territorial do Maracanã como significado de pertencimento e de noção como “comunidade”. Por este motivo, analisamos o processo de construção histórica da comunidade do Maracanã com as festividades locais, pois expressa a manifestação das relações identitárias, na qual enfatizaremos com mais profundidade a Festa da Juçara.

*A priori*, antes mesmo do território do Maracanã ser delimitado como espaço definido politicamente, isto sob a ótica do aparelho estatal, ele se constitui como espaço social anterior ao território, propiciados principalmente pelas redes de conexões que os fluxos dos rios que entrecortam a região e as matas possibilitavam entre a “citadina” e o “interior” da Ilha Grande. Face a esse fato, instiga pensarmos a confluência de contatos de povos indígenas, negros (escravizados, libertos e/ou fugidos, livres) e brancos na região, ainda que se apresente um desafio nos debates acadêmicos de pensar na representação dessa história nas festividades locais.

Os relatos que compõem o vislumbre dessas populações nativas na Ilha Grande se constituem a partir dos cronistas do século XVII, destacando-se o padre Claude d’Abbeville, juntamente com o Reverendo Arsênio, Senhor de Rasily, Senhor de Launay e o Senhor Des Vaux. A trajetória de Claude D’Abbeville, a partir dos seus relatos, em terras Tupinambás expressam algumas características materiais e organizacionais da vida social dos indígenas, ainda que se trate de um modo de enxergar essas relações entre os indígenas sob a perspectiva do europeu.

A partida dos padres capuchinhos do Convento de São Francisco em 28 de setembro, em companhia de alguns criados e indígenas, os levaram a relatar sobre a existência de 27 aldeias, dentre elas a região pela qual temos interesse, o “Maracanã Pisip, é o nome da décima-quinta aldeia e também de um grande pássaro. Tem três principais: Terere, o que quer dizer o nome, Ajuru-Uaçu, papagaio grande, e Uará Obuí, pássaro azul” (D’Abbeville, 1945, p.143).

É curioso perceber que houve, praticamente, a permanência do mesmo nome “Maracanã Pisip”, atualmente denominado somente como “Maracanã”, bem como de outras localidades de São Luís carregam quase que o mesmo nome contido nos relatos de Claude D’Abbeville das aldeias em que ele percorreu nesse período. Destaca-se, por exemplo, a Junipará (atual Geniparana), Itapari (atual Itapari), Januaren (atual Jaguarema), Maioba (atual Maioba), Turu (atual Turu), Gapara (atual Gapara), entre outros.

De acordo com Sbrana (2017, p.61-62) pode ser entendido como

[...] a permanência da configuração territorial do corpo de aldeias. Por sua vez, a localização do conjunto de aldeias pode indicar também um sistema de comunicação e uma teia de relações políticas e sociais que, embora silenciadas no discurso, permaneceram durante um tempo de longa duração na vivência prática das populações.

Sbrana (2017), ao discutir os conceitos de “circularidade cultural” e de “cultura intermediária”, proposto por Carlo Ginzburg e Hilário Franco Júnior, respectivamente, propõe a utilização da ideia de “espaço intermediário” como mais adequado para as suas análises, pelo “[...] fato de que, tanto no caso de Carlo Ginzburg, quanto no de Hilário Franco Júnior, a problemática está centrada na relação de uma sociedade consigo mesma desde sua formação” (Sbrana, 2017, p.90).

Portanto, para analisar esse processo de encontros entre Tupinambás e europeus, o conceito adaptado por Sbrana (2017) permite estabelecer relações entre esses elementos semelhantes que transitaram entre essas duas culturas distintas, ou seja, sob a premissa que foram possíveis de se relacionar a partir de uma matriz cultural comum aos dois povos. Por exemplo:

A aquisição de um nome cristão possibilitada pelo batismo, guardava semelhanças com a troca de nome que ocorria após o esfacelamento do crânio de um inimigo. Temos, portanto, a troca de nome como elemento semelhante tanto no batismo quanto no ritual de esfacelamento do crânio dos inimigos, que [...] poderia ocorrer em uma guerra, em um ritual antropofágico, e até em casos como o desdenhado pelo padre Yves d’Evreux (Sbrana, 2017, p.91).

Nesse sentido, Sbrana (2017, p.92-93), ao propor a conceituação de “espaço intermediário”, considera:

1) Que os europeus, quando chegaram ao continente americano, traziam consigo elementos culturais que vinham se desenvolvendo de maneira dinâmica desde a implementação e expansão do Cristianismo na Europa Ocidental. Por outro lado, os povos tupinambá que os receberam também estavam consolidando relações que vinham se reproduzindo, também de maneira dinâmica, desde pelo menos o século I de nossa era, quando seus antepassados alcançaram e se fixaram nas áreas litorâneas das terras baixas do continente americano.

- 2) Que, desta forma, estas sociedades, apartadas pelo Oceano Atlântico, passaram por processos de formação distintos e consolidaram relações que vinham se reproduzindo de maneira dinâmica durante um tempo de longa duração;
- 3) Que no momento de encontro (tempo do contato), para além das diferenças antagônicas, do choque e das rupturas provocadas pelo contato, os dois imaginários, ainda assim, também se conectaram;
- 4) Que essa conexão ocorreu porque havia elementos que, embora fossem formados por estruturas diferentes, apresentavam formas semelhantes;
- 5) Que o chamado espaço intermediário deve ser entendido como um espaço simbólico posicionado entre os dois imaginários e servindo de palco para a conexão dos elementos semelhantes, possibilitada pelo raciocínio analógico, naquele período, comum às duas sociedades;
- 6) Que esses elementos, ao se conectarem, levaram consigo elementos antagônicos que, antes, se repeliam.

Face as proposições de Sbrana (2017) citadas acima, podemos considerar que o uso conceitual e tratamento metodológico adotado para com os relatos dos padres capuchinhos do século XVII, é uma possibilidade de leitura sobre esses contatos. Entretanto, podemos questionar em nosso fazer: quais as categorias conceituais e ferramentas metodológicas para se pensar o contato entre indígenas e negros (escravizados, libertos e/ou fugidos, livres) na Ilha Grande, em especial no Maracanã?

Em hipótese, podemos suscitar que as festividades podem desvelar como esse “encontro” entre o elemento indígena e negro confluíram para o “casamento” no que hoje encontramos nos toques musicais, canções, danças e representações expressos em personagens e indumentárias. Será que os toques de tambores de matriz-africana, com seus pandeiros, não poderiam ser incrementados com os toques dos maracás dos tupis nesses encontros festivos? Por que a (in)visibilidade do indígena se torna mais difícil de situar na sociedade ludovicense?

Para entender esses questionamentos, sem a pretensão de buscar pelo “mito das origens”, voltamos para o século XVIII, em que algumas documentações das Juntas de Missões nos abrilhantam com informações sobre o movimento desses indígenas na Ilha Grande. Ressalta-se que a instalação da

[...] Junta das Missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará, em um primeiro momento, foi instituída somente uma Junta, tendo seu local de funcionamento condicionado pela estadia do Governador, responsável por convocá-la e presidi-la, que ora estava em São Luís, ora estava em Belém. No entanto, esta configuração se alterou em 1701 quando foram instaladas a Junta das Missões do Grão-Pará e a Junta das Missões do Maranhão (Mello, 2009, p.163, *apud*. Ferreira, 2018, p.48).

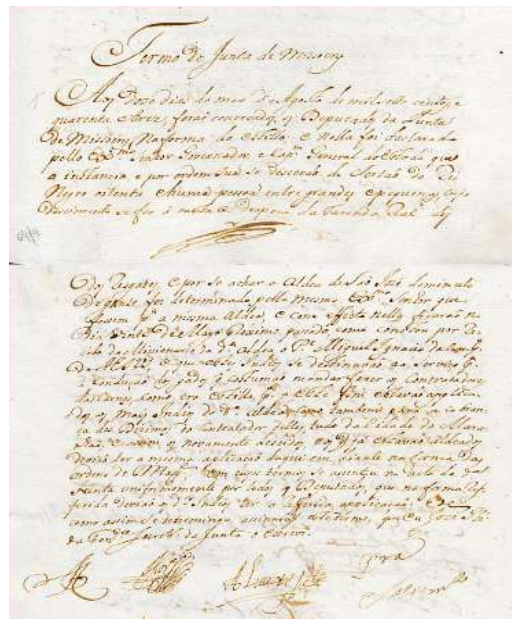
Conforme Ferreira (2018), a Junta de Missões na Capitania do Maranhão atuou entre os anos de 1683 e 1777. Nesse meio período, no ano de 1757, com as reformas pombalinas e a instituição do Diretório dos Índios na Amazônia, houve a reformulação na Junta das Missões para a Junta das Liberdades. Ferreira (2018, p.48) faz uma ressalva explicativa:

Deve-se apontar que a substituição ocorrida foi referente ao Regimento das Missões (1686) pela Lei de Liberdade dos Índios que instituiu o Diretório dos Índios. Nessa conjuntura, a Junta das Missões passou por um processo de reformulação, sendo designada, a partir de então, como Junta das Liberdades.

Essa reformulação das Juntas de Missões era em função da reorganização das unidades de domínios para o processo de territorialização, especialmente para ter melhor controle das populações escravizadas, motivo pela qual havia muitas disputas. Lembra-vos que a utilização dos conhecimentos indígenas para adentrar o interior da América Portuguesa era fundamental no processo de desbravar, pois desde a busca pelas drogas do sertão já “[...] os utilizavam também como caçadores, remadores, guias pelo caminho da floresta, sendo tal dependência agravada pelo gigantismo da região e pela não aclimatação à floresta” (Ferreira, 2018, p.46).

Em nosso processo investigativo, no “Livro dos Assentos, despachos e sentenças, que se determinarem em cada Junta de Missoeñs na Cidade de S. Luís do Maranhão” (1738-1777), demonstra o fluxo de indígenas do Pará para o Maranhão, conforme o documento, leia-se:

**Figura 5:** Termo da junta para a “descida” de indígenas<sup>7</sup>



Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/indio2021/#>.

Existem duas formas de movimento que podemos considerar desse documento, a partir do que o discurso expressa e pelo que ele silencia. O primeiro deles é a “descida” forçada de

<sup>7</sup> Termo da junta em que foi analisada declaração do governador e capitão-general do Estado dando conta de haver mandado descer 81 pessoas, entre grandes e pequenas, dos sertões do rio Negro para a aldeia de São José, na ilha do Maranhão, a fim de cuidarem do gado dos contratadores das carnes, como era hábito dos índios dessa aldeia. São Luís do Maranhão, 12 de agosto de 1743; fls. 9-9v.

indígenas do Pará para o Maranhão, foram artífices muitos utilizados para compor a mão de obra ao centro administrativo em formação no século XVIII. Conforme Ferreira (2017), em sua dissertação “Nas malhas das liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757)”, traz análises sobre a Junta das Missões não somente a perspectiva das atividades missionárias, desse intuito de conversão dos indígenas em cristãos e vassalos do rei, mas também as práticas econômicas que foram sendo desenvolvidas.

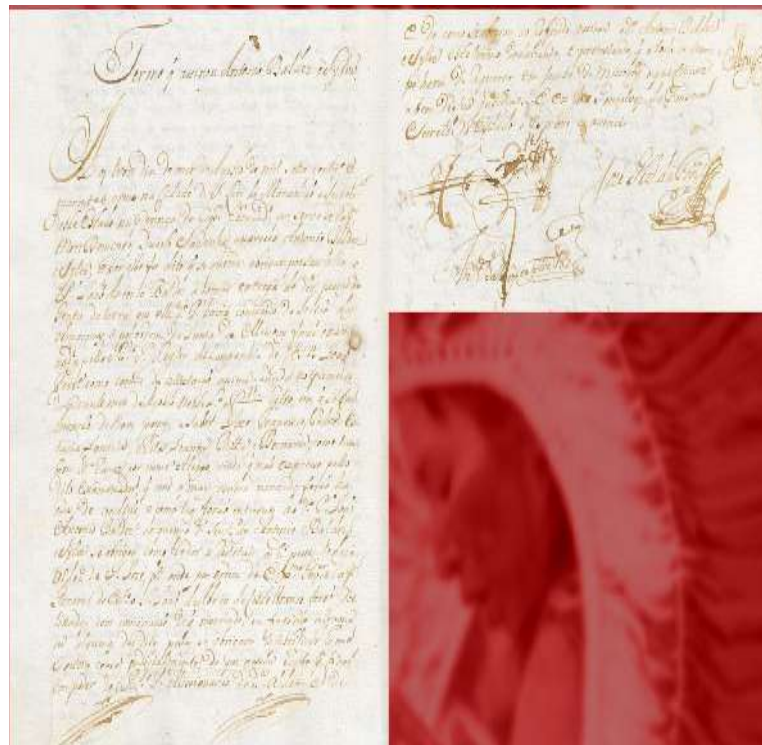
Em sua pesquisa, Ferreira (2017) atribui esse movimento advindo também pelo fato das epidemias disseminadas entre os decênios de 1720 a 1740, ancorado nas pesquisas de Rafael Chambouleyron, Benedito Barbosa, Fernanda Bombardi e Cláudia Sousa:

Primeiramente, a disseminação das doenças engendrou múltiplas transformações no campo do trabalho na Amazônia, uma vez que “ensejaram a rearticulação de práticas e concepções que viabilizavam o acesso à força de trabalho. Sem esses trabalhadores, fossem eles indígenas ou africanos, entendia que o Estado do Maranhão e Pará não aumentar nem se conservar”. Em segundo lugar está a relação das epidemias com a demografia, uma vez que causaram significativas reduções no contingente populacional no decorrer do período colonial. Desta feita, disseminou-se uma ideia de devastação, “decerto agravada pelo tipo de sociedade que ali se construiu, baseada no trabalho escravo e compulsório de indígenas [...] e, em menor grau, de africanos” (Ferreira, 2017, p.100).

Nesse sentido, podemos considerar o segundo aspecto desse movimento maciço dos indígenas nos postos de trabalhos para além das ações regulatórias de território exercida pelas governanças locais. Acredita-se que em função de seus saberes puderam se inserir na sociedade ludovicense desse período, dessa vez, sem o caráter disciplinador dos aldeamentos gerenciados pelos padres.

Esse contínuo fluxo de “descidas” de indígenas do Norte (refiro-me a região do atual Pará) ao Maranhão no decorrer do século XVIII, também perpassava pela contestação de alguns padres sobre as decisões tomadas pelas Juntas, conforme o outro documento, notifica-se o requerimento de Antonio Baldez e Silva:

**Figura 6:** Requerimento contestando a decisão da Junta<sup>8</sup>

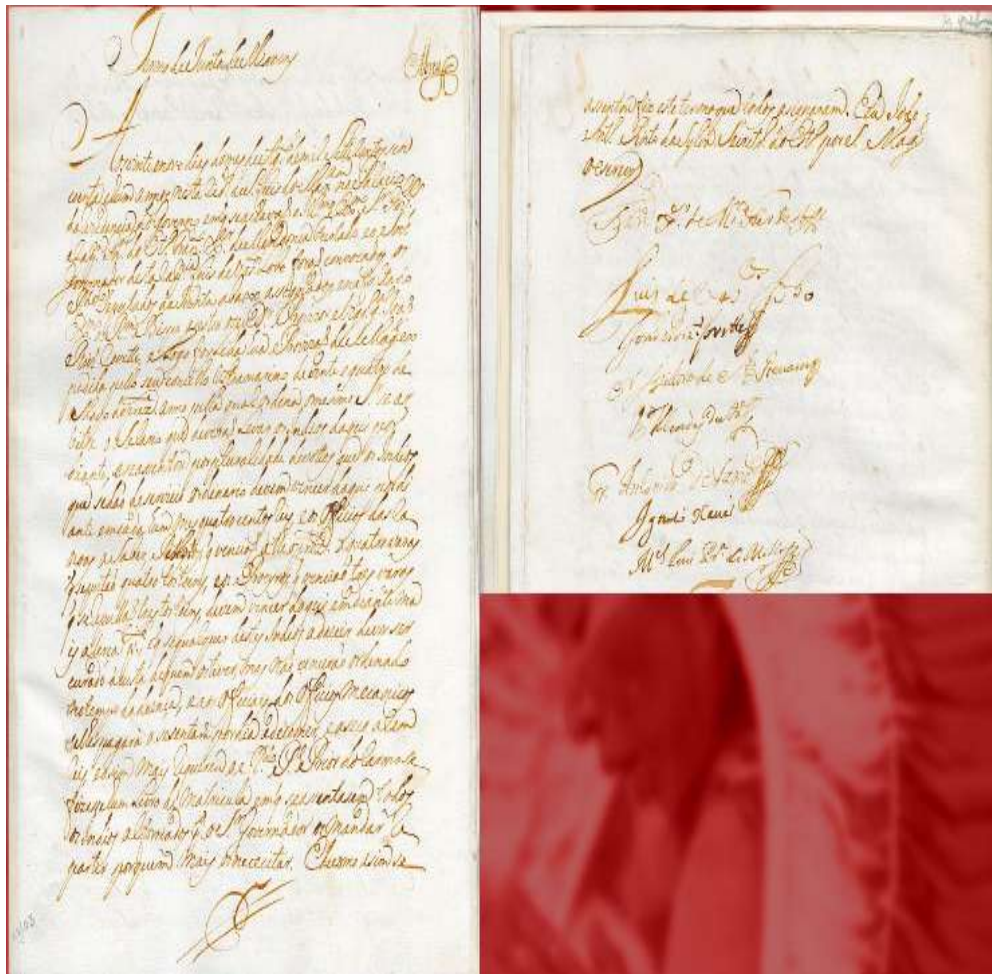


Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/indio2021/#>.

No outro documento abaixo, expressa como a situação do indígena estaria sendo condicionado a viver na capitania como “trabalhador” sob o jugo exploratório do branco, aproveitando de seus conhecimentos sobre a localidade para promover o processo de avanço ao interior da capitania do Maranhão e estabelecer formas de conexão dos materiais a serem exportados ou escoados de uma localidade para a outra.

<sup>8</sup> Termo de junta em que foi analisado requerimento de Antonio Baldez e Silva, pai e fiador do padre João Antonio Baldez, protestando contra decisão da Junta, que considerou livres do cativo 10 peças descidas por seu filho do sertão das Amazonas e postas na aldeia de São José, na ilha do Maranhão. São Luís do Maranhão, 13 de agosto de 1745; fls. 11-12.

Figura 7: Documento de provisória régia<sup>9</sup>



Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/indio2021/#>.

A distribuição de indígenas pela ilha em postos de trabalho forçou a estabelecer novas relações para com os companheiros e companheiras de trabalho, em especial a população negra. Ressaltamos que ainda deve existir uma vasta documentação não explorado no Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777) do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)<sup>10</sup>, bem como o vasto material sobre os povos indígenas do Maranhão existente no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, que podem desvelar processos sobre as relações dos povos indígenas e suas formas de contato na ilha de São Luís.

<sup>9</sup> Termo de junta em que foi lida uma provisão régia disciplinando o salário de índios empregados no serviço ordinário, como oficiais de canoas (piloto e proeiros) e como oficiais de serviços mecânicos; e requerido um livro dos assentamentos de índios alforriados para facilitar a divisão deles por quem necessitasse. São Luís do Maranhão, 29 de agosto de 1751; fls. 23-23v.

<sup>10</sup> Atualmente o APEM está situado temporariamente no anexo do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) localizado no Centro, devido ao processo de mudança da Rua do Giz, por conta da estrutura do prédio comprometida.

Sobre a potencialidade dessa documentação a ser explorada, destaca-se o que encontramos, por exemplo, no artigo “Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica” de Arkley Marques Bandeira, sobre a aldeia de Maracanã que traz o trecho do seguinte documento: “Termo de junta em que foi analisada representação do índio Caetano solicitando alforria para sua esposa, a índia Maria, da Aldeia Maracanã [...]. São Luís do Maranhão, 16 de setembro de 1748. Fl. 17v” (Bandeira, 2015, p.89).

O fragmento acima pode suscitar inúmeras indagações: Quem era o índio Caetano? Como conhecia a índia Maria? Seriam de localidades diferentes ou estavam em condições diferentes (livre ou escravizado) na mesma Aldeia? São muitas questões, pelas quais as respostas não podemos garantir nesse momento.

Nota-se que a categoria “índio” na época expressa a forma de identificar o outro, mas expressa a importância de entendermos as estratégias que podem ter sido utilizadas pelos próprios indígenas. Portanto, observar um processo de alforria movida por um indígena significa entender o “jogo” utilizado a partir dos mecanismos de poder do opressor, como característica das diversas formas de resistência.

A região de São Luís, antigamente abrangida pela maior parte como Vila do Vinhais, é um exemplo de diversos processos acionados sobre casos de indígenas sofrendo violência, como visto sobre os casos que eram levados para as decisões da Junta Governativa da Capitania do Maranhão quando tratava dos casos de violência a indígenas:

Ofício da Junta Governativa da Capitania do Maranhão ao Diretor da Vila do Vinhais comunicando ter recebido representação de índios contra indiscrição e crueldade com que foram castigados pelo seu diretor, que os ofendeu escandalosamente em seus direitos de liberdade estabelecidos em lei; e declarando que nenhum diretor ou qualquer autoridade tem poderes para punir e flagelar índios. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 26 de setembro de 1812; fls. 33-33v (Bandeira, 2015, p.90).

A documentação existente das aldeias situadas em São Luís, referente aos diferentes pedidos a Coroa Portuguesa, demonstram a ação de “pacificar” a população indígena a partir da concentração de sua permanência nesse setor de influência da cidadina. Essas análises poderiam ser ampliadas reunindo documentações em potencial, para percebermos o que Bandeira (2015, p.91) chama de cidade multiétnica:

Diferentemente dos escritos dos cronistas, a documentação do século XVIII e XIX relatava aspectos civis e administrativos e o trato da Coroa Portuguesa com os povos indígenas. Contudo, a indicação de algumas aldeias já transformadas em Vilas, auxilia, sobremaneira, na identificação das antigas localidades habitadas pelos Tupis e informam do aprisionamento e transferência de populações indígenas de diversas regiões do Brasil para a Ilha de São Luís, fazendo com que a região, após quase dois séculos da presença portuguesa se tornasse uma cidade multiétnica.

No entanto, ainda que não possamos explorar mais dessa documentação, evidencia-se que a História Oral é um campo fértil para se constituir o vislumbre de um passado. Eis que tecemos a relação desse período mais distante com o presente, afirmando que a dominação do colonizador não extinguiu ou substituiu o sangue dos povos originários nos descendentes que hoje ocupam as diferentes partes do Maranhão e do Brasil.

Com relação as memórias de moradores do Maracanã, trazidos na reportagem da *Mirante*<sup>11</sup>, é enfatizado a origem da comunidade do Maracanã na primeira metade do século XIX, no sítio Bacuri, um dos setes sítios históricos construídos as margens do Rio Bacanga. Segundo a reportagem, o lugar pertenceu a Manoel Jorge Valente, um dos primeiros fazendeiros de origem portuguesa a habitar essas terras.

Sobre esse proprietário, até então não se encontrou registros documentais de sua passagem pelo Maracanã, ele é rememorado pelos moradores da comunidade como sendo um homem que teve muitas propriedades e materiais de produção, a exemplo do forno de olaria. Em relação a capela de São Benedito, com a função de catequizar indígenas e negros no século XIX, quase não resta resquício por causa da construção e expansão de casas na região.

Apona-se nos estudos de Chaves (2007) esses resquícios nos monumentos históricos que representam uma parte do patrimônio arquitetônico local, constituídos na Fazenda Bacuri pelas “[...] Ruínas da Capela de São Benedito/ Porto Grande/ Poços de pedra/ Fornos de olaria” (p.125).

Ainda conforme Chaves (2007), os pareceres técnicos do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueológica do Maranhão e do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, foram importantes para indicar o potencial da Trilha do Baluarte como patrimônio cultural edificado e arqueológico, pois estaríamos diante de “[...] diversos testemunhos materiais referentes ao processo de ocupação histórica ocorrida no local” (Chaves, 2007, p.125).

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/2258899/#:~:text=O%20Rep%C3%B3rter%20Mirante%20deste%20s%C3%A1bado,zona%20rural%20de%20S%C3%A3o%20Lu%C3%ADs>. Acesso em: 17 jun. 2025.

**Figura 8:** Ruínas da capela de São Benedito:



**Fonte:** CHAVES, Janete Rodrigues de Vasconcelos. **Projeto Maracanã – do discurso à prática da sustentabilidade:** Estudo sobre as percepções dos agentes ambientais e os reflexos do desenvolvimento das ações no meio ambiente, no lazer e na qualidade de vida. – Dissertação (mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão – São Luís, 2007. pp.126.

A dinâmica da economia local também faz parte desse histórico, ao consideramos o conhecimento agregado dos indígenas nos mundos do trabalho a partir dos seus conhecimentos sobre o rio, possibilitou aos colonizadores novas formas de tráfegos, rotas e negócios. Esse conhecimento marítimo perdurou por muito tempo, sendo utilizado pela população do Maracanã pequenos barcos como forma de locomoção para o centro da cidade.

Atualmente, a região do Maracanã ainda possui bastante características rurais, mas que vem sofrendo modificações dessa realidade nas últimas décadas do século XXI. Quando do desenvolvimento de vias terrestres na cidade de São Luís, não foram destinados projetos que criassem interligações dessa localidade com o restante de São Luís. Por este motivo, a comunidade do Maracanã não foi alvo de grandes transformações urbanísticas durante séculos, permanecendo com essas características rurais até pouco tempo.

Segundo Correa (2010), até meados da década de 1940, a ligação entre o Maracanã e o centro da cidade de São Luís era estritamente via marítima, através do Rio Bacanga. A primeira via de acesso por terra seria a partir do trajeto feito de carro pelo governador do Estado, o comandante Magalhães de Almeida (1926-1930), que possuía um sítio localizado dentro da comunidade, abrindo o caminho em meio a densa vegetação.

Conforme Araújo (2019), a comunidade até a década de 1970 era predominantemente marcada por atividades de produção pré-capitalistas, pelo motivo da produção ainda muito voltada para a subsistência. Entretanto, o autor ressalta que isso não significa dizer que não havia produção excedente. Os moradores da região se utilizavam das vias do rio Bacanga a destino dos principais pontos comerciais da cidade de São Luís: a Praia Grande, o João Paulo, o Desterro e a Madre Deus. Os excedentes produzidos como arroz, farinha, carvão e juçara eram utilizados pelos comerciantes do Maracanã para permutar por óleo, querosene, sabão, manteiga, dentre outras mercadorias.

O resquício dessas atividades econômicas desenvolvidas na região também deve ser considerado, principalmente o espaço social que se constitui. Aliás, o território visto como espaço definido perpassa pelo substrato material, resultado das interações do homem com a natureza, eis que:

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém (Souza, 2000, p.96).

Sem a pretensão de fazer um “resgate as origens”, pontuamos essas questões para entender que existiu a confluência do saber-fazer no modo de produção cotidiano das pessoas de São Luís. As questões suscitadas por Goldman (2014), sobre a relação “afroindígena”, dizem muito sobre a produção acadêmica ainda com enfoque na presença do “branco” como variável “maior”, o que tornou pouco discutido e problematizado sobre a relação de diferenças enquanto diferenças. Talvez pensarmos os festejos, os ritos, as promessas, os cânticos etc., como preconizado por Roger Bastide sobre o “encontro e casamento dos Deuses africanos e dos Espíritos indígenas no Brasil” (Goldman, 2014, p.215), nos leve a tratá-los em suas diferenças, não mais sob a perspectiva vista pelos folcloristas e defensores do “mito das três raças”.

Portanto, a comunidade do Maracanã possui um histórico ainda pouco desvelado, mas desde as minhas primeiras pesquisas, enxerga-se a potencialidade que a comunidade manifesta nos saberes e fazeres da tradição. Podemos caminhar por diferentes possibilidades, dentre elas, entendendo como elo a juçara – natureza – como intrínseca no hábito alimentar, na economia e parte das práticas religiosas de terreiro.

#### 1.4 As festas para o Maracanã: da discussão teórica à leitura dos impressos

Constituir neste texto as primeiras atividades da Festa da Juçara anterior a primeira edição publicada em 1971, motivo pela qual aprofundaremos nos jornais a partir do segundo capítulo, se apresenta como um desafio hercúleo em trazer debates sobre a “origem” das festas e da construção do significado de tradição. Tomado pelo desejo de encontrar estes vestígios, não em sua “origem”, mas em seus movimentos no campo da cultura, cruzou-se as fontes impressas, imagens e vídeos que trazem um pouco do vislumbre sobre esse período.

Entretanto, ressalta-se que existem outras festividades que ocorrem no bairro do Maracanã, expressões já estudadas e de grande projeção no cenário cultural maranhense. Por este motivo, faz-se necessário as discussões teóricas que dialogam com a categoria conceitual de “festa”. O debate apresenta esse conceito como polissêmico e problematizado pela historiografia e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, na qual nos debruçamos nos estudos de Ferlini (2001); Guarinello (2001), Cruz, Menezes e Odilon Pinto (2008), entre outros, pela qual discorreremos sobre as proposições desses autores para o debate deste objeto de estudo.

Assim como inflexionamos as discussões, anteriormente citadas no subcapítulo acima, dos encontros étnicos entre trabalhadores na vida urbana de São Luís, não é diferente pensarmos que sempre haverá “contatos”, pois são as diferenças sociais demarcadas geracionalmente, politicamente, socialmente e economicamente, que fazem do espaço urbano como espaço de encontro, festa e agrupamento, mas também de disputas, conflitos e até mesmo o confronto.

As discussões dos historiadores em torno das festas, tem sido importante para entender o processo de construção das festividades desde o processo de colonização no Brasil. Essa importância de acompanhar os primeiros movimentos de festas na América Portuguesa pode ser vista pelos estudos de Vera Lúcia Amaral Ferlini (2001) em seu capítulo “Folguedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos” nos trazendo uma dimensão sobre a organização das festas no Brasil.

Sobre esse debate, a autora nos informa que as festas podem expressar uma relação direta com o universo da economia, entendida como “[...] necessidade de sobrevivência, melhor domínio dos recursos naturais, levou os seres humanos à vida em grupo” (Ferlini, 2001, p.449). Esse movimento dado desde o período colonial, associa-se também as alternativas as formas de trabalho durante o período escravista, entendendo-a da seguinte forma:

A festa, necessidade de sociabilidade da colônia, interpunha-se pois o trabalho de escravos, pela necessidade de inseri-los nas comemorações, de harmonizá-las ao ritmo da produção, de normatizar as festividades de acordo com os novos padrões; de

estabelecê-las enquanto parada da produção, espaço positivo, interrupção favorável à produção, de firmá-las como recreação de trabalhadores, de lazer (Ferlini, 2001, p.452).

Percorrer essas discussões são necessárias para além da visão de “festa” como interrupção da vida cotidiana do labor, envolve as formas de (re)criação dos agentes, tanto da perspectiva do dominante como do dominado. Sob essas perspectivas, entendemos como força de manutenção da exploração e produção impostas pelos senhores, mas também como forma de transgressão dos escravizados aos preceitos cristãos e normas de condutas.

Nesse sentido, em todos os contextos, haverá em torno das festas as representações dos conflitos e tensões, pois são ocasionadas pelas “proximidades” com que as festas permitiam com o encontro dos setores dominantes com o restante dos segmentos sociais. Conforme salienta Ferlini (2001), a contagem de dias santos e domingos, a exemplo do engenho Sergipe do Conde, eram incorporadas pelas populações escravizadas não somente como prática de adesão ao catolicismo, envolve a resistência do trabalho forçado nos engenhos.

Se guardados todos os dias santos e domingos, as interrupções, no período da safra, eram muitas. Nos registros do engenho Sergipe do Conde, podemos verificar que dos trezentos dias aproximadamente que constituíam a safra, houve, em média, 35 domingos e 26 festas ou dias santos. Tratando-se de um engenho de jesuítas, pode-se considerar esse número como o máximo. No mês de agosto, havia três festas: Nossa Senhora das Neves, São Lourenço, Assunção e São Bartolomeu. Em setembro, guardavam-se os dias Natividade (Anunciação), São Mateus e São Miguel. Em outubro, comemoravam-se São Simão e São Judas. Todos os Santos, Apresentação de Maria e Santo André eram os dias santos de novembro. Dezembro era, sem dúvida, o mês mais festivo, pois, além do Natal, guardavam-se os dias de São Francisco Xavier, da Imaculada Conceição, de Nossa Senhora do O, Santo Tomás e São Silvestre. Na continuidade do Natal, em janeiro tínhamos Nome de Jesus, Epifania (Dia de Reis) e São Sebastião. Eram festas fixas de fevereiro a Purificação (Candelária), Nossa Senhora da Encarnação e São Matias. Em março e abril, além das festas móveis da Páscoa, que tomavam mais de uma semana, comemoravam-se Nossa Senhora da Anunciação, São José, Nossa Senhora dos Prazeres. Maio era o fim da moagem, mês de Nossa Senhora, que em Portugal substituía as festas pagãs de Afrodite, as maias, mas interrompia-se o trabalho para reverenciar São Filipe, São Tiago e a Santa Cruz (Ferlini, 2001, p.455-456).

A festa para os escravizados por muito tempo, também como “escape” da realidade violenta do sistema escravista, era vista pelas elites a “ociosidade” e a “congregação” entre negros como potencialmente subversivas, pois os encontros entre negros fortaleciam laços de solidariedade e novas formas de se reorganizarem.

A parte mais importante que devemos considerar são os cruzamentos interculturais, sociais e políticos. Por exemplo, a busca pela permissão dos folguedos em localidades metropolitanas foi justificativa pela qual precisaram fazer (re)criações em seu interior, para que

mantivessem vivo a história de seus antepassados em novas formas de cultuá-los, aspectos presentes na festa do Rosário a partir do relato de Koster:

“No mês de maio, os negros celebraram a festa de Nossa Senhora do Rosário. E nesta ocasião, que têm por costume eleger o Rei do Congo, o que acontece quando aquele que estava revestido dessa dignidade morreu durante o ano, quando um motivo qualquer o obrigou a demitir-se, ou ainda, o que ocorre às vezes, quando foi destronado pelos seus súditos. Permite aos negros do Congo eleger um rei e uma rainha de sua nação, e essa escolha tanto pode recair num escravo como num negro livre. Esse príncipe tem, sobre seus súditos, uma espécie de poder que os brancos ridicularizam e que se manifesta principalmente nas festas religiosas dos negros, como, por exemplo, na da sua padroeira Nossa Senhora do Rosário [...] (Ferlini, 2001, p.457-458).

Essa passagem simboliza a recriação dos negros com relação aos santos cristãos e suas vidas em África, quando dos seus reinos e impérios. Esse exemplo de festividade pode trazer as pesquisas elementos essenciais para entender as confluências das religiões pelo processo de contatos culturais no Brasil.

Quando nos reportamos a Clifford Geertz (2008), em seu livro “A interpretação das culturas”, enxerga-se que a cultura se apoia nos valores sociais, simbólicos, cosmovisões de mundo construídas pelo poder da imaginação humana. Portanto, elas possuem um sentido de serem e acontecerem dessa forma, cada qual em sua localidade, temporalidade e recursos disponíveis, mas cabe ressaltar que os fundamentos da moral e ética são significantes socialmente construídas para uns e entendido diferente para outros, principalmente ao tratarmos das religiões.

Na crença e na prática religiosa, o ethos de um grupo torna-se intelectualmente razoável porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. Essa confrontação e essa confirmação mútuas têm dois efeitos fundamentais. De um lado, objetivam preferências morais e estéticas, retratando-as como condições de vida impostas, implícitas num mundo com uma estrutura particular, como simples senso comum dada a forma inalterável da realidade. De outro lado, apoiam essas crenças recebidas sobre o corpo do mundo invocando sentimentos morais e estéticos sentidos profundamente como provas experimentais da sua verdade. Os símbolos religiosos formulam uma congruência básica entre um estilo de vida particular e uma metafísica específica (implícita, no mais das vezes) e, ao fazê-lo, sustentam cada uma delas com a autoridade emprestada do outro (Geertz, 2008, p.67).

Nas discussões propostas por Guarinello (2001) sobre a definição de festa, cabe a diferentes interpretações, admitido como termo vago e derivado do senso comum, a partir dos questionamentos “[...] Um baile funk é uma festa? E um comício eleitoral? Um show de rock? Uma procissão religiosa? [...]” (Guarinello, 2001, p.969). Atualmente, alguns podem admitir

que não sejam, mas para outros pode significar que sim, por considerar que envolve coletividade, diversão e alegria.

Aponta-se que alguns elementos sobre “festa” podem ser identificados pela maioria das pessoas como comuns, devendo reunir diversão e alegria, ou até mesmo considerado uma interrupção da vida do cotidiano moderno, no entanto, “[...] nem toda diversão é uma festa, mesmo que seja coletiva” (*Ibidem*, p.969), assim como a “festa” também pode representar para outras pessoas como parte da vida cotidiana.

Para Guarinello (2001, p.972), a noção de “festa” é:

[...] portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes.

Nesse sentido, depende de como as nossas discussões englobam a noção de “festa”, pois quando tratamos como produção de “identidade”, questiona-se o tipo de identidade. Guarinello (2001, p.972) diz que:

Há, na verdade, diferentes níveis ou formas nas identidades produzidas pelas festas. Podem ser identidades fortes, ou seja, pode dar-se que a festa seja apenas mais um elemento, um reforço, dentro de uma identidade mais ampla, que a produz como festa, e que parece ser o caso nas chamadas sociedades comunitárias, face a face, o que os alemães chamam de *Gemeinschaft*; podem ser identidades segmentárias, ou grupais, que expressam sua singularidade em meio ao corpo social, através de festas que lhe são próprias; ou mesmo identidades fracas, sendo a festa o principal pólo agregador de uma identidade por vezes fugidia entre participantes díspares e desconectados, como parece ser o caso de muitas festas na chamada sociedade de massas, que muitos rejeitam como a negação da festa. Os três tipos não são, obviamente, excludentes, e podem estar presentes numa mesma e dada festa.

Os direcionamentos da Festa da Juçara, como veremos mais adiante, podem atravessar esses níveis e transformações de suas formas identitárias, permeadas pelas tensões e negociações que assumirá em relação a sua organização e realização. Ainda que seja um espaço aberto para o público, a festa envolve sentidos e regras de como ocorrer, que “[...] traçam fronteiras, espontâneas ou impostas, entre os aptos a dela participar e os que são estranhos a ela” (Guarinello, 2001, p.973).

Portanto, adentrar sobre as culturas populares em suas faces, expressam um conjunto diverso não somente ao que diz respeito sobre a terminologia de “festas”, mas também as crenças, hábitos e tradições inventadas, nos saberes do patrimônio cultural brasileiro. Como bem enfatiza Cruz, Menezes e Odilon Pinto (2008, p.2),

[...] todo espaço ou lugar possui uma significação de existência que o torna singular, definidor de uma identidade que vem constituir pertencimento, e por que não dizer identidades, uma vez que expressões culturais diversas convivem em um mesmo espaço e dialogam entre si.

Nesse balanço das discussões sobre identidades “singulares” e “específicas” de determinadas localidades, apresentamos o desafio de encontrar as formas de operar a preservação dos costumes e ritos presentes nos festejos e celebrações. Cruz, Menezes e Odilon Pinto (2008) enfatizam que ainda existem questões pertinentes sobre o patrimônio histórico e artístico, tanto os bens materiais como imateriais, questionando: “Como tratar daqueles bens que são imateriais e que constitui o que é hoje chamado de patrimônio intangível? Desejamos que um ritual uma vez registrado nunca mais se modifique? Um prato típico definido pode ser alterado?” (Oliveira, 2003, p.79, *apud*. Cruz, Menezes e Odilon Pinto, 2008, p.11).

Esses exemplos alinham-se ao que Nestór Garcia Canclini (2008) discutiria em seu livro “Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade”, tratando das análises sobre os processos de hibridização. O autor discute que a articulação de “estratégias de reconversão” é tomada tanto pelos setores hegemônicos como pelos populares, o que decorre das mudanças em torno do conjunto de saberes e técnicas para ser reinserido em novas condições de produção e mercado.

Esclareçamos o significado cultural de reconversão: este termo é utilizado para explicar as estratégias mediante as quais um pintor se converte em designe; ou as burguesias nacionais adquirem os idiomas e outras competências necessárias para reinvestir seus capitais econômicos e simbólicos em circuitos transnacionais (Bourdieu). Também são encontradas estratégias de reconversão econômica e simbólica em setores populares: os migrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade ou que vinculam seu artesanato a usos modernos para interessar compradores urbanos; os operários que reformulam sua cultura de trabalho ante as novas tecnologias produtivas; os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um discurso ecológico e aprendem a comunicá-las por rádio, televisão e internet (Canclini, 2008, p.XXII).

Mesmo diante das novas mudanças deste novo século, que impactam os fazedores de cultura, esse processo é acompanhado por quem está em posição desfavorável na relação de poder. As músicas, o modo de fazer e de consumir, o estímulo ao turismo, as mudanças nos esportes e nas diversas práticas que estruturam a realidade social, não são significativas de tornar-se supérfluos.

Portanto, a “festa” engloba muitos aspectos elencados pela noção do patrimônio, pode significar um espaço, enquanto local que expressa uma materialidade, privilegiado para os encontros dos meios de memórias, enquanto expressão da imaterialidade, representado pelas gerações que dão sentido a continuidade da festividade.

As pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas trouxeram novas abordagens para o campo historiográfico no Maranhão, constituindo-se como significativas para a compreensão da complexidade local em relação as expressões populares, religiosidades e festividades. Embora tenhamos muitas pesquisas voltadas para São Luís, no que tange sobre festas e cultura popular, alguns caminhos já foram percorridos em estudiosos como Barros (2010), Martins (2015, 2021), entre outros, que nos apontam para a diversidade cultural existente no restante do Maranhão.

Com base nesse movimento dialógico proposto por esses estudiosos, ao tratarmos sobre a divulgação da Festa da Juçara na documentação impressa, buscamos na narrativa dos discursos públicos como as manifestações culturais e as festas foram sendo constituídos como uma tradição a ser propagandeada para o turismo, conhecido como “folclore maranhense”.

#### 1.4.1 A Festa de Santos Reis: história, representação e memória

Diante desse rol de estudos sobre festas, adentra-se, então, ao campo da cultura como possibilidade de entendermos as festividades que ocorrem no Maracanã como confluência desse contato. A partir de estudos anteriores, abordaremos as conexões existentes do folguedo e do rito com a historicidade da comunidade.

Dentre os estudos, destaca-se o de Marcelo de Sousa Araújo (2012, 2019), propiciadores para o entendimento desse contexto, principalmente pelo autor ter nascido nessa localidade. O seu interesse pela construção das identidades forjadas e o sentimento de pertencimento das pessoas à localidade do Maracanã lhe chamavam atenção, levando-o desenvolver estas pesquisas desde a sua monografia até o doutorado.

Ainda que a monografia do autor, intitulada “Maracanã: a constituição de uma identidade e sua relação com a modernidade” de 2005, seja importante trazer para este estudo, a fragmentação do seu material e a inexistência do arquivo no repositório da UFMA impossibilitou a consulta do texto em sua íntegra.

No entanto, a continuidade da pesquisa com a dissertação “A Identidade em Movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)” de 2012, forneceu subsídios para entendermos os primeiros passos investigativos sobre o histórico da comunidade.

Araújo (2012) reuniu a bibliografia disponível na época destacando em seu texto, inicialmente, dois trabalhos: “Matracas que desafiam o tempo: é o Bumba-boi do Maranhão. Um estudo da tradição/modernidade na cultura popular” de Maria Michol Pinho de Carvalho, e “Festa de Santo Reis: um estudo sobre o surgimento do Reis do Alecrim em Maracanã” de

Elenilde Antônia Costa. Ambos os trabalhos não expressavam para o autor aprofundamentos sobre as sociabilidades das pessoas do Maracanã, o que suscitou intercalar alguns estudos bibliográficos com as narrativas orais obtidas por meio das entrevistas.

Araújo (2012) constatará em seu processo investigativo a formação da comunidade por descendentes de escravizados, constituídos pelas principais famílias como Algarves, Coutinho, Barbosa, Costa e Pereira. Em sua consulta no livro de registros de Batismos da Freguesia de São Joaquim do Bacanga (1855/1887; 1887/1890; 1881/1890), no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), encontrará a existência de outras famílias no histórico dessa região, sendo estas: Garcez, Cruz e Meireles.

Os relatos coletados por Araújo (2012), principalmente as menções feitas por D. Onorina Algarves Coutinho, traz a prevalência de um sobrenome comum a região, o nome da família Algarves. O registro de 1820, faz referência a localização do Maracanã, provavelmente, a propriedade do senhor José Algarve a qual fora mencionada pela moradora entrevistada.

**Figura 9:** Mapa da Ilha de São Luiz de 1820, em destaque a propriedade de José Algarve



**Fonte:** ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento:** um estudo sobre a comunidade do Maracanã 19930-1970). Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012. pp. 71.

Destaca-se outro fator no processo formativo no histórico da comunidade, a discriminação racial. Araújo (2012) enfatizará que o Maracanã seria formado a partir de um quilombo, na qual a visão construída perpassa a noção de negros (escravizados, livres e/ou libertos) como agrupamento em face a sobrevivência ao racismo. Ele apontará que:

Os moradores de Alegria reproduziam (internalizaram) as relações hierárquicas características do Brasil desse período, partindo do discurso de superioridade dos “brancos” sobre os “negros”. Sendo assim, consideravam-se superiores e atribuíam esta condição a cor de sua pele, chegando até mesmo, segundo os narradores, a demarcar seu território como “terra de brancos”, enquanto, no Maracanã, em decorrência de sua cor, foram classificados de maneira pejorativa como moradores de “terra de pretos” (Araújo, 2005, *apud*. Araújo, 2012, p. 29).

Esses embates analisados pela oralidade dos interlocutores da pesquisa do autor suscitaram questionamentos desde a sua monografia, levando-o a trabalhar essa problemática em sua dissertação com a Festa dos Santos Reis, representativo da exclusão dos “negros” nos reisados dos “brancos”. Conforme pontua:

A discriminação sofrida pelos moradores do Maracanã nas Festas de Reis em Alegria contribuiu para a construção do sentimento de pertencimento entre aqueles sujeitos. O pertencimento é uma das condições para a constituição de qualquer processo identitário. Contam que quando chegavam à outra comunidade eram “repcionados” de maneira pejorativa com os seguintes dizeres: “lá vêm os pretos” (Araújo, 2012, p. 31).

A referida festa dos Santos Reis no Brasil, “[...] em geral, estende-se de 24 de dezembro a 06 de janeiro, encerrando o ciclo natalino. No dia 24 são iniciadas as ladainhas em homenagem ao nascimento do menino Jesus que serão estendidas até o dia 06 de janeiro simbolizando o encontro com os três Reis Magos” (Araújo, 2012, p.106). Em relação ao que acontece no Maracanã com o Reis do Alecrim, reis ricos e reis pobres, a celebração acontece na sala da residência de D. Fátima Algarves (Figura 10), onde excepcionalmente o festejo estende-se até o dia 07 de janeiro.

**Figura 10:** Entrada da residência de D. Fátima Algarves



**Fonte:** ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento:** um estudo sobre a comunidade do Maracanã 19930-1970). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012. pp. 120.

Sobre como é realizado um pouco desse momento de celebração, Araújo (2012, p.120-121) a descreve:

[...] no dia 05 de janeiro, por volta das 19 horas começam as ladainhas, puxadas pelas pastorinhas que usam vestido nas cores verde e branco em alusão as cores da brincadeira. O cordão formado por mais de 20 mulheres de idades variadas desde adolescentes a senhoras. De início, tem-se o agradecimento ao menino Jesus com os seguintes dizeres: “viva o menino Jesus, viva o reis de Maracanã”, o referido dizer é intercalado com as orações ao longo de todo o ritual. Depois, o Pai-Nosso sempre acompanhado das Ave-marias, entrecortado, por cânticos em português e em latim, a casa fica completamente cheia com várias pessoas em volta do cordão, encostadas nas paredes, outras ficam num terraço que antecede o salão, mas todas seguindo o ritual sejam a partir das orações ou entoando os cânticos que são bem variados.

Os estudos de Araújo (2012) apontam os elementos da memória presentes no processo de “transmissão” dos cânticos passados de geração em geração, pela qual ele destaca o relato de D. Ubiranice Coutinho, em que ela afirma ouvir os entoados desses cânticos desde a infância. Esse é o eixo pela qual Tuan (1983) pontua sobre a relação experienciada durante as fases da vida no passado como norteadoras para as experiências que vivenciamos no presente, servem de coordenadas geográficas para o lugar que habitamos.

Esse aprendizado que transparece como “procissão”, do sagrado e do profano, nos revela, para além dos elementos culturais e religiosos, os espaços definidos também como marcação da identidade familiar e comunitária, ainda que elegidos de “autoridades” que conduzem a Festa de Santos Reis. Nesse sentido, Araújo (2012), com base nas narrativas de D. Ubiranice Coutinho, prossegue com a descrição pontuando algumas análises que levaram a transformar sutis elementos hierárquicos no interior do festejo:

Após, as ladainhas, por volta das 22 horas, as pastorinhas acompanhadas pelos músicos saem pelas ruas com destino à casa dos reis e rainhas, seguidas pelas pessoas da comunidade e as demais que vieram acompanhar as celebrações. Nesse intervalo, os casais nobres já devem estar nas suas portas no aguardo do cortejo, neste caso, são dois casais um formado por crianças (vassalo e a dama) e o outro por adolescentes (rei e rainha), D. Ubiranice Coutinho salienta que “no início era apenas um casal, nos últimos anos tem sido dois casais”. Nessa passagem, observam-se algumas diferenças em relação os reisados do passado, a presença de dois casais, segundo a própria narradora esta condição é decorrente da quantidade de pedidos. As pessoas têm que possuir algum vínculo com a comunidade para que seus parentes sejam aceitos na festa. Entretanto, também, observam-se as relações de poder, pois os referidos sujeitos têm que contribuir com o pagamento da festa, dessa forma, não são todos que tem condições, sobretudo, econômicas para “patrocinarem” seus parentes na condição de reis ou rainhas nas celebrações do “Reis do Alecrim” (Araújo, 2012, p.122).

Portanto, Araújo (2012) em sua análise sobre o festejo de Santos Reis desvela o substrato histórico do Maracanã, no sentido de compreender a criação dessa festa como representatividade de luta, resistência e formação de laços identitários, que trouxeram a delimitação desse território como comunidade.

Outrossim, Araújo (2019) destacará em seu texto intitulado “História, memória e identidade: narrativas sobre o Maracanã Antigo (1900-1970)” alguns conceitos que são elementos essenciais para o entendimento sobre o processo identitário da comunidade. Nesse sentido, o autor discute a memória e identidade como categorias fundamentais para a abordagem do tempo presente, refletido no percurso da pesquisa desse autor que traz a oralidade em seus escritos e produz uma narrativa acadêmica, até então pouco conhecida sobre o Maracanã.

Ancora-se, portanto, na subjetividade que a memória carrega nos discursos analisados pelo autor, tendo em vista que “[...] a construção dos discursos referentes ao que chamam de Maracanã de “antigamente” é sempre produzida no tempo presente, haja vista que a memória nunca é pura” (Araújo, 2019, p.75). Nesse sentido, o autor fomenta as discussões sobre o Maracanã como duas formas de observação: o espaço material e o simbólico/imaterial.

Assim, o território físico do Maracanã é representado de duas formas a partir dos discursos produzidos pela memória coletiva da comunidade: um espaço material já bastante alterada pelo processo de expansão do capitalismo na área rural de São Luís;

e, um outro que por isso pode ser definido como simbólica/imaterial, presente somente nos lugares da memória, mas que de alguma maneira tem possibilitado o fomento da identidade para esses sujeitos (Araújo, 2019, p.76).

O aspecto da identidade alusiva ao período da escravidão é sempre um tema doloroso, apesar do histórico da comunidade como quilombo, é uma identidade não reivindicada atualmente, como acontece com o quilombo urbano do bairro da Liberdade. Ancorado em Stuart Hall (2005, *apud.* Araújo, 2019), podemos compreender essas discussões em torno do que seria chamado a “crise de identidade”, constatando que:

Portanto, as identidades são sempre movimentadas, não são prontas ou acabadas, uma condição natural ou essência dos sujeitos como havia proferido o discurso iluminista de século XVIII (HALL, 2005); pelo contrário, as identidades são construções sociais. Nesta condição, possuem historicidade, sendo sempre elaboradas em um determinado tempo e lugar por meio de disputas, conflitos, negociações e resistências entre os sujeitos ou grupos sociais envolvidos (Araújo, 2019, p.74).

Sob o prisma desse olhar, têm-se esse intento em constituir com a abordagem da História Oral e dos estudos culturais essa forma de análise sobre a imaterialidade do Maracanã, representativo de memória e significados. Esses elos estão intrinsecamente pautados na materialidade do lugar, atribuído de sentido identitário, mas também político de se afirmarem como pertencentes dessa sociedade dinâmica atual.

#### 1.4.2 Bumba-meu-boi do Maracanã: o “Batalhão de Ouro” como marcação de diferenças

Outra materialidade e imaterialidade muito notória da comunidade em relação as festividades que realizam, é o Bumba-meu-Boi do Maracanã. Na tese de Késsia Rosaria de Sousa, intitulado “A produção cultural do Bumba Meu Boi do Maracanã em São Luís-MA” é apresentado sobre o histórico da representatividade do Bumba Meu Boi do Maracanã desde o período de perseguição pela polícia e elite colonial, enfatizando seu alcance de destaque que assumiu atualmente como representação cultural do estado maranhense.

Sousa (2020) destaca que os cultos e as menções ao “boi” como uma figura mítica foi representada em muitas sociedades antigas, a exemplo do Egito, Grécia, Roma, acrescenta-se a Índia, entre outros. No Brasil, ela destaca que:

[...] os primeiros bovinos chegaram por volta de 1533, trazidos pelos portugueses na expedição de Martim Afonso de Souza, que resultou na fundação da primeira Capitania Portuguesa na ilha de São Vicente. O gado *vacum* foi introduzido por portugueses e franceses em viagens que partiram da Península Ibérica e a Ilha de Cabo Verde. Em documentos históricos, há registros de bovinos vindos de Cabo Verde e Açores em direção a Salvador, capital da colônia naquela época. No decorrer do tempo, já no final do século XVI, havia uma grande abundância de bovinos no litoral brasileiro e nas capitânicas portuguesas (Silva, 2012, *apud.* Sousa, 2020, p.87).

A introdução do gado bovino como animal para as atividades de tração no cotidiano escravagista nos canaviais reflete a estruturação econômica do Brasil colonial. Entretanto, o que percorre no imaginário das sociedades antigas na concepção de celebração em torno da figura do “boi”, foram incorporados alguns elementos de diferenciação em cada local do território brasileiro.

Quando tratamos do Bumba-meu-Boi no Maranhão, principalmente, em períodos de São João, geralmente conhecemos e reproduzimos as diferenciações do Bumba-meu-boi em “cinco sotaques” (Sotaque de Matraca, Sotaque de Zabumba, Sotaque de Orquestra, Sotaque da Baixada e Sotaque de Costa), mas explorar esse universo do Bumba-meu-boi no interior do Maranhão nos faz enxergar outras sonoridades, indumentárias, danças e outras formas de celebração bem diferentes do que é visto na grande ilha.

Primeiramente, o “sotaque” geralmente é associado a noção de diferenciação linguística de uma região, localidade, cidade ou país, também visto como forma de associar o “outro” as características específicas de se expressar ou falar a partir de um local de origem. Ancorado nos estudos de Martins (2015), ela enfatiza que é impreciso dizer quando começou a ser distinguindo os bumba-meu-boi a partir de “sotaques”, mas ela supõe que:

[...] cada um dos sotaques de bumba-meu-boi foi “aparecendo” na capital maranhense quando pessoas de diferentes locais do estado foram formando seus cordões de bumba e remetendo cada um ao modo específico de fazer o boi de suas regiões, ou seja, cada grupo de bumba-boi foi expressando um sotaque, um jeito próprio de brincar o boi e se expressar das diferentes regiões do estado e da própria Ilha de São Luís. O sotaque, neste caso, já não se limita à expressão verbal somente, mas num conjunto de elementos, numa totalidade de características distintivas entre diferentes grupos de bumba, em destaque o ritmo, a cadência, as indumentárias, além de outros aspectos [...] (Martins, 2015, p.45).

Nesse sentido, a forma genérica de associarmos os “sotaques” aos Bumba-meu-boi do Maranhão carregam um sentido político de serem reconhecido assim atualmente. No campo de pesquisa realizado por Martins (2015), em alguns impressos do século XIX e até metade do século XX, não havia menção sobre diferenciações de estilos, o que se pode perceber são as notícias referentes as mudanças dos instrumentos musicais adotados como “inovações” nos cordões de bumba:

Um ótimo exemplo para corroborar esta afirmativa é a notícia do jornal O Globo/A Pacotilha sobre os festejos juninos do ano de 1947. Nesta notícia, o jornal afirmou que naquele ano específico, o boi de Viana, “do interior” não adotaria pandeiros, mas sim matracas para poder suplantar os bois da capital. Posteriormente, as matracas marcariam o estilo justamente dos bois da ilha de São Luís e os pandeiros, o estilo de bois “do interior”. A referida notícia fala de instrumento musicais que seriam adotados, mas, infelizmente, não faz referência às indumentárias e nem ao ritmo dos bois (Martins, 2015, p.45).

Apesar do Bumba-meu-boi do Maracanã ser conhecido popularmente como “sotaque de matraca” ou “sotaque da ilha”, pelo uso de matracas e pandeiros que trazem uma entonação pesada no ritmo, enveredamos pelas discussões que tornam o Bumba-meu-boi do Maracanã como elo identitário da localidade.

Por este motivo, reúne-se uma discussão bibliográfica em torno do Bumba-meu-boi atualmente, mais uma vez dialogando como os espaços de festividades se constituem enquanto “celebrações móveis”. Esse conceito tomado de Stuart Hall (2003), situamos como promissor para entender as identidades localizadas temporalmente e culturalmente na sociedade “pós-moderna”, mas o ampliamos com os conceitos da Geografia que trazem formas de entender a “territorialização” dos espaços festivos.

Pensar sobre o “elo identitário” é problemático, pois traz uma noção de homogeneidade e de ligação entre os sujeitos tão forte como incapaz de ser rompida. No entanto, entendemos que os sujeitos e grupos sociais encontram outras formas de restrição para além da visão opressora do Estado. Um estudo voltado para a abordagem das micropolíticas que operam na restrição do Bumba-meu-boi do Maracanã em determinadas localidades, revelaria algumas questões dos próprios brincantes em não irem a determinados lugares para se apresentarem, devido a criminalidade tomadas pelas facções, mas que não chega a ser o foco deste estudo.

Retomando as nossas discussões sobre o Bumba-boi do Maracanã, as pesquisas de Araújo (2023, p.72) nos apontam que,

[...] no início, o folguedo era colocado de maneira individual – por exemplo: em 1970 o boi era de fulano, no outro ano seria o boi de ciclano –, embora as pessoas da comunidade participassem ativamente daquele ritualismo, antes dos anos setenta, colocava-se o boi como pagamento de promessa a graça alcançada e o mesmo desfilava no instante do cumprimento do acordo entre a pessoa e a divindade.

Notoriamente, o Bumba-meu-boi do Maracanã ficou conhecido pelas toadas produzidas por Humberto Barbosa Mendes, popularmente denominado como Humberto do Maracanã ou “Guriatã<sup>12</sup>”, que conduziu o boi por mais de 50 anos. Nascido em 2 de novembro de 1939, no Maracanã, sua história de vida compartilha com outra localidade, o bairro da Maioba, quando se mudou ainda criança em decorrência da morte de sua mãe, levando-o a ser criado pela sua avó paterna e tias (Sousa, 2020).

O Bumba-meu-boi representa uma celebração que traz em primeiro plano a religiosidade maranhense, na concepção de muitos brincantes têm-se nesses momentos de

---

<sup>12</sup> De acordo com Humberto Mendes, é comum que os cantadores de bumba-meu-boi recebam ou escolham apelidos baseados em pássaros. Ele confirma que escolheu Guriatã, inspirado na folha da palmeira que é o seu viveiro (Mendes, 2008, p. 172-173, *apud*. Silva, 2021, p.4).

cortejos as orações a São João, tendo o boi como figura de ponte entre os devotos e o santo. Os laços dessa celebração com o santo São João são renovados principalmente no batizado do Boi, por isso temos a forma tradicional do “Boi de promessa”, motivo pela qual os preparativos dos bois contam com uma rica montagem de materiais para a sua confecção (Sousa, 2020).

Nesse sentido, a manifestação religiosa pode ser compreendida como parte desse momento do período junino, aspectos que não foram ofuscados pela projeção midiática que o Bumba-meu-boi ganhou durante os últimos anos.

O aspecto religioso no Bumba Meu Boi se mostra de forma mais predominante nos rituais de batismo e de morte. Tais rituais são muitos significativos e possuem preceitos e regras baseados no contexto do cristianismo. São momentos que envolvem a consagração da brincadeira, à invocação de pedidos, à demonstração de fé e devoção. Os membros dos grupos organizam altar nas sedes, colocam imagens de santos, flores, velas, rezam, cantam ladainhas e benditos, usam guias, às vezes incorporam seus encantados ou são irradiados por eles, reforçando assim os laços com o sagrado, com o divino, instituindo novos compromissos, novas dívidas e, ao mesmo tempo, pagando antigas (Sanches, 2003 *apud*. Sousa, 2020, p.117).

A sede do boi no Maracanã sempre abrange muitas pessoas, tanto da própria comunidade como turistas que vem de longe para prestigiar essa tradição. É sabido que o batizado sempre deve se dá na própria sede, com cantos e pedidos de bençãos para que a brincadeira possa acontecer, ou seja, para além da manifestação enquanto apresentação, existe o aspecto religioso que fundamenta todos os anos a sua realização.

Esse momento de celebração carrega muita energia desde o batizado até a saída do boi juntamente com os brincantes para fazer suas apresentações em diferentes locais de São Luís. Para quem segue as religiosidades dos terreiros, sabe que esses momentos possuem uma “atração” de energias, e os corpos que estão abertos<sup>13</sup> a entidades e espíritos caboclos podem se manifestar nesses momentos de cultos ao boi, seja alguém de terreiro ou não, qualquer pessoa pode estar suscetível.

---

<sup>13</sup> Pode haver indícios de “irradiação”, como sintomas de tontura, dores de cabeça e tremores que significam a forma do corpo tentar rejeitar a manifestação de uma entidade ou espírito, podendo, às vezes, levar a “incorporação”.

**Figura 11:** Batizado do Boi de Maracanã na sede.



**Fonte:** Fotografia José Ribamar.

A grande projeção desse boi, em específico, dar-se pela repercussão nacional e internacional que tivemos com as toadas produzidas por Humberto do Maracanã. Encontra-se nas letras da música o resguardo da memória e das histórias que trazem o conhecimento sobre a historicidade do Maracanã, as suas experiências do cotidiano vivenciado com outras localidades e pessoas. Esses elementos presentes na musicalidade do Bumba-meu-boi do Maracanã se constituem como fundamentais nas festas que ocorrem no período junino e para os indivíduos que fazem parte desse processo de construção identitário.

Nesse sentido, as toadas produzidas por Humberto Mendes trazem as “memórias compartilhadas” que muito fundamentaram a criação da letra, mencionando as experiências que teve com outros integrantes do grupo do Bumba-meu-boi do Maracanã, conhecido também como “Batalhão de Ouro<sup>14</sup>”, esse codinome, segundo Araújo (2023, p.72), foi adotado “[...] quando venceu consecutivamente por três vezes (1978, 1979 e 1980), o campeonato de toadas organizado pela Rádio Timbira, emissora oficial do estado do Maranhão”.

Acrescenta-se, portanto as pessoas que fizeram parte da vida de Humberto do Maracanã quando do início do boi:

<sup>14</sup> A denominação de “batalhão” pode ser relacionada com a forma de organização dos cordões dos brincantes e dos tocadores responsáveis pelo ritmo e percussão, bem como a própria representação de posições de ataques e recuos dos índios e índias durante a encenação, tanto eles como o “boi” são revestidos de indumentárias e acessórios bem elaborados e ricos em detalhes durante as apresentações.

Batalhão de Ouro começou assim/ Com Geraldo, Agripino, Zé Pedio/ Dionísio e João Martins/ Zé Costa, Gorila, Juvenal, Germano/ Mané Calça Preta, Rufino e Vitoriano/ Honorato, Aristides, Mundico/ João Meireles, Cláudio, Valdemar/ Burro Brabo, Murilo e Lourenço/ Graciliano, Adélcio, Avelar/ Ziquiel, Inácio, Valdemiro/ Gerson Wilson e Zé Ceará/ Ploto Celestrino e o saudoso Ilmarão/ Todos foram primeiros guerreiros deste Batalhão/ Dona Naíde sempre mandou na cozinha/ Temperando com gosto mingau e feijão/ Dona Josefa vendia café com bolo/ Pra arranjar o dinheiro/ Pra pagar o caminhão/ Salve a grande história do meu Maracanã/ E os 25 anos de glória do nosso Guriatã (Guriatã, 2018, *apud*. Silva, 2021, p.9).

Dentre algumas toadas, destacamos, por exemplo, “Os Bangalores do Campo de Ourique<sup>15</sup>”, onde a letra traça esse percurso feito pelos brincantes do Maracanã a caminho do João Paulo:

Ilha querida eu já cheguei  
Do teu passado novamente lembrei  
Ilha querida eu já cheguei  
Do teu passado novamente lembrei

Dos bangalores do Campo de Ourique até chegar  
Pelo Monte Castelo até na Vila Militar  
E dos passeios pelo Rio Bacanga eu sei  
Todo mundo pra Maracanã brinca na Festa de Reis  
E dos passeios pelo Rio Bacanga eu sei  
Todo mundo pra Maracanã brinca na Festa de Reis

E dos festejos do João Paulo  
Com Trepa-moleque, Buscapé e Besourão  
O bonde caradura transportava os operários  
Pras indústrias de tecido de algodão

E dos festejos do João Paulo  
Com Trepa-moleque, Buscapé e Besourão  
E dos festejos do João Paulo  
Com Trepa-moleque, Buscapé e Besourão  
O bonde caradura transportava os operários  
Pras indústrias de tecido de algodão  
O bonde caradura transportava os operários  
Pras indústrias de tecido de algodão (Mendes, 1996).

Essa toada simboliza um dos momentos importantes durante o período junino dos bois em São Luís-MA, rememorada em cântico sobre como era a antiga passagem do festejo pela cidade.

No que tange a própria a musicalidade que se remete ao Maracanã, o toador nos faz lembrar do porquê a localidade ser conhecida, situando-a no conjunto de festividades e ritos que fazem parte do aspecto identitário do Maranhão:

---

<sup>15</sup> Espaço onde atualmente se localiza a Praça Pantheon e a Biblioteca Benedito Leite, no Centro de São Luís (MA). Fundado em 1793, abrigou o quartel do 5º Batalhão de Infantaria a partir de 1797. No século XIX, era chamado de Campo do Ourique ou largo do Quartel até o ano da Proclamação da República em 1889, quando passou a ser Praça Deodoro da Fonseca. O quartel foi demolido no final dos anos de 1930 (Lima, 2018, *apud*. Silva, 2021, p.10).

[...] Sereia canta na proa  
 Na mata o guriatã  
 Terra da pirunga doce  
 E tem a gostosa pitombotã  
**E todo ano, a grande festa da Jussara**  
**No mês de Outubro no Maracanã**

No mês de Junho tem o bumba-meu-boi  
 Que é festejado em louvor à São João  
 O amo canta e balança o maracá  
 A matraca e pandeiro  
 É quem faz tremer o chão  
 Esta herança foi deixada por nossos avós  
 Hoje cultivada por nós  
 Pra compôr tua história, Maranhão (Humberto Maracanã).

Essa música, intitulada “Maranhão, meu tesouro, meu torrão”, cantada muitas vezes por Alcione, mas composta por Humberto Mendes, evidencia vários elementos que tornam o Maranhão como espaço de cultura e festividades para quem quer conhecer. Segue a menção a “sereia que canta na proa/ na mata o guriatã” como linguagem poética para se referir a fauna e a flora presente em abundância no Maranhão, assim como as menções a “Terra da pirunga doce/ E tem a gostosa pitombotã” como alimentos presentes na gastronomia da região. Além disso, temos a própria menção ao “bumba-meu-boi” e a “festa da Jussara”, que ocorrem nos meses de junho e outubro, respectivamente, representando a tradição local.

O folguedo se encerra com a morte do boi, que ocorre no segundo domingo do mês de agosto, também conhecido como data comemorativa do “Dia dos Pais”. Assim como o boi é confeccionado e batizado no Maracanã, ele também é “morto”, dando a ideia de ciclos de nascimento, vida e morte para a comunidade. Todos esses aspectos só nos fazem pensar a forte ligação que existe da festividade com a localidade, atendendo aos ritos e tradições.

Se todos esses elementos de “experiências” e “vivências” são fundamentais no forjamento dos cânticos e da própria formação dessa expressão cultural do Bumba-meu-Boi, então concorda-se com as reflexões de Maria Acselrad (2020), em seu texto “O Caboclinho como afeto: a presença indígena nas danças populares e tradicionais brasileiras” quando de sua análise sobre a relação dança e guerra, entendendo que essas guerras dançadas nos informam sobre uma possível história indígena incorporada.

O apelo a figura do “caboclo” ou do próprio “índio” não são figuras recorrentes somente nas apresentações do Boi de Maracanã, assim como outros bois, elas são entoadas em encantarias que trazem nos cânticos e ladainhas as menções aos “caboclos da mata”, as entidades da floresta e manifestadas em posições de luta e caça. Essa complexidade da expressão do Bumba-meu-boi vai para além do culto ao “boi”,

Trata-se, melhor dizendo, de reconhecer na dinâmica relacional do confronto, processos de incorporação, deslocamento e transformação que vão definir o modo como se deu e ainda se dá a disputa pela história de violência que vem marcar a presença indígena em nossa sociedade, através dessas danças (Acsegrad, 2020, p.13-14).

Ganhando corpo através da dança, seja pela figura do índio, propriamente dita, seja pelos temas e elementos da vida cotidiana, por crenças e rituais, por formas de ocupação do espaço e compreensões cosmológicas do tempo, esta presença indígena convida a uma reflexão sobre como tais elementos chegaram a traduzir-se em representações coletivas.

Atualmente, podemos discorrer que apesar da comunidade do Maracanã não carregar memórias em torno da presença indígena na região, por motivos justificáveis do processo colonizador que gera o “apagamento” desses dispositivos identitários, ainda sim encontraremos nos discursos dos impressos a evocação do termo “caboclo” para se referir as pessoas do Maracanã, o que necessita de uma certa reflexão do dito e do não dito nas fontes escritas.

## 2 “SÃO LUÍS TERÁ FESTA DA JUÇARA”: nos discursos públicos dos jornais “O Imparcial” e “Jornal do Dia/O Estado do Maranhão” (1971- 1985)

Neste capítulo, os jornais pesquisados O Imparcial <sup>16</sup>e o Jornal do Dia/O Estado do Maranhão<sup>17</sup> contribuem para entender o processo de criação da festa e como ela foi projetada no meio midiático, revelando muitas nuances das disputas políticas e interesses entre os grupos “dominantes” e “dominados”, desvelando em seu interior as correlações de forças e lutas sob a perspectiva dos Estudos Subalternos.

Partimos da escolha do jornal “O Imparcial” e o “Jornal do Dia/O Estado do Maranhão” pela abrangência de difusão na cidade de São Luís-MA, constituindo-se como impressos de maior tiragem, além de serem principais veiculadores de informação sobre o festejo em suas manchetes de notícias. Adotou-se para a análise desses materiais impressos a catalogação, por meio da divisão do material em ano e o teor da notícia em assuntos similares ou divergentes, bem como o recorte temporal de 1971, pela divulgação da primeira edição da Festa da Juçara, até 1985, ano em que falece a mediadora intelectual Rosa Mochel Martins.

Com base no artigo intitulado “A Imprensa e as festas populares e negras na ilha do Maranhão (1880-1929)”, escrito por Carolina Martins (2021), traz reflexões sobre o papel da imprensa em contextos ligados as festas que ocorriam em São Luís. Nesse sentido, ancora-se em suas proposições com relação a função social da imprensa para os segmentos da sociedade ludovicense:

Em São Luís, era nos espaços dos jornais que se publicavam reclamações sobre a realização de festas e divertimentos nas ruas da cidade e se exigia a ação das autoridades competentes para que fiscalizassem e acabassem com o que era considerado “inaceitável”. Essas reclamações poderiam partir do próprio jornal ou através de publicações de moradores incomodados com o barulho e com a movimentação que esses eventos provocavam. Contudo, os jornais também se tornaram um importante canal de comunicação para os próprios festeiros, pois por meio deles era possível publicar convites para as festividades e apresentar uma imagem positiva e ordeira desses espaços. Além disso, os jornais eram também utilizados para a publicação de direitos de resposta e defesa por parte dos organizadores de festas para as reclamações que eram constantemente publicadas (Martins, 2021, p.328).

A menção aos estudos de Martins (2021) dar-se pelas disputas de recepção de uma festividade ou folguedo ligado aos segmentos negros na cidade de São Luís pela própria elite da época. Em nosso estudo, trata-se de uma zona rural que se distancia um pouco da realidade vivenciada no contexto urbano, mas é interessante compreender como parte dos jornalistas

<sup>16</sup> Sob direção de José Pires de Saboya, a equipe editorial do jornal já teve nomes de destaque como Neres Pinto, Raimundo Filho, Luis Pedro, Nascimento de Moraes, Merval Melo, Ferreira Gullar, José Sarney e José Louzeiro.

<sup>17</sup> Em 1973, o Jornal do Dia passa a ser denominado O Estado do Maranhão, quando da compra pelos editores chefes José Sarney e Bandeira Tribuzi.

ludovicenses vão trazer a luz do conhecimento da população de São Luís o espaço do Maracanã como “positivação” do folclore maranhense.

Para Spivak (1988a), em seu capítulo “Can the subaltern speak?”, traz uma perspectiva de entendermos como os subalternos são representados por narrativas que perpassam pela concepção hierárquica dos grupos opressores dominante. Nesse sentido, a festa é um espaço que possui “vozes e representações” a partir do que é dito pelo outro, nos fazendo questionar quem protagoniza e quem é invisibilizado nesse processo de projeção cultural.

As redações jornalísticas, que consultamos das décadas de 1970 e 1980, operam com esses mecanismos de poder a partir das ideias arraigadas nas questões de “maranhensidade<sup>18</sup>”. Esse processo a se constituir nos debates de “identidade maranhense” é presente ao tratarmos das tradições, onde se criou uma concepção de ligação do território maranhense com determinadas manifestações culturais elegidas oficialmente, conhecido como “folclore popular”.

Vale ressaltar que esse contexto foi marcado pela atuação da ditadura empresarial-militar, o que necessita analisar a produção da “festa” ligada aos interesses políticos, sem abster da atuação dos agentes subalternizados. Esse contexto traz a possibilidade de discutir um pouco sobre a “vocaçao natural” do Maranhão como produção de espaço voltado para o turismo.

A articulação de estruturar o Brasil nesse cenário turístico tem força a partir da iniciativa de criação do Decreto nº 44.863/1958, da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), no período de governança de Juscelino Kubitschek. Nos estudos de Ferreira (2007) aponta que quando extinta em 1962, foi criado quatro anos depois um aparato institucional para a gestão da atividade em todo o território nacional, instituída pelo Decreto Lei nº 55/1966, com a criação do Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

A EMBRATUR estava sob a tutela da ditadura empresarial-militar, atuando no “planejamento estratégico por meio da multiplicação de empresas e agências federais capazes de acelerar a modernização da sociedade e do território e de centralizar o poder do Estado em nível federal” (Becker, 1996, p. 11 *apud*. Ferreira, 2007, s./n.).

Ferreira (2007) ressalta também de outras instituições que foram surgindo no final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970, em especial no Maranhão:

[...] a instituição do Fundo de Investimento do Turismo (FURINTUR, em 1968); a inclusão do bumba-meu-boi no calendário turístico nacional, em 1971; a criação

---

<sup>18</sup> Ressalto que os impressos dessa época não utilizavam a palavra “maranhensidade”, é uma ideia que foi sendo construída nos discursos de propagandas políticas sobre a noção do “ser maranhense” e, atualmente, retomadas no currículo local do Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).

(1973) do Departamento de Turismo; a efetivação da Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR, em 1976), que em 2000 foi transformada em Sub-gerência Estadual de Turismo, passando em 2003 a ser denominada Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR) e em 2004 tornou-se a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo (SEEDATUR) (Ferreira, 2007, s./n).

Essas instituições que surgirão nesse período atuarão em prol de um plano de desenvolvimento turístico para o país, em que o Maranhão estará nessa rota de potencialidade. Costa (2017) enfatizará que somente na década de 1960, teremos a criação do primeiro órgão estadual de turismo no Maranhão, embora essas iniciativas tenham começado desde 1943, quando da primeira menção oficial à atividade sobre a liberação de recursos para a construção do Palácio do Comércio em São Luís, onde viria funcionar o Hotel Central.

O turismo no Maranhão pode ser considerado recente, mas essas discussões nos alude desde 1962 quando da criação do Departamento de Turismo e Promoção do Estado, em que o governo estadual dá início à estrutura de “planejamento da atividade”.

Instituído em dezembro de 1962, o referido departamento tinha a atribuição de assessorar o governo do estado em relação ao turismo, visando planejar e coordenar atividades destinadas ao seu desenvolvimento, estudar e propor a criação de recursos para o fomento da atividade, apresentar planos que visassem dotar o estado de equipamentos turísticos – com destaque para os hotéis, registrar o patrimônio estadual e promover sua proteção, realizando ainda sua divulgação. Ressalta com isso o governo estadual a necessidade de investir, conhecer, divulgar, sem, contudo, apresentar efetivamente medidas sistematizadas para tanto. O conhecimento do território aparece como necessidade para que seja posto à disposição do uso turístico, seus lugares tornados destinos turísticos, verdadeiras mercadorias (Costa, 2017, p.56).

A partir desse departamento, foram organizados concursos de manifestações culturais e folclóricas, trazendo notoriedade as expressões do Bumba-meu-Boi, além de delinear um melhor itinerário turístico pela cidade de São Luís.

Ainda sobre a década de 1960, foi instituído o Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo (FURINTUR), vinculado à Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, um órgão que estará presente recorrentemente nos anúncios dos jornais que analisamos.

De 1968 a 1973, ano em que foi extinto, o Furintur subsidiou a construção da sede do Departamento de Turismo, a instalação de um posto de informações turísticas, o cadastramento de grupos folclóricos, a confecção de material de divulgação turística, a inclusão do bumba meu boi no calendário turístico do Brasil (em 1971) e a inclusão de São Luís no roteiro de diversas operadoras de turismo no país. Continuaram, assim, centradas as ações em atividades culturais, inclinando-se ainda a ação do Estado ao papel de divulgação com vistas ao favorecimento do setor hoteleiro (Lobato, 2001, *apud*. Costa, 2017, p.57).

No Maranhão, destaca-se a FUNC (Fundação Cultural do Maranhão) e a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR) (órgão de promoção do turismo<sup>19</sup>). Todavia, convém lembrar dos intelectuais que atuaram na projeção dessa “imagem” folclórica na rota desse plano turístico. Por meio da MARATUR, foi Domingos Vieira Filho e Zelinda Lima responsáveis pela promoção dos grupos de bumba-meu-boi nessa entrada do circuito oficial turístico maranhense, representando como mediadores dessa manifestação popular com o aparelho administrativo do Estado (Silva, 2021).

Esse contexto nos faz lembrar das discussões de Cavalcanti (2012) sobre as formas de registros e interpretações pelos estudiosos do folclore, a exemplo de Mário de Andrade, Renato Almeida, Câmara Cascudo, entre outros, em representar a cultura popular desde as décadas de 1940 e 1960 como modelo de autenticidade, prevalecendo essa ideia nas décadas posteriores. Não seria eficaz tal projeção cultural sem as instituições administrativas que esses folcloristas ocuparam, assim como podemos identificar esses sujeitos participes nas pastas de governo do Maranhão.

Entender o surgimento e a função dessas instituições foram importantes para identificarmos o papel que exerceram no apoio e realização da Festa da Juçara, que aparecem nos anúncios da época. A MARATUR foi instituída com objetivos congêneres as diretrizes fixadas pela EMBRATUR e pelo Conselho Estadual de Turismo, fomentando no âmbito estadual a promoção das atividades do turismo, seja com a sua participação direta ou indireta, caso que veremos mais adiante quando da sua aproximação com a referida Festa da Juçara em 1976.

Entretanto, ainda que esse seguimento institucional seja marcado pela centralidade administrativa da ditadura empresarial-militar, opera-se com as proposições de Canclini (2008), em que os entes federativos, frente as conturbações políticas de concentração de poder pela esfera federal, destinaram esforços para que os estudos folclóricos estivessem ligados aos avanços de uma “consciência regional”. Em outras palavras, observaremos que a valorização da cultura local também será uma resposta à centralização do Estado, seja quando da ditadura de Vargas ou nesse período da ditadura empresarial-militar.

Ao voltarmos nossos olhares para a Festa da Juçara como espaço de disputa de poder, observa-se que serão em sua maioria as mulheres da comunidade que protagonizarão a

---

<sup>19</sup> No ano de 1976, foram definidos a primeira diretoria da MARATUR, em extinção ao antigo Departamento de Turismo- DETUR, passando a constituir pelo diretor presidente José Figueiredo e pela diretora de Eventos e Promoções Zelinda Machado Lima.

realização desse festejo ano após ano. Portanto, atentemos as contradições a cultura dominante e tendo em vista como os agentes subalternizados também se afirmam como sujeitos históricos.

## 2.1 A Festa da Juçara de 1971: a primeira edição oficial

A divulgação da primeira edição estava na coluna de notícias diversas de alguns jornais da época, a exemplo do jornal O Imparcial e o Jornal do Dia/O Estado do Maranhão. As notícias divulgadas por meio desses impressos têm um grau de importância e interesse pelos sujeitos do Maracanã, pois ganhariam posteriormente maior visibilidade no itinerário cultural de São Luís a partir desses anúncios.

Inicialmente, divulgava-se a realização da Festa da Juçara em duas localidades, a região do Turu e a do Maracanã. O advento inicial contava com o apoio da Coordenadoria de Educação e Ação Comunitária, com a doação de “[...] aventais, alguidares, gamelas, etc., a fim de que os participantes da festa só apresentem condignamente” (Jornal do Dia, 16/10/1971), com datas de início para o dia 24 de outubro no Turu, e o dia 31 do mesmo mês no Maracanã, seguindo uma programação de atrações sempre aos domingos até o dia 28 de novembro do ano de 1971.

Figura 12: Anúncio da I edição do festejo no Turu pelo *Jornal do Dia*

**Festa da Juçara Vai Começar**  
**Dia 24-Turu; Dia 31-Maracanã**

Grande receptividade vêm encontrando a promoção da Prefeitura de São Luís, com a realização da I FESTA DA JUÇARA, que terá lugar no Turu e Maracanã, contando com o integral apoio da SUDEMA, Secretaria de Agricultura, IBDF, ACAR'MA, Escola de Agronomia, Colégio Agrícola, CAEMA, DER e REFESA.

Idealizada pela Coordenadoria de Educação e Ação Comunitária, tendo à frente a professora Rosa Mechel Martins, a Festa da Juçara, que deverá ser realizada todos os anos, sempre na época da safra, tem como objetivo principal uma maior integração entre as populações da zona urbana da cidade com a zona rural, colaborando no sentido da elevação da renda per capita dos setores ruralistas.

Participarão da promoção todos os povoados que produzam a Juçara, concentrando-se nas seguintes localidades: Turu e Maracanã, onde serão armadas barracas com o indicação de cada povoado, a fim de ser vendido o produto em líquido, preparado na hora.

Comunitária, aventais, alguidares, gamelas, etc., a fim de que os participantes da festa se apresentem condignamente. Serão também expostos à venda trabalhos de artesanato realizados pelas escolas municipais rurais, sob a orientação das professoras da Prefeitura. Os menus da Prefeitura, de um menu re-

dominante, apresentando a participação da zona urbana com a rural; aumento do consumo da Juçara em alimentos; suplemento de ferro à dieta alimentar; esporte; melhoria do aproveitamento da mão-de-obra em trabalhos de agricultura; controle e aumento dos lucros para manter a renda per capita da zona rural. Incorporação ao folclore de São Luís; preservação da paisagem pela manutenção das matas ciliares dos rios; manutenção das fontes disponíveis hidricas, a fim de que a Festa da Juçara tenha caráter educativo, econômico e recreativo. A Festa da Juçara no 2º e 3º dias de novembro de 1971.

O início da Festa da Juçara será em 24 de outubro no Turu e em 31 de outubro no Maracanã. A programação de atrações será divulgada posteriormente.

**PROCLAMAÇÃO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO PROFESSOR LUIZ RÊGO**

Transcorrendo hoje, o Dia do Professor, a Prefeitura de São Luís, com a realização da I FESTA DA JUÇARA, que terá lugar no Turu e Maracanã, contando com o integral apoio da SUDEMA, Secretaria de Agricultura, IBDF, ACAR'MA, Escola de Agronomia, Colégio Agrícola, CAEMA, DER e REFESA.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, Jornal do Dia, 16/10/1971.

Em conversas com a Maria de Jesus Assis Marques, conhecida popularmente como Dona Cotinha<sup>20</sup>, foi desde o surgimento da Festa da Juçara como presidente, presidindo por mais de 40 anos, posteriormente, sendo a fundadora da Associação dos Amigos do Parque da Juçara após o falecimento de Rosa Mochel, destaca que sabia da existência da festa no Turu, mas não tomava de conhecimento de onde e quem a realizava.

Podemos pressupor que os organizadores do festejo no Turu não tinham uma correlação direta com os organizadores do Maracanã, talvez quem soubesse seria a própria Rosa Mochel. Além disso, Dona Coutinha se lembra que o festejo no Maracanã começou a ocorrer inicialmente no terreno de Iraneia, que ficava em frente ao terreno de Zé Costa<sup>21</sup>, uma vez que não encontramos nos jornais a localização exata de onde seria realizado o festejo nos primeiros anos.

No que tange a programação do festejo do Turu, é anunciado o início para às 9h e prolongando-se por todo o dia, para além da venda da juçara “em líquido ou em grãos”. Haveria também a indicação de cada povoado participante para eleger ao final da festa a “Rainha da Juçara”. Enquanto isso, no decorrer dos domingos haveria a exposição de trabalhos artesanais, apresentação de alunos das escolas municipais, entre outros.

Para a promoção da festa, destaca-se uma passagem interessante no jornal em relação a sua realização:

A Festa da Juçara, que está sendo realizada pela Prefeitura de São Luís, coincide com sugestão dada pela SUDENE, na semana passada, aos participantes da I Reunião Informal sobre Problemas Prioritário do Turismo no Nordeste: de que deve ser incentivada a realização de Festivais de Frutas típicas da região. Também o incentivo às tradições regionais (outra das sugestões apresentadas no conclave que reuniu representantes do setor turístico dos Estados nordestinos) vem sendo desenvolvido pelo executivo municipal através das Coordenadorias de Educação e Ação Comunitária e Turismo e Cultura Popular. As promoções demonstram a identidade entre as autoridades maranhenses e o Governo Federal, que tenta fazer do turismo fonte de renda para o crescimento econômico do NE (Jornal do Dia, 27/10/1971).

Eram reunidas várias justificativas que fomentassem a realização dessa festa, destacando o valor nutritivo do fruto, os benefícios para a saúde, a preservação da flora, o engajamento comercial entre a zona urbana com a zona rural. Entretanto, o que predominava era a questão do desenvolvimento econômico por meio do turismo, muito presente nos discursos da

<sup>20</sup> As informações foram obtidas em minha ida a programação do São João realizado no Parque da Juçara no dia 26/06/2025, momento oportuno para conversar com a Dona Cotinha, Fabianna Marques (Gestora do Parque) e a comerciante Dona Hilda.

<sup>21</sup> Ele aparece nos escritos de Maria Michol Pinho de Carvalho, quando a autora menciona a união de forças que teve entre as localidades do Maracanã e Maioba para a realização do boi de 1969, formado pelo grupo “tradicionalista” Zé Martins, Zé Costa, Juarez, Benedito Falar Besteira e o próprio João da Léia. Vide: “Matracas que desafiam o tempo: É o Bumba-Boi do Maranhão, um estudo da tradição/Modernidade na cultura popular”, página 79.

época, principalmente com as aproximações dos acordos firmados com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Encontra-se nos impressos a menção as viagens feitas pelo governador Pedro Neiva de Santana (1971-1975) as reuniões com a diretoria da SUDENE, estabelecendo acordos e uma série de contatos para a administração estadual.

Outro órgão que geralmente aparecerá como apoio para a realização da festa será o ACAR-MA, é um programa agro-pecuário no Maranhão como meta do governo de Pedro Neiva, com “[...] vistas a permitir a fácil aquisição dos diversos tipos de sementes por parte de grande número de agricultores” (Jornal do Dia, 23/11/1971). A iniciativa buscava estimular a produção dos agricultores com sementes de arroz, milho, algodão, feijão, amendoim e mamona, criando pontos de sub-postos para a venda dessas sementes diretamente para os produtores locais.

Acrescenta-se que essas sementes a serem introduzidas tinham a pretensão da larga difusão do girassol, apontando como “De grande aceitação no solo nordestino (conforme estudos do Banco do Nordeste do Brasil) essa cultura oleaginosa poderá torna-se eficiente fonte de renda e emprego, contribuindo para a redução da ociosidade da indústria nordestina de óleos” (Jornal do Dia, 23/11/1971). Nesse intento, observa-se o estímulo pela produção de *comodities* associados as políticas governamentais do Maranhão, uma noção de “progresso” visado pelos setores latifundiários que nunca deixaram de ser influente na vida política do estado.

Retornando para as discussões em torno da divulgação do festejo, que contava com o entusiasmo da presença do prefeito Haroldo Tavares e a primeira-dama Eney Tavares, divulgava-se, conforme a imagem abaixo, a notícia do festejo quando realizado na localidade do Maracanã:

Figura 13: Anúncio sobre o começo do festejo no Maracanã pelo *Jornal do Dia*

# Festa da Juçara Hoje em Maracanã



O deputado Vieira da Silva, diretor-presidente da COTEMA, acompanhado do engenheiro Mauro Furtado, da COTEMA, pela Standard Elétrica S/A.

## SESA TEM PRONTOS NOVOS EQUIPAMENTOS NA COTEMA

**RIO, (Especial para JORNAL DO DIA)** — Já está concluída a fabricação de parte do equipamento encomendado pela COTEMA — Companhia Telefônica do Maranhão — à Standard Elétrica Sociedade Anônima, para instalação da moderna central Pentacenta 1000, na nova sede da empresa maranhense, no Parque do Bom Menino. Todo o equipamento fabricado já está embalado, pronto para ser remetido para a capital do Maranhão, conforme informado pelas diretorias da COTEMA.

Dentro de alguns dias, aproximadamente, 30 dias o material produzido pela SESA deverá estar sendo desmontado e instalado para imediata montagem nas dependências que foram reservadas na nova sede da COTEMA. Engenheiros e técnicos dos trabalhos de montagem do restante do equipamento adquirido pela COTEMA, para entrega definitiva nos primeiros meses do próximo ano.

**INSPEÇÃO**

Todo o equipamento que está sendo produzido pela Standard Elétrica Sociedade Anônima para a COTEMA é inspecionado pelo deputado Vieira da Silva.

Auspiciando-se o mesmo brilhantismo alcançado no dia 24, no Turu, será instalada hoje no Maracanã, a I Festa da Juçara do Maranhão, numa iniciativa da Coordenadoria de Educação e Ação Comunitária da Prefeitura Municipal.

Aspiramos no propósito promover uma maior integração entre as populações rurais e urbanas da cidade, além de estimular um maior consumo da Juçara, contribuímos, destacando, para uma maior eficiência no aproveitamento rural essa promoção vem contando com o integral apoio do nosso povo, com responsabilidade, assim, aos objetivos de municipalidade.

No Turu, grande foi o número de pessoas de todas as camadas sociais que prestigiaram o acontecimento, tendo sido grande a afluência a todos os barracões montados.

Hoje no Maracanã, com a mesma organização, cada um terá um barracão montado, onde será servida a Juçara em líquido, preparada na hora, e em colinas, espera-se também a presença de milhares de pessoas.

**NOTA DA D.R.T.**

O DELEGADO REGIONAL DO TRAFEGO DO MARANHÃO leva ao conhecimento daqueles que tiveram pedidos de registro, CATEGORIAS INTERDITAS nesta D.R.T. por não comparecerem nos 15 dias contados a partir do dia 24 de novembro de 1971, que poderão requerer novo registro, face ao que dispõe o art. 10, inciso II, da Lei nº 5696, de 21-8-71, e o art. 10, inciso II, da Lei nº 5696, de 21-8-71, e o art. 10, inciso II, da Lei nº 5696, de 21-8-71, e o art. 10, inciso II, da Lei nº 5696, de 21-8-71.

SÃO LUÍS, 27 de outubro de 1971.

**FERNANDO CUNHA LEITE**  
DELEGADO REGIONAL

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, Jornal do Dia, 31/10/1971.

A redação do texto abre dizendo “Auspiciando-se o mesmo brilhantismo alcançado no dia 24, no Turu será instalada hoje no Maracanã, a I Festa da Juçara do Maranhão, numa iniciativa da Coordenadoria de Educação e Ação Comunitária da Prefeitura Municipal” (Jornal do Dia, 31/10/1971). O momento célebre contaria com a presença do prefeito Haroldo Lisboa Tavares, enfatizando que ele “vem prestando todo o apoio da municipalidade”, com a iniciativa da engenheira Rosa Mochel Martins, destacando que a programação elaborada prosseguiria até o dia 28 de novembro, tanto no Turu como no Maracanã.

**Figura 14:** Sobre a programação da festa no Turu e no Maracanã

**ÁINDA E TEMPO DE JUÇARA**



No próximo domingo, dia 07 de novembro, as populações rurais de Turu e Maracanã ainda estarão à espera dos seus amigos da zona urbana. Alm da Juçara, que por si já é uma grande atração, haverá apresentação de Corais e Teatro Infantil.

A programação do Turu é a seguinte:

Às 16,30, apresentação da peça infantil Chapéuzinho Vermelho encenada pelos alunos de Vila Maranhão sob a direção da professora Lúcia Nascimento.

Às 17,30, apresentação do Coral do Colégio Municipal Luís Viana, Deptº do Sindicato dos Estivadores, sob a regência da professora Maria Eugênia Rocha Medeiros;

Em Maracanã haverá às 16,30 apresentação da peça infantil "O Palhacinho Triste" encenada pelos alunos da Pedrinhas, sob a direção da profa. Leda Nascimento.

E às 17,30 apresentação do Coral do Colégio Municipal Luís Viana, sob a regência da profa. Edeuir C. Lima Guará.

**DRES JOGARAO AMANHÀ**

(LEIA NA 106. PÁG.)

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 06/11/1971.

A programação se apresentava de forma bem diversa, geralmente a localidade do Turu tinha programações que ocorriam simultaneamente com a programação do Maracanã. No entanto, observamos bastante enfoque dos jornais, O Imparcial e o Jornal do Dia, na programação oferecida pelo Maracanã.

O festejo, quando anunciado o seu encerramento, apresentava uma programação imperdível no Maracanã, dando enfoque para a presença do governador Pedro Neiva e do prefeito Haroldo Tavares:

A programação elaborada para hoje é a seguinte: 16,00 hs., demonstração de ginástica rítmica, por alunos de grupos escolares municipais; 16,20 hs., demonstração de ginástica rítmica por alunos do Colégio Municipal "Luiz Viana"; 16,30 hs., apresenta o das rainhas da Festa da Juçara de Turu e Maracanã: 16,40 hs., cerim nia de encerramento, com a presença do Governador do Estado e do Prefeito de São Lu ; 17,00 hs., apresenta o do coral do Colégio "Luiz Viana", seguindo-se a distribu o de brindes (trabalhos de artesanato) aos colaboradores da Festa da Juçara e homenagem especial às amassadeiras (Jornal do Dia, 28/11/1971).

Quando encerrado, ainda havia notícias apontando o êxito trazido pela festa para a comunidade do Turu e do Maracanã, cabendo a ressalva que os números apontam para valores

superiores de venda na região do Maracanã, conforme sinalizamos a partir do jornal a exposição dos resultados com a juçara vendida nas duas localidades:

[...] Juçara consumida: Turu – 308 latas, com 2,464 litros, no valor de Cr\$ 7.392,00; Maracanã – 507 latas, com 4.056 litros, no valor de Cr\$ 12.168,00. Trabalhos de artesanatos vendidos: Turu – Cr\$ 1.600,00; Maracanã – Cr\$ 3.177,00, perfazendo um total de Cr\$ 24.337,00 o movimento financeiro da I Festa da Juçara, o que bem atesta o seu êxito integral (Jornal do Dia, 02/12/1971).

Entretanto, esse período político não pode ser visto sem os interesses de censura e propagação de discursos da ditadura. No jornal O Imparcial, por exemplo, nota-se em diferentes momentos do periódico daquele ano de 1971, as menções quando da posse do então novo prefeito Haroldo Tavares, nomeado pelo governador Pedro Neiva de Santana.

A atuação política de Haroldo Tavares (1971-1975), diplomado em engenharia civil pela Faculdade de Engenharia de Minas Gerais, fez parte do cenário político do Maranhão, começando pelo cargo que exerceu como secretário de viação e obras públicas no governo de Sarney, em 1966. A partir desse momento, surge novos delineamentos sobre a concepção urbanística para a cidade, na qual tinha por defesa a melhoria e expansão da urbanização de São Luís, incluindo a dinâmica comercial de integrar as zonas rurais.

O jornal, por sua vez, destaca em várias passagens do seu periódico os feitos do então prefeito, nesse intento de legitimar a decisão do governador. Enfatiza-se, portanto, em uma de suas colunas os principais atributos de Haroldo Tavares para o cargo:

**Figura 15:** Notícia de posse do novo prefeito de São Luís



**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 15/03/1971.

A proximidade do novo prefeito em relação a essa festividade que surgia em São Luís está associada ao projeto de desenvolvimento das comunidades rurais a nível nacional. Segundo Cabral (1987) o Governo Federal, através do Ministério do Interior, quando da criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERPHAU), em 1964 e regulamentado em 1966 pelo Decreto nº 59.917, seria um órgão a direcionar a elaboração dos Planos Locais Integrados. Desse modo, envolveria órgãos oficiais e particulares, nacionais, - regionais e locais, com os objetivos comum de um desenvolvimento nacional, incluindo nesse plano as comunidades ainda predominantemente rurais, motivo que a Secretaria-Geral desse ministério criou a Coordenadoria de Programas de Desenvolvimento Comunitário, em 1969.

Nesse sentido, o jornal atuava como esse fator de veiculação das informações, constituindo-se como importante meio sobre as notícias da cidade e do mundo. Considerando o período ditatorial, os jornais revelam uma situação política de articulação nacional com São Luís, demonstrando as formas de atuação e intervenção, principalmente nas comunidades rurais.

## **2.2 A Festa da Juçara de 1972: a narrativa do “folclore maranhense”**

Continuando com as menções sobre a Festa da Juçara, em 1972, a programação iniciaria no dia 08 de outubro e estender ia-se até o dia 29 do mesmo mês, acontecendo sempre aos domingos, com a proposta de trazer mais visibilidade a própria comunidade:

Para tanto, aquele órgão municipal já deu a conhecer o programa da festa que será o seguinte: no dia 8, haverá a estilização da “Dança da Juçara”, apresentada pelo Grupo Nuclear Universitário, da mesma Secretaria, seguindo-se a apresentação da peça “O Rapto das Cebolinhas”, pelo Grupo de Arte Infantil da Prefeitura (zona urbana); no dia 28, último domingo de outubro e último dia da Festa, a apresentação do Bumba-Boi do Maracanã.

Em conversa com a nossa reporta, a Profa. Rosa Mochel Martins, Secretária de Educação e Ação Comunitária do Município que, durante dois sábados de outubro, dias 14 e 28, haverá consultas médicas e assistência destinada [sic.] para a população rural, visando melhorias no setor da saúde pública daquela gente; continuando, afirmou o ponto alto da festa [sic.] será o casamento coletivo 32 casais do Tibiri, que vivem maritalmente há muito tempo, tendo inclusive filhos já homens feitos (Jornal do Dia, 05/10/1972).

A porta voz da programação perpassará por Rosa Mochel, e nesse ano será ressaltado que terá para a II Festa da Juçara no Maracanã a participação das comunidades da “[...] Maiobinha, Turu, Tibiri, Pedrinhas, Vila Maranhão, Maioba, Alegria, Ribeira, Itapera, Vila Sarney e Vila Esperança [...]” (Jornal do Dia, 07/10/1972).

Para estimular e facilitar a ida de pessoas a região do Maracanã, é noticiado que “O início será às 8 horas e durante todo o dia de hoje estará saindo ônibus do Mercado Central com

destino ao Maracanã, sendo que uma linha será feita pelo Bacanga e outra pelo Tirirical” (O Imparcial, 08/10/1972). Além de enfatizar que haverá apresentações “[...] infantis, demonstrações de capoeira e bumba-meu-boi” (*Ibidem*, 08/10/1972).

Pouco a pouco, foi sendo reiterado pelo jornal a juçara como parte do “folclore maranhense”, com vistas a valorização desse fruto como substrato de potencial econômico e cultural.

Figura 16: Título no jornal O Imparcial da “Juçara integrando o nosso folclore”

**JUÇARA INTEGRANDO O NOSSO FOLCLORE**

O folclore maranhense pouco a pouco vai ganhando mais subsídios com a cessão pela nossa flora, da juçara, que, através de motivação por parte da Secretaria de Educação e Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de São Luís, inicia hoje no Maracanã a Segunda Festa da Juçara.

Um dos objetivos da festa é levar o homem da cidade a conhecer as coisas e os costumes no homem rural, sentir mais de perto tudo aquilo que é típico do homem do interior, além de levar todos a conhecer a juçara e a sua importância.

No Maranhão, exemplo do Babaçu, Tucum, Macauba Araça, a Juçara é uma palmeira que oferece alimentação de alto teor nutritivo, proporcionando inclusive o fabrico de peças de artesanato, podendo ser utilizada esta como vassoura para varrer os grandes terreiros.

A colheita da Juçara dar-se-á somente quando os frutos se apresentam acizentados e começam a cair voluntariamente. Em outras circunstâncias, como ocorre muito em determinadas regiões do Maranhão, junta-se um grupo de meninos que realizam uma espécie de concurso para ver quem apanha em tempo cronometrado, o maior número de cachos de Juçara. Para facilitar a subida ao pé de Juçara a menina usa peias o que proporciona maior velocidade na subida, mais não é muito fácil, pois as Juçaras chegam a atingir até 20 metros de altura.

Esmagando os grãos quando maduros — e conforme as tradições deve ser dentro de uma vasilha de barro — mistura com água e açúcar formando assim uma excelente merenda. Embora seja necessária a destruição da palmeira a Juçara empresta ainda grande ajuda a indústria alimentícia com o aproveitamento do palmito o que feito de forma racional, não implica na extinção do vegetal, mesmo porque o seu crescimento é rápido, pois com cinco anos começa a fornecer frutos. Nasce geralmente em lugares úmidos e cresce quase sempre em toceiras, criando na base um mundo de minúsculas raízes, o que proporciona maior fixação do vegetal ao solo.

No decorrer da festa que hoje tem início haverá campanha visando esclarecer sobre os verdadeiros valores da Juçara, assim como instruir a população a utilizar métodos visando o aproveitamento adequado para maior preservação da flora.

A Prefeitura de São Luís espera através desta festa ajudar no aumento da renda “per capita”, além de estimular os estudiosos do nosso folclore a desenvolver mais a história, utilizando como dados a Juçara que é privilégio do Maranhão.



Um pé de Juçara (foto) simboliza o folclore Maranhense.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 08/10/1972.

Na imagem acima, destaca-se para os elementos representativos da cultura popular, associado na época sobre o modo de colheita e fazer do vinho da juçara, além da produção artesanal de vassouras para varrer os grandes terreiros. A imprensa como veiculador dessas informações transmite os motivos que fazem da juçara como parte do dia a dia do maranhense, mas também ressalta da festa como esse espaço “educativo” que contam com agentes para essa “instrução”, quando afirma “[...] assim como **instruir** a população a utilizar métodos visando o

aproveitamento adequado para maior preservação da flora” (O Imparcial, 08/10/1972, grifos nossos).

Podemos afirmar que o discurso presente nesses jornais possui a participação de pessoas ligadas a política, a intelectuais, sanitaristas etc., visando sofisticar as práticas tradicionais. Por exemplo, será evidenciado o apelo ao consumo da juçara no Maracanã atrelado a narrativa empregada nada menos que os escritos do jornalista e poeta Evandro Sarney, irmão do presidente José Sarney. O redator Evandro Sarney ressaltará a forma tradicional das amassadeiras no modo de fazer e servir a juçara nos utensílios de barros, enfatizando “E que bebam todos, em vasilhame de barro, a juçara frêscia e arroxada, cujos grãos cinzentos tenham sido amassados, também em alguidar de barro” (Jornal do Dia, 08/10/1972).

Figura 17: Versos livres de Evandro Sarney dedicados a produção das amassadeiras



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, Jornal do Dia, 08/10/1972.

As colocações de Evandro Sarney ao dizer que “A alma maranhense sempre foi e é pródiga, fertilíssima em cousas do espírito” condiz com as construções sociais em demarcar a noção de território e do ser maranhense. Por esta razão, devemos enfatizar que o “território” que

conhecemos como Maranhão pressupõe uma (re)invenção desse espaço, conhecida como “maranhensidade”.

Nos escritos de Barros (2005), ele já apontava esse processo demarcador de identidade maranhense entre as décadas de 40 e 50 do século XX, afirmando que esse período ficou marcado pela atuação de alguns intelectuais, poetas, escritores e políticos que se interessarão pela cultura popular, ou melhor dizendo, por elementos dela, como é o caso do Bumba-meu-boi que foi elevado a símbolo dessa identidade local.

As proposições de Barros (2005) sobre o aspecto do Bumba-meu-boi nos direcionam para a (re)leitura desses aspectos culturais que vão ser incorporados pela noção de “maranhensidade”. Segundo a compreensão de Barros (2005, p.100) sobre esse movimento cultural maranhense, ele destaca:

A nosso ver, não é possível traçar uma linha estanque dividindo duas culturas em blocos separados no Maranhão do período. Desse modo, entendemos que a cultura popular aponta para uma cultura não-oficial, uma cultura da não-elite. Entretanto, veremos que, um mesmo indivíduo pode estar ora na cultura oficial ora na cultura não-oficial, dependendo do que se esteja vislumbrando. Os termos utilizados na época para caracterizar essa cultura da não-elite variavam entre “folclore”, “coisas populares”, “obras do povo”, “crenças do povo”, “saber do povo” e mesmo “cultura popular”.

Portanto, as construções identitárias não findam em temporalidades estritamente demarcadas, são processos que estão sempre em movimento capaz de sofrerem alterações dos atores sintagmáticos – especialmente da esfera governamental – que compõem esse cenário de disputa. Observaremos que o discurso vai operar com esses elementos presentes na Festa da Juçara, aproximando essa relação das práticas singulares e pertencentes das camadas mais periféricas da cidade como parte da expressão da “cultura popular”.

Seguindo essa linha de raciocínio, quando analisamos os impressos desse referido ano de 1972, constata-se cada vez mais anúncios voltados para a promoção da festa no Maracanã, um dos motivos que talvez justifique para o fim da festa no bairro do Turu, por não ter a mesma projeção que ganhou a outra comunidade. Haverá destaque nos jornais para a visibilidade do Maracanã tanto em programações como para a importância da sua flora, além de evidenciar o empenho da prefeitura em viabilizar um melhor acesso a comunidade, com o intento de estimular maior circulação turística.

Cria-se, portanto, a noção do Maracanã ser o lugar a ser patenteado como espaço da tradicional Festa da Juçara. Os empreendimentos políticos e midiáticos vão fortalecer as narrativas e práticas ocorridas nessa localidade como vinculadas à uma tradição, conforme a concepção hobsbawmiana:

[...] o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como conhecimento da coesão grupal (Hobsbawn, 2008, p.21).

Por um lado, as concepções de Hobsbawn (2008) caminham para discussões de perceber a “tradição” como uma invenção política e econômica que altera as “tradições genuínas”. Seguindo essa lógica, perpetuaríamos com a ideia de “pureza” de práticas populares e eruditas, onde o intuito não é reforçar a distinção entre elas.

Lembrar-nos das colocações de Burke (2005) em caminharmos sobre a ideia de tradição como dialógica e conexa, sem tomá-las como categorias conceituais definidas do que seja popular e erudito:

Os especialistas várias vezes sugeriram que as muitas interações entre cultura erudita e popular eram uma razão para abandonar de vez os dois adjetivos. O problema é que sem eles é impossível descrever as interações entre o erudito e o popular. Talvez a melhor política seja empregar os dois termos sem tornar muito rígida a oposição binária, colocando tanto o erudito como o popular em uma estrutura mais ampla (Burke, 2005, p.42).

De acordo com os autores acima, enxergamos esse cenário presente na Festa da Juçara, onde torna-se tênue a presença dos elementos da cultura popular (memórias, saberes e práticas ancestrais) e erudita (planos e projetos políticos) nessa construção da identidade maranhense. Eis que o papel da imprensa reforça como outros agentes possuem interesses na propagação dessa festa para o público de São Luís.

Ancorando-se nas proposições de Cruz e Peixoto (2007, p.257) a imprensa está inserida em “[...] uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”. Ao trazemos a manchete do jornal O Imparcial, os títulos são indicativos para a narrativa que buscam suscitar nas discussões do público leitor. A exemplo da imagem abaixo:

Figura 18: Títulos na manchete do jornal O Imparcial



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 21/10/1972.

De acordo com essa manchete, o tamanho da letra “Discutindo ontem plano turístico” se apresenta inserida no topo da página, os outros títulos referentes a “Mais um dia de Festa da Juçara amanhã” e ao lado “O tradicional Boi de Pindaré Morre Amanhã”, também apresentam um letreiro maior, endossando a importância das manifestações que constituem o “folclore maranhense” como parte desse plano de turismo para o estado.

Nesse sentido, as contribuições de Cruz e Peixoto (2007) foram importantes para entender que a imprensa emprega um discurso predominante, lembrando “[...] que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (*Ibidem*, p.258).

Caminhando pelas passagens dos jornais, é interessante que encontraremos como apresentações o Tambor de Mina pelos alunos da Escola Evandro Bessa de Anamandiba, o Bumba-Boi do Maracanã, rodas de capoeira, entre outras. Ou seja, teremos uma programação que traz atividades ligadas a essas práticas culturais como “folclore” para o itinerário turístico de São Luís, projetando o espaço dessa festa como local para visitação.

Concomitantemente, esse momento est a ligado ao contexto político maranhense, onde teremos novos delineamentos sobre a concep o urbanística para a cidade, na qual tinha por

defesa a melhoria e expansão da urbanização de São Luís, incluindo-a na dinâmica comercial de integrar as zonas rurais. A intencionalidade dessa “integração” não residia somente em constituir o arquétipo cultural da cidade, também incidia em novas formas de integrar as zonas rurais nos fluxos capitalistas de São Luís, com objetivos bem expressos no próprio jornal quando divulgava os resultados do festejo:

A II Festa da Juçara, que vem atraindo milhares de pessoas a Maracanã, terá prosseguimento amanhã, quando da oportunidade será cumprido um programa elaborado pela professora Rosa Mochel, que convida por nosso intermédio, todo o povo de São Luís para prestigiar a festa (sic), podendo as famílias que para ali se dirigem, passar o domingo saboreando juçara e comidas típicas do Maranhão. No último domingo, **foram consumidos nada menos de oitocentos litros de juçara, percentual este, que representa um deslocamento de dinheiro da zona urbana para a zona rural e o consequente aumento da renda <<per capita>> daquela população** (O Imparcial, 1972, 21/10/1972, grifos do autor).

Logo, podemos perceber que a propaganda cultural do festejo, a partir da midiaticização do processo de “modernização” as zonas rurais de São Luís, era refletida com a demonstração dos resultados “positivos” que a festa estaria angariando com o fluxo turístico na região. Entretanto, o que não é revelado são as consequências que podem impactar nos saberes e fazeres tradicionais da comunidade.

Essa relação de “chegada da modernidade” as zonas rurais, implica principalmente na forma de produção das amassadeiras que ocorrerá nos anos posteriores. Como destacou Fabianna Marques<sup>22</sup>, antecessora gestora do parque, relembra o que sua avó, Dona Cotinha, dizia sobre a produção da juçara de antigamente que contrasta com a juçara produzida hoje na máquina, dizendo que não foi um processo de mudança brusca.

Pelas memórias de Fabiana Marques, sua avó dizia que: quando a vigilância sanitária chegou dizendo como deveriam produzir o suco da juçara de forma mais adequada, ela falou que geralmente a sua avó criava uma “fachada” de estar produzindo na máquina na parte da frente da barraca, mas no quintal sua avó ficava batendo a juçara nos moldes tradicionais para servir ao público que pedia do “melhor jeito de fazer”. Entretanto, quando a vigilância sanitária passava e viam as amassadeiras fazendo a juçara no pilão ou com a garrafa de 51, eles “levavam” os seus materiais.

A sua fala expressa que determinadas mudanças de práticas não perpassam pela simples adesão dos ditames de quem vem de fora, suas formas de resistir residem no que acreditam e articulam essas estratégias em um contexto de mudanças na festa. Apesar de olharem para esse

---

<sup>22</sup> As informações foram obtidas em minha ida a programação do São João realizado no Parque da Juçara no dia 26/06/2025, onde conversei com Fabianna Marques (Gestora do Parque) e levei o documento para assinatura da deliberação da pesquisa no lócus do Parque da Juçara.

passado com nostalgia, tem um valor sentimental agregado a sua importância de outrora por serem precursoras de um festejo que ficou popularmente conhecido desde aquela época, atribuindo esse mérito as suas lutas por melhores condições aos comerciantes da festa e para a notoriedade dessa comunidade da zona rural de São Luís.

Em conformidade com Spivak (1988b), ao trazermos as críticas sobre a teorização no campo da historiografia relacionado a “transição”, baseado nas narrativas dos modos de produção, favorece com a perspectiva de pensarmos historicamente os grupos de forma mais pluralizada e como aspecto de confronto.

Em síntese, faz-se necessário pensar essas sutis mudanças funcionais no interior do festejo com os sistemas de signos, ou seja, a passagem que teremos das designações dessas pessoas de “amassadeiras” para “comerciantes”, ou denominados atualmente de “permissionários”, assim como tem se desenvolvido nos Estudos Subalternos: do crime para a insurgência, do escravo para o trabalhador, e assim por diante.

Esse processo de mudanças é importante para entender quais as concessões e abdições foram feitas no interior desse festejo com relação a aproximação dos órgãos de vigilância sanitária para com as pessoas que produzem a juçara. Conforme ressalta Spivak (1988b) sobre as mudanças funcionais em um sistema de signos, esse cenário sempre será caracterizado como eventos violentos.

A functional change in a sign system is a violent event. Even when it is perceived as 'gradual', or 'failed', or yet 'reversing itself', the change itself can only be operated by the force of a crisis. Yet, if the space for a change (necessarily also an addition) had not been there in the prior function of the sign-system, the crisis could not have made the change happen. The change in signification-function supplements the previous function.' The Subaltern Studies collective scrupulously annotates this double movement<sup>23</sup> (Spivak, 1988b, p. 4).

Alguns indicativos de intervenções durante a realização do festejo, já nos alerta para essas mudanças que seriam mais visíveis posteriormente, retornaremos para esses aspectos no capítulo seguinte, quando da abordagem da História Oral.

---

<sup>23</sup> Em tradução livre: Uma mudança funcional em um sistema de signos é um evento violento. Mesmo quando percebida como "gradual", "fracassada", ou ainda "reversível", a mudança em si só pode ser operada pela força de uma crise. No entanto, se o espaço para uma mudança (necessariamente também um acréscimo) não estivesse presente na função anterior do sistema de signos, a crise não poderia ter causado a mudança. A mudança na função de significação complementa a função anterior. O coletivo Subaltern Studies anota escrupulosamente esse duplo movimento (Spivak, 1988b, p. 4).

### 2.3 A Festa da Juçara de 1973: a programação cultural e seus intentos festivos

No ano de 1973, é anunciado que as atividades da festa aconteceriam aos domingos, assim como os anos anteriores, nos dias 7 a 28 de outubro. Segundo a programação elaborada por Rosa Mochel, da Secretaria de Educação e Ação Comunitária do Município, funcionará da seguinte forma para o calendário daquele ano:

Dia 7, 9 horas – Abertura do Arraial, 10 horas – Teatrinho de Fantoches, 17 horas – Xango, pelas alunas do Instituto de Educação do Município e Colégio Municipal Luís Viana, 18 horas – Projeção de audiovisuais.

No dia 14, segundo domingo da Festa, o programa mudará às 17 horas quando serão exibidos jogos de capoeira. No dia 21, às 9:30 horas haverá recreação e “show” com o conjunto MUSA, respectivamente. No dia 28, que é o último, às 17 horas será encenada a peça infantil “Ranchinho dos Desejos”. Às 16 horas no entanto, no ginásio de Maracanã, haverá casamento de 32 casais residentes em Vila Maranhão, Maracanã e Ambude (O Estado do Maranhão, 04/10/1973).

O sucesso era anunciado pelas vendas que convertiam em renda principal para a comunidade, informando que: “Durante os quatro domingos chamada Festa da Juçara, foram vendidos, em Maracanã, onde a mesma se realizou, 5.993 litros de juçara, rendendo para a população do local 17 mil novecentos e setenta e nove cruzeiros” (O Estado do Maranhão, 01/11/1973).

Não era somente as barracas que lucravam com a venda do vinho da juçara, as artesãs sempre estiveram presentes nessa festa e se constituía como renda para elas, representando que lá o seu êxito também dependia de um alavanque econômico para aquela comunidade. Como aparece no jornal: “Por seu turno, a loja de artesanatos rendeu dois mil trzentos e cinquenta e nove cruzeiros, perfazendo um total de vinte mil trezentos e trinta e oito cruzeiros, importância que passou a circular no sistema econômico daquela região” (O Estado do Maranhão, 01/11/1973).

Sabendo desse intento econômico, podemos adentrar nos embates decorrentes desse processo de aproximação que houve do festejo popular e a esfera governamental, lembrando dos setores como a SUDENE, que engendravam nos discursos do jornal como norteadora de ações “promissoras” para o estado do Maranhão.

Desse modo, o jornal O Imparcial adotava em suas notícias a contribuição em que a SUDENE tinha para essas ações governamentais, dizendo que “Vale também ressaltar que a realização de festas para divulgação de frutas nativas é uma sugestão feita pela própria SUDENE como forma de promover o desenvolvimento do Nordeste. E a Festa da Juçara está nessa linha de ação” (O Imparcial, 07/10/1973).

Figura 19: Recorte da manchete do jornal O Imparcial



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 07/10/1973.

O recorte de jornal acima nos leva a questionar: em que sentido essa informação procede com a autonomia dos comerciantes da Festa da Juçara com a política adotada para a época? Talvez podemos enxergar como manuseio de articulação política de se apropriarem das manifestações da cultura local em prol de demandas empresariais. Acrescenta-se o que foi dito por Raimunda Frazão<sup>24</sup> e outros moradores, que o nascimento do festejo foi realizado antes mesmo de 1971, o que implica questionar se talvez o impresso estaria divulgando a imagem do prefeito Haroldo Tavares como um dos “fundadores” da Festa da Juçara.

De acordo com a própria notícia de 1976, no jornal O Imparcial, é destacado que “[...] a festa foi realizada pela primeira vez, em outubro de 1970, por iniciativa de Rosa Mochel Martins, naquela época Secretária de Educação e Ação Comunitária, se registraram alguns senões os quais foram corrigidos no ano seguinte” (O Imparcial, 17/10/1976). A palavra “senões” significa defeitos ou falhas, talvez justifique o festejo possuir como edição oficial somente a partir de 1971, quando passou a contar com a presença e inauguração das autoridades políticas da época.

<sup>24</sup> Encontro para roda de conversa entre ativistas da comunidade do Maracanã no dia 26/07/2025. Houve a exposição do documentário “Mulheres da Juçara” da Alguidar Produções, logo após, houve o diálogo com a Mãe Jô, dirigente do terreiro de São Jorge Tumajamacê, Raimunda Ferraz do Conselho Ambiental da APA Maracanã, entre outras.

Quando da nossa busca por outras festas em torno das “frutas típicas” ou alimentos locais têm-se até mesmo na zona urbana de São Luís a “Festa do Algodão”, empreendido por Maria Inês Saboya, mas encontra-se uma abrangência maior e que ultrapassam os limites do território circunscrito a São Luís. Cita-se por exemplo a “Festa do Tomate”, realizada no Médio Mearim; o “Festival da Melancia”, no município de Arari; o “Festival do Peixe” em Penalva, Viana, Cajari e Matinha; dentre muitas outras festividades, que surgem nesse contexto de alinhamento político com a SUDENE.

Face a essa discussão, podemos elencar as proposições de Oliveira e Calvente (2012), no artigo intitulado “As múltiplas funções das festas no espaço geográfico”. Elas analisam as festas como correlação do lazer, às manifestações da cultura, a momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza, sentimento de pertencimento e as finalidades do lugar como atrativo turístico.

Nesse sentido, estamos diante das discussões em torno do “lugar” como campo de articulação das forças locais/internas presentes com aquelas globais/externas. Portanto, enxerga-se um alinhamento político local engendrado com as tomadas de decisões das esferas governamentais no âmbito nacional e internacional, mas ressaltamos que não são somente os principais envolvidos dessa articulação, os agentes da comunidade também interagem diante desse processo.

Oliveira e Calvente (2012, p.83) afirmam que:

Em muitos casos, há o processo de recriação da festa, dos rituais, das tradições, que inicialmente possuíam um caráter quase espontâneo dos valores e dos costumes populares dos diversos grupos sociais e vêm sendo apropriados pelos administradores públicos e empresariais, muitas vezes ligados ao turismo, transformando-se em megaeventos, cujo caráter de empreendimento econômico e comercial tornou-se muito acentuado, como é o caso do carnaval no Rio de Janeiro.

É notório, até mesmo problemático, observarmos muitas das festas populares realizados, em sua maioria, nos bairros periféricos da cidade de São Luís deixarem de serem realizados por conta dos “megaeventos”, protagonizados pelo Estado e pela Prefeitura, que tomaram conta em período de festas, principalmente durante o Carnaval e São João. Entretanto, Oliveira e Calvente (2012) apontam para o que temos visto é a inovação e recriação de uma sociedade em constante transformação.

Para tanto, as festas assumem diferentes objetivos, podendo ser: festas religiosas, festas gastronômicas, festas cívicas e festas ligadas a tradições, ou possuírem essas características de várias ao mesmo tempo, como ressaltam as autoras:

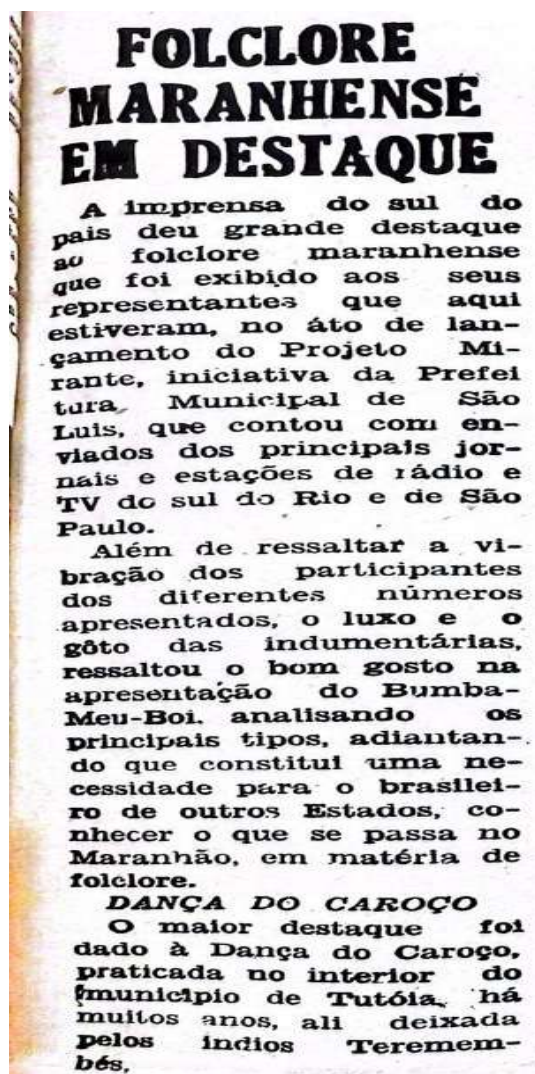
O Brasil é um país muito rico em manifestações culturais. Não seria diferente em relação às festas. De maneira geral, há uma diversidade de tipos de manifestações festivas: festas ligadas ao sagrado/religião (na maior parte das vezes ao catolicismo); festas gastronômicas, muitas vezes em comemoração ao plantio e colheita de determinado produto agrícola; festas cívicas (e até mesmo relacionadas à luta de poder); festas ligadas a manifestações culturais ou momentos históricos; festividades às vezes apenas lúdicas etc. (Oliveira; Calvente, 2012, p.84).

Quando trazido essas discussões sobre as projeções das festas no cenário midiático do Maranhão, especialmente a capital, é visto um plano recorrente de ações destinadas a construção sintgâmica da “maranhensidade”. Portanto, as festas, antes localizadas e organizadas por determinados grupos, passam a ser representados e visibilizados pelas ações do Estado. No entanto, será cada vez mais gradativo as tensões e disputas que perpassam os sentidos e fazeres da festa para os comerciantes em dissonância com os interesses do segmento estatal.

#### **2.4 A Festa da Juçara de 1974: do silenciamento a visibilidade religiosa dos terreiros**

Caminhando pelo tempo por meio das folhas dos jornais, em 1974, a programação para o evento daquele ano aconteceria nos dias 6, 13, 20 e 27 de outubro, prevendo para ocorrer em todos os domingos do respectivo mês. Cabe ressaltar que as festividades anunciadas no jornal O Imparcial, por vezes, é dedicado várias notícias, onde se encontra até mesmo as menções sobre qual visibilidade trarão sobre o “folclore maranhense”, conforme a notícia abaixo:

Figura 20: Recorte de notícia do jornal O Imparcial



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 06/10/1974.

A promoção dada as ações municipais frente a esse processo, são importantes para entender o estímulo a prática do turismo em terras maranhenses. O órgão da Secretaria de Educação e Ação Comunitária da Prefeitura de São Luís também assume papel de destaque na promoção das festividades locais, uma articulação que se assemelha aos dias de hoje com a SECULT - Secretaria Municipal de Cultura de São Luís<sup>25</sup>.

Sob essa ótica, quando nos utilizamos das concepções de Raffestin (1993), entendemos que os atores sintagmáticos se validam de diferentes estratégias e motivos, fazendo do espaço uma representação de imagem ou modelo de acordo com suas intencionalidades. Sendo assim,

<sup>25</sup> A Secretaria Municipal de Cultura de São Luís (SECULT) foi fundada em 1º de fevereiro de 1993, sediada em São Luís, MA. Essa pasta do governo opera sob a gestão da Prefeitura Municipal de São Luís e é responsável por estabelecer diretrizes e promoção das atividades culturais no município.

quando nos aportamos em suas proposições, Raffestin (1993) ressalta sobre o controle que existe dos *mediatos* nesses mecanismos de disputas, o que não deixa de ser um projeto político.

Frente a esse projeto político e midiático em torno das ações que estimulem o turismo, a Festa da Juçara irá compor esse cenário turístico projetado para a época, conforme poderemos ver na coluna de notícias dedicada ao público leitor:

Figura 21: Folha do jornal O Imparcial



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 06/10/1974.

Tendo em vista a participação da Rosa Mochel, não somente como interlocutora entre o festejo e os anúncios da programação na imprensa, mas também a sua atuação como Secretária de Educação e Ação Comunitária de São Luís, evidencia como o festejo adquiriu maior projeção e visibilidade pelo poder público. Observa-se que a reportagem ao noticiar as ações da

prefeitura em “preparar” a Festa da Juçara despenderá de esforços para melhorar o acesso ao local em que ocorre o festejo, sendo uma oportunidade de promover a imagem do governo em prol da zona rural.

O Departamento Municipal de Estradas de Rodagem em atendimento imediato à solicitação da Secretaria de Educação e Ação Comunitária de São Luís, tomou todas as atitudes para que a estrada de Maracanã, que dá acesso ao local da Festa da Juçara, ficasse em condições de receber o avultado número de veículos na ocasião em que se efetiva a promoção.

Essa colaboração se faz sentir desde o ano em que foi realizada a I FESTA DA JUÇARA.

Assim o D.M.E.R figura como um dos mais importantes colaboradores da Secretaria de Educação e Ação Comunitária, ao ensejo de todas as iniciativas que promove (O Estado do Maranhão, 02/10/1974).

É visto recorrentemente muita a questão da “integração”, tanto do sentido de dizer que está havendo a aproximação da população urbana da cidade com a zona rural, como também a presença de outras comunidades nesse festejo, reunindo os bairros de Vila Maranhão, Tibiri, Pedrinhas e adjacências. Por este motivo, algumas barracas montadas possuem o nome das localidades desses moradores, nos levando a considerar que os comerciantes não eram somente pessoas da própria comunidade, a exemplo da “Barraca da Vila Maranhão”:

**Figura 22:** Fotografia retirada do jornal O Imparcial



**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 29/10/1974.

Assim como o impresso traz um discurso que endossa projetos e propagandas políticas, ele também traz outros discursos para além da linguagem do dominador. É importante destacar, que a forma de “apropriação” da cultura popular tomada pelo meio de divulgação da imprensa

na época tinha por pretensão fazer uma releitura dessas práticas para que pudesse ser parte desse cenário folclórico a ser criado.

Nesse sentido, é fato que existe um direcionamento do poder institucional no delineamento da festa como espaço que reúne expressões, símbolos e tradições elegidas como “folclore maranhense”, assim como Chartterjee (1988) contribuiu com seus estudos a pensar nas consciências de comunidade em determinados contextos e conjunturas políticas. Diante desse pensamento, podemos entender que esse local de festa não está transmitindo saberes e fazeres da comunidade tal qual como são, precisaram passar pelo processo de ressignificação e ser reapropriado como imagem desse folclore para atender necessidades locais, a exemplo de turistas para o estímulo dos negócios – com a venda da juçara e outros produtos –, maior visibilidade do poder público etc.

Quando nos reportamos a esses elementos culturais, ainda que estejamos diante de linguagens de grupos hegemônicos, a manifestação cultural ligadas as camadas populares serão a riqueza para estimular o público turístico.

Além disso, a religiosidade também passa por esse processo de ganhar visibilidade na notória imprensa da época, o que não significa ações efetivas para mitigar intolerância religiosa a espaços de terreiros. Na imagem abaixo, as informações alusivas aos cultos de terreiro demonstram um pouco do encontro da religiosidade africana e indígena, utilizando até mesmo em suas passagens o termo “índio-negro” e “afro-indígena”.

Figura 23: Página do jornal O Estado do Maranhão sobre o “Sincretismo”



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 05/10/1974.

Na passagem desse jornal, do texto que consideramos importante trazer o recorte, explica-se que:

A macumba, assim, na sua generalidade, está estreitamente ligada à formação de nossos costumes, ao aprimoramento de nossa cultura, ao embasamento antropológico de nosso folclore. Aqui, com certeza, ela perdeu a universalidade em razão da **simbiose índio-negro**, criando um modelo de religiosidade em que se caldeiam, cada vez mais, os poderes espirituais das tradições africanas com o curandeirismo **indígena, selvagem e ingênuo**, onde pontificam os recursos erbários e o “marafó” (a cachaça) já entra como componente indispensável para a perfeita conotação **afro-indígena** que preside as manifestações da macumba, na sua diversificada terminologia (O Estado do Maranhão, 05/10/1974).

São alguns desses debates que buscamos caminhar em torno do contato entre indígena e negro. Apesar do jornal trazer um discurso sobre o indígena como “selvagem e ingênuo”, aspectos da influência do idealismo extremo do romantismo, destaco que os debates sobre as

identidades que reivindicam sua ascendência como negro, mas também como indígena, não começaram agora.

O Maracanã, por exemplo, faz parte desse espaço que contempla terreiros, que incorporou dos saberes ancestrais e crenças indígenas. Ainda que não seja essa uma categoria reivindicada de “afro-indígena”, e o fato de moradores afirmarem serem descendentes de escravizados negros, há um sentido de ser historicamente e politicamente, como atesta os estudos de Araújo (2012, 2023) com base na memória dos moradores.

O exercício a esse pensamento dar-se pelas precauções tomadas por Goldman (2014), pela qual não queremos determinar o que seria “afro” e o que seria “indígena”, pois cairíamos erroneamente no resultado da concepção da “miscigenação”, ou seja, a mistura de raças como algo biológico. Entender em sentidos culturais e sociais são mais importantes, porque ampliamos as discussões das relações interétnicas para além do “branco” – dominador – na história e cria-se apontamentos para não cair na invisibilidade sobre os povos indígenas.

Estabelecer um tipo (ideal ou não, pouco importa) afro puro, um tipo indígena puro, e quantos tipos intermediários forem, não é, de modo algum, o nosso propósito. Nem os modelos historicistas, explícitos ou disfarçados, nem os estrutural funcionalistas (idem) nos parecem possuir qualquer utilidade aqui. Trata-se, na verdade, de identificar e contrastar não aspectos históricos, sociais, ou culturais em si, mas princípios e funcionamentos que podem ser denominados ameríndios e afro-americanos em função das condições objetivas de seu encontro. Pois o que se deve comparar não são traços, aspectos ou agrupamentos culturais, mas os princípios a eles imanentes (*Ibidem*, p.216).

Voltaremos a discussão sobre esses aspectos que se encontram mais a frente, quando dos entrevistados e das denominações de “cabloco” admitidas no jornal para se referir a comunidade do Maracanã.

## **2.5 A Festa da Juçara de 1975: os primeiros declínios da festividade**

No ano de 1975, teremos o novo prefeito nomeado para São Luís-MA, o Antônio Bayma Jr (1975-1978), e para governador, Osvaldo Nunes Freire (1975-1979). Nesse mesmo ano, a V Festa da Juçara será organizado, pela primeira vez, pelo Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio (DETUR), período em que começaremos a observar alguns “insucessos” do festejo nas passagens dos jornais.

Na imagem a esquerda, teremos a fotografia do governador Nunes Freire na mesa com o Secretário de Educação, Jerônimo Pinheiro, o prefeito Antonio Bayma e o titular da SVOP, José Libério. Na imagem a direita conta com as figuras de Efir de Paula Moreira e Zelinda Lima

apresentando para a primeira-dama Delcy Araujo Nunes Freire os trabalhos artesanais que são produzidas pelas mulheres da zona rural.

**Figura 24:** Presença de autoridades políticas e intelectuais na Festa da Juçara



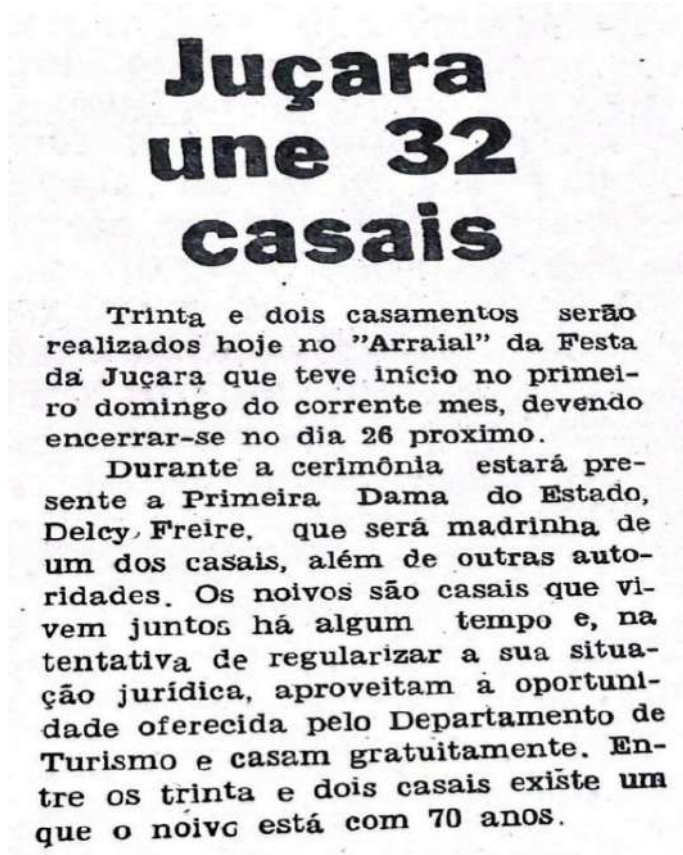
**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 08/10/1975, p.7.

O encontro e a presença desses políticos marcam a importância que o festejo tem na época, representando um momento oportuno para criar uma imagem de poder político alinhado entre a esfera estadual e municipal. A presença de autoridades femininas também demarca um espaço de poder, pois representa uma aproximação de mulheres notórias na sociedade ludovicense com as mulheres produtoras e moradoras da zona rural.

Os anúncios seguirão o mesmo procedimento de divulgação das programações e o modo organizativo para melhor recepção do público. A comida passa a ser divulgada, representando uma variação maior no cardápio, “[...] o público poderá desfrutar, além da apreciada JUÇARA com camarão seco e da famosa farinha de Maracanã, do gostoso beijú de mandioca, feito na hora e das brincadeiras e danças folclóricas, tendo como novidade o concurso entre as quebradeiras de coco babaçu” (O Imparcial, 05/10/1975).

As localidades que se fariam presentes para o festejo também permaneceriam, com a vinda de pessoas da Vila Sarney, Alegria, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão, Cajueiro, Ribeira, Mapurã, Pedrinhas, Tibiri, etc., sendo dito que são “[...] áreas possuidoras de riachos onde predominam os juçarais responsáveis por uma quase ininterrupta produção de juçara ue faz parte obrigatória da dieta alimentar das populações pobres da região” (O Imparcial, 05/10/1975), bem como os casamentos a serem realizados.

**Figura 25:** O casamento realizado na Festa da Juçara como parte da programação local



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 05/10/1975.

Além disso, encontraremos pela primeira vez a notícia reportando que faltou juçara “à última hora” no Maracanã, dizendo que “As diligentes e ativas amassadeiras, coitadas, é que não puderam dar conta da procura e da demanda” (O Imparcial, 14/10/1975). Essa notícia se remete a falta do abastecimento da juçara para o grande público que frequentava o festejo, na qual haverá dificuldades de subsidiar a festa com a juçara produzida e será mais recorrente nos anos posteriores.

Haverá poucas notícias de divulgação do festejo referente a esse ano, o que demonstra indicativos de uma festa tão “popularizada” está passando por mudanças significativas, alusivas

ao contexto da época. A título de exemplo, o novo governador e prefeito de São Luís, a nova diretoria de organização – a DETUR –, a repressão das redes de comunicação e divulgação pela ditadura empresarial-militar, entre outros aspectos que podem ter sido silenciadores durante esse processo.

## **2.6 A Festa da Juçara de 1976: a nova direção MARATUR**

Em 1976, o festejo estará sob a nova administração da MARATUR, mantendo as atividades aos domingos, nos dias 3 a 31 de outubro. O vídeo<sup>26</sup> disponibilizado pelo Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão (MAVAM) apresenta uma introdução da VI Festa da Juçara, registrando o fluxo de pessoas no festejo, algumas barracas e amassadeiras no processo de produção do suco da juçara, definindo como ano de 1975. No entanto, podemos contestar essa informação exposta no vídeo com as redações e imagens jornalísticas encontradas durante a pesquisa.

O cruzamento dessas fontes nos leva estabelecer melhores compreensões para algumas datas ainda incertas, até pelo fato da primeira diretoria da MARATUR ser estabelecida somente no ano de 1976 em substituição a DETUR:

Os acionistas da Empresa Maranhense de Turismo – MARATUR, estiveram reunidos, na tarde de quinta-feira, no Gabinete do Secretário da Indústria e Comércio, quando procederam à escolha dos membros da Diretoria que irá reger os destinos da Empresa criada para substituir o extinto Departamento de Turismo – DETUR (O Imparcial, 11/09/1976).

Logo, a nova diretoria estaria sendo formada pelo presidente Dr. José Gomes de Figueiredo e para diretor de Eventos e Promoções a Zelinda Machado Lima. Com base nessas informações, podemos adentrar sobre a divulgação do festejo para aquele ano de 1976, sendo previsto a seguinte programação:

---

<sup>26</sup> Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0\\_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive_link). Acesso em: 01 ago. 2025.

**Figura 26:** Programação da Festa da Juçara no jornal O Estado do Maranhão

	<p><b>1º Domingo:</b>  <b>Dia 03 — 09:00 hs.</b> Abertura Oficial do Arraial da Festa da Juçara.            Apresentação da Banda de Música da Polícia Militar do Estado.  <b>11:00 hs.</b> Concurso entre quebradeiras de Côco da localidade.  <b>17:00 hs.</b> Apresentação do Grupo Folclórico “Dança do Côco”.</p>
	<p><b>2º Domingo.</b>  <b>Dia 10 — 09:00 hs.</b> Apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão.  <b>10:00 hs.</b> Recreação com as crianças da comunidade.  <b>11:00 hs.</b> Sorteio de brindes entre os lavradores da comunidade.  <b>17:00 hs.</b> Apresentação folclórica, “Tambor de Crioula”.</p>
	<p><b>3º Domingo:</b>  <b>Dia 17 — 09:00 hs</b> Apresentação de um conjunto musical.  <b>11:00hs.</b> Sorteio de brindes entre as Amassadeiras de Juçara.  <b>17:00 hs.</b> Apresentação folclórica, “Dança da Fita”.</p>
	<p><b>4º Domingo:</b>  <b>Dia 24 — 09:00 hs.</b> Apresentação da Banda de Música da Polícia Militar do Estado.            Realização de casamento na comunidade no Grupo Escolar “Capitão José Augusto Mochel”  <b>10:00 hs.</b> Sorteio entre a Comissão da comunidade, organizadora da Festa.  <b>12:00 hs.</b> Concurso das melhores barracas.  <b>18:00 hs.</b> Apresentação Folclórica, “Tambor de Mina”.</p>
	<p><b>5º Domingo:</b>  <b>Dia 31 — 09:00 hs.</b> Apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão.  <b>11:00 hs.</b> Apresentação folclórica, “Dança do Côco”  <b>12:00 hs.</b> Desfile das candidatas à Rainha da Juçara.  <b>16:00 hs.</b> Coroação da Rainha da Juçara.</p>

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 02/10/1976.

A partir dessa programação, podemos retomar algumas das discussões apontadas por Oliveira e Calvente (2012), pois encontra-se as festas ligadas as apresentações cívicas, com a presença das bandas de músicas da polícia militar. De acordo com as autoras, ancoradas em Vaz, é representativo desse espaço tomado como “lugar simbólico”, pois

Herdou-se, da época colonial, a tradição de comemoração festiva dos fatos políticos importantes com iluminações, arquitetura efêmera, desfiles militares, fogos de artifício e salvas de artilharia. Há uma semelhança em relação a esse tipo de manifestação festiva cívica no Brasil também a partir das décadas de 1930 e 1940. Segundo estudo de Vaz, há participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças nessas manifestações, lotando os estádios de futebol, as praças, as escolas e as ruas. Essas festas contavam “[...] com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles laudatórios e outros” (Vaz, 2006, p. 1 *apud.* Oliveira; Calvente, 2012, p.89).

Encontra-se nessa programação as apresentações folclóricas, a exemplo da “Dança do Côco”, a “Dança da Fita”, o “Tambor de Crioula” e o “Tambor de Mina”, os dois últimos muito ligados ao aspecto da religiosidade. Oliveira e Calvente (2012) demonstram em seu estudo que

assim como haverá em diferentes regiões o lazer como parte nos espaços festivos, encontra-se nesses momentos a oportunidade de expressar o que o catolicismo por muito tempo tentou apagar. Portanto, as festas ligadas a religiosidade são:

[...] práticas sociais que unem dimensões de ordens diversas, como promessas, trabalho e lazer. O lazer existente durante as festas é percebido tanto na participação dos responsáveis pela organização, quanto na dos visitantes. Tais práticas refletem satisfação em ver o resultado do desafio assumido perante o “santo”. Assim a festa, além da liberação momentânea, também apresenta um caráter ideológico, pois comemorar é também conservar algo que está na memória coletiva, principalmente quando relacionado à religiosidade (Oliveira; Calvente, 2012, p.85).

Esse momento nos remete aos debates das festas gastronômicas, também de herança colonial, advindo de origens europeias e que encontraram território fértil no Brasil para se disseminarem, a “[...] periodicidade da produção induziu o homem, em determinadas épocas de semeadura e colheita, a reunir a comunidade para celebrar, agradecer ou pedir proteção” (Oliveira; Calvente, 2012, p.86).

Na ancoragem dos estudos de Teixeira (1988 *apud*. Oliveira; Calvente, 2012, p.87), levanta a diversidade de festas agrícolas em diferentes pontos do país:

Segundo o levantamento da época, existiam 311 eventos, em 15 estados, abrangendo todas as regiões, mas com predominância no Sudeste e Sul. Segundo o autor, essas festividades remetem ao mesmo tempo ao passado/tradição e ao futuro/modernidade e dizem respeito diretamente aos municípios que realizam as festas: sua promoção e disposição para assumirem as próprias origens. Além de festas ligadas a algum produto agrícola, como a Festa da Batata (Contenda, PR), Festa do Feijão (Sobradinho, DF), Festa da Mandioca (Paranavaí, PR), Festa da Cenoura (Brejo da Madre de Deus, PE), Festa do Arroz (Boa Vista, RO), Festa do Ovo (Bastos, SP) existem também festas que se dão em torno de produtos não agrícolas, como a Festa do Chapéu de Palha (Nova Era, MG), Festa da Rede (Pedro II, PI), Festa da Cachaça e da Rapadura (São Antônio, RS), Festa do Basalto (Nova Prata, RS), dentre outras, que, segundo o levantamento do autor, totalizavam 47 festividades em torno de produtos não agrícolas, mas com as mesmas motivações básicas para a realização de cada uma. Assim, cada município escolhe, para festejar, o que mais lhe convém. Por isso, um mesmo produto pode ser homenageado em muitos lugares.

Essa correlação dialoga com o que suscitei de outras festividades que acontecem ou aconteceram em outros municípios do Maranhão, nos levando a considerar que as políticas externas não são determinantes para a construção das festividades que ocorrerão nesse período. Assim como, a Festa da Juçara se apresentará como espaço nodal das diferentes finalidades de “festas”, perpassando pelo cívico, religioso e gastronômico, foi se constituindo também como tradição.

Por último, outro aspecto, muito recorrente nas programações da festa, será a “Coroação da Rainha da Juçara”. A presença dessa personagem em momentos comemorativos nos alude ao

que Oliveira e Calvente (2012, p.87), ancoradas nos estudos de Teixeira, analisam em outras festividades do Sul, entendendo-a como:

Um personagem bastante representativo nas festas estudadas pelo autor é a Rainha e Princesa da Festa. A escolha das moças para serem rainhas e princesas é principalmente relacionada à beleza. Elas têm papéis relevantes a serem representados, principalmente nas festas da Uva e da Soja, como promotoras especiais das festas. Apesar de grande parte dos envolvidos na organização das festas serem empresários e outros pertencentes à classe social dominante, a figura do colono é valorizada, mesmo que de modo indireto. Essa valorização pode ser vista na inclusão na programação da festa de eventos ligados às tradições culturais trazidas pelos imigrantes europeus, que colonizaram o estado.

Ainda que esses elementos culturais de Norte a Sul tenha uma ligação em questão da forma como as festas são promovidas, encontra-se nossas matrizes culturais específicas do Maranhão representadas na Festa da Juçara. Apesar do surgimento do festejo ser uma iniciativa da comunidade e da engenheira agrônoma Rosa Mochel, necessitou da promoção dos poderes públicos para que se tornasse conhecida e instituída como espaço atrativo para os visitantes.

Entretanto, conforme a aproximação dos setores governamentais, haverá dissonâncias sobre como o festejo será conduzido. A título de exemplo, foi interessante encontrar pela primeira vez a tabela de preços, pois demonstra que o órgão de promoção da MARATUR vai estabelecer procedimentos em relação ao funcionamento das barracas, uma delas é a questão dos valores prefixados aos gêneros alimentícios vendidos pelos comerciantes, conforme imagem abaixo:

**Figura 27:** Tabela de preços dos alimentos vendidos na VI Festa da Juçara:

GOVERNO NUNES FREIRE MARATUR-SIC VI FESTA DA JUÇARA -TABELA de PREÇOS-		
JUÇARA- LITRO	Cz\$	6,00
JUÇARA- AÇUCAR e FARINHA		9,00
JUÇARA- MAIS AÇUCAR e MAIS CANJICA		12,00
BEIJO		1,50
CHURRASCO		3,00
CACHORRO QUENTE		3,00
REFRIGERANTE		2,00
REFRIGERANTE		2,50

**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 12/10/1976.

Surgia na época algumas denúncias que o preço tabelado era divergente do preço vendido nas barracas, no jornal O Imparcial é apresentado que existiam três maneiras diferentes, segundo a tabela de preço: “[...] o litro custa 6 cruzeiros sem os ingredientes básicos: farinha e açúcar. Com este acompanhamento o preço sobe para 9 cruzeiros, mas se o freguês preferir com tudo isso; e mais o camarão seco, o preço é 12 cruzeiros” (O Imparcial, 17/10/1976).

Todavia, esse caráter de denúncias que constatará no jornal O Imparcial divulga a resposta da MARATUR, motivo que desperta atenção a notícia desse ano em dizer que: “Na Festa da Juçara não há a mínima possibilidade do visitante ser explorado nas barracas” (O Imparcial, 17/10/1976), estariam se remetendo a tabela de preço que fixa os valores a serem adotados pelas barracas.

Caso acontecesse essa prática para com os visitantes, o jornal dizia que poderia ser feito a reclamação usando o “auto-falante” para o Agripino Neide<sup>27</sup>, dizendo que ele está lá desde o primeiro ano do festejo e trabalha com essa parte do fornecimento das barracas com a juçara que busca no Igrau, localidade próxima do Maracanã.

Como o Agripino Neide quase todos os demais barraqueiros compram o fruto da palmeira, da maneira que melhor lhe convém. Quando precisam ir buscá-la mais adiante a MARATUR colocou um caminhão à disposição dos feirantes, para fazer o transporte da matéria prima, sem ônus para os **caboclos** (O Imparcial, 17/10/1976, grifos nossos).

Outra questão a ser considerada, a partir do recorte desse jornal, será a forma utilizada para identificar os comerciantes do Maracanã como “caboclos”. Segundo os critérios adotados pelo Censo brasileiro da década de 1970, a categoria "caboclo" era utilizada para classificar pessoas de ascendência indígena, bem como pessoas miscigenadas entre indígenas e brancos, ou seja, identificar a população indígena e seus descendentes.

Entretanto, afirmar que os redatores desse jornal tinham o intento de denominar os moradores da comunidade do Maracanã como “caboclos” seria impreciso. A terminologia pode estar ligada com a concepção de representar o “outro” como diferenciação das pessoas da cidade, atribuindo essa concepção de “caboclo” as populações da zona rural e de outras localidades fora da dinâmica da cidadina.

Pode ser que não seja necessariamente uma denominação ou ideia associada a presença de indígenas na região. Portanto, não podemos desconsiderar que esse discurso pode estar se

---

<sup>27</sup> É mencionado por Maria Michol Pinho de Carvalho que a retomada da brincadeira do boi de Maracanã no ano de 1960, com a denominação de “União do Povo”, foi composto por Zé Martins, Zepé, Ezequiel, Sulico, Celestino, Geraldo, Coló, Honorato e o próprio Agripino, considerados como “cabeças da organização”. Vide: p.78.

remetendo as pessoas que moravam em zonas rurais e tinham o modo de vida ainda ligado as práticas extrativistas, a pesca, os cultivos de hortas, entre outros aspectos.

Têm-se o exemplo trazido pelo jornal sobre o “caboclo” Lusa:

Mas a dupla finalidade da promoção da Festa da Juçara, em proporcionar lazer e educação, traz como exemplo o seu Lusa, um caboclo que gosta das plantas naturais e acima de tudo aprendeu a preservá-las, evitando assim, a extinção da espécie, ele compreendeu os ensinamentos transmitidos pela professora Rosa Mochel. Desde o primeiro ano da festa resolveu plantar juçara e não preciso ter brejo. Plantou no alto mesmo. Ano passado seu Lusa utilizou os primeiros cachos dos pés que havia plantado. Para este ano a produção do seu Lusa está bem melhor. O exemplo do velho Lusa deve ser seguido por toda a população de Maracanã, a maior reserva de juçarais de nossa Ilha (O Imparcial, 17/10/1976).

Ainda do exemplo trazido pelo jornal, a matéria concentra-se em trazer o enfoque sobre essas populações “caboclas” de estarem estimulando as práticas de preservação e produção consciente, o que está também associado aos abastecimentos comerciais da cidade:

Se todos seguirem o exemplo do velho Lusa, futuramente a escassez de matéria prima não perseguirá mais a Festa da Juçara e a fábrica de industrialização de palmito de juçara poderá cerrar suas portas, por falta de fornecedor da matéria prima, a não ser, que crie seu horto florestal conforme as normas, do IBDF (O Imparcial, 17/10/1976).

Têm-se por meio desses impressos o fato dos juçarais estarem sendo prejudicados, o que traz baixas na coleta dos frutos, sendo necessário a comercialização com outras localidades que fornecem juçara. No entanto, não existe clareza dos reais motivos que degradam os brejos e os impactos ambientais ocasionados na região, até mesmo porque o jornal estava a defender a chegada da modernização nas zonas rurais, sem apontar dos malefícios ocasionados a natureza.

## **2.7 A Festa da Juçara de 1977: análises discursivas nos jornais**

No ano de 1977, a VII Festa da Juçara mais uma vez iniciaria no começo de outubro e procederia aos domingos, anunciando o início para o dia 2 até o dia 30 daquele mês, contando com 50 barracas montadas para atender o público. É enfatizado que “[...] serão apresentados sorteios e brindes entre os lavradores do local, apresentação de danças folclóricas e outras novidades” (O Estado do Maranhão, 01/10/1977), sendo há seis anos como festa que tem atraído inúmeras pessoas a localidade, além de ser parte do calendário turístico de São Luís.

**Figura 28:** Fachada principal da VII Festa da Juçara:



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 02/10/1977.

Para aquele ano, encontraríamos pela primeira vez a menção da instalação elétrica para a festa. Enfatiza-se que seria estabelecido junto a MARATUR a instalação elétrica para a iluminação do largo pela empresa Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR)<sup>28</sup>.

Mais uma vez a questão dos preços a serem vendidos foram pautas trazidas nas notícias, em especial do jornal O Imparcial. Nesse impresso têm-se a utilização do relato da dona Vitória de Sousa Guimarães, moradora há mais de 30 anos da região e uma das principais organizadoras do festejo: “[...] este ano a juçara está bem mais cara: 30 cruzeiros a lata. Uma lata de juçara bem pretinha dá até 6 litros. Um litro vai custar 9 cruzeiros para o consumidor, sem os ingredientes indispensáveis: açúcar, farinha e camarão” (O Imparcial, 02/10/1977).

Desse modo a tabela prefixada pela MARATUR, sob a presidência de José Figueiredo e porta voz da programação do festejo, naquele ano seria a seguinte: “Com todos eles, há três

<sup>28</sup> Por meio da Lei Estadual n.º 1.609, de 14 de junho de 1958, foi criada a CENTRAIS ELÉTRICAS DO MARANHÃO - CEMAR, sendo autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto Federal n.º 46.999, de 12 de outubro de 1959, com o objetivo de produzir e distribuir energia elétrica em todo o Estado do Maranhão. Em 1984, pela Lei Estadual n.º 4.621 de 17 de dezembro, que passaria a ser denominada de COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR, segundo informações no site: <https://suprimais.equatorialenergia.com.br/areas/institucional/historico-do-setor-eletrico-no-brasil-e-maranhao>. Acesso em: 3 ago. 2025.

modalidades de preços: juçara e açúcar 11 cruzeiros, mas a farinha passa a custar 13 cruzeiros e todos estes e mais camarão seco, o preço sobe para Cr\$ 17 cruzeiros o litro” (O Imparcial, 02/10/1977). A notícia também vai informar que outros comerciantes compram de fora para fornecer a outros barraqueiros, mas devemos considerar que o processo de permuta encarece o produto a ser vendido pelos próprios comerciantes, tornando o retorno do lucro muito abaixo do esperado.

Esse assunto é retomado na próxima notícia, dizendo que “Nos próximos domingos o movimento comercial ante-ontem [refere-se ao domingo do dia 02/10/1977] não chegou a agradar alguns barraqueiros, só tende a melhorar, desde que não falte juçara [...]” (O Imparcial, 04/10/1977).

Acrescenta-se um pouco sobre como era realizado essa permuta:

A juçara quando empreta no cacho, tem de ser apanhada, do contrário ela cai no pé da palmacea e se perde. Para evitar o desperdício, os donos de brejos fazem a colheita no tempo e trazem para vender em São Luís, onde não falta mercado para os frutos, principalmente nos mercados e feiras da cidade. Esse intercâmbio, segundo Dona Vitória Sousa da comissão organizadora da festa “é feito o ano todo, razão porque em outubro o povoado precisa se abastecer em Rosário, na Ribeira, Quebra Pote e outras localidades vizinhas”.

Tem barraqueiro, como é o caso da própria Dona Vitória, que mantém contrato permanente com fornecedores de frutos, para época da festa. Assim mesmo, às vezes ainda falta em uma ou outra barraca. Mas estes casos sempre se registram no começo da noite, quando as amassadeiras já estão sem condições físicas para o serviço – por sinal muito estafante (O Imparcial, 04/10/1977).

Essa notícia nos remete mais uma vez ao presente, quando da minha conversa com Dona Hilda<sup>29</sup>, ela enfatiza que a juçara que comercializa vem do município de Perizes, dizendo que outros comerciantes também buscam comprar o fruto da juçara de outras localidades para abastecer o fornecimento do produto no período do festejo quando necessário.

Assim como a permuta da juçara será uma prática recorrente em razão da dimensão que o festejo ganhou nas últimas edições, as menções a precariedade ao festejo também serão mais frequentes, a exemplo da notícia abaixo:

---

<sup>29</sup> As informações foram obtidas em minha ida a programação do São João realizado no Parque da Juçara no dia 26/06/2025. A comerciante Dona Hilda encontrava-se na atividade da barraca, informando que era uma renda complementar para ela, uma vez que trabalha com serviços gerais na escola municipal do Maracanã.

Figura 29: Dificuldades encontradas na VII Festa da Juçara:



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 08/10/1977.

A partir dessa notícia, compreendemos que a festividade impulsionou as ações do poder público, em especial o Departamento Municipal do Estado de Rodagem (DEMER), a iniciarem processos de melhorias as ruas em direção ao festejo, em razão do promissor projeto turístico voltado para aquela região. Convém lembrar que as melhorias de acesso a localidade do Maracanã são até hoje pautas de reivindicações feitas pela população, que exigem maneiras de intervenção de forma sustentável, assim como reivindicam melhorias a educação e a saúde.

Para o encerramento da festa, a notícia que circulou contou-se com otimismo, por anunciar que apesar da safra da Juçara ter começado antes do previsto para aquele ano, em decorrência do clima, conseguiram realizar a festividade com “tranquilidade” e com “despreocupação”. Pelo menos é o intento dos redatores do jornal em transparecer com a notícia:

Figura 30: Anúncio de encerramento da VII Festa da Juçara:



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 08/10/1977.

Algumas das atrações locais que antes apareciam nessas programações contrasta com os dias de hoje, a exemplo dos concursos de "quebradeiras de coco" e o encerramento com a coroação da "Rainha da Juçara", pois não encontramos atualmente como pertencente a programação promovida pela Secretaria de Estado da Cultura (SECMA). Entretanto, revigorou-se outras atrações, a começar pela "Bumba-meu-boi do Maracanã", o "Tambor de Crioula", entre outras, até mesmo a apresentação da "Dança de Reis do Alecrim" da época, em que hoje possui projeção nas redes sociais como "Festejo de Reis do Alecrim"<sup>30</sup>.

Nesse sentido, ao situarmos alguns paralelos entre passado e presente, consideramos como "ressonâncias" do passado que evocam pautas emergentes até hoje. Os aspectos que elencamos da festa fazem parte das relações sociais e relações simbólicas constituídas pela comunidade do Maracanã. Por esta razão pensamos nas proposições de Gonçalves (2005, p.19) ao afirmar que:

<sup>30</sup> Disponível na página do Instagram: <https://www.instagram.com/reisalecrim/>. Acesso em: 3 ago. 2025. Encontra-se na página as programações do cortejo, demonstrando a repercussão que possui nos dias de hoje.

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado) e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público.

Portanto, ainda que algumas festas não sejam reconhecidas como patrimônio cultural, o percurso que caminhamos demonstra a falta de “ressonância” dessa visibilidade cultural das festas promovidas pelos órgãos governamentais. Ou seja, a Festa da Juçara manifesta o encontro de várias tradições em um único local, tomado pela concepção da comunidade do Maracanã já como o seu próprio patrimônio, o que nos alude para o questionamento sobre qual o reconhecimento e o respaldo que os órgãos de governo têm trazido para a população dessa localidade para além desse período da festa.

Afinal, será que os moradores do Maracanã são somente importantes quando dos seus esforços para a realização da Festa da Juçara? Buscaremos retomar essa questão no último capítulo ao tratar da materialidade e imaterialidade da festa atualmente.

## **2.8 A Festa da Juçara de 1978: discursos e contradiscursos**

Já em 1978, o festejo seria realizado um pouco antes, iniciando no dia 24 de setembro e estendendo-se até 29 de outubro, contemplando programações aos domingos, uma das novidades informadas seria que o atendimento pelas barracas também acontecerem aos sábados. Outra novidade encontrada que podemos suscitar do jornal O Imparcial será referente a notícia do espaço que sofreu alteração, até então não consta indicado no jornal, mas seria para o sítio do proprietário Raimundo Nonato da Silva Moraes, que encontramos noticiado nos impressos do jornal de 1984.

Figura 31: Recorte do anúncio da VIII Festa da Juçara

rainha dos pescadores.

### JUÇARA

Mas tudo leva a crer que a Festa da Juçara vai arregimentar, um dos maiores ajuntamentos populares, pela agradabilidade do ambiente onde vai ser realizado a festa — um sítio amplo e arborizado adquirido pela MARATUR e apropriado para proporcionar momentos agradáveis aos frequentadores do arrabal da Juçara.

A Juçara, além de constituir em alimento rico em substâncias nutritivas, o lavrador utiliza a palmeira para extração do palmito e o seu estirpe é

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 23/09/1978.

Segundo a fonte impressa, a MARATUR estaria promovendo também para o dia 24 de setembro o “Festival do Peixe” na cidade de Viana, com a proposta de “[...] intensificar o intercambio entre os pescadores do lago de Viana e, ao mesmo tempo, aumentar a comercialização do produto da pesca” (O Imparcial, 23/09/1978), além de incorporar concursos com prêmios para quem pescar o maior peixe e realizar a escolha da “Rainha dos pescadores”.

Em uma das matérias, é enfatizado um decreto presidencial “[...] proibindo o abate, em todo o território nacional da palmeira ou açazeiro, para evitar a devastação (O Imparcial, 06/10/1978). Como representante dessa iniciativa de impacto a comunidade do Maracanã, os redatores do jornal trazem o relato de dona Zelinda Lima da MARATUR:

Zelinda justifica o fato em termos de “ser essa a hora de maior afluxo, em que as pessoas estão retornando da praia e resolvem dar sempre uma esticada até o Maracanã para apreciarem o movimento e saborearem a juçara, e o número de amassadeiras ser relativamente pequeno, em termos da quantidade de pessoas para serem tendidas, com a juçara feita na hora, como manda o padrão das responsáveis pela preparação. Elas temem que preparando antes, azéde, não tenha o mesmo sabor. **Há, também o problema HIGIENE, com o qual temos a maior preocupação, para que sejam atendidas todas as exigências sanitárias,** foi também a quantidade de vasilhames em que se prepara o líquido não ser muito grande para evitar acumulação (O Imparcial, 06/10/1978, grifos nossos).

Com base nos anos anteriores, uma das maiores preocupações era com relação ao abastecimento da juçara para servir ao público, por isso que se encontra a afirmação da MARATUR em dizer que: “Quanto à produção da juçara ( frisa), há o suficiente, de sobra até

“Recolhemos o fruto em Grajaú, Maiobinha, Perizes e fóra desse horário não há problema nenhum (O Imparcial, 06/10/1978).

No entanto, não é o que encontraremos nas próximas notícias desse jornal. A começar pela notificação da juçara vendida no Maracanã está “provocando doenças”:

**Figura 32:** Divulgação de doença ocasionada pelo consumo da juçara no Maracanã



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 11/10/1978.

A notícia em sua íntegra vai informar que, segundo alguns relatos, o motivo das doenças provocadas seria “[...] a água que está sendo utilizada pelas amassadeiras para a preparação do vinho da juçara originar-se de riachos existentes na localidade (Maracanã)” (O Imparcial, 11/10/1978). Soma-se a esse conjunto de insatisfações a demora no atendimento e a escassez do suco da juçara:

Há, no entanto, reclamações também no tocante ao atendimento e a escassez, pois, de acordo com o parecer de algumas pessoas que até lá têm se deslocado, às vezes esperam até uma hora, nas barracas, pelo demorado atendimento, sob a justificativa das donas de barracas e amassadeiras de que não há juçara suficiente para atender todos os fregueses, contrariando, dessa maneira, o que foi amplamente divulgado antes do início da festa, de que este ano, seria de grande produtividade (O Imparcial, 11/10/1978).

No anúncio sobre o encerramento do último dia da Festa da Juçara, é trazido pelo jornal alguns relatos de insatisfação pelas comerciantes Maria de Fátima e Maria das Dores:

**Figura 33:** Notícia sobre o final do último domingo da Festa da Juçara



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 29/10/1978.

De acordo com o jornal, trazem algumas falas de comerciantes sobre a insatisfação que estavam tendo com a venda da juçara e expressando que “[...] a promoção da MARATUR, por razões ainda não explicitamente definidas, não vem conseguindo o êxito esperado” (O Imparcial, 29/10/1978), enfatizando que os comerciantes precisaram “salgar” a juçara. A expressão “salgar” a juçara pelos comerciantes do Maracanã é para explicar que teve muita sobra de produto por falta de clientela, levando-os a revender esse excedente nos mercados de São Luís muito abaixo do valor, gerando prejuízo para quem teve mais custo para adquirir a juçara de outros municípios.

Os relatos prestados ao jornal da época não passarão sem o posicionamento da MARATUR, que alegará o sucesso da festa daquele ano, contestando a fala dos entrevistados e afirmando, segundo depoimento de Zelinda Lima, que “[...] o consumo do vinho da juçara, como também a venda de iguarias populares e artesanatos, superaram as de 1977, desmentindo assim as informações fornecidas por alguns proprietários de barracas e veiculadas na Imprensa” (O Imparcial, 31/10/1978).

Figura 34: A MARATUR desmente “fracasso” da Festa da Juçara:

## MARATUR mostra que festa da juçara foi melhor que em 77

Segundo os dados preliminares apresentados ontem pela Empresa Maranhense de Turismo — MARATUR, a vendagem na Festa da Juçara, tanto do fruto e do vinho que são como à promoção, quanto de outras iguarias populares e de artesanato, superou este ano, o movimento de 77, contrastando opostos de alguns proprietários de barracas que foram curtos, no último sábado, em Maracanã.

A diretora do Departamento de Promoções da MARATUR, e responsável pelo festejo, era Zelinda Lima, afirma que os carros da empresa empilhados no transporte de juçara dos locais de produção até as barracas em Maracanã, esgotaram o combustível, no último domingo, quando a festa foi encerrada face aos prejuízos feitos para busca da máxima-prima assistida para atendimento da freguesia.

O encerramento, por outro lado, incluiu apresentação de grupos folclóricos de Maracanã, tais como “Tereco”, “Bumba-Meu-Boia”, etc., além da “Dança da Juçara”, apresentada pela primeira vez por estudantes da Comunidade. Como de costume, foi realizado sorteio de objetos e ferramentas de barro, entre as amasadeiras de juçara, lavradores e barraqueiros.

Dona Zelinda explicou que tem sido desenvolvido pela MARATUR todo um trabalho de conscientização da comunidade. A professora Rosa Mochel, idealizadora da “Festa da Juçara”, continua colaborando nesse trabalho, que inclui sucessivas reuniões com os barraqueiros e outros membros da Comunidade, com os quais são discutidos problemas relativos a detalhes do festejo e a quem é dada toda orientação sobre higiene pessoal e também para a preparação do vinho.

A preservação dos juçarais é outro aspecto nunca esquecido, nesse trabalho de conscientização, pois essa primeira aos passo parece tornar-se o símbolo de Maracanã. E que, ao movimento de barcos lavrados de alegria à localidade, mostram-se outras vantagens de ordem econômica: venda de minério, vinho de cana, bijuá e outras iguarias, e também de trabalhos artesanais, que começam a ser desenvolvidos

Como se observa, falta o movimento do último domingo, que encerrou o festejo, porque a MARATUR não havia recebido até na manhã de ontem, esse relatório do setor competente. Este ano, contudo, houve movimento aos sábados, que não constam do relatório, e também um domingo de setembro (dia 24), quando foram vendidos 1.305 litros (que também não foram incluídos no comparativo).

Segundo Figueiredo, o domingo que apresentou menor movimento coincidiu com a Festa do Cristo de Maracanã, no Pará, que carrega grande contingente de maranhenses, todos os anos.

**ASSIS BARBOSA CHEGA**

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 31/10/1978.

A notícia levanta diferentes pontos, em especial, que Rosa Mochel ainda estaria fazendo parte desse processo de organização do festejo. Conforme a notícia acima, ela continua sendo como ponte de diálogo com os “barraqueiros” na discussão dos detalhes do festejo, bem como as orientações sobre higiene pessoal e a forma de preparação da juçara.

Além disso é apresentado o levantamento de dados da MARATUR dos litros vendidos da juçara em comparação aos anos anteriores, sendo que “Em 1975, foram vendidos 8 mil 948 litros; em 1976, 13.991; e em 77, 12.426 litros” (O Imparcial, 31/10/1978). O último ano, segundo o jornal, demonstra o quadro (Figura 34) dos resultados serem inferiores pelo seguinte pretexto:

Como se observa, falta o movimento do último domingo, que encerrou o festejo, porque a MARATUR não havia recebido até na manhã de ontem, esse relatório do setor competente. Este ano, contudo, houve movimento aos sábados, que não constam do relatório, e também um domingo de setembro (dia 24), quando foram vendidos 1.305 litros (que também não foram incluídos no comparativo) (O Imparcial, 31/10/1978).

Esse ano de 1978 teve um movimento de término prolongado da festa, pois atipicamente a MARATUR decidirá manter o funcionamento da Festa da Juçara com apenas cinco barracas em

funcionamento. Como é afirmado por Zelinda Lima ao jornal: “Há ainda muita juçara no Maracanã, e, embora a festa já tenha sido encerrada, achamos interessante manter ainda o arraial por algum tempo, com cinco barracas funcionando, aos sábados à tarde e aos domingos o dia inteiro [...]” (O Imparcial, 10/11/1978).

Diante das tensões ocasionadas neste ano, nos jornais O Estado do Maranhão não foram encontradas notícias referentes a esses problemas enfrentados durante a realização do festejo. Podemos aferir dessa documentação, tanto a que traz a notícia como a que silencia esses acontecimentos, que mesmo diante da “tradição” criada e enraizada em torno da festa, além de pertencer como parte do calendário turístico de São Luís, não deixa de ser um espaço de resistência e rebeldia ao descaso cometido a alguns comerciantes.

Como bem ressaltava Thompson (1998) sobre os trabalhadores camponeses, na maior parte do século XVIII, a queixa da classe dominante sempre será marcada pela recusa que a classe dominada tinha para as formas de exploração, entende-se como “[...] uma grande mudança nos termos das relações: a subordinação está se tornando objeto de negociação (embora entre partes gritantemente desiguais)” (Thompson, 2017, p.42).

## **2.9 A Festa da Juçara de 1979: a rota do turismo cultural**

No próximo ano, de 1979, o início da festa é marcado para o dia 30 de setembro, previsto para acontecer nos próximos três domingos de outubro. É noticiado alguns patrocinadores da festa “[...] Governo do Estado, MARATUR, Secretaria de Desportos e Lazer, com a colaboração da BRAHMA” (O Imparcial, 27/09/1979), contando com a presença para a abertura da IX Festa da Juçara a presidente da MARATUR, Zelinda Lima, e o secretário de Desportos e Lazer, Elir Jesus Gomes.

Na notícia abaixo (Figura 35), um dos apontamentos que podemos observar é a divulgação da juçara servida “gelada”, representando mais ou menos o período em que começa a ser armazenado o produto em freezers ou geladeiras, uma vez que desde 1977 foi instalado o fornecimento de energia para o festejo.

Lembramos que adquirir esses aparelhos eletrodomésticos talvez não fosse algo adotado por todos de imediato, tendo em vista que era um produto que dependeria de dinheiro para adquirir em suas barracas. Em minha pesquisa de monografia, uma das entrevistadas relata:

Porque há [sic.] 20 anos atrás a gente não tinha freezer, não tinha geladeira, a juçara as vezes azedava, que a juçara que a gente faz aí é uma ciência doido, tem que ir terminar de amassar...aqui eu boto nos litro de refrigerante...eu não boto em balde, nunca botei juçara em balde, eu só boto...encho o litro de refrigerante {com juçara}, boto tudinho na {geladeira}, não estraga. [...] (Entrevistada C, *apud*. Costa, 2024, p.61).

Outrossim, esse momento demonstra outras formas de racionamento da produção, conservação e o consumo da juçara, uma vez que suscita destacarmos como paulatinamente haverá mudanças na forma de fazer das amassadeiras.

Figura 35: Divulgação da IX Festa da Juçara



**FESTA DA JUÇARA  
INICIA DOMINGO**

A Festa da Juçara, comemorada todos os anos no último domingo de setembro e prolongando-se por mais quatro do mês de outubro, começa amanhã, em Maracanã, com grandes atrações não só aos moradores daquela região como também à inúmeros visitantes e turistas de passagem pelo Estado, que sempre prestigiam a promoção, tida como uma das mais importantes. Além disso, a Festa é uma excelente oportunidade dos apreciadores da juçara poderem encontrá-la em grande quantidade, geralmente servida gelada ou com uma porção de farinha branca.

**PROGRAMAÇÃO**

A programação, para a Festa da Juçara, é a seguinte: dia 30 (domingo) — Abertura do Arraial da Festa da Juçara. Apresentação da Banda de Música da Polícia Militar do Estado às 9 horas; às 9:30, Recreação com as crianças da Comunidade; às 11 hs, Concurso entre as quebradeiras de côco da Comunidade; às 17 hs, apresentação folclórica de Tambor de Crioula. Dia 07/10 (2.º domingo) — As 9 horas, apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão; às 9:30 hs, Recreação com as crianças da Comunidade; às 11 hs, apresentação folclórica da Dança da Juçara; às 12 hs, Sorteio de Brindes entre os lavradores da Comunidade; às 17 hs, apresentação folclórica de Bumba-meu-Boi. Dia 14/10 (3.º domingo) — às 9 hs, apresentação da Banda de Música da Polícia Militar do Estado; às 9:30, Recreação com as crianças da Comunidade; às 12, Sorteio de Brindes entre a Comissão da Comunidade organizadora da Festa; às 17, apresentação folclórica de Tambor de Mina. Dia 21/10 (4.º domingo) — 9 hs, apresentação da Banda da Polícia Militar do Estado; às 9:30, Recreação com as crianças da Comunidade; 10 hs, realização de Casamento na Comunidade, no Grupo Escolar "Capitão José Augusto Mochel"; às 11 hs, Sorteio de Brindes entre as amassadeiras de juçara; às 12, concurso de melhores barracas; às 17, apresentação folclórica de Tambor de Crioula. Dia 28/10 (5.º domingo/encerramento) — às 9, apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão; às 9:30, recreação com as crianças da Comunidade; às 11:30, apresentação folclórica da Dança da Fita; às 16, apresentação e desfile das candidatas à Rainha da Juçara, às 16:30, Coroação da Rainha da Juçara, às 18:00 horas, apresentação folclórica de Bumba-meu-Boi.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 29/09/1978.

Para além dessa programação anunciada acima, estaria em funcionamento 44 barracas, sendo 30 vendendo juçara e 14 com exposição de outros produtos, incluindo a venda de beiju e o caldo de cana, enfatizando mais uma vez que: “Quanto à produção das juçareiras, ela disse [Zelinda Lima] que não há problema, pois as mesmas estão carregadas, não devendo faltar a fruta” (O Imparcial, 30/09/1979).

Estabelece-se, portanto, os valores dos produtos vendidos da seguinte forma, segundo a presidente da MARATUR:

No entanto, apesar de uma boa safra, o preço do litro de juçara chega à 25 cruzeiros, e 35 cruzeiros se acompanhado de açúcar e farinha.

O camarão será vendido a 20 cruzeiros para cada 100 gramas, beiju de massa a 3,50; de tapioca a 4,00; caldo de cana pequeno a 2,50 e o grande a 3,50; churrasquinho a 10,00; gelado a 3,00; mingau a 3,00 e refrigerantes a 5,00 (grande) e 4,00 o pequeno (O Imparcial, 30/09/1979).

Posteriormente, teríamos a prolongação do festejo, antes previsto para acontecer em três domingos de outubro, passou-se para quatro domingos desse mesmo mês, pois esperava-se “[...] um maior contingente de pessoas para prestigiar a promoção, cuja renda é revertida integralmente entre os moradores daquela comunidade” (O Imparcial, 07/10/1979). Os transportes destinados aquela localidade também seria ampliada nesse período do festejo, a qual estava sob responsabilidade da TAGUATUR, empresa que fazia a rota ao bairro do Maracanã.

O estímulo visado não passou despercebido quando se apontou pouco movimento no festejo do último fim de semana, o 2º domingo da Festa da Juçara. Segundo a reportagem que esteve no local, atribuem ao fato do alto valor cobrado ao “povo simples” que a prestigia, enfatizando que, em sua maioria, “[...] o litro da juçara acrescido de açúcar e farinha d’água está sendo vendido a Cr\$ 35,00 e um pratinho com poucos camarões de qualidade não muito boa a Cr\$ 20,00” (O Estado do Maranhão, 12/10/1979).

Em outra reportagem, noticiada por Raimundo Borges, traz a redação sobre o cotidiano das pessoas do Maracanã, enfatizando como a juçara está presente na vida desses moradores:

De Juçara tudo é aproveitado. **O caboclo** a utiliza na cobertura da casa. Faz vassoura da palha, assoalho e paredes. Dá alimento para a família. Da raiz faz o chá para dor de barriga. Dá celulose o papel. Dá palmito tipo exportação e encrenca. Dá ração para o gado. Adubo de primeira. E proporciona, também, o miraculoso licor, que dá esperanças aos já desesperançados (O Imparcial, 09/10/1979, grifos nossos).

À primeira vista, pode parecer uma linguagem um tanto quanto poético, mas nos remete novamente as discussões sobre enxergarem naquele espaço uma população “cabocla”. Os saberes elencados nessa reportagem trazem diferentes maneiras para o uso da palmeira da juçara, demonstrando a série de produtos advindos da palmeira, tanto para a comunidade como para a economia a fora.

O jornal traz uma repercussão sobre a importância dos juçarais, desde o seu uso medicinal como para a promoção da economia local. É destacado que:

No último domingo, por exemplo, o volume de público que invadiu o arraial da MARATUR surpreendeu a todos os 28 barraqueiros de venda de juçara. Às 14 horas as amassadeiras ainda não tinham almoçado e já se tornava difícil conseguir um litro do “precioso líquido”. Nas barracas havia poucos lugares, mas o público esperava, sem reclamar o momento de ter à frente uma tigela de juçara com camarão seco e farinha. “Já amassamos vinte e cinco latas com frutos de juçara e não está dando para

atender a todo mundo”, reclamava uma amassadeira da barraca número 1, da veterana, D Vitória Guimarães (O Imparcial, 09/10/1979).

O momento, de fato, agregava conhecimentos locais que faziam desse encontro festivo de práticas tradicionais passadas de geração em geração, confraternização entre amigos e familiares, lazer e práticas religiosas manifestadas pelas apresentações de Tambor de Crioula, Bumba-meu-boi etc. Esses aspectos são práticas de socialização que reforçam o senso identitário e comunitário, ultrapassando a simples noção de “trabalho” tomado no cotidiano desses comerciantes.

A festa como parte dessa rota turística, literalmente, possuía um itinerário para a programação do Estado, pois incluía “[...] vinda de vários ônibus de turistas do sul, que retornam da Festa do Círio de Nazaré, em Belém, e tiveram o arraial de Maracanã incluído no roteiro” (O Imparcial, 21/10/1979).

Estamos tratando de uma “festa popular” que compõe um cenário diverso de festividades que acontecem no Brasil, e todas estão suscetíveis as imposições dessa sociedade capitalista que prevê modificações das práticas tradicionais, as formas de produção e consumo. Esse contexto é tomado por referência o estímulo dos interesses dos turistas, que tornam essas modificações das festas como espaços privilegiados para o denominado “turismo cultural”.

Nesse sentido, há estudiosos que defendem o turismo cultural como possibilidade de salvaguarda e manutenção de muitas festividades populares, portanto que esteja alinhado com a perspectiva de uma educação patrimonial. Para Melo e Cardozo (2015, p.1060-1061)

O turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas. A educação patrimonial como mediadora da atividade turística, ao promover o contato, a socialização e a apropriação do patrimônio pelos turistas, contribui nesta tarefa da produção do ser humano genérico, ou seja, constitui uma forma de realização do trabalho educativo. Para isso é necessário planejar a atividade turística com o patrimônio na intencionalidade de produzir esta socialização e apropriação, assim como é necessário o planejamento de um projeto de educação patrimonial.

Corroborando com os autores acima, têm-se a preocupação com o espaço físico em seu aspecto material e natural, mas também é necessário a preocupação com as pessoas que habitam e desenvolvem o patrimônio imaterial. Portanto, precisa-se ter em mente quais as finalidades de projetos turísticos realmente são voltadas para um caráter educativo, principalmente as parcerias firmadas entre o setor público e privado, bem como as concessões existentes para tornar esse espaço festivo como patrimônio cultural.

Essas relações com o patrimônio perpassam pelas discussões em torno dos meios de comunicação que se tornam “[...] eficazes para garantir uma parcela de turismo com sua inegável fonte de renda e possibilidade de “salvação” econômica e de desenvolvimento social” (Caponero; Leite, 2010, p.108). Entretanto, sempre há necessidade de enxergar as festas populares como disputas por esferas governamentais e privadas, pois “[...] são então transformadas em um recurso cultural de enorme poder político e econômico, sendo frequentes as disputas pelo controle das festas que atraem expressivo número de visitantes e que são transformadas em “mercadoria” para a expansão do turismo [...]” (*Ibidem*, p.108).

### **2.10 A Festa da Juçara de 1980:** a festividade ocorre com o mesmo “brilhantismo”

A MARATUR assumirá um papel de destaque em eventos não somente em São Luís, mas também em outros municípios, como é o caso do Festival do Peixe em Viana. Segundo notícias da época:

Ao contrário dos congêneres, o VI Festival do Peixe de Viana caracterizou-se pela abundância do produto e a grande afluência de turistas e visitantes, que proporcionaram dias de intensa movimentação no Parque Folclórico da cidade, armado no bairro do Areial, onde se desenvolveu toda a programação que teve início no dia 19 e encerramento às 22 horas do domingo último, com a apresentação de um show de músicas populares. O Festival foi uma promoção da Prefeitura local e do Governo do Estado, através da Maratur e, segundo os observadores, constitui-se num dos melhores já realizados (O Estado do Maranhão, 23/09/1980, p.1).

A partir desse festival, observa-se as características similares de promover esses festivais, a exemplo de acontecer sempre aos finais de semana, com locais chamados de “Parque” e, principalmente, associar a festa como parte desse cenário folclórico que constitui a expressão popular dessa localidade.

De acordo com as proposições teóricas em Spivak (1988a), podemos afirmar que devemos refletir como as aproximações entre a esfera pública cria manejos de representar uma expressão popular, porque a cultura ligada aos grupos dominados está sendo colocada em contato com a apreciação de um público turístico. O que significa assumir uma análise crítica sobre os bastidores, na qual é gerenciado pela comunidade, mas também sofre a regulação do Estado, o que resulta nas concessões no fazer da festa.

Chegando na década de 1980, têm-se início da festa prevista para o dia 28 de setembro e devendo prolongar-se os próximos quatro domingos de outubro.

Figura 36: Abertura da X Festa da Juçara<sup>31</sup>

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 28/09/1980.

Nesse ano de 1980, será o Gerd Pflueger, diretor de Eventos e Promoções da Empresa Maranhense de Turismo da MARATUR, que comunicará ao jornal O Imparcial os prelúdios da festa, sendo enfatizado que:

[...] a Festa da Juçara começa no primeiro domingo de outubro, todavia, como o arraial há quase uma semana já estava praticamente pronto e o povo do Maracanã solicitasse que a festa começasse neste domingo, a MARATUR não teve como recusar os pedidos.

Sobre as atrações que serão oferecidas ao público, Pflueger disse que além da juçara, o público terá barracas vendendo beijos, peças artesanais, garapa de cana, além de várias manifestações folclóricas que deverão se apresentar no decorrer da promoção. Quanto

<sup>31</sup> De acordo com o entrevistado Israel Sousa Guimarães Júnior, a primeira mulher a esquerda da imagem seria Dona Vitória de Sousa Guimarães (avó), a pessoa ao lado dela seria Dona Maria Melo e a terceira pessoa seria Dona Jovem, a última mulher à direita da foto ele não soube identificar.

a estrada que dá acesso ao Arraial, a Prefeitura de São Luís já tomou as devidas providências (O Imparcial, 28/09/1980).

Em relação ao gerenciamento da festa, constata-se que desde a aproximação da MARATUR, a promoção do evento ficou a cargo do governo estadual em fazer essa “parceria” com o festejo, cabendo a esfera da prefeitura municipal a manutenção do espaço cedido.

A programação oficial é anunciada no dia 5 de outubro, prevendo acontecer nos próximos domingos a seguinte programação:

Figura 37: Programação da X Festa da Juçara:

## Festa da Juçara tem várias atrações dia 5

A Empresa Maranhense de Turismo programou para o próximo dia 5, em Maracanã, onde se realiza a X Festa da Juçara, concurso de quebradeira de coco, sortelo de brindes, apresentação de grupos folclóricos e da banda de música da Escola Técnica Federal.

A Festa da Juçara, em Maracanã, integra o calendário oficial de atrações turísticas do Maranhão. Ela constitui-se uma opção de lazer para maranhenses e visitantes e divulga as manifestações folclóricas locais, como bumba-meu-boi, tambor de crioula, Divino Espírito Santo e tambor de mina. O programa inclui retretas, concursos de rainha, competições esportivas, concursos de dança, uma série de atrações. No arraial vendem-se iguarias típicas como beijú, caldo-de-cana, raspa-raspa e pratos da culinária maranhense.

**A PROGRAMAÇÃO**

Para a realização da X Festa da Juçara, a Empresa Maranhense de Turismo organizou a seguinte programação: dia 5 de outubro — apresentação da banda da Escola Técnica Federal do Maranhão, às 19h; recreação com as crianças da comunidade, às 9h30m; apresentação folclórica tambor de crioula, às 11h; sortelo de brindes entre os lavradores do Maranhão; às 12h; e do concurso de quebradeiras de coco, às 16h.

No segundo domingo de outubro, dia 12, às 16h, recreação com as crianças da comunidade; às 11h, sortelo de brindes entre as amassadeiras de Juçara; às 12h, entrega de brindes para a comissão organizadora da festa; e às 17h apresentação de tambor de mina; dia 19, terceiro domingo, às 9h, batizado das crianças da comunidade; às 9h30m, recreação para as crianças; às 10h, promoção de casamentos, no Grupo Escolar «Capitão José Augusto Mochel»; às 12h, concurso das melhores baracas; às 16h, concurso entre as quebradeiras de coco; e às 17h, apresentação de tambor de crioula.

O domingo de encerramento da X Festa da Juçara, 26 de outubro prevê: às 9h30m, apresentação da banda de música da Escola Técnica Federal do Maranhão; às 9h30m, recreação para as crianças; às 15h, apresentação da dança da peneira, desfile das candidatas à Rainha da Juçara; às 16h30m, coreação da Rainha e Princesas da Juçara; e às 17h, apresentação de bumba-meu-boi.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 30/09/1980.

Esse ano não encontraremos repercussões de notícias referente a alguma intercorrência no festejo, tanto que haverá nas palavras da presidente da MARATUR, a Zelinda Lima, para o jornal O Imparcial (26/10/1980) que “[...] tudo ocorreu dentro do previsto, sem que houvesse nenhuma ocorrência desagradável que tirasse o brilho do evento”. Os anos anteriores foram bem conturbados com relação ao que estava havendo no festejo, mas a falta de notícias sobre o festejo desse ano também pode ter silenciado outras passagens do que ocorreu.

## 2.11 A Festa da Juçara de 1981: percalços na venda da juçara

Em 1981, completando os 10 anos de existência da Festa da Juçara, anuncia-se a abertura para o dia 4 de outubro e estendendo-se até o último domingo desse mesmo mês (dia 25). Ressaltamos que também será um ano de poucos anúncios encontrados, bem como nota-se a imagem de abertura sendo a mesma utilizada do ano anterior.

Figura 38: Divulgação da XI Festa da Juçara:

**O IMPARCIAL**

**Folclore abre Festa da Juçara hoje em Maracanã**

Com apresentação de danças e manifestações folclóricas, shows culturais e concursos diversos entre as amassadeiras de juçara e donos das barracas, começa, oficialmente, neste domingo, no Maracanã, a Decima Primeira Festa da Juçara, uma das mais tradicionais e populares do Maranhão. Participam, neste ano, no festivo ambiente, 35 barracas para venda de juçara com camarão, carne ou peixe seco, duas para venda de "beijú", duas de garapa de cana, duas para venda de artesanato e lojas de barro, além de outras para venda de mercadorias populares.

Asseguram os donos dos boteões de juçaras, que o produto, este ano, tem o suficiente para suprir os quinze domingos da festa. No domingo passado, quando houve a abertura do "arraiá" apenas em fase de experiência, houve bastante juçara, devido o longo período que as amassadeiras passaram aguardando a produção do vinho e o pouco número de pessoas que compareceram ao local. Para esta festa, a Comissão Organizadora da Maratona está prevendo um número maior de pessoas, em relação ao ano passado que chegou aos 18 mil, uma média de 4 mil pessoas por dia, segundo Jaime Santana Coordenador, um dos componentes da Comissão.

**CUSTOS**

Apesar dos constantes aumentos de preços nos produtos do gênero alimentício e alto índice do custo de vida do estado, o custo de vida — segundo reclamam as amassadeiras e donos das barracas, o litro do vinho da juçara pura, está custando Cr\$ 60 cruzeiros; com açúcar e farinha, apenas Cr\$ 100 cruzeiros; e com camarão ou peixe seco, Cr\$ 140 cruzeiros, valendo mais que uma refeição.

Alguns populares apreciam mais o produto acompanhado com carne seca ou outro alimento bem salgado, como explica o sr. Marcos F. Melo. Enquanto que outros preferem sem açúcar, "para não perder o gosto da juçara", segundo dona Rainunda T. Cantanhede.

Adianta dona Naida Mendes, amassadeira de juçara e proprietária da Barraca "Amiga dos Amigos", nº. 17, que, apesar do sacrifício que ela tem desde a colheita dos carapós da juçara — através de "coira" para suar — até a produção do vinho — ferve a água, mistura depois com uma maizinha, deixando a temperatura mais baixa que fria, põe a juçara dentro da sacoca (feita de barro) e em seguida amassa os carapós, passa na peneira e coloca nos litros —, vale a pena o trabalho e lhe rende um pequeno lucro.

Ela ainda prevê, neste ano, uma produção de 18 a 20 litros de juçara, equivalendo cada uma a 6 litros de vinho do produto, podendo este número ser ultrapassado nos dois últimos fins de semana, quando o número de pessoas de São Luís e turistas de outras cidades, é maior.

O bumba-meu-bói do Maranhão, como acontece todos os anos, é a atração que vai abrir e encerrar a festa. Serão oferecidas também ao público presente apresentações folclóricas, entre elas, o Tambor de Alina e o Tambor de Dança da Primeira Mãe de São Luís e Dança do Divino Espírito Santo.

Apesar dos dificuldades, as amassadeiras acreditam no êxito de mais uma Festa da Juçara, em Maracanã.

**Aliança Francesa**

**Começa hoje a Festa da Juçara**

Começa hoje, com apresentação de danças e manifestações folclóricas, shows culturais e concursos diversos entre as amassadeiras de juçara e donos de barracas a Decima Primeira Festa da Juçara. Vinte e seis barracas participam este ano da Festa, que abrange todos os domingos do mês de outubro. Aos visitantes e turistas estão sendo oferecidas opções alimentares como juçara com camarão, carne ou peixe seco, boia, e garapa de cana. O artesanato e lojas de barro também serão expostos à venda.

O bumba-meu-bói do Maranhão, como acontece todos os anos, é a atração que vai abrir e encerrar a festa. Serão oferecidas também ao público presente apresentações folclóricas, entre elas, o Tambor de Alina e o Tambor de Dança da Primeira Mãe de São Luís e Dança do Divino Espírito Santo.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 04/10/1981.

Conforme a notícia da esquerda na Figura 38, destacamos o seguinte trecho ao dizer que:

Apesar dos constantes aumentos de preços nos produtos do gênero alimentício e alto índice do custo de vida [sic.] — segundo reclamam as amassadeiras e donos das barracas, o litro do vinho da juçara pura está custando Cr\$ 60 cruzeiros; com açúcar e farinha, apenas Cr\$ 100 cruzeiros; e com camarão ou peixe seco, Cr\$ 140 cruzeiros, valendo mais que uma refeição (O Imparcial, 04/10/1981).

Essa notícia está ligada com o aumento do valor da juçara vendida nesse período, tomando como base o litro da juçara vendida em 1979, que custava a chegar 25 cruzeiros, quando comparamos com o ano de 1981, esse valor demonstra um aumento de 58,3% no litro da juçara vendida.

Sobre outros assuntos abordados no jornal, é trazido mais uma vez os relatos de alguns comerciantes, dessa vez não em caráter de denúncia a organização do festejo, mas ao modo de coleta e a produção das amassadeiras:

Adianta dona Naide Mendes amassadeira de juçara e proprietário da Barraca “Amiga dos Amigos”, Nº 17, que, apesar do sacrifício que ela tem desde da colheita dos caroços da juçara – através de “peia” para subir – até a produção do vinho – freve a água, mistura depois com uma mais morna que fria, ponhe a juçara dentro da gamela (feita de barro) e em seguida amassa os caroços, passa na peneira e coloca nos litros -, vale a pena o trabalho e lhe rende um pequeno lucro (O Imparcial, 04/10/1981).

Com base nessas informações, quando realizei as entrevistas com algumas comerciantes, questionei como a juçara era coletada e produzida nas primeiras décadas do festejo, na qual destaca-se o que foi falado por uma das entrevistadas:

De acordo...pelo que eu sei, a coleta continua sendo a mesma neh...os tiradores de juçara subiam na juçareira, usando uma péia, essa péia era feito de saco de...que vem farinha, que vem ração...e a manipulação da juçara era feita na gamela, uma bacia que é feita de madeira, pelo nome de gamela, e na hora de bater se batia com uma garrafa, garrafa de 51, aí colocava água dentro pra dar mais peso na garrafa, e depois, com um tempo, passou a usar o pilão, que era um meio até mais rápido, aí depois de um certo tempo que chegou a máquina (Entrevistada D, *apud*. Costa, 2024, p.58).

As explicações desse processo demonstram as etapas que alguns comerciantes percorreram para chegar no modo de produção da juçara com a utilização das máquinas. A maior preocupação de comerciantes sempre foi garantir uma qualidade da juçara vendida e quantidade suficiente ao público, preocupações pontuadas até hoje pelas comerciantes, em especial as mulheres, quando do meu diálogo com elas.

Retornando as nossas discussões, a Festa da Juçara é encerrada com vários batizados e casamentos dos moradores do Maracanã, além da apresentação do Bumba-meu-Boi do Maracanã, desfile das candidatas e coroação da Rainha da Juçara.

Hoje é o último dia de Festa da Juçara em Maracanã. O tradicional evento, comemorado todos os anos nos domingos de outubro, obteve, mais uma vez, sucesso total. Semana passada recebeu a visita do governador João Castelo, da Primeira-Dama do Estado, Gardênia Gonçalves, e do secretário da Indústria, Comércio e Turismo, José Joaquim Ramos (O Estado do Maranhão, 25/10/1981, p.6).

Foi pontuado na matéria do jornal O Imparcial que a frequência foi promissora, destacando que: “A exemplo do ano passado quando o número de visitantes ultrapassou as expectativas, esse ano a Festa da Juçara recebeu um expressivo número de Turistas tanto do interior do Estado do Maranhão quanto de outros Estados da Federação [...]” (O Imparcial, 25/10/1981).

## 2.12 A Festa da Juçara de 1982: o projeto de preservação ambiental

O ano subsequente não será diferente, encontra-se pouquíssimas matérias sobre o festejo nos jornais desse ano de 1982, anunciando o início da festa para o dia 3 de outubro, com previsão de término para o dia 31 daquele mesmo mês. Dentre essa programação, destaca-se para o ponto alto da festa no terceiro domingo (dia 17), com a proposta de trazer nesse dia “[...] diversos casamentos entre membros da comunidade [que] serão celebrados no Grupo Escolar ‘Capitão José Augusto Mochel’” (O Estado do Maranhão, 01/10/1982, p.2).

Figura 39: Divulgação da XII Festa da Juçara



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 02/10/1982.

Elenca-se dessa notícia as finalidades da promoção da festa em prol do “circuito monetário” gerado pela venda da juçara e do artesanato na região, o que gera uma fonte de renda nesse período as amassadeiras e outros comerciantes que vendem outros produtos correlatos. O jornal enfoca os aspectos de preservação e manutenção desses espaços naturais, consagrado como “folclore” de São Luís.

Nos poucos relatos que ainda podemos elencar desses impressos, encontra-se a percepção de Ribamar Soares, onde tem atuado há mais de 12 anos na festa como comerciante. Segundo relato de Ribamar Soares trazido pelo jornal:

“Estou muito otimista” – disse Ribamar – e espero vender bem nestes cinco domingos”. Por outro lado, ressaltou que este ano a quantidade de juçara disponível

para a festa será um pouco pequena, uma vez que até o momento não ocorreram chuvas que pudessem beneficiar a quantidade e qualidade do produto.

Embora ainda não soubesse oficialmente da Maratur o preço a ser cobrado, conforme tabela, pelo litro de juçara, Ribamar Soares disse que deverá custar em torno de Cr\$ 200. Com o complemento da farinha (1 quarto de quilo) e açúcar, haverá um acréscimo para Cr\$ 450. Estará também a venda carne de sol e peixe frito (O Estado do Maranhão, 03/10/1982, p.7).

Em outro relato, destaca-se da Cleidimir Soares, por ter o mesmo sobrenome, talvez seja pertencente da família de Ribamar Soares, onde é dito que: “Tenho a impressão que tudo vai acontecer maravilhosamente bem. Muita gente deverá vir participar desta promoção, que é muito bonita”, disse, salientando que os maiores movimentos de público se realiza, geralmente, a partir do terceiro domingo” (O Estado do Maranhão, 03/10/1982, p.7), a qual se refere ao dia em que realiza-se o casamento comunitário.

**Figura 40:** Imagens dos preparativos da festa



**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 03/10/1982, p.7.

Quando acontece o primeiro dia de festa, a prospecção de sua realização não foi como esperada, conforme é destacado na notícia:

No ponto de vista de alguns populares, o povo já se encontra desestimulado a comparecer em eventos como esse, talvez em razão do **grande aumento do custo de vida** que o impede de fazer gastos além do seu orçamento normal, conforme declarações da professora Marinete Almeida Costa. Ela acha ainda, que, daqui há alguns anos festejos como esse, deixarão de existir, uma vez que já se nota uma grande diferença de público de um ano para o outro.

José de Ribamar Sobrinho, diretor dos trabalhadores gráficos, também presente à festa da juçara, disse que todos os anos participa da abertura desse evento e este ano notou uma queda considerável no número de pessoas ali presentes. Segundo ele, além das **dificuldades financeiras** atuais de cada um, houve um desestímulo feito pela própria imprensa, quando citou o problema de poluição dos rios de Maracanã e a falta de juçara suficiente para atender aos visitantes durante os festejos (O Estado do Maranhão, 04/10/1982, p.2, grifos nossos).

Dentre muitos problemas, o fator apresentado de aumento do custo de vida atrela-se ao fato da recessão econômica que o Brasil estava enfrentando na década de 1980, em grande parte da decorrência das articulações do Ministério da Economia, presidida por Delfim Neto, na concepção de “crescer o bolo para depois repartir”.

No Maranhão, a década de 1980 representará uma alteração na estrutura da cadeia produtiva, onde a economia camponesa pautada na coleta do babaçu e agricultura de subsistência sofrerão impactos significativos por conta de projetos agropecuários (soja e pecuária) e madeireiros, principalmente no oeste maranhense e no Baixo do Parnaíba. Eis que as influências de uma economia globalizada impactam os manejos de festas locais, como é o caso do Maracanã, onde famílias e comerciantes se veem acuados de gastos porque dependem de uma melhor igualdade econômica.

Entretanto, o detrimento da economia para produtores locais foram o fortalecimento para empresas instaladas próximas ao Maracanã nesse período, pois favoreceu a demanda de trabalhadores que buscavam alternativas de sobrevivência para além do pequeno comércio. De acordo com Mesquita (2015), ao longo da década de 1980, esse cenário não foi favorável a performance para os segmentos (usina/comerciante/produtor), a qual é relacionado ao babaçu, mas acrescenta-se que outros alimentos também compõem a variedade de comercialização entre esses produtores.

Na chamada década perdida para a economia brasileira, a recessão e os problemas macroeconômicos como o balanço de pagamentos, a crise fiscal e a hiperinflação do governo Sarney são a marca registrada. No Maranhão, porém, os anos oitenta proporcionaram uma boa performance para a economia do Estado. A explicação para este bom desempenho econômico (8% ao ano de crescimento do PIB, segundo a SUDENE) está nos megaprojetos (enclaves) aqui implantados, que perfazem somas de bilhões de dólares. Os três mais importantes investimentos foram: a) o projeto da ALUMAR, com 2 bilhões de dólares para a produção de 3 milhões de toneladas de alumina e 500 mil toneladas de alumínio; b) o projeto da Vale do Rio Doce (CVRD), que implanta toda a infraestrutura para exploração e exportação do minério de ferro (ferrovia e porto); c) o projeto de celulose da CELMAR - Celulose do Maranhão S. A., com participação da CVRD e de grupos privados nacionais e estrangeiros, no valor de US\$1,2 bilhão, destinado à produção de 420 mil toneladas de celulose na Pré-Amazônia Maranhense, na cidade de Cidelândia. Pesquisa executada pela Universidade Federal do Maranhão em 1988, no entanto, mostra que os efeitos dos mesmos se restringiram aos segmentos urbanos — comércio e serviços, fundamentalmente. A agricultura, principalmente aquela voltada à pequena produção de alimentos, apresenta-se com um

desempenho sofrível, e até negativo (3,5% ao ano), em função da seca. A exceção é a soja (Mesquita, 2015, loc.9).

Essa expansão de empreendimentos de exploração de recursos naturais expressam uma significativa ameaça para territórios e ao habitat da região. Por esta razão, teremos nesse período o projeto da Secretaria de Recursos Naturais, Tecnologia e Meio Ambiente – SENART, com vista para criar a área de proteção ambiental dos bacuri, babaçuais e juçarais. É descrito que o SENART “[...] deverá enviar, ainda este mês ao Governador Ivar Saldanha, minuta de um decreto propondo que o Bairro do Maracanã seja transformado em Área de Proteção Ambiental” (O Imparcial, 16/10/1982).

O Ivar Figueiredo Saldanha, figura influente no cenário político da época, assumiu interinamente o governo do Maranhão em 14 de maio de 1982, e ainda que a justiça local fosse contrária, o STF permitiu de sua posse até as eleições de novembro daquele ano, na qual venceu Luís Rocha, assumindo o governo em 15 de março de 1983.

Entretanto, essa política não foi concretizada, vindo a assegurar aquela área de proteção somente em 1991, por meio do Decreto 12.103, que estabeleceu a Área de Proteção Ambiental do Maracanã (APA) com uma unidade de conservação estimada com 1.831 hectares, limita-se ao norte com o Parque Estadual do Bacanga e, ao sul, com o rio Grande.

### **2.13 A Festa da Juçara de 1983: as “vozes” de denúncias**

A tradicional Festa da Juçara auspicia seu início no dia 2 de outubro de 1983, e encerrará no dia 30 do mesmo mês, sempre aos domingos. Ressalta-se que para aquele ano seriam montadas 35 barracas, um número inferior ao que observamos dos anos anteriores, bem como as notícias encontradas nesse jornal são poucas, não tendo a mesma divulgação de antes sobre o festejo.

Para o momento de solenidade era prevista a presença do presidente da MARATUR, Almir Marques Filho, e destacam que é um evento já incluído no calendário turístico de São Luís. Seguindo a forma de precaução, destaca-se mais uma vez que a direção da MARATUR, estando no cargo o Valmir Peixoto, presta a informação que “[...] não haverá problemas com a falta de juçara, pois todas as providências neste sentido já foram tomadas pela coordenação da festa” (O Estado do Maranhão, 02/10/1983, p.7), sendo enfatizado também o aumento na frota de ônibus coletivos para a população de São Luís prestigiar o festejo.

O enfoque aos preços daquele ano não passa despercebido, seguindo o relato da comerciante Naida Mendes trazido pelo jornal:

Com preços que variam de 300 a 600 cruzeiros o litro, a juçara que será consumida a partir de hoje no Maracanã, também é um produto, que apesar de ser nativo, vem sendo inflacionado o que poderá, segundo observação de algumas amassadeiras que ontem arrumavam suas barracas, afastar um pouco as pessoas da festa, embora admitam que essa ainda é a maior atração da comunidade.

“É uma grande festa que de uma forma ou de outra nos alegra” – diz a amassadeira Naida Mendes, 55 anos, (cinco anos participando da festa) acrescentando que apesar de alguns problemas como, por exemplo, a escassez do produto no Maranhão, a comunidade local tem, além de uma opção de lazer, nesse período, uma oportunidade rara de ganhar algum dinheiro com o produto da venda não só da juçara, mas de outras comidas típicas como: o beiju, a tapioca, bolo de milho, bolo de macaxeira [...] (O Imparcial, 02/10/1983).

O interessante dessa reportagem é encontrarmos novamente a Naida Mendes prestando informações aos redatores do jornal, assim como nos anos anteriores, ela sempre é responsável em expressar as espoliações e denúncias pertinentes ao segmento dos comerciantes da festa.

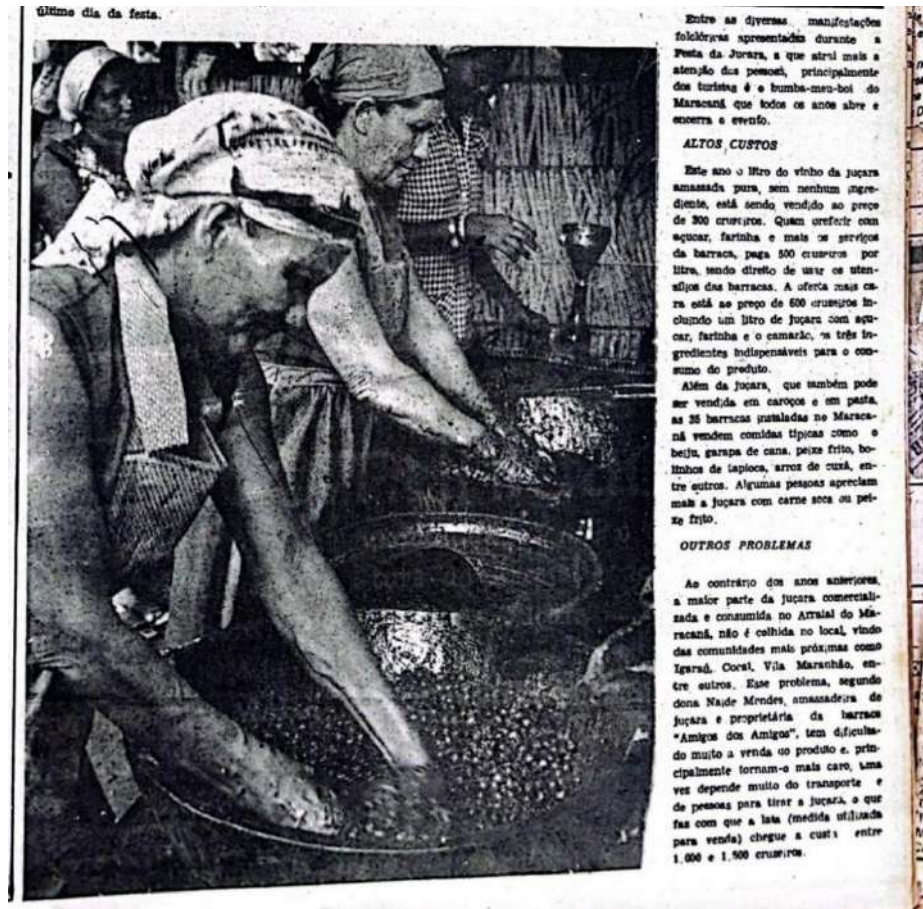
Quando do encerramento, é ratificado que a Festa da Juçara ainda é uma atração que faz sucesso na Ilha, apesar dos preços exorbitantes para aquele ano. No entanto, destaca-se mais uma vez um relato da comerciante, a dona Inês, também com caráter de denúncia pelo que a festa tem passado nos últimos anos:

Há 13 anos amassando juçara, dona Inês, como é mais conhecida entre suas colegas amassadeiras, acredita que “do jeito que as coisas vão”, com o produto ficando escasso a cada ano, a Festa da Juçara, daqui a algum tempo “será apenas um bom motivo para recordação”.

Contudo, considera que deve haver um empenho maior das autoridades locais no sentido de impedir que os juçarais da ilha sejam devastados – como já vem acontecendo nas áreas da ALCOA – uma vez que além de ser um alimento relativamente de muitos que às vezes não têm nada para comer em casa (O Imparcial, 23/10/1983).

Pela primeira vez haverá apontamentos para os impactos ambientais gerados pela grande indústria. No decorrer do tempo, assim como os discursos do jornal alteram-se sobre a festa, saindo de uma projeção como espaço “harmônico”, o próprio impresso também sofrerá mudanças de enfoques políticos, discursos de modernidade, entre outros aspectos.

**Figura 41:** Divulgação do encerramento da XIII Festa da Juçara



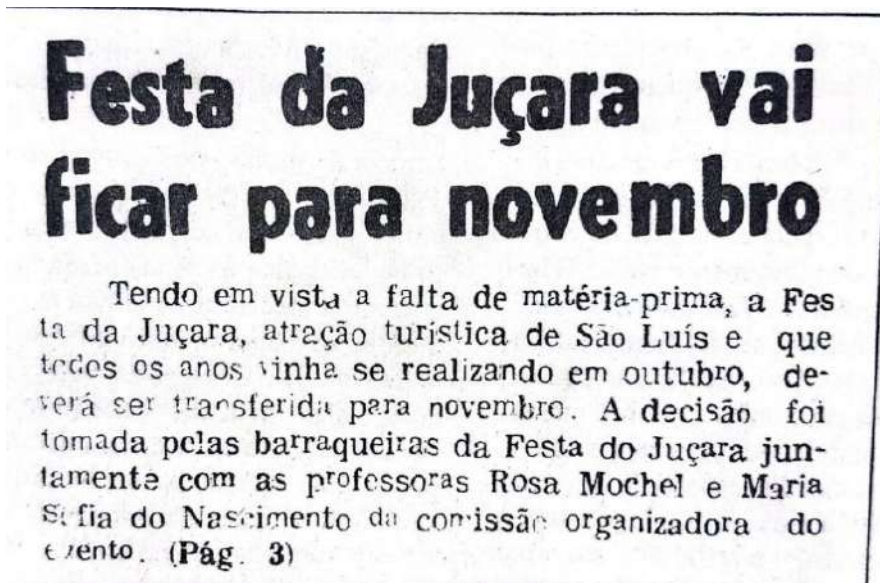
Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 23/10/1983.

Conforme a notícia acima, a maioria da juçara comercializada já não é mais oriunda do Maracanã, destacando o forte comércio que existe com outras localidades para o abastecimento do festejo, destacando-se comunidades próximas como o Igarauá, Cocal, Vila Maranhão, entre outros. O processo de compra encarece o produto a ser vendido, em razão do transporte e das pessoas para tirar a juçara, sendo enfatizado mais uma vez pela Naida Mendes para o jornal “[...] o que faz com que a lata (medida utilizada para venda) chegue a custa entre 1.000 e 1.500 cruzeiros.” (O Imparcial, 23/10/1983).

#### 2.14 A Festa da Juçara de 1984: o dissenso da festividade

O ano de 1984, não será como os anos anteriores, a começar pelos dissensos ocasionados nesse período, que por algum motivo, haverá uma divisão nítida de interesses sobre como vem sendo conduzido a Festa da Juçara. Como presságio não muito bom, a festa sofrerá modificação de sua data para iniciar nesse ano, onde geralmente começa em outubro será transferido para novembro:

**Figura 42:** Adiamento da XIV Festa da Juçara



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 23/09/1984.

A justificativa apresentada ao jornal destaca que “O motivo da possível transferência e a escassez da juçara, em virtude do inverno prolongado deste ano, visto que com a ocorrência de fortes chuvas as flores das juçareiras foram destruídas não se verificando a fecundação, explicou a Professora Rosa Mochel” (O Imparcial, 23/09/1984).

Ao noticiar outras falas, é situado algumas pessoas que fazem parte desse processo organizativo da festa, para além da própria Rosa Mochel. Têm-se por exemplo a professora Maria Sofia, como pertencente a comissão organizadora do evento, e o Raiundo Nonato da Silva Moraes, “[...] zelador da área há seis anos, contratado pela Maratur, proprietário daquele sítio” (O Imparcial, 23/09/1984).

É notório que a não realização no período comumente realizado impactaria no itinerário turístico projetado a aquela região, prejudicando as vendas da juçara e outros produtos que auxiliam ou são, na maioria das vezes, a única renda principal. Segundo relatos de comerciantes ao jornal, uma alternativa são as permutas realizadas no Mercado Central de São Luís.

Para Petronília Silva, também antiga moradora do Maracanã, mesmo que ali não ocorra uma superprodução de juçara, a festa ainda assim poderá se realizar, pois que, a exemplo dos anos anteriores, em face da produção local ser incapaz para atender o consumo durante a festa, visto que para ali afluem milhares de pessoas e que consomem o suco produzido pelas “amassadeiras”, a grande parte dos frutos utilizados por estas é oriundo de outras localidades como Ingarauá, Estiva, Perizes, Rosário e até mesmo de Morros e Icatu. Petronília informou que atualmente, em Maracanã, uma lata de juçara está sendo vendida por oito mil cruzeiros, razão porque se registra escassez do produto já que os donos de sítio preferem vende-lo no Mercado Central, onde a lata está custando doze mil cruzeiros (O Imparcial, 23/09/1984).

Dessa vez, é dito que o presidente da MARATUR, Almir Aguiar Filho, acatou a decisão de adiar o início da festa como decisão tomada pela comissão organizadora. Nesse ano a porta voz sobre esse atípico acontecimento será feito por Rosa Mochel, tranquilizando que não haverá prejuízos, mesmo que haja um itinerário turístico previsto pelo Estado com relação ao festejo.

Com a possibilidade de haver cancelamento, a MARATUR realizaria uma reunião na quinta-feira, dia 11 de outubro, para decidir os rumos da festa a acontecer no próximo mês. Nessa reunião estaria previsto comparecer “[...] as promotoras do evento (amassadeiras de juçara), para decidir se há ou não possibilidade da efetivação da festa” (O Estado do Maranhão, 09/10/1984, p.7).

Segundo as informações prestadas ao jornal:

O coordenador de Promoções da Maratur, Edmilson Maciel, disse que é a primeira vez, desde que foi criada a festa, por iniciativa da professora Rosa Mochel, que ela não se realizaria. E acentuou: “o pior de tudo é que está faltando o essencial: a juçara”. Edmilson explicou que cabe as amassadeiras de juçara decidir pela viabilidade ou não da festa, no mês que vem. Elas esclarecem que as fortes chuvas que caíram no primeiro semestre deste ano impediram a florescência das juçareiras. “A produção até o momento é muito reduzida, o que certamente obrigará a busca de juçara em outros locais da Ilha de São Luís. Este fato, ocasionará, evidentemente, um acréscimo de preços do produto (em sua forma de vinho) ao consumidor”, disse Edmilson Maciel. As principais localidades produtoras de juçara, além do Maracanã são: Araçal, Piçarra, Pedrinhas, Vila Maranhão e Igarau (O Estado do Maranhão, 09/10/1984, p.7).

Diante desses precedentes, a festa estaria propensa a sofrer esse cancelamento e abriria a possibilidade de consumir juçara de outros lugares de São Luís. As outras localidades citadas como Araçal, Piçarra, Pedrinhas, Vila Maranhão e Igarau, surgiram como possibilidade de procura, mas não é esclarecido se tornariam como pontos de referência para venda somente da juçara ou se haveria programações de atrações para atrair um determinado público.

Posteriormente, seria confirmado o cancelamento da festa:

Figura 43: Cancelamento da XIV Festa da Juçara

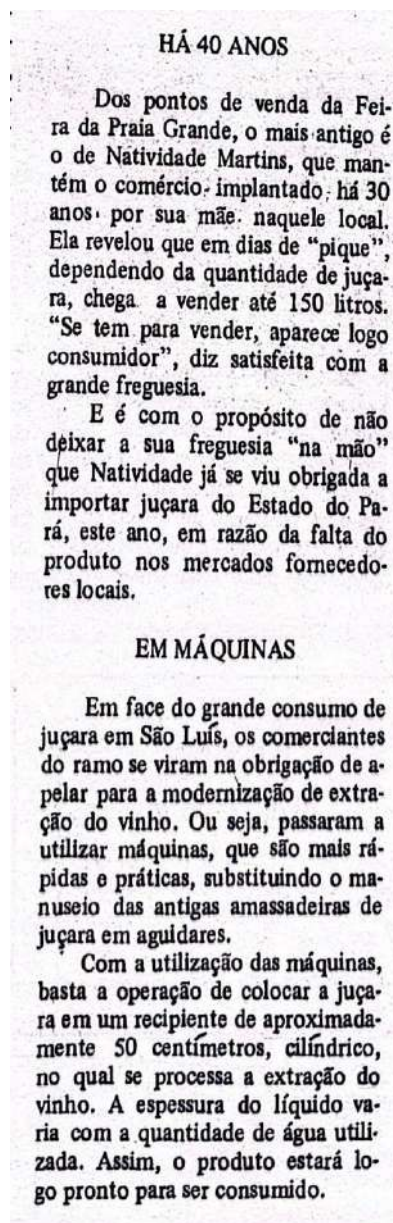


Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 20/10/1984.

Face a esse momento, a festa seria pela primeira vez cancelada depois de todos esses anos. Em nota ao jornal, fornecido pela MARATUR, é dito que o motivo principal foi "a escassez do produto", mesmo com a possibilidade de alterar o calendário para novembro, observaram que era inviável, por consequência: "O fato provocou a alta do preço da juçara nos mercados e feiras, onde é vendida sob a forma de suco, acondicionado aos sacos plásticos. O litro do suco de juçara custa em média Cr\$ 1 mil 200" (O Estado do Maranhão, 20/10/1984, p.1).

Esse comércio a não ser protagonizado pela tradicional Festa da Juçara no Maracanã, tornou propício para que a juçara vendida na Praia Grande fosse ganhar mais projeção naquele ano. Conforme aponta-se as atividades do ponto Natividade Martins, além das incorporações de novos mecanismos para a extração do vinho da juçara:

**Figura 44:** O comércio da juçara na Praia Grande



**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 20/10/1984, p.7.

O “dissenso” a qual atribuímos dar-se pela (re)criação da Festa da Juçara na Praia Grande, na qual não obtivemos respostas dos moradores quem seria Wenceslau Marques na época, se seria um dos comerciantes que atuava na festa do Maracanã. Nesse sentido, a nova festa que passaria a surgir na Praia Grande seria coordenado por Wenceslau Marques:

**Figura 45:** I Festa da Juçara na Praia Grande

# Praia Grande promove a sua Festa da Juçara

## A. Anônimos realizarão o VIII Encontro

Alcoólicos Anônimos é, como eles mesmos de-  
"uma irmandade de homens e mulheres  
apartilham suas experiências, forças e es-  
s, a fim de resolver seu problema comum  
e outros a se recuperarem do alcoolismo"

1. de novembro, em São Luís, na Escola  
Federal do Maranhão, realizarão o seu  
contro Norte e Nordeste. Esperam com-  
ligar suas atividades e conseguir o apoio  
da sociedade para o trabalho da Associa-

Alcoólicos Anônimos e a Medicina, "O Per-  
J-Anon", "Alcoólicos Anônimos e a Assis-  
cial", "O Porquê do Alcoolismo Anônimo ser  
e não Religioso" essas serão as temáticas  
s no Encontro. Haverá também um de-  
o Secretário de Saúde do Estado. No sa-  
trabalhos iniciarão às 17:30 horas e en-  
s 24:00 horas, já no domingo as ativ-  
Encontro serão desenvolvidas entre 8:00  
oras.

o São Luís funcionam dez núcleos de Alco-  
nômicos, em diferentes bairros (Centro,  
São Cristóvão, Cruzeiro do Anil, Anjo  
4, Vila Passo, Malobão, COHAB, São  
e seis no interior do Estado (Impera-  
m Grande, Timon, Coroatá, Tutóia e  
único requisito para se tornar membro  
ção é o desejo sincero de abandonar a  
novos membros não são obrigados a  
taxas ou contribuições, estas são espon-

dição dos Alcoólicos Anônimos consi-  
lismo uma doença progressiva que  
se cura, mas que, como outras  
le ser detida. Indo um pouco mais  
os membros da associação acreditam  
ça representa uma obsessão mental  
que, apesar das consequências, não  
erada somente pela força de vontade.

peração dos alcoólatras. são conside-  
xperiências, êxitos e fracassos dos pri-  
ros da Associação. Estas experiên-  
as sistematizadas no que os associa-  
"Doze Passos", cujo conteúdo descre-  
e as atividades que, segundo estes  
mbros, foram importantes para aju-  
ar a sobriedade. Nos "Doze Passos",  
reconhecem sua impotência perante  
prometem-se a reparar danos causa-  
e sua fé num Poder superior, capaz  
de a serenidade.

## Secretaria muda para o Calhau

Com a transferência da Se-  
cretaria do Trabalho e Ação-Soc-  
cial do bairro do São Francisco  
para a sede do Palácio dos Traba-  
lhadores, no Calhau, todas as  
atividades do órgão disporão de  
um espaço maior para o seu de-  
sempenho, além de aproximar-  
cada vez mais a Secretaria dos  
diversos Sindicatos que estão in-  
stalados naquele local.

O Secretário Antonio Carlos  
Bralde explicou que com essa  
transferência "muitas são as van-  
tagens auferidas, e a principal é  
que todos setores da Secretaria  
estão instalados num único lo-  
cal, o que não ocorria antes, em  
virtude do prédio no bairro do  
São Francisco não dispor de con-  
dições nesse sentido".

Anônio Carlos Bralde lem-  
brou que anteriormente a Secre-  
taria dispunha de setores dis-  
persos pelo centro da cidade,  
bairro do Anil, "todos distantes da  
sede anterior, no São Francis-  
co, o que acarretava alguns em-  
baraços para o desempenho das  
atividades atinentes ao órgão".

A mudança para o Palácio  
dos Trabalhadores, na avenida  
Jerdino de Albuquerque, "trará  
inclusive, economia para o Es-

tado, no que se refere a despesas  
com aluguel, visto que o prédio  
atual pertence ao próprio Estado",  
conforme explicou o secretário do  
Trabalho.

Além do que apresentou, "a  
Secretaria passa a ocupar algu-  
mas salas do Palácio dos Traba-  
lhadores, que antes estavam  
sem nenhuma utilização, acarre-  
tando, por consequência, despesas  
para o Estado". Além disso, pelo  
fato de não estar sendo utiliza-  
do, o prédio sofrirá riscos de de-  
terioração, o que não mais ocor-  
rerá, pela a Secretaria, com toda  
a sua estrutura funcional propor-  
cionará inclusive a permanência  
de vigias, evitando que marginais  
e desocupados não depredem as  
instalações do prédio.

A mudança foi elogiada por  
vários presidentes de Sindicatos  
instalados no Palácio dos Traba-  
lhadores, principalmente porque  
irá oferecer maior segurança ao  
prédio. O presidente do Sindicato  
dos Empregados de Empresas de  
Asseio e Conservação de São Luís,  
Raimundo Loura, explicou que  
com essa medida "o Governo  
aproxima cada vez mais as suas  
ações junto aos trabalhadores, o  
que é uma medida merecedora  
dos maiores elogios".

## Iterma e Incra investigam CERES

A Comissão Especial forma-  
da pelo Instituto de Colonização  
e Terras do Maranhão — ITER-  
MA, Federação dos Trabalhadores  
na Agricultura do Estado — FE-  
TAEMA, Ordem dos Advogados do  
Brasil — OAB-MA, Instituto Na-  
cional de Colonização e Reforma  
Agrária — INCRA, Comissão Pas-  
toral da Terra — CPT e Sindicato  
dos Trabalhadores Rurais de  
Turiagu após investigar, no pró-  
prio local, de 22 a 24 de outubro  
o conflito que envolve a Agropecu-  
ária Ceres S/A e centenas de  
famílias de agricultores, numa  
área de 17.506 hectares, no Mu-  
nicípio de Turiagu, propôs, como  
forma de solucionar o litígio, "a  
formação de uma equipe mista  
ITERMA/INCRA, com a finali-  
dade de elaborar um projeto de

da. Os integrantes da Comissão  
Especial constataram ainda "a  
predisposição por parte da Fa-  
zenda CERES de reagir violenta-  
mente a qualquer tentativa de  
ocupação das áreas abandonadas  
pelos lavradores, assim como uma  
predisposição por parte dos la-  
vradores, atualmente sem lugar  
para trabalhar e sustentar suas  
famílias, de recuperar pela força  
suas áreas de trabalho se não  
houver soluções pelos meios legais  
e administrativos, evidenciando  
dessa forma um clima de violên-  
cia e alta tensão social". No dia  
27 de outubro após a saída da  
Comissão Especial, o lavrador  
Inocêncio Pantaleão Pereira foi  
ameaçado por "pistoleiros arma-  
dos da fazenda."  
De imediato a Comissão PRO-

Convenções de que dispõe de condi-  
ções estruturais para organizar e atender  
um grande número de pessoas, em razão  
das experiências do ano passado e prin-  
cipalmente deste ano, os feirantes da  
Praia Grande através do seu Wences-  
lau Marques, manifestaram, ontem, o de-  
sejo de tornar a Festa da Juçara, que  
foi iniciada no último dia 4 e estende-se-á  
até o próximo dia 25, numa tradição. Es-  
te ano, eles estão favorecidos pelo fato de  
ter fracassado a promoção da Maratur  
com a coordenação da profa. Rosa Mo-  
chel, no Maranhão, que já estava incluída  
no calendário dos eventos da cidade de  
São Luís. "Não duvida de que a não rea-  
lização da promoção oficial, nos favoreceu  
muito, porque aqueles que anualmente  
participavam da Festa no Maranhão, vieram  
nos prestigiar. E no ano vincente,  
com toda certeza, estaremos melhor situa-  
dos em condições de oferecer um mel-  
hor atendimento", justifica Wenceslau.

### OUTROS ANGÚSTIOS

A Festa da Juçara, da Praia Grande,  
segundo informa o presidente do Sindicato  
dos Feirantes, tem o apoio da Secre-  
taria da Cultura, da Fundação Joaquim  
Nabuco, do Projeto Praia Grande e do  
Fundação Bandeira Tribuzzi. Na progr-  
mação consta uma Romaria a ser realiza-  
da dia 25, com saída de seis ônibus do  
portal da Praia com destino a São José de  
Ribamar. A tarde, às 18 horas haverá  
uma procissão do São José, que é o pa-  
droeiro dos Feirantes; ritual que se repe-  
te há 34 anos. Wenceslau que preside a  
entidade durante 23 anos, informa tam-  
bém que no último domingo com três cen-  
tanas de amassados, foram vendidos 120  
latas de 20 litros de Juçara, para mos-  
trar que "se houver organização as ven-  
das serão compensadoras para todos ao  
mesmo tempo em que manter-se-á a tra-  
dição".

### VENDAS CAEM

Quando a comercialização em geral  
que ocorre na Praia, ele é de opinião que  
houve uma queda após a remodelação da  
Praia. "Isso ocorreu um fenômeno que  
repute passageiro, muito embora alguns  
feirantes tenham passado seus pontos ape-  
vorados com a perspectiva não ganharem  
o suficiente. Mas já está havendo uma  
reação para melhor, apesar de muito dé-  
bil, com a inauguração do novo terminal  
de ônibus e do estacionamento do auto-  
móveis que de alguma forma de-termina-  
rá um maior fluxo de pessoas na área",  
adverte Marques.

Mas para ele o que poderá se consti-  
tuir em fator propedontante para o equl-  
íbrio da comercialização, será a conclusão  
do Projeto de Habitação, inserido no bojo  
do Projeto Praia Grande, que resultará  
na criação de 500 famílias na área da  
Praia Grande e que se constituirá em cli-  
entela obrigatória.

### CONQUISTA

Wenceslau anuncia com satisfação, o  
que considera no momento "a maior con-  
quista".

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 09/11/1984.

Aparentemente, nem todos foram de acordo com a decisão da comissão organizadora do evento em cancelar a Festa da Juçara daquele ano, sendo tomado a iniciativa de promoverem a festa em um novo espaço, a Praia Grande. A justificativa de Wenceslau Marques estava pautada na "tradição" que tornou a festa como prática da comunidade de todos os anos desempenharem esforços para que ela aconteça.

A cisão pode ser vista como uma luta por alguns comerciantes que não veem a transformação da Festa da Juçara somente como evento de ordem econômica. Com base nas análises de Thompson (2017) sobre a cultura popular inglesa, esse paralelo nos leva a enxergar a cultura tradicional não somente como constructo dos diferentes segmentos sociais, a sua base demonstra formas de resistir ao domínio ideológico dos governantes e, quando necessário, age em defesa dos seus costumes e tradições.

O “novo” espaço da festa contaria com o apoio do presidente do Sindicato dos Feirantes, da Secretaria de Cultura, da Fundação Joaquim Nabuco, do Projeto Praia Grande e da Fundação Bandeira Tribuzzi, sendo iniciado no dia 4 de novembro e estender-se-ia até o dia 25 do mês, mantendo viva a tradição.

Esse espaço da Praia Grande já servia de entreposto comercial para a comunidade do Maracanã, onde acontecia a permuta de produtos como juçara, buriti, arroz por manteiga, óleo, sabão, dentre outras mercadorias. Podemos correlacionar com o que era geralmente uma produção de subsistência, conforme destaca Araújo (2020) sobre alguns relatos, em especial da própria Naida Mendes, a qual mencionamos anteriormente:

Meu nome é Naida Mendes, 82 anos, meu pai era Baltazar Ferreira, a mãe Maria Inês Mendes [...]. Eu trabalhava muito em roça, eu ajuntava buriti, eu ia no igarapé e fazia todos os serviços domésticos de casa [...] a gente fazia côfo [sic] para vender [...] lavava roupas nos rios. (Araújo, 2012, p. 38, *apud*. Araújo, 2020, p.88).

As relações de comércio firmadas com o apoio de diferentes fundações parecia ser algo promissor para a nova roupagem da Festa da Juçara, uma vez que é destacado que o período de novembro existe outro itinerário turístico e cultural muito apreciado que é a programação da Romaria a ser realizada dia 25 de novembro. Nesse caso, a procissão a São José de Ribamar, padroeiro dos feirantes, poderia incorporar com o novo calendário da festa a ser realizada na Praia Grande, motivo que resta saber o porquê não vingou esse plano até os dias de hoje.

### **2.15 A Festa da Juçara de 1985: Rosa Mochel sai de cena**

Caminhando para o final desse percurso nos impressos, o festejo a ser celebrado em 1985 aconteceria sem uma das principais expoentes da festa, dar-se pelo falecimento de Rosa Mochel em 2 de fevereiro daquele ano. Apesar de sua partida, a previsão da festa é anunciada com grandes expectativas, iniciando no dia 29 de setembro até o dia 27 de outubro.

antes de deixar o cargo, concluiu obras

### Circuito de Surf será no Olho D'Água

Começa nesta sábado, na praia do Olho d'Água, a primeira fase do Circuito Ilhano de Surf, cujas inscrições vão até hoje. O Circuito vai reunir os melhores surfistas da cidade, no horário das 08:30 às 09:00h e das 15:30 às 18:00h, quando estão previstas as melhores ondas. Aos melhores colocados no Circuito, que terá ainda mais duas fases no final de outubro e novembro, estão previstos diversos prêmios, entre troféus, passagens aéreas, roupas e acessórios.

"O mar começou a subir 2a. feira, ontem estava bom e hoje está melhor ainda", conta o proprietário da Meno Surf Shop e organizador do Circuito, Mauro Aranha, explicando que esta ocasião das ondas deverá ser o seu auge no final de semana, com a lua cheia. Tudo isso, ao lado do som que será instalado no Olho d'Água para o final de semana, deverá dar muita animação ao evento.

Segundo Mauro, o vigor do Circuito deve-se ao patrocínio, colaboração e apoio de empresas que acreditam no retorno publicitário que o surf é capaz de proporcionar. O patrocínio é da FICO, ALUMAR, GER-VAMAR, CEMAR e AGRO-NAR. Hang Loose, Island Snow, Ar e Mar, Foto Sombra, Curtis Surf Boards e Arte e Projetos participam como colaboradores, enquanto a FM Mirante e jornal O Estado do Maranhão dão o apoio publicitário.

Ao primeiro lugar na categoria amador está garantida uma passagem ida e volta para Florianópolis com tudo pago, além de troféu, poster e sítum. O 2.º lugar terá passagem para o litoral de Janeiro. Na categoria profissional o vencedor recebe passagem para Fortaleza. Outros prêmios estão reservados para outros colocados. Haverá ainda, partir da 2a. fase, concurso rote Mano Biquini.

Comerciários não reelegem José Lacerda



No Maracanã, as barracas estão sendo armadas para a Festa da Juçara

## Festa da Juçara vai começar no domingo

Já está tudo quase pronto para a tradicional Festa da Juçara no bairro Maracanã. Ao todo, 44 barracas estarão vendendo, todos os domingos a partir do próximo dia 28 até o final de outubro, churrasco, mingau, coquinho quente, frutas, louças de barro e, especialmente, o "vinho da juçara". Para isso, a Maratur já liberou as verbas para o transporte dos caropos de Juçara vindos de outros distritos como Estiva, Coqueiro, Igará, para complementar o estoque existente no Maracanã.

No Larpo do Maracanã, onde estão sendo levantadas as barracas, já foi limpo o terreno destinado ao estacionamento de carros, e a CAEMA (Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão) terminava ontem a limpeza do poço artesiano que abastecerá as barracas com água encanada.

A festa será das 07:00 às 21:00h todos os domingos até o dia 27 de outubro, segundo informa a professora Maria Sofia do Nascimento, membro da comissão de organização da festa. Até ontem à tarde, a Maratur (Maranhão Turismo) não estava de posse da programação, que, de acordo com Sofia, inclui danças folclóricas, com tambor de crioula, de mina, bumba-meu-boi, desfile de rainhas, e concursos como o da quebra do côco babau.

Sofia conta ainda que estão programados prêmios de sorteios financiados pela Maratur, além de 30 batizados e 30 casamentos ao longo do mês de outubro. Ela frisou que a estrada de acesso ao Maracanã já foi toda concertada, estimulando a vinda de pessoas de fora.

A Festa da Juçara do Maracanã começou em 1970, por iniciativa da Secretaria de Educação do Município, passando depois a ser organizada pela Maratur. Destina-se particularmente a obter renda para o bairro, conforme explica Sofia do Nascimento. O sabor delicioso da juçara, cujos caroços são amassados na água e transformados num líquido com aparência de vinho, configuram a atração principal. Sofia prevê que este ano o litro da juçara custará em torno de 4 até 5 mil cruzeiros.

Comissão de...  
Toma posse neste sábado o PMDB Jovem do Maranhão. A Comissão tem representado João Otávio.

PROVA DE DEMOCRACIA  
O vereador Ananias Neto participou ontem do debate candidato a prefeito, na Câmara Municipal, chegou a pedir, para a eleição, que a galeria, que a prefeita Lia Varela, não mais tenha das pessoas que ali se encontram, pois a manifestação de grande exercício de democracia foi aplaudido, pois, pois no momento em que a vice-prefeita pelo PMDB falar foi necessário o silêncio do debate, visto que a g... super-exaltada, ao ponto de não a palavra a qualquer um deles.

PROVA DE DEMOCRACIA  
Embora o vereador Ananias Neto tenha tentado pousar de frente o debate, momento em que a Tribuna implorou para as torcidas organizadas do PMDB e do PFL Alunça Democrática, e a presidente Viégas, seu o... bancada, havia solicitado para as torcidas organizadas a retirada da tribuna aplaudido exageradamente. Ao que tudo não entraram em ent... não iriam se comportar democrática.

OS AUSTE...

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 26/09/1985.

O anúncio aponta a iniciativa da MARATUR em abastecer o estoque do caroço da juçara, uma vez que apontamos nos anos anteriores a insuficiência do vinho da juçara, ocasionando uma das principais insatisfações do público visitante. Outro aspecto, apresentado como solução é quando falam de a localidade estar recebendo o suporte da CAEMA (Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão), com “[...] a limpeza do poço artesiano que abastecerá as barracas com água encanada” (O Imparcial, 26/10/1985, p.2).

O acionamento da CAEMA também serviu como solução as reclamações apontadas pela contaminação do vinho da juçara, pela questão da utilização da água dos brejos, sendo impróprios para o consumo pela poluição ambiental.

A programação é anunciada com participações de grupos folclóricos para todos os domingos, contemplando as apresentações do bumba-meu-boi, tambor de crioula, divino

Espírito Santo, tambor de mina, além de apresentações da Banda Musical da Escola Técnica Federal, concurso de quebradeiras de coco, entre outros.

Na notícia logo abaixo do informado sobre a Festa da Juçara também anunciava-se o “Festival da Melancia”, demonstrando a existência em outros municípios em promover festividades gastronômicas como estímulo de economia local, tanto para as comunidades de zonas rurais, como para o foco econômico do turismo.

Imagem 47: Anúncio de começo da festa

**Começa festa  
da Juçara  
no Maracanã**

Com uma vasta e variada programação, começa neste domingo a XIV Festa da Juçara, no Maracanã. A solenidade de instalação está marcada para as 9 horas, com a apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão. A promoção é do Governo Luiz Rocha, por meio da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), órgão vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

A festa da Juçara será realizada nos próximos domingos, até o dia 27 de outubro. Levada a efeito num arraial localizado sempre nas proximidades dos juçarais e constituído de barracas de palhas, a festa oferece aos participantes uma série de emoções produzidas por manifestações folclóricas, tais como bumba-meu-boi, tambor de crioula, divino Espírito Santo, tambor de mina, etc. De maior significado, porém, é o contato direto com a natureza, experimentado por quantos se deslocam, anualmente, ao local da festa.

Para amanhã, a programação prevê, às 9 horas, apresentação da Banda Musical da Escola Técnica Federal; recreação com as crianças da comunidade do Maracanã (9 horas); o concurso de quebradeira de coco (10 horas); apresentação de bumba-meu-boi infantil do Colégio São João Batista; sorteio de brindes entre lavradores da comunidade (12 horas), seguidos de concurso de dança, tambor de crioula, caixa do Divino e bumba-meu-boi do Maracanã.

**FESTIVAL DA MELANCIA**

Por outro lado, começou ontem e termina amanhã, em Arari, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal, o VI Festival da Melancia, com o apoio do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Agricultura do Estado, Banco do Estado do Maranhão, BDM, Emater, Cooperativa dos Agricultores de Arari e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Para hoje, consta da programação do Festival, um show com a Banda Viva, da Secretaria de Desportos e Lazer, o que ocorrerá às 19 horas, seguido do concurso da maior melancia, com prêmio de Cr\$ 500 mil para o vencedor.

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 28/09/1985.

Para a estruturação da festa, contava-se com 44 barracas erguidas, sendo 26 responsáveis para vender o vinho da juçara. Para estimular a ida do público no período do festejo, o anúncio projetava para o público leitor esse espaço como “lazer da Ilha”, apesar do jornal deixar expresso a insatisfação que alguns visitantes tinham com relação ao preço vendido.

O litro custará 5 mil cruzeiros; com açúcar e farinha, 10 mil cruzeiros, e acrescido de camarão, 20 mil. Apesar da empolgação, muita gente não deixou de achar caro o preço da juçara. “O preço está desestimulando. É um absurdo o preço da juçara dobrar porque é acrescido de um pouco de açúcar e farinha”, reclamava ontem, no Parque da Juçara, Jorge Ferreira (O Imparcial, 29/09/1985, p.2).

Ressaltamos que diante do cancelamento da festa no ano de 1984, a edição continuou com o nome da edição “XIV Festa da Juçara”, não demonstrando os abalos enfrentados por uma série de problemas que viam acontecendo com o festejo nos últimos anos. Nesse sentido, enxerga-se a força de transparecer sempre com expectativas positivas da festa ano após ano, mesmo com o falecimento de Rosa Mochel, não houve notícias da festa que relacionasse a sua importância, demonstrando que os redatores do jornal estavam centrados na propaganda da festa e seus problemas advindos durante a sua realização.

Quando da abertura, exalta-se o “vigor da Festa da Juçara”, apontando que houve “Aproximadamente três mil pessoas estiveram, ontem, no Maracanã, para prestigiar o primeiro dia da XIV Festa da Juçara, promoção do governo Luiz Rocha, por meio da Empresa Maranhense de Turismo (Maratur) órgão vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo” (O Estado do Maranhão, 01/10/1985, p.7). O interessante foi o destaque para a juçara amassada (não industrializada), reavendo essa propaganda de uma juçara feita nos moldes tradicionais, diante do cenário de utilização das máquinas que agilizavam o processo de extrair o vinho da juçara.

**Imagem 48:** Fotografia mostrando um “apanhador” de juçara

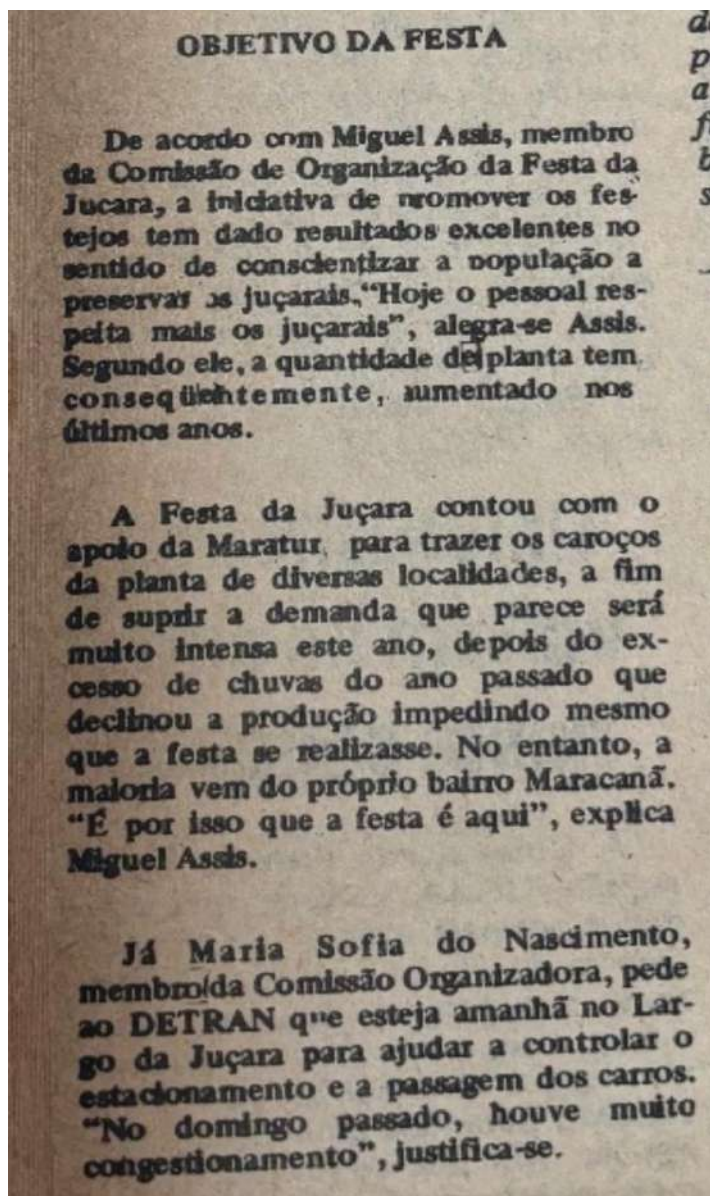


**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 06/10/1985

No jornal, é mencionado naquele referido ano alguns membros da Comissão Organizadora é a Maria Sofia do Nascimento, a qual solicita apoio do DETRAN, e Miguel Assis. A menção a essa comissão representa a continuidade de “vozes” para as reportagens contempladas no jornal, perpassando pela atuação da MARATUR como agente de mediação do festejo em vários dos seus aspectos.

Essa relação de demanda e fornecimento de informações sobre o festejo é expresso no seguinte trecho:

Imagem 49: Anunciadores da festa



Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 06/10/1985, p.2.

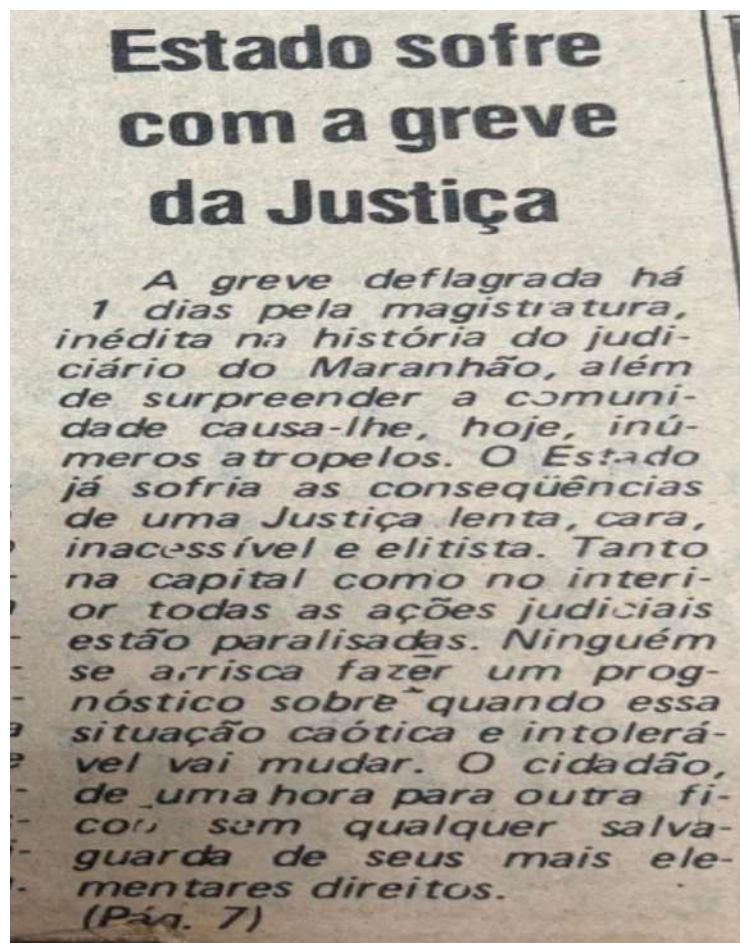
Um dos outros problemas apresentados foi a greve instaurada pelo magistrado, já que um dos aspectos do festejo era a realização de casamentos comunitários, atraindo várias pessoas para firmarem matrimônio.

Segundo a reportagem:

Foram adiados, sem prazo previsto, os casamentos que, tradicionalmente, se realizariam hoje, no último domingo da Festa da Juçara, no bairro do Maracanã. Os 28 casais cujo matrimônio civil ia ser financiado pela MARATUR, promotora da Festa da Juçara, terão agora que esperar que a Magistratura Maranhense, que está em greve, entre em entendimento com o Governo Estadual (O Imparcial, 27/10/1985, p.2).

Esse empecilho resultou também na venda da juçara, sendo mencionado pela Maria Sofia, da Comissão Organizadora, que em relação aos últimos dois domingos, a venda não foi bem sucedida, pois “[...] sobraram 120 latas (de querosene) de juçara. ‘Vai chegando no final do mês, e ninguém tem dinheiro’, justifica Sofia, acrescentando ao seu argumento que, no primeiro domingo do mês, a venda foi tanta, que faltou juçara (O Imparcial, 27/10/1985, p.2).

**Imagem 50:** Greve da magistratura impacta festejo



**Fonte:** Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 27/10/1985.

Com relação ao acontecimento do dissenso do festejo no ano de 1984, onde tivemos o cancelamento da Festa da Juçara no Maracanã, resultando na organização da Festa da Juçara na Praia Grande, teve naquele ano mais uma vez a realização fora da comunidade da zona rural.

Figura 51: Festa na Praia Grande<sup>32</sup>

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Imparcial, 01/11/1985.

Mesmo não sendo o foco deste estudo, a festa que originada pelo dissenso que houve no Maracanã expressa a articulação dos grupos subalternizados em tentarem manter uma tradição, ainda que não saibamos qual o fim dessa festa que começou a ocorrer na Praia Grande, na qual não existe mais nenhuma Festa da Juçara na área da Praia Grande atualmente.

<sup>32</sup> É importante enfatizar no jornal não procede com o informado sobre a abertura da "3a. Festa da Juçara da Praia Grande", uma vez que foi iniciado esse festejo pela primeira vez no ano de 1984, pela qual já apresentamos os motivos de criação neste estudo.

### **3. A FESTA DA JUÇARA PELA NARRATIVA ORAL: constituindo o tecido do patrimônio cultural**

Caminhando para o último capítulo, enfatiza-se que a presença de Rosa Mochel nesse período foi fundamental para a organização e projeção da Festa da Juçara no Maracanã, dar-se atenção para essa personalidade não somente pelas aparições vistas nos impressos, mas o “saudosismo” que nos remete as lembranças dos moradores locais.

Dedica-se também neste capítulo o trabalho de campo, realizado desde 2024, entre os meses de outubro e novembro, para diagnóstico do espaço. Como parte desse percurso metodológico, realizamos as entrevistas formais, entre 16 de novembro a 24 de janeiro de 2025, com a aprovação do Comitê de Ética da UFMA, CAAE: 93096324.0.0000.5087, na qual ressaltamos que pode ser acrescentado outras entrevistas posteriormente, com o objetivo de recapitular os elementos culturais e simbólicos apreendidos durante a pesquisa.

#### **3.1- Saudosismos à Rosa Mochel: protagonismo e mediação feminina na Festa da Juçara**

Com a intenção de ampliar as discussões em torno do significado de “mediação intelectual/cultural”, discorreremos sobre a importância de sua participação no festejo, compreendendo que até os seus últimos anos de vida significava uma figura influente para a intelectualidade e vida política de São Luís.

Outrossim, recorreremos as abordagens de gênero, como ponte para entendermos os gerenciamentos do Parque da Juçara sob a coordenação de mulheres atualmente. Essa representação feminina perpassa pelos discursos opressores da sociedade patriarcal, demonstrando que a particularidade do festejo trouxe para muitas mulheres, principalmente quebradeiras de coco, posições de destaque na manutenção do festejo desde a década de 1970.

*A priori*, falar sobre Rosa Mochel é tecer uma narrativa que requer adotar critérios de análise em torno das histórias de vida íntima de determinados indivíduos. Na construção ou utilização das biografias, torna-se um desafio para pesquisadores narrarem sobre o sujeito a partir de uma determinada ótica, ou seja, o ponto de referência em abordar um indivíduo como “autor” ou “protagonista” inscrito em uma história social e cultural.

Para quem não a conhece, Rosa Mochel Martins, nasceu em 1919, no município de Humberto de Campos, filha de José Augusto da Silva Mochel e Ercília Rodrigues Mochel. Formou-se em bacharelado e licenciatura em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia de São Luís entre os anos de 1958 a 1961. Além disso, destaca-se por ser a primeira engenheira

agrônoma no Maranhão, período em que conhece o professor Ezelberto Martins, tornando-se seu marido (Costa, 2024).

A sua atuação profissional como professora em diferentes escolas da educação básica de São Luís consagrou seu nome na época, a exemplo do Liceu Maranhense, Colégio São Luís, Colégio Rosa Castro, Escola Técnica (atual IFMA), entre outras. Além desse percurso nas escolas básicas, também atuou como professora da Universidade Federal do Maranhão e da Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), esta última instituição torna-se a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) a partir da Lei Nº 4.400 em 1981.

A sua atuação como Secretária de Educação e Ação Comunitária do Município de São Luís entre os anos de 1971-1974, a possibilitou desenvolver diferentes atividades ligadas a economia local de comunidades predominantemente agrícolas, a saber a comunidade do Maracanã, além de outras atividades culturais e artísticas desenvolvidas na cidade de São Luís.

Dentre suas ações, destaca-se promover espaços ligados a atividades culturais, que tinham por objetivo alcançar as camadas populares, principalmente ao público jovem, onde são parte desse cenário marginalizado de políticas públicas. Nesse sentido, a criação de teatros populares em outros bairros, a exemplo da Alemanha, João Paulo, Monte Castelo, Lira e Tirirical, foram criados com a proposta de viabilizar essa participação do público popular, uma realidade que contrastava com o público que frequentava o Teatro Artur Azevedo, sendo considerado como “muito requintado”.

**Figura 52:** Notícia sobre Rosa Mochel na inauguração dos teatros populares no jornal O Estado do Maranhão (13/03/1974)



**Fonte:** Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM.

Para além dessa atuação em torno do “acesso” das camadas populares as práticas educativas e artísticas, era atuante na defesa pelo meio ambiente, sendo presente em muitas iniciativas em prol da natureza na localidade do Maracanã, a qual residia com seu marido. Nesta localidade, pôde desenvolver atividades ligadas ao horto florestal, com ações para o cultivo de diversas espécies, para além de doação de sementes, como forma de contribuir para o replantio pelos moradores e outras pessoas que visitam a localidade, garantindo a preservação do ambiente local (Oliveira, 2023).

Segundo Costa (2024, p.44)

Além desse projeto de fomentar as atividades agrícolas na região do Maracanã, local que seria palco para o festejo da juçara, cabe destacar que esta estudiosa foi indicada, em 26 de abril de 1978, a ser membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão –IHGM, ocupando a cadeira de número 09, patronada pelo historiador e administrador colonial Bernardo Pereira de Berredo e Castro (governador do Estado do Maranhão entre os anos de 1718 a 1722).

Este momento de sua inserção no IHGM expressa que ela foi uma intelectual que alcançou os objetivos de trazer contribuições significativas para o Maranhão. Sendo assim, as suas iniciativas de popularização da cultura e de produções bibliográficas ligadas aos festejos e costumes populares, favoreceram a esse cenário evidências de uma construção identitária da população maranhense. Pautada em princípios de valorização a natureza nativa da região e um olhar para outras expressões culturais para além do bumba-meu-boi.

No ano seguinte, haveria algumas iniciativas voltadas para a conscientização e valorização das ações de preservação da fauna e da flora a partir de projetos socioeducativos, esse projeto foi projetado com a criação da “Casa de Alice”, destinado para que as crianças de localidades rurais pudessem desenvolver atividades criativas:

**Figura 53:** Recorte do jornal O Imparcial (08/07/1979)



**Fonte:** Arquivo disponibilizado pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão- IHGM.

Dessa forma, a abordagem na História a partir da trajetória de vida dessa mulher coloca-se em diálogo com as experiências dos sujeitos silenciados. Como Soihet (2003, p.43) pontua sobre “O método biográfico constitui-se no campo ideal para verificação das brechas utilizadas pelos subalternos, entre eles, as mulheres, os quais, mesmo que se valendo de subterfúgios, compõem a rede de uma antidisciplina”.

Nesse tipo de abordagem, onde tem-se a Rosa Mochel como atuante em diferentes âmbitos da sociedade, em especial nas ações em torno da defesa do meio-ambiente, perpassamos pela precaução das discussões não de forma a “enaltecer”, mas situar o indivíduo e o meio em que se encontra.

No artigo “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”, considera-se entender a construção do sujeito ecológico, como podemos associar a imagem de Rosa Mochel, que nos alude a um perfil identitário e a uma utopia societária como resposta aos avanços cada vez mais gradativo da devastação da natureza.

Conforme destaca Carvalho (2003, p.286)

Nesse sentido, poderíamos dizer que os sentidos do ambiental, postos em risco pela ação – contextos histórico-culturais específicos e singularidades pessoais – dos educadores ambientais, indica a confluência da tradição no presente, mas também sua recriação. A diversidade de sentidos que as relações com a natureza e o ambiente adquirem na singularidade das interações sociais e históricas presentes, afirma e reinventa uma tradição ambiental, cotidianamente.

Nesse sentido, a Dona Neuza Lopes, comerciante do festejo desde que foi criado, enfatizava que Rosa Mochel sempre atuou como defensora da natureza, pela qual vendia plantas, principalmente pé de limão, realizando no terreno de sua casa. Associa-se esse relato com a divulgação do jornal:

Figura 54: Notícia sobre Rosa Mochel

Regional  
vez volta a  
aranhense  
ambulato-  
infantil, si-  
n. No lo-  
tentos pe-  
tológico,  
injeções e  
ral. Raio  
de enfer-

idos na  
il são os  
o feitos  
om Me-  
idos to-  
udança,  
superlo-  
fs Dia-  
e trata  
gestan-  
ntário,  
vos, os  
na no-  
amps,

odem  
tam-  
teiras  
ncio-  
o-In-



Cercada de plantas, Rosa Mochel diz: "Elas me dão mais vida".

## R. Mochel: É preciso preservar o verde

Mais do que uma exposição de plantas, a mostra anual promovida pela Flora Decorações, na localidade do Maracanã, é um manifesto de alerta do casal de engenheiros agrônomos Rosa Mochel e Ezequiel Martins: "É preciso preservar o verde", lema que traz consigo o programa como bandeira de luta contra o crescimento e desmatamento indiscriminado da ilha de São Luís. Ontem, na abertura da 8ª. Exposição de Plantas Ornamentais, o lindo sítio do casal esteve repleto de admiradores, compradores, visitantes e personalidades da sociedade local.

A exposição fica aberta ao público até hoje e, além da mostra de plantas, conta com uma programação paralela que inclui venda de bebidas e comidas típicas, doces de frutas regionais, artesanato produzido pela comunidade de Maracanã, livros sobre orientação de jardinagem, divertimento numa funcional área de lazer e passeio pelo córrego que corta o sítio. A exposição é dividida por setores e em quase todas as árvores do bosque o casal exibe mensagens ecológicas de alerta às autoridades, conclamando

à conscientização quanto à preservação da natureza.

Rosa Mochel não soube precisar o número de plantas que hoje mantém no sítio para exposição ou venda. Disse que elas são milhares, entre ornamentais, frutíferas e medicinais. No todo, há as que se distinguem pela raridade, beleza, tamanho e utilidade. Dos setores que constituem a mostra, os das plantas ornamentais é um dos mais visitados. Muitas pessoas também se interessam e compram as plantas medicinais, por sugestão do casal de agrônomos.

Caminhando pelos diversos setores ou pelo bosque, Rosa Mochel tem domínio nominal a respeito das características de todas as plantas que expõe e sempre se mostra disposta a acompanhar os visitantes e compradores, prestando-lhes todas as informações sobre os vegetais. "As plantas nos dão mais vida", produz. Previu afirmando ter certeza de que a cada ano sua exposição tem atingido seu verdadeiro objetivo: conscientizar a sociedade sobre a vital importância da convivência com a natureza. "Destruir as plantas é destruir a própria vida", conclui ela.

do  
Ran-  
mul-  
do-  
que  
siva  
em  
cor-  
des

no  
Vi-  
nh-  
Vi-  
lo-  
F-  
va-  
p-  
tr-  
fi-  
e

Fonte: Biblioteca Benedito Leite, O Estado do Maranhão, 30/09/1988, p.7.

Eis que Carvalho (2003, p.293) aponta que "Ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser produções individuais e factuais e evidenciam a interpenetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura de vidas narradas".

O fim dessa trajetória chega com o seu falecimento no dia 2 de fevereiro de 1985, aos 66 anos de idade. Diante de suas contribuições, criou-se vários espaços de memória ligados ao seu

nome, dentre elas têm-se: o Herbário da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; a escola Unidade Integrada de Ensino Rosa Mochel Martins; no município de Humberto de Campos, é destinado o nome de Rosa Mochel a Biblioteca Municipal, entre outros (Oliveira, 2025).

Ao considerarmos nesse discurso inteligível a atribuição de “mediadora intelectual”, associado a figura de Rosa Mochel, nos faz retornar as discussões propostas por Gomes e Hansen (2016) em seu texto introdutório intitulado “Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo”.

O intento de compreender papéis de intelectuais como possibilitadores de uma comunicação de ideias aos mais variados públicos, parte de uma preocupação acadêmica em desconstruir a polarização teórica entre o saber acadêmico e as formas de acesso aos saberes populares, na qual tem sido buscado

[...] conceitos e categorias para compreender as práticas e meios comunicativos envolvidos na produção cultural, assim como os respectivos produtos, em particular quando se quer observar sua ocorrência entre sujeitos pertencentes a diferentes matrizes culturais” (Gomes; Hansen, 2016, p.8).

Abrir alas para este campo é atravessar as narrativas construídas em torno de “personagens” históricos que nos fazem pensar em conceitos chaves ligadas a: “[...] negociação, circularidade, apropriação, transferências culturais, zona de contato, recepção, entrelugar e outros” (Gomes; Hansen, 2016, p.8). Portanto, o “acesso” das camadas populares a outros espaços que antes eram restritos a um público erudito, demonstra a capacidade de intelectuais promoverem rupturas de estruturas hegemônicas, que colocam grupos marginalizados em lugares de subalternidade.

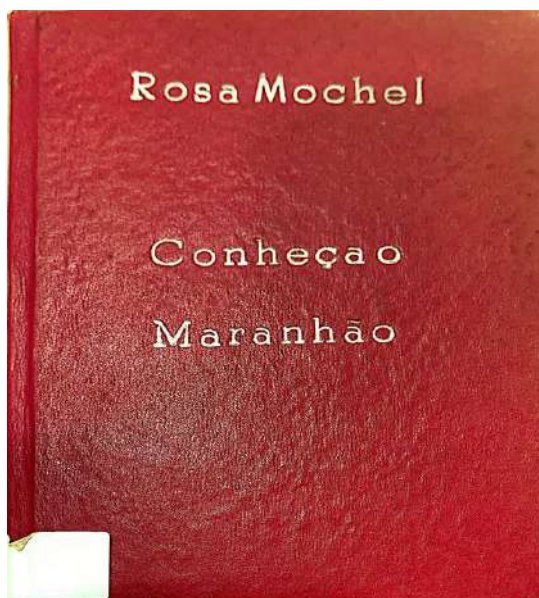
Tendo em vista as colocações de Gomes e Hansen (2016) sobre a tendência de novas prerrogativas para a discussão teórica acerca da “mediação” para o estudo das sociedades (no caso chamadas “de massas”), propondo como conceito “mediação cultural”, flexionamos essas discussões com a ideia de “mediação intelectual” a advir das particularidades encontradas sobre a trajetória de vida de Rosa Mochel durante os meus anos de pesquisa.

Com base nessa defesa conceitual, associa-se a figura de Rosa Mochel como personalidade inserida em espaços de poder (intelectual e em cargos administrativos da esfera pública) como fator de veiculação das ações que mudariam os percursos das festas e atividades culturais em São Luís. Sem abstermos das críticas em torno das concepções e mentalidades da época, alçadas nos projetos de “modernização” e influências políticas do período ditatorial.

Para entender um pouco sobre a “mentalidade” de Rosa Mochel, destaca-se algumas de suas obras escritas em vida que eram voltadas para as ações que desenvolvia em São Luís. No

livro “Conheça o Maranhão” (1971), traz escritos de uma valorização natural presente no próprio estado.

**Imagem 55:** Capa do livro disponível na biblioteca do IPHAN



**Fonte:** Autoria própria

Conforme enfatiza Oliveira (2023), a apresentação de Jomar Moraes, administrador do Programa de Ação Cultural do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão – SIOGE, transmite um pouco sobre essa percepção de Rosa Mochel:

[...] Autora, entre muitos trabalhos, do livro CONHEÇA O MARANHÃO, Rosa Mochel Martins ama a natureza, distribui sementes, incentiva o artesanato, pesquisa manifestações folclóricas, escreve teatro, planta flores ou denuncia, como neste oportuno texto, as distorções que ferem de morte a natureza, numa época em que é necessário preservá-la”. (Oliveira, 2023, Loc.80).

Esse livro resgatava passagens das suas experiências vividas durante a sua infância, enfatizando os conhecimentos adquiridos durante os anos de estudos e pesquisas. A obra escrita por Rosa Mochel tinha essa pretensão de transmitir a concepção de que faltava para o Maranhão se desenvolver quando voltássemos nossos olhares para a riqueza de dentro do próprio estado. A exemplo das próprias frutas:

O Maranhão tem grande variedade de frutas. Umhas nativas, outras cultivadas, umas do litoral, outras do sertão. Nossas frutas são tropicais. Naturalmente que não poderíamos ter aqui maçãs, ameixas ou peras, que são de climas frios ou temperados. O clima quente permite bom comportamento de outras frutas, tão saborosas como aquelas, porém diferentes nas exigências de clima e também de solo (Mochel, 1971, p.61).

As menções as frutas eram destacadas de suas diferentes regiões, denominada por ela como terras de “coisas pitorescas”, entre elas a região de Rosário, Lima Campos e Pedreiras. Essas localidades eram apontadas como fundamentais para que as indústrias pudessem utilizar como matérias-primas, além de servir como subsídio para as indústrias que estavam aparecendo. Essa menção era de associar uma produção artesanal, de forma a não “artificializar” os produtos.

Se você não conhece a conserva de bacuri feita em Caxias, procure conhecê-la. Já experimentou licor de jenipapo, de caju ou de maracujá? E os sorvetes? Não precisa você apelar para sabores artificiais. Tome mesmo sorvete de graviola, de bacuri, de cupu, de juçara, de côco ou de murici e estará valorizando as nossas frutas (Mochel, 1971, p.62).

A juçara como parte dessa riqueza natural do Maranhão, foi uma das iniciativas que mais conseguimos observar como impulsionada pela sua atuação, tornando o consumo da juçara não somente como parte do cotidiano das pessoas, mas construir a noção do vinho da juçara como festa e protagonizada por seus fazedores.

Outros escritos de Rosa Mochel nem chegaram a sair do papel, a qual coube a sua amiga Claudett de Jesus Ribeiro reunir seus escritos pessoais, doados a ela pela família Mochel, na qual resultou em uma trilogia de livros.

**Figura 56:** Capas dos livros



**Fonte:** Autoria própria

Esses textos reúnem poemas e prosas que configuram a realidade tomada por Rosa Mochel como um Maranhão “folclórico”, ao mesmo tempo que associa as experiências de sua infância como esse momento de conexão do “homem comum” a natureza, motivo que fez sempre dedicar-se a preservação daquilo que está morrendo, inclusive as tradições.

### **3.2- O patrimônio material e imaterial existente no Maracanã: A Festa da Juçara como lugar de confluências da tradição**

Neste subcapítulo discutimos algumas informações que elegem esse espaço como produção de materiais culturais e os saberes e práticas que fazem da localidade um patrimônio visto pelos próprios moradores. Antes de qualquer política de preservação, toma-se como base a percepção dos próprios moradores em entenderem a própria localidade do Maracanã constituído por uma historicidade.

O bairro do Maracanã vem em algumas décadas ganhando notoriedade pelo encontro de festividades que abraça em seu interior, na qual contempla algumas principais manifestações culturais dessa localidade. Não seria possível trazer essa pesquisa sem o trabalho com a História Oral, que se apresenta como horizonte que desvela uma rede de relações inter e intrapessoais, muitas das vezes carregadas de sentidos para além do conhecido pelo pesquisador.

Por essa razão, realizamos quatro entrevistas formalizadas com base nos critérios do Comitê de Ética, além das entrevistas informais, que aparecem no decorrer desse trabalho em diálogo com as fontes impressas e das descrições desse espaço festivo. Ressalta-se que o público foram os comerciantes e adotou-se a utilização desses relatos (formais e informais) neste estudo com quem tinha disponibilidade, sempre indicando que eram para fins de pesquisa acadêmica.

A tessitura de uma “história” sobre uma comunidade, grupo ou pessoas em suas individualidades representam sempre algo mais amplo quando postos em diálogo com outras fontes, pois estamos lidando com formas diferenciadas de apreenderem o passado, por isso concorda-se com Delgado (2003, p.10) que “São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história”.

Quando da minha inserção na Festa da Juçara desde 2022, para a tecitura da minha monografia e tornando o início das minhas pesquisas sobre a festa, muito do diálogo estabelecido informalmente propiciou apreender essa “visão” dos comerciantes e outros moradores com relação a esse festejo, como narrativas que carregam emoções e histórias do lugar. Estabeleço o recorte da pesquisa de campo para a dissertação a partir de 2024, quando da minha entrada no Programa de Pós-Graduação em História na UFMA, passando a coletar os registros desde então para o desenvolvimento deste estudo.

Um dos primeiros registros é com relação ao espaço do “Parque da Juçara Rosa Mochel”. Esse espaço passou por reformas de revitalização, concluída em outubro de 2022,

Agência Executiva Metropolitana (AGEM) e entregue pelo Governo do Estado para a 53ª edição da Festa da Juçara, em decorrência da paralisação das atividades do parque devido à pandemia. Incluiu a construção de novas barracas para os comerciantes, além de melhorias no interior do parque, principalmente a pavimentação com piso de concreto e a instalação de banheiros.

A entrada dar-se pela avenida principal, ou pela entrada atrás do parque pela Estrada da Vitória, as duas ruas são parte de uma bifurcação que começa em uma parte da antiga estrada de ferro que corta a região do Maracanã.

**Figura 57-** Entrada principal do Parque da Juçara (27/10/2024)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Nesse dia do festejo realizado em 27/10/2024, o parque ainda estava sob a gestão de Fabianna Marques, observa-se que existe a equipe de segurança realizando a revista das pessoas que adentram o espaço, para verificar se não estão portando objetos cortantes, garrafas de vidro ou similares. A empresa de segurança contratada geralmente é a “Previne”, do setor privado, comumente chamada para prestar serviços na programação da Secretaria de Cultura do Estado em temporadas de Carnaval, São João, eventos natalinos, entre outros, com o objetivo de garantir as normas de segurança em festividades, seguindo as diretrizes do Decreto Nº 60.457/04<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Dispõe sobre a proibição de comercialização de bebidas alcoólicas em garrafas ou recipientes de vidro, em estabelecimentos informais, durante as festividades de “São João” no Município de São Luís e dá outras providências.

Quem adentra o espaço do festejo depara-se diretamente com o ponto de vendas do artesanato.

**Figura 58-** Ponto de venda de artesanato no Parque da Juçara (27/10/2024)



**Fonte:** Registro do próprio autor

A questão do artesanato já podemos considerar como parte desse desenvolvimento local e globalizado, de acordo com Buarque (1999, p.11, *apud*. Correa, 2010, p.50), "[...] são dois pólos de um mesmo processo complexo e contraditório, exercendo forças de integração e desagregação, dentro do intenso jogo competitivo mundial." Ainda que o artesanato se caracterize por sua função social com práticas sustentáveis, ela sozinha não está isenta das transformações advindas com o processo de globalização, pelo contrário, “[...] os objetivos e potencialidades baseados no entorno da localidade representam, na globalização, um diferencial dentro da homogeneidade que, em parte, a configura” (Correa, 2010, p.50).

Nesse pequeno espaço reservado encontra-se a produção artesanal de enfeites, feitos de pequenas ostras/corais com bases de mármore quebradas ou madeira, modeladas com massa de biscuit. Esse segmento de abstrair materiais da localidade expressam a criatividade de adequar as condições do entorno com o inovador, tornando a produção do artesanato como prática que valoriza as suas especificidades.

**Figura 59-** Artesanato produzido com ostras/corais (27/10/2024)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Existe bastante produção de colares de miçanga e outros adereços para mãos, pescoço e cabelo, além de roupas, chapéus e bolsas tricotadas, até mesmo bonecas de pano. De acordo com Correa (2010) não são simples formas aleatórias que as artesãs criam esses produtos, envolve-se as habilidades do design, sofrendo refinamentos para acompanhar as mudanças nesse novo panorama mundial. Enquanto muitas pessoas adquirem produtos sem a preocupação com a renovação desses materiais para o ambiente, o artesanato se constitui ao mesmo tempo a venda para atender o desejo de consumir, sem abster do interesse de preservar e realocar materiais descartáveis como utilizáveis novamente.

No outro ponto de venda, questionei uma das comerciantes, com idade mais avançada, perguntando com quem aprendeu a fazer esse tipo de artesanato e ela respondeu “minha mãe que me ensinou a dá ponto desse jeito no tricô, esse tipo de bordado aqui oh” [ela mostra o adereço de flor que coloca no cabelo].

**Figura 60-** Adereços e indumentárias artesanais (27/10/2024)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Foi em outro momento da pesquisa de campo que realizei o registro dos jarros de plantas de madeiras, pintadas com uma espécie de tinta de óleo quente que adere a madeira, bem como é possível perceber alguns enfeites aos redores das flores com a casca do coco babaçu. Em conversação com outra comerciante referente aos jarros de madeira, questionei se era moradora do Maracanã, a sua resposta foi “Moro no Cohatrac, mas nasci aqui no Maracanã, minha família é daqui e me sinto como parte da comunidade do Maracanã”.

**Figura 61-** Jarros de flores artesanais (10/11/2024)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Ainda que o público entrevistado não seja as artesãs, trazer esse exemplo da produção artesanal desenvolvida caracteriza-se como parte da atividade complementar de algumas moradoras e ex-moradoras da comunidade, pela qual evocam esse sentimento de pertencimento com a localidade. A materialidade do objeto não pode ser observada como mero objetivo de compra, a produção desse artesanato dialoga com os conhecimentos aprendidos de geração a geração, envolve sentimentos familiares e memórias de seus entes, como mães, avós e tias, que produzem e reproduzem esse trabalho manual.

A importância desse objeto assume um sentido de admiração ou afeto que uma pessoa pode ter, podendo não ser notado por outras pessoas. Então como saberemos qual a importância desse artesanato nesse local de festa que também dispõe de outros produtos à venda? A resposta está na noção da patrimonialização da imaterialidade que une as experiências individuais e coletivas dessa comunidade com o lugar que habitam.

Talvez, um dos principais destaques que podemos tecer sobre o artesanato é como essa materialidade escapa do olhar do pesquisador em relação as formas de identificar um patrimônio cultural. De acordo com o IPHAN (2006), as expressões em torno do ponto de vista conceitual ligado a “patrimônio intangível”, “patrimônio imaterial”, “cultura tradicional e popular” e, mais recentemente, o “patrimônio oral”, caracterizam-se como problemáticas muitas vezes opostas ao “patrimônio material”.

Sob essa problemática, enfatiza-se que a preocupação maior seja com o “patrimônio” que expressa o conhecimento, as experiências e as histórias que tornam esse artesanato ou outras manifestações culturais de seus fazedores, como um processo de criação transmitido geracionalmente. Por isso, ao utilizarmos o referencial da categoria “patrimônio imaterial”, estaremos nos referindo tanto ao seu aspecto “imaterial” – concentrando essa carga de conhecimento e história – como o seu aspecto material.

Em consonância com Tuan (1983, p.181) “A cultura afeta a percepção. No entanto, certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares através da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas”. Ou seja, torna-se contínuo rememorar o passado pelo ponto de partida de muitas artesãs que são pertencentes a comunidade do Maracanã.

Outro aspecto que podemos levantar sobre esse espaço do parque são as barracas. Na entrada do parque temos as barracas de alvenaria que ocupam os arredores do palco principal, são as barracas que vendem o vinho da juçara, além dos outros acompanhamentos, como

camarão seco, carne de sol, farofa, arroz, feijão, batata fritas etc. No outro lado, conhecido como “Praça de Alimentação”, o espaço é ocupado por outros comerciantes que possuem as barracas ainda montadas de madeira, também se dedicam a venda de comida com exceção do vinho da juçara.

**Figura 62-** A esquerda a praça principal (EUA) e a direita a praça de alimentação (Iraque) (12/10/2025)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Outrossim, o espaço também abrange outros momentos de festas, que tem sido dedicado a atrações e programações culturais no parque, como por exemplo o “Arraial da Zona Rural”, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA), o que tem trazido estímulo ao comércio local para além do período de outubro. Em 2025, entre os dias 20 a 29 de junho, o espaço utilizado contemplou famosas apresentações de Bumba-meu-Boi e cantores de São Luís. A título de exemplo, no dia 20 de junho a programação contemplou a apresentação da “Quadrilha junina Lumiar do Sertão”; “DP Tradição de Portugal”; “BMB de Maracanã”; “DP Império de Lisboa”; “Fabricia e Banda”; “BMB Upaon Açú”; e “BMB de Sonhos”<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> As abreviações na programação divulgada pela SECMA correspondem “BMB” ao Bumba-meu-Boi, e “DP” a Dança Portuguesa.

**Figura 63-** Fachada do “Arraial da Zona Rural” (26/06/2025)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Sob o ponto de vista da Dona Hilda, comerciante do parque, a propaganda de ser realizado pontos de arraiais em São Luís, inclusive no Maracanã, não foram suficientes para atrair um público massivo, o que tornou a venda “bem fraca” e pouco rentável. Esse processo pode estar ligado aos “megaeventos” protagonizado pelo governo do estado do Maranhão e pela prefeitura de São Luís, onde tem concentrado atrações nacionais e programações mais atrativas na região do centro da cidade, tornando os demais locais pouco atrativos para o público turístico nesse período junino.

O que estamos denominando de “megaeventos” é relacionado principalmente a indústria do entretenimento, que “[...] pode ser entendido como um conjugado de ações que tem como objetivo divertir, distrair e ocupar o tempo das pessoas entre atividades consideradas como primordiais, tais como o trabalho e a proteção familiar” (Barbosa; Scavarda, 2015, p.139). Pode ser definido como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, tendo fins de apelo popular de massa e significado internacional, resultando na integração de interesses industriais e corporativos (privados) com o governo (público), para promover o desenvolvimento urbano e projetar uma nova imagem a fora (Barbosa; Scavarda, 2015).

Em grande parte, esse entretenimento tem sido articulado com a economia da indústria musical, evidenciando um mercado cultural pela produção e consumo em forma de “espetacularização”. De acordo com Barbosa e Scavarda (2015, p.140):

O aumento significativo do número de eventos realizados em nível mundial é um fenômeno global. A realização destes eventos acontece na mesma proporção em que o turismo de eventos alcança números representativos no segmento. Os eventos cada vez mais são utilizados como ferramenta de promoção de destinos fomentando o desenvolvimento econômico e regional das localidades turísticas ou não onde são realizados.

A natureza econômica de estímulo ao turismo tem sido um dos aspectos que levantamos durante o decorrer da pesquisa, desde o processo de criação das festas gastronômicas em diferentes municípios do Maranhão para promover o turismo local. Por isso, quando partimos dos estudos de Ranajit Guha (1988) sobre o contexto indiano, encontra-se na historiografia essa carga de ideologia dominante pelas elites, mas que não podemos perder de vista a “política do povo” como parte de uma consciência coletiva dos grupos subalternizados.

What clearly is left out of this un-historical historiography is the politics of the people. For parallel to the domain of elite politics there existed throughout the colonial period another domain of

Indian politics in which the principal actors were not the dominant groups of the indigenous society or the colonial authorities but the subaltern classes and groups constituting the mass of the labouring population and the intermediate strata in town and country—that is, the people. This was an autonomous domain, for it neither originated from elite politics nor did its existence depend on the latter. It was traditional only in so far as its roots could be traced back to pre-colonial times, but it was by no means archaic in the sense of being outmoded. Far from being destroyed or rendered virtually ineffective, as was elite politics of the traditional type by the intrusion of colonialism, it continued to operate vigorously in spite of the latter, adjusting itself to the conditions prevailing under the Raj and in many respects developing entirely new strains in both form and content. As modern as indigenous elite politics, it was distinguished by its relatively greater depth in time as well as in structure (Guha, 1988, p.40).<sup>35</sup>

Nesse sentido, um dos aspectos que podemos apreender dessas colocações do autor são com relação a notórias manifestações que a cultura ou a chamada “tradição” prevalece diante de sistemas opressores. Portanto, as festas (urbanas ou rurais) estabelecem as sociabilidades capazes de resistir ou barganhar com a política da elite, como foi enfatizado por Guha (1988) que a política do povo precisou desenvolver vertentes inteiramente novas, tanto na forma como no conteúdo.

---

<sup>35</sup> Em tradução livre: O que claramente fica de fora desta historiografia a-histórica é a política do povo. Pois, paralelamente ao domínio da política de elite, existiu durante todo o período colonial outro domínio: a política indiana, na qual os principais atores não eram os grupos dominantes da sociedade indígena ou as autoridades coloniais, mas as classes e grupos subalternos que constituíam a massa da população trabalhadora e as camadas intermediárias na cidade e no campo – isto é, o povo. Este era um domínio autônomo, pois não se originou da política de elite nem sua existência dependia desta. Era tradicional apenas na medida em que suas raízes podiam ser rastreadas até os tempos pré-coloniais, mas não era de forma alguma arcaico no sentido de estar ultrapassado. Longe de ser destruída ou tornada virtualmente ineficaz, como aconteceu com a política de elite do tipo tradicional pela intrusão do colonialismo, ela continuou a operar vigorosamente apesar deste, ajustando-se às condições prevalentes sob o Raj e, em muitos aspectos, desenvolvendo vertentes inteiramente novas, tanto na forma quanto no conteúdo. Tão moderna quanto a política das elites indígenas, ela se distinguiu por sua profundidade temporal relativamente maior, bem como por sua estrutura.

### **3.3- A História Oral e suas possibilidades: desvelando relatos sobre a memória do festejo**

Como parte desse processo investigativo, o trabalho com “memórias” se fez importante para que não pudéssemos partir somente das documentações escritas. Essa abordagem de trabalho, a ser obtida com os registros orais, também propiciam outras narrativas quando do cruzamento com as fontes escritas. Seguindo esse percurso, adotamos o conceito de memória e sua abordagem metodológica ancorado em um conjunto de estudiosos, como Delgado (2003), Matos (2015), Nora (2012), Bosi (2006), Portelli (2016), entre outros.

Atenuando esse debate sobre memória, Delgado (2003) já enfatizava que os conceitos e significados atribuídos a categoria “memória” são vários, pois “A memória, mais relacionada à ficção do que a História, define relevância a tudo que evoca o que passou, garantindo sua permanência reatualizada, ou mesmo ressignificada no presente” (p.18).

Como já dizia Matos (2015) sobre as linhas tênues do campo da História e o trabalho com a memória e a ficção, apresenta-se pertinentes questões reflexivas no fazer do historiador, cabendo indagar: “E a historiografia? Consegue dar vida às personalidades que retrata?” (p.423). Sem a pretensão de trazer respostas conclusivas, afirma-se que possuímos o comprometimento com a veracidade, ainda que possua limites.

Com base na análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), realizamos recortes das falas dos entrevistados, para a identificação de unidades de registro (são palavras em comum, personagens ou pessoas que ligam a determinados acontecimentos etc.), cruzando com fontes coletadas dos impressos, para estabelecer essa compreensão de contexto.

Portanto, as perguntas preliminares relacionadas a idade, ocupação profissional e sexo, justificam-se como questões que fornecem respostas do próprio entrevistado sobre o seu perfil socioeconômico. A intenção foi tentar cruzar com as discussões sobre o campo social perpassado por relações de poder, adotando o ponto de vista da interseccionalidade, pensando nas questões de classe, de gênero, de raça etc., visto nas proposições de Collins e Bilge (2021).

Em relação a primeira pergunta “Como começou a sua história de vida no bairro do Maracanã?” buscou-se associar a história de vida do indivíduo com a comunidade do Maracanã, entendendo o “passado”, como o seu ponto de partida, para o “presente”, como ponto de referência atualmente.

Nesse sentido, no dia 03 de dezembro de 2025, a primeira entrevistada é a Dona Conceição, possui 58 anos de idade e atua como técnica de enfermagem e assistente social. Ela responde que: “A minha história de vida começa quando meu pai faz um concurso e passa no

Estado do Maranhão neh, e vem servir como motorista e aí nos traz de Coroatá Maranhão, aí eu vim com três anos pra cá, direto pro bairro Maracanã que meus avós já moravam aqui” (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

Essa relação de parentesco que Dona Conceição tinha com seus avós foram momentos significativos para o seu crescimento na comunidade, onde veremos posteriormente a sua infância e adolescência ligada as atividades ao Parque da Juçara. A sua barraca de comércio denominado “Chapa Quente” possui esse significado pela chapa de ferro que é servida na mesa aos clientes, onde ouve-se até mesmo o chiado da comida saída direto do fogo.

**Figura 64-** Imagem da Barraca Chapa Quente (esquerda) e a chapa de ferro (direita) (19/10/2025)



**Fonte:** Registro do próprio autor

A criatividade da Dona Conceição expressa uma particularidade da sua barraca, além de dizer que geralmente serve a juçara sob encomenda, vende a juçara em garrafas lacradas após bater na máquina. A mesma enfatiza que melhora a praticidade de armazenar e dos clientes levarem para casa, garantindo as precauções da vigilância sanitária sob as formas de manuseio do vinho do fruto.

A nossa outra entrevista realizada no dia 08/12/2025, foi com Israel Guimarães, de 44 anos, que desenvolve como atividade principal o comércio, considera-se como autônomo, é casado com Ângelica, na qual possuem 3 filhos juntos. A barraca “Sagrado Coração” é uma das primeiras na entrada do parque:

**Figura 65-** Imagem da Barraca Sagrado Coração (26/10/2025)



**Fonte:** Registro do próprio autor

Conheci ele pela proximidade que eu tinha com seu primo, Humberto Guimarães, o senhor Humberto sempre me recepcionou na festa desde minha primeira vez no parque. A escolha de entrevista com o senhor Israel partiu desse legado da família dele em gerenciar a barraca, na qual sua mãe era responsável pelas principais atividades. Segundo o próprio relato de Israel Guimarães sobre ser morador da localidade, ele destaca:

Hoje eu me considero morador, porque apesar de eu ter residência do outro lado da BR, que é o 2000, que é no sentido do “Maracujá”, mas eu passo mais tempo aqui do que lá neh. Então, nesse caso eu me considero morador assim daqui do Maracanã, minha referência é essa como bairro, sempre... até quando eu dou o endereço pra a pessoa eu falo “moro no Maracanã”, eu não consigo dizer “Vila 2000”, que ninguém conhece, e como convivo mais aqui, então eu considero que eu sou sim morador do Maracanã (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

Nem todos os comerciantes residem no interior do Maracanã, alguns moram em outras localidades de São Luís, alguns mais próximos e outros mais distantes. Durante o período da festa, retornam ao Parque da Juçara, levando consigo eletrodomésticos, máquinas e outros materiais necessários para bater e armazenar o vinho da juçara nessas temporadas de safra, além de outros itens utilizados para atender a clientela.

Os comerciantes que vendem juçara situam-se na praça principal do Parque, e tem uma outra área chamada de “Praça de alimentação” que ficam alocados outras barracas, mas que não são de alvenaria e são proibidos de venderem juçara pela vigilância sanitária, por conta da areia

do chão que pode contaminar a produção do vinho da juçara. Nesse sentido, realizamos as entrevistas com as irmãs Odelina Ferraz e Raimunda Ferraz, no dia 24/01/2026, que estavam a frente da barraca “Pachêco”, situado nesse outro espaço, também chamado de “Iraque”.

A Odelina Ferraz, de 55 anos, é pedagoga e trabalha como PJ<sup>36</sup> em uma instituição de ensino fundamental. A sua irmã, Raimunda Ferraz, de 43 anos, tem como ocupação profissional na área de assistente social. Elas são muito conhecidas na comunidade pelo caráter ativista que desenvolvem, além de terem um espaço chamado “Recanto Turístico da Companhia Juçara com Farinha”, um dos poucos espaços que possuem trilhas para o público que queira conhecer a história da localidade.

Na Festa da Juçara, no ano de 2025, as irmãs Ferraz assumiram uma das barracas, por problemas pessoais da família Pachêco, entregaram naquela ocasião para as irmãs Ferraz estarem responsável pelas atividades do comércio.

**Figura 66-** Imagem da Barraca Pachêco (26/10/2025)



**Fonte:** Registro do próprio autor

A história de vida das irmãs Ferraz na comunidade começa de forma diferenciada. De acordo com as lembranças destacadas por Raimunda Ferraz:

A minha história de vida começa desde a o útero da minha mãe [risos]. É porque eu fui gerada aqui no bairro neh, nascida e criada até os dias atuais. Herdei o nome da minha avó paterna que foi uma das maiores mães de santos aqui da comunidade, uma grande referência que foi minha avó Raimunda da Silva Ferraz. Então a minha história de vida

---

<sup>36</sup> São os professores contratados como Pessoa Jurídica (PJ), que prestam serviços com CNPJ, emitindo nota fiscal em vez de ter carteira assinada (CLT).

começa assim neh, desde a minha geração no ventre da minha mãe, da minha criação, tive uma infância muitíssimo feliz num ambiente muito privilegiado em matas, faunas, o meu maior lazer, meu e das outras pessoas que moravam aqui, era tomar banho de rio e subir nas árvores. [...] então toda a minha infância ela foi relacionada a essa questão do... desse contato com a natureza neh, descia com a minha mãe pra tomar banho de rio, minha mãe lavava roupa, a gente buscava água no poço também, um poço que tinha ali nos brejos, a gente sempre tinha que atravessar a rua neh, porque do nosso lado era só mato, não tinha brejo. Então a minha história de vida começa assim neh (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

Em relação ao vínculo da Odelina Ferraz com a comunidade, ela relata:

Bem eu vim pro Maracanã com meus pais neh, meu pai veio acompanhando a minha vó, a Raimunda da Silva Ferraz neh, que todos a chamava aqui de Dona Mundoca, E quando eu vim pra cá com eles eu tinha já um ano de idade, eu nasci lá no centro na rua Cândido Ribeiro. E desde então a minha vinda pra cá com meu pai neh, porque naquela época a minha avó era uma mãe de santo, ela fazia experiências lá no centro através da vela neh, então ela recebia as pessoas e ali ela via na vela algumas coisas sobre a vida das pessoas e aí também ficou muito difícil ela exercer esse papel de Mãe de Santo lá no centro, foi quando ela comprou um sítio aqui do cunhado dela, meu tio Odilon, e ela veio morar pra cá e assim pra construir um terreiro e ela exercer realmente de fato neh, o papel de mãe de santo. E aí nesse período meus pais, papai estava recentemente casado com a minha mãe, eu já com um ano e aí estou aqui até hoje neh, então são 54 anos já que eu tinha apenas um ano quando eu vim pra cá, eu não posso dizer que eu nasci, mas eu cresci e me criei aqui no Maracanã (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

Ambas possuem pontos de referência que fazem do seu laço identitário com a comunidade do Maracanã. A Raimunda Ferraz experienciou um outro momento do Maracanã, a natureza ainda conservada e propícia para o lazer, quando se lembra dos rios, as antigas brincadeiras, as relações com o espaço que hoje não é mais o mesmo. Para Odelina Ferraz, essa relação com a comunidade possui a partir da sua família, principalmente ligado as atividades da sua avó que era Mãe de Santo do Maracanã, aspecto que auxiliou na formação identitária dela com os festejos da localidade, principalmente por ser a responsável por cantar as ladainhas de quase todas as festas realizadas.

Em todas as entrevistas, busquei ancorar-me no pressuposto de Bosi (2006), quando do modo de trabalhar essas narrativas com a devida licença poética de tornar presente a dimensão tênue entre o indivíduo-pesquisador. Os interlocutores trazidos nesta pesquisa operam nessa produção do saber, na qual não distinguirei as dissonâncias de uma memória para outra. Conforme Bosi (2006, p.459) quando do tratamento dedicado as suas fontes:

Explicar essas múltiplas combinações (paulistismo de tradição mais ademarismo; ou tenentismo mais paulistismo mais comunismo; ou integralismo mais getulismo mais socialismo...) é tarefa reservada a nossos cientistas políticos, que já devem ter-se adestrado nesses malabarismos. O que me chama a atenção é o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização das pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia.

Por esta razão, evoca-se aqui a atenção para sutis detalhes de saberes que dão vida a festa, além de suas mudanças. Entre esses aspectos, o que nos chama atenção é o contato diverso que os moradores da comunidade podem ter com a natureza, principalmente quando tratamos sobre a juçara. Para Dona Conceição, o aprendizado de manusear a juçara advém desde o seu momento de adolescência, na qual compartilha o significado do nome de outra barraca chamada “Moreninha”. A resposta para a segunda pergunta sobre “Quando e como iniciou suas atividades de comerciante na Festa da Juçara no Maracanã?” suscitou explicar que o nome é referente as pessoas das barracas que são “bem moreninha”:

Então a barraca era “Moreninha” e a gente tinha aquele prazer de vir domingo tudo, não era em termo pra receber dinheiro, era pra comer maçã do amor que ela comprava que as pessoas vinham, puxa-puxa, pirulito, aí a gente vinha por esse motivo e ajudava ela neh, era rústica, ia buscar água no poço e aí serviço, ganhava... sábado a gente vinha pra cá ela molhava que era todas de palha né construída pelas pessoas daqui mesmo do bairro aí ficava tão bonitinha e a gente ficava aquela diversão aí tinha as brincadeiras, as banda, aí mais vinha brincar do que ajudar ela lá, quando ela “ei, menino, vem aqui me ajuda” tal aí era aquela alegria (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

A vivência de Dona Conceição expressa algumas das comidas apreciadas durante a sua adolescência, motivo que atribuímos por conta do cardápio que começou a diversificar durante os períodos de festa, até para atrair mais público turístico. Além disso, destaca-se as antigas barracas de palhas, demonstrando que existia o trabalho familiar nessas temporadas para erguer as barracas e realizar os demais preparativos do festejo, sendo um espaço tanto para o trabalho como para a socialização entre esses jovens por meio das brincadeiras.

Com base em Nora (2012), um dos aspectos sobre a memória é esse sentido de “completude” para o próprio indivíduo, ainda que esteja em permanente processo dialético entre lembrança e esquecimento, assim como a forma inconsciente das deformações sucessivas, vulnerável de usos e manipulações, ela é retroalimentada por suas experiências vividas até hoje. Esse trabalho com a memória fortalece uma passagem fundamental para a própria história, pois depende dessa operação analítica e crítica dessa oralidade como fonte.

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no

objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p.9).

Corroborando com a questão da memória como algo que une um grupo, a realidade relatada por Dona Conceição se associa a vida de muitas outras pessoas da comunidade, que necessitavam da “solidariedade” como manutenção do bem-estar e continuidade de sobrevivência diante de tantas dificuldades.

E no final do ano ela [sua tia “Moreninha”] nos presenteava, a gente não recebia em espécie, recebia num brinquedo ou uma roupa e no começo do ano, como minha mãe era costureira ela ia, mas minha mãe ao centro da cidade comprava tergal, nesse tempo as fardas eram em tergal, e ela dava uma farda pra cada ajudante dela, era uma maneira de ajudar a família neh. E aí começou saindo por volta dos 13 anos aqui dentro do parque, e hoje eu já tô com 58 dentro ainda do Parque da Juçara, amando (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

Quando ela destaca as ações da sua tia e da sua mãe, demonstra as formas de empreenderem estratégias de adquirir materiais necessários para o dia a dia, a exemplo das condições básicas como comida e vestimenta. O fato da sua mãe em ir ao centro da cidade para comprar tecidos para ajudar a família traz à tona as práticas organizacionais da comunidade em pensar no coletivo, principalmente pelos laços de parentesco que são muito próximo.

Nos relatos de Israel Guimarães, relembra como a Festa da Juçara teve o “ponta pé” inicial para ser realizado no Maracanã, a partir da sua avó Dona Vitória de Sousa Guimarães, mais um motivo para pensarmos quem foram esses agentes que atuaram na criação do festejo. Aproveitamos esse momento oportuno para destacar as experiências em manusear a juçara parte desse ambiente familiar que já era praticado antes mesmo do surgimento da festa:

E aí esse é o início, porque como ela [Dona Vitória Guimarães] tinha envolvimento direto com a Festa da Juçara, e aí ela conseguiu o apoio da secretária dona Rosa Mochel, eles conseguiram fazer a Festa da Juçara, as primeiras festas, neh. E a gente, no caso eu, já sou bem mais novo, só tenho 44 anos, a festa já tem 57 anos [...]. E aí até vamos dizer até alcançar a maturidade de 13 anos, até alcançar uma ideia mesmo fixa, na verdade mais 15, vamos dizer assim, aí 15 + 13... 23 anos depois do começo da Festa da Juçara, eu começo a me envolver diretamente com ela. Porque como a gente tinha que produzir a juçara, neh, pra poder colocar na barraca pra vender, que foi no tempo de uma transformação mais ou menos da saída da época que era assim manual... minha vó já tinha falecido. Minha vó faleceu quando eu ainda era criança. E aí era assim neh, manual... e o processo passou a ser na máquina, então com 15 e 16 anos eu já comecei a produzir a juçara na máquina. Pra que meu pai e minha mãe revendessem aqui no caso, principalmente na época da Festa da Juçara, e como a gente tinha o sítio que tinha muita juçara, então praticamente eu já assumi desde os 16 anos a produção da juçara, neh... o despolpamento do caroço, do fruto, já era uma responsabilidade minha... 16 e 17 anos, me lembro que trabalhava muito, era 10, 15, 20 latas que eu tinha que bater por dia... dia de festa... “ish” que quando era pegado então, eu não saía de dentro de perto da máquina era só eu que batia, batia e as vezes só eu que batia e ensacava, neh (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

O legado, por assim dizer, de transmitir esses conhecimentos muitas vezes se dão pela oportunidade em continuar as atividades de seus familiares, seja por opção ou responsabilidade com os que lhe antecederam. Até mesmo porque para Israel Guimarães, esse espaço não é um simples ponto comercial, é um espaço familiar e de herança para as futuras gerações, por isso ele ratifica que “[...] Eles tipo que passaram a responsabilidade pra mim tomar conta, que é da família neh, e hoje eu tô tomando conta pra eles aqui desse lado do espaço” (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

É como as irmãs Ferraz sempre comentam comigo, muitas barracas possuem uma relação com a outra por esse contato familiar, apesar de existir uma questão de famílias mais antigas na comunidade que possuem maior autoridade na direção do parque. Esse momento pôde ser sentido quando da padronização das barracas que houve no Parque da Juçara, tornando seletos os comerciantes que continuariam usufruindo daquele espaço.

Eu não me recordo, aí foi a época que teve a transição que tiveram que padronizar as barracas, tiraram as barracas de palha e botaram as de alvenaria, aí nessa época eles tiveram que reduzir a quantidade de barracas neh, porque as de palhas eram menores, então dava muitas barracas. Aí quando teve a redução, eu e minha irmã tivemos que sair porque nós éramos recente, a gente acho que tinha 3 ou 5 anos no máximo que a gente botava a barraca e já tinha gente que botava muito mais tempo, muito mais anos neh. Então foi uma coisa que a gente ficou bem chateada porque a gente gostava muito de vender juçara, porque a gente faz uma propaganda muito grande da juçara neh, e aí quando a gente deixou de ter essa oportunidade foi o impacto pra gente, porque ali era mais do que uma questão econômica neh, a nossa barraca era também de socialização, de trazer os nossos amigos neh, de apreciar a juçara. Então pra gente foi um momento bem chato, porque aí foi na época que até falaram que não ia ser mais, que ia ser Estados Unidos e Iraque, porque aqueles que perderam as suas barracas lá em cima que aí ficava tudo construído as barracas bonitas neh, de alvenaria, e aí nós fomos lá pra baixo que foi chamado praça de alimentação, que chamavam de Iraque na realidade, porque Iraque, porque a gente começou a fazer as barraca tudo de pedaço de compensado de palha [risos], então as barracas ficavam meio parecia que estavam bombardeadas neh [risos] (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

Como corrobora a entrevistada Odelina Ferraz no relato de sua irmã:

E foi uma época assim bem difícil pra gente, porque nessa época essa parte que era do Iraque, ela não era patrocinada pelo governo do estado neh. Então a gente do nosso lucro tinha que tirar pra pagar o palco, o som e gelo neh, então eram várias despesas que a gente tinha que pagar pra poder ter aquele retorno aquele lucro tão esperado neh (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

A história dessa cisão de dois espaços destinados aos comerciantes, dar-se pelo período de guerra liderada pelos EUA contra o Iraque, iniciado em 20 de março de 2003, associando esse momento de conflito e a disputa por espaços alusivos a guerra que acontecia entre os dois países. Entendemos que a seletividade de alguns comerciantes reivindicarem o direito de permanência é com relação ao seu tempo de história no próprio parque. É uma forma de tentar

manter ao máximo desses saberes e fazeres da forma como eles são, mas não são isentas de alterarem-se com o tempo.

Nesse entrelaçamento da história do festejo com vários atravessamentos da cultura local, suscito que trazer a reflexão sobre o patrimônio imaterial surge como possibilidade de (re)ver como temos destinados os estudos sobre algumas festas populares, principalmente as que ainda não possuem políticas públicas que garantam a sua preservação. Promover atrações culturais não garante a manutenção de outras expressões dos fazedores de cultura, constituído por práticas, linguagens simbólicas, saberes etc.

Eis que ressaltamos que os procedimentos adotados em torno do patrimônio imaterial por órgãos competentes fortalecem as iniciativas de valorização dos detentores<sup>37</sup> que manifestam essa cultura pertencente a sua história. Por este motivo, é dedicado da seguinte forma quando do seu registro como patrimônio reconhecido nos livros de registros:

Após a inscrição do bem cultural em um dos Livros de Registro, o Iphan, os detentores do Bem Registrado, os demais segmentos sociais envolvidos e as instituições parceiras precisam estar mobilizados e articulados no sentido de planejar e executar ações que viabilizem a promoção, a valorização e a continuidade da prática objeto de Registro, em uma interlocução continuada entre Estado e Sociedade.

Há situações nas quais já existe uma trajetória de atuação de detentores e/ou parceiros que atuam em prol da preservação da prática cultural; nesses casos o Iphan poderá buscar, desde que com a anuência dos detentores, a integração de outros parceiros e a articulação mais ampla possível entre estes, tanto em nível local quanto regional (Alencar, 2017, p.12).

Alcançar esses debates sobre o patrimônio fortalece trazer visibilidade não somente a festa em si, mas a comunidade que a promove, ainda que tenha o reconhecimento do Estado e das secretarias de cultura, o impacto aos detentores ainda fica em segundo plano. Essa problemática alinha-se com as colocações de Matos (2015, p.424):

A história ajuda a compreender os problemas humanos do passado – e até do presente. Mas não deve preocupar-se em julgar os homens. O que menos interessa é o juízo de valor e a adjetivação, em que são tão férteis alguns historiadores. Esses exercícios, entre muitos outros, claro está, não estão vedados ao ficcionista e ao memorialista. Toda a história é narrativa. Quer isso dizer que se possa limitar a uma dimensão narrativa? De modo algum. Sempre haverá múltiplas historiografias. Mas será sempre desejável uma história reflexiva e problematizante, que rasgue novos horizontes de compreensão da experiência humana.

Outros momentos que criam divergências são com relação as novas gerações que tem trazido a venda do “açai”, ou seja, a produção “gourmetizada” do fruto como sorvete, recheado

---

<sup>37</sup> Segundo Alencar (2017, p.11) nas cartilhas de registro do IPHAN, é uma “Denominação dada às pessoas que integram comunidades, grupos, segmentos e coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural imaterial e/ou de seus bens culturais associados, para as quais a prática cultural possui valor referencial por ser expressão da história e da vida de uma comunidade ou grupo, de seu modo de ver e interpretar o mundo, ou seja, sua parte constituinte da memória e identidade”.

com chocolate, leite em pó, entre outros aditivos. Exemplificamos com as imagens seguintes, justamente as conversas informais que coletei desde a minha pesquisa de monografia, onde alguns comerciantes relatavam não prezarem pelo nome “açai” dentro do parque.

**Figura 67-** Registros do termo “açai” 10/11 e 27/10/2024, respectivamente



**Fonte:** Registro do próprio autor

Em meus estudos, suscitei esse termo como algo que infringe a dinâmica da festa, na percepção de alguns comerciantes, o termo “açai” seria contrário a um dos aspectos que tornam a festa singular. Esse é um exemplo da cultura que manifesta sutis mudanças diante de contextos globais. A simbologia da “juçara” dentro do parque tem esse caráter de autenticidade de um produto vendido de qualidade e produzido de forma natural, especialmente porque advém dos próprios juçarais da localidade.

Entretanto, ainda que seja visto por alguns como aspecto destoante do propósito da festa, suas demais características fundamentais permanecem. Aliás, quando analisamos um potencial patrimônio imaterial, como pesquisadores devemos nos colocar em um lugar de “acompanhamento” dessas mudanças, sem interferências de valor com relação as suas formas.

O patrimônio imaterial não requer “proteção” e “conservação” – no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis – mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentações e acompanhamento e menos intervenção (IPHAN, 2006, p.19).

Portanto, alterou-se muito da concepção “folclorística” de intelectuais do século XX, como tínhamos visto dessa tentativa de “preservar” uma manifestação cultural tal qual como ela era/é. Esses aspectos reacendem a necessidade de enxergar os desafios conceituais atualmente para as formas de identificação desses patrimônios e o apoio que a legislação brasileira, juntamente a criação de políticas públicas, podem ser destinadas aos fazedores de cultura.

Face a necessidade desses juçarais serem extraídos dos brejos do Maracanã, uma das questões que sempre evidenciamos é com relação a preocupação dos comerciantes que situam como um constante desafio no abastecimento do festejo. Conforme os estudos de Teixeira *et. al.* (2024), entre os anos de 2004 e 2020, destaca-se a preocupação com a devastação da área vegetal dessa região, representando um percentual de vegetação densa reduzida em 12,85%, e o aumento da área construída em cerca de 5% e o solo exposto aumentado em 8%.

Em seus estudos, consideram está associado ao crescimento demográfico desordenado urbano e industrial dessa área nos últimos anos, este último relacionado com o fator do Distrito Industrial de São Luís e de grandes projetos minero-metalúrgicos, mas considera também o impacto dos recursos hídricos pelo fato da “[...] bacia do Bacanga ser cenário das ocupações humanas mais antigas da ilha de São Luís” (Teixeira *et. al.*, 2024, p.581). Assim como outros pesquisadores, aponta-se para os desafios enfrentados pela população atualmente de manterem a preservação dos bens naturais da localidade. Esses impactos também são percebidos em conversas e entrevistas já advindas de pesquisas anteriores, justificando a terceira pergunta “Diante da devastação dos brejos no Maracanã, quais soluções vocês encontraram para o abastecimento da juçara nos períodos do festejo?”.

Para Dona Conceição:

Aí eu retorno o Parque da Juçara, compro um terreno aqui neh, passei toda uma situação, casei e tudo, me formei... aí volto compro uma terra aqui, um terreno que era chamada dona “Dondona”, dona proprietária, e os filhos fizeram loteamento depois que ela saiu, eu comprei aí eu fiquei com um brejo, já comprei um brejo. E aí meu brejo eu já tenho replantado ele, já tenho através da EMBRAPA, eles já fizeram o curso aqui no parque, e aí, a gente, eu consegui as juçareira mirim neh, e já plantei e já tô colhendo já tem mais ou menos 7 anos que teve esse projeto aqui no Parque da Juçara (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

Com base nesse relato, os brejos abastecem em grande parte o fornecimento da juçara para o festejo, sendo interessante que parte desses brejos já sofreram modificações com as sementes fornecidas pelo EMBRAPA. Segundo o Israel Guimarães, a construção de residenciais também são um fator de impacto na região, mas ressalta que

[...] Porém ainda temos, ainda muita muita fruta, daqui mesmo da região e outros também que abastecem como eu te falei neh, Vila Maranhão, tira pra gente Quebra

Pote, Vila Esperança que é a parte do aquele rio da prata, ali tem bastante juçara... Maioba ainda tem bastante juçara, então tem uma... a região, dessa região aqui é a maior, eu acredito que seja a maior, que começa vamos dizer aqui, lá na beira da pista, de lá pra cá tu já vai vendo juçara por trás ali da Vila Sarney, vem seguindo o Rio do Pontilhão, seguindo as beira dos rios, principalmente neh, seguindo as beiras dos rios, Potilhão, Bacanguinha... Aqui se tiver alguma oportunidade tu vai parar tu vai parar por trás ali [...]. Pois é, então, era uma região de bastante brejo neh... e vai bater no Bacanga, vai acompanhando aí a Ilha quase toda neh (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

O relato de Israel Guimarães também nos revela como a juçara assume uma importância a nível internacional, na qual ele menciona as taxações que houve dos EUA contra o Brasil em agosto de 2025. Com o decreto assinado por Donald Trump (presidente dos EUA), tivemos a aplicação de tarifas de importação em 50% sob alguns produtos brasileiros.

[...] Então assim aí teve essa restrição agora da tarifa neh, o que restringiu toneladas e toneladas de juçara de atravessar pros Estados Unidos, tanto a nativa quanto produção mesmo, isso também deu uma segurada nela aqui em algumas fábricas de perto neh, daqui da região no caso do Pará, Amapá neh, então eles deram uma despolpada, mas se concentraram mais pra congelamento, mais pra esse açaí que a gente vê o gourmet neh, que eles conseguem conservar com mais tempo congelada neh, processamento dela já não é mais tão só da polpa, mais do congelamento (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

A conexão entre as cadeias produtivas da juçara do Maracanã associa-se com vários pontos de São Luís, mas também com outros municípios e estados, uma das formas encontradas de suprir a demanda de juçara em períodos do festejo. Entretanto, convém lembrar que as práticas de extração da juçara, seja do Maranhão ou em outros estados, a exportação ainda segue sendo baixa em comparação com outros produtos como a soja, o milho e outras *comodities*.

Embora, grande parte da produção seja destinada para abastecer o mercado interno, as exportações para países europeus, Japão e Austrália tem aquecido a comercialização dos frutos, apesar disso, a produção brasileira é realizada por micro e pequenos fornecedores, e passam por processamento com baixa tecnologia envolvida, sendo poucos os produtos exportados (Silva, 2019, p.23).

Nesse sentido, significa uma possibilidade que futuramente podemos enxergar as mudanças das práticas comuns no fazer da juçara se houverem avanços nas técnicas de extração da juçara. Assim como nos jornais era indicativo a produção da juçara no modo mais “tradicional”, bem como trabalhei em minha monografia a forma como faziam a juçara antigamente, sendo comumente mencionado a utilização do pilão ou Garrafa de 5l, gamelas, alguidar, entre outros.

Para Raimunda Ferraz, ela enxerga a necessidade de utilizar a juçara em períodos do festejo dos próprios brejos da comunidade, pois distingue-se de touceiras que advém dessas regiões de fora. “[...] toda juçara que a gente vende aqui é extraída aqui mesmo da comunidade,

porque a gente não acha legal juçara comprada de outro lugar. Não é nenhum preconceito, é porque quando a gente toma não tem o mesmo sabor, a mesma consistência” (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

Na visão de Odelina Ferraz, ela compreende a necessidade de outros comerciantes comprar juçara de fora, é uma das alterações que podemos destacar da festa desde que assumiu uma projeção de destaque em São Luís na década de 1970, conforme aponta os impressos. Se o festejo fosse pautar-se somente na ideia de comercializar a juçara existente no Maracanã, não supriria a demanda do público.

[...] parte ainda da produção ela vai pra Festa da Juçara neh. Então outra parte eles compram de fora, se eu não me engano vem aqui de Morros ou então vem ali da área da zona rural Um neh, aquele lado lá do Tajaçuaba neh, tem uma parte lá que diz que eles compram nessa parte da zona rural Um, mas a maioria que a gente sabe vem lá de Morros neh, daquela área (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

Ancorando-se em Chartterjee (1988), é o que suscitamos de pensar na “consciência da comunidade”, a festa reúne as expressões de saberes e fazeres considerados como parte dessa identidade dos moradores em manejar a juçara da localidade, mas se veem dentro de um contexto global que impacta as dinâmicas sociais. Por essa razão, opera-se com a imagem do folclore como “tradicional”, mas baseado em uma certa distorção de imagem para o público turístico, sendo como parte do processo de ressignificação e reapropriação.

Com base nessa percepção que tinha de mudanças e sentidos da festa, busquei elaborar a quarta pergunta “Durante o seu tempo como comerciante na Festa da Juçara, quais foram as mudanças mais significativas com relação ao festejo, a exemplo das atrações culturais e a atuação dos organizadores do Parque?”, com a intenção de obter relatos sob o ponto de vista dos comerciantes, uma vez que a programação e a atuação dos organizadores impactam na forma de conduzir as edições da Festa da Juçara. Conforme explicitamos a partir dos jornais, muito das dissonâncias do festejo eram relacionadas aos conflitos entre comerciantes e seus organizadores, algo nítido pelas divergências de preços e o suporte que, principalmente a MARATUR, tinha para a comunidade.

Nesse sentido, o Parque da Juçara teve uma alteração de gestão de Fabianna Marques para Aline Coutinho, o que pode representar mudanças positivas para alguns, mas para outros nem tanto. Para a Dona Conceição, sobre a nova gestão: “Nunca faltou desde o começo até agora essa essa atual que teve agora em outubro, é bem servida de brincadeiras, de brincadeiras folclóricas que tem aqui no Maranhão, vem aqui dentro do Parque da Juçara [...]” (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

No ponto de vista de Israel Guimarães, a festa consegue atrair um grande público quando a programação envolve artistas conhecidos nacionalmente, mas há recusa de outras atrações em participar por volta de pagamento, segundo o próprio relato do entrevistado quando afirma “[...] vamos dizer locais que são as mais fáceis deles estarem negociando e até ficarem devendo, porque tem gente que diz que não vem tocar porque eles tão devendo ainda” (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

Mudanças significativas mesmo a gente não têm tido... assim que realmente favorecesse, porque assim eu digo que na época da festa, na época da festa todo mundo já tá acostumado a vim. [...] a gente não consegue agradar a todos neh, um gosta de forró, um gosta de pagode, outro gosta de seresta então eles tentam sempre mesclar, botar uma coisa ou outra que é pra poder ir chamando, mas a gente nunca teve atração nacional, sempre são atrações locais, a gente não tem... da última vez teve Forró Sacode, mas foi pelo São João. O Forró Sacode ele realmente trouxe um público bem expressivo [...] o Tony Guerra, aquele pessoal do Forró Sacode, mas eles têm uma boa mídia, público bem grande. Uma boa mídia nacional vamos dizer assim neh. Então a gente não tem assim esse tipo de que poderia ser um atrativo a mais neh. Eles só conseguem fechar com os grupos folclóricos, tudo bem eu aceito daqui da região, bandas...[...] (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

A visão do entrevistado Israel Guimarães possui um teor de mudanças que o festejo ainda precisa passar, percebemos os seus anseios em trazer a “modernização” nos próprios moldes da festa, desde a sua programação até na forma de produção da juçara. Correlaciona-se com a proposta de atuação da nova gestão, que conta com o apoio do vereador Marlon Botão, as mudanças para as novas edições do festejo são para dar mais visibilidade a festa, o que pode gerar mudanças sem precedentes dos moldes tradicionais.

Conforme Caponero e Edson Leite (2010) as festas podem significar em determinados momentos disputar com outros espaços para a representatividade que tem para o público turístico, o que resulta na remodelação no interior e propaganda da festa diante desse cenário de avanço comunicacional.

Disputam espaço não apenas as pequenas cidades, mas também as grandes metrópoles que se utilizam cada vez mais de meios de comunicação eficazes para garantir uma parcela de turismo com sua inegável fonte de renda e possibilidade de “salvação” econômica e de desenvolvimento social. As festas populares são então transformadas em um recurso cultural de enorme poder político e econômico, sendo frequentes as disputas pelo controle das festas que atraem expressivo número de visitantes e que são transformadas em “mercadoria” para a expansão do turismo” (Caponero; Edson Leite, 2010, p.108).

A festa abrange novos anseios dessas gerações que veem o mundo globalizado e precisam acompanhar essas transformações nessa Era Comunicacional. Entretanto, há uma parcela dos comerciantes que ainda defendem a cultura local como mais forte, não abrindo mão da representatividade que a festa pode ter com a ação de luta da própria comunidade.

A fala de Raimunda Ferraz expressa essa luta em integrar os mais jovens nas atividades culturais da comunidade, inclusive no Parque da Juçara, para que possam estimular a aprendizagem da sua localidade e da sua cultura. Ela destaca também a atuação de outros organizadores que já estiveram à frente do parque:

Em relação à atuação dos organizadores, a gente passou o tempo neh com... sob... quem fundou foi Rosa Mochel, Dona Sofia, Seu Jaime, mais aquilo que tem lá no nosso cordel. Vitória Guimarães também faz parte lá da época desse contexto. Aí teve um tempo aí que ficou sob a organização de Dona Cotinha, muito tempo neh, Dona Cotinha, Seu Joca também mais Dona Carminha tiveram na frente um tempo neh. Nesse tempo eles me chamaram pra auxiliar, pra ajudar, porque como eu era professora lá do [palavra inaudível no áudio], então a gente tinha esse contato muito próximo, aí teve um ano que foi Eliete dois anos, e o rapaz [...] Hamilton, professor Hamilton. Aí depois passou pra Mayara da juçara neh, depois pra Fabianna e agora mais recente pra Aline (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

No relato de Odelina Ferraz, ela destaca que em gestões anteriores a possibilidade de se apresentarem não tinha o mesmo crédito em comparação com as outras programações cotadas pelos organizadores.

E assim, a atuação dos organizadores do parque, eu creio que a gente apesar de ter pessoas da comunidade neh, mas teve algumas que não chegaram a valorizar os próprios artesãos da comunidade que a gente conversando agora com algumas pessoas disseram que antes tinha mais espaço pra quem era de fora do que para os daqui neh. E hoje também a gente enquanto Companhia, a gente sentiu isso na pele, porque nos 50 anos da Festa da Juçara, a gente enquanto moradoras aqui, a gente resolveu criar um espetáculo pra falar dessa festa neh, maravilhosa, tradicional. E aí nós montamos esse espetáculo, procuramos a organização, mas a gente não teve tanta credibilidade neh. Até o espaço deram 10 minutos, sendo que a gente tinha um momento de teatro neh, que a gente ia fazer uma contação de história, que a gente ia até a dança então 10 minutos era um tempo muito restrito pra gente apresentar um espetáculo que a gente se enganhou, a gente chamou os jovens da comunidade, montamos a companhia de dança neh, porque nós apresentamos várias danças lá no momento. Então a gente se sentiu muito desvalorizado nesse momento neh, pela organização que estava lá naquele ano (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

As mudanças de algumas gestões geram ações que podem beneficiar a atuação de abertura de diálogo com outros moradores da comunidade em tentar levar uma atração cultural para a programação oficial do festejo. O que exige articulação política da esfera governamental e dos atuais gestores do parque em estar promovendo esse diálogo com a própria comunidade do Maracanã. Sobre a atuação da Companhia Juçara com Farinha no ano passado, Odelina Ferraz destaca:

Então foi um momento assim muito significativo pra gente e até hoje a gente encontra pessoas que diz que queriam ver novamente aquele espetáculo. E ano passado a gente tentou ainda neh, mas o tempo não deu da gente retomar os ensaios e trazer de volta a companhia de dança Juçara com Farinha neh. E a questão do cordel esse ano a gente retomou também novamente, aí como eu disse com a nova administração que assumiu em 2025, a gente foi incluído em duas programações que acontecia também o São

João no Parque da Juçara, então a gente teve essa inclusão aí na programação oficial no São João e na festa da Juçara neh, então foram dois momentos muito importantes pra gente. Pra gente tá fazendo parte da programação oficial da Secretaria de Cultura do Estado neh. Então isso aí foi uma valorização muito grande neh, que a gente muito grata pela atual administração que é alguém que vive na comunidade, conhece o trabalho, no momento que ela assumiu, ela nos chamou pra colaborar contribuir neh (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

A grande questão para as irmãs Ferraz é ter uma participação durante a programação na Festa da Juçara, porque conseguem trabalhar por meio dos cordéis e em outras apresentações a histórias e outras práticas culturais da própria comunidade. O fato de 2025 a Companhia Juçara com Farinha ter tido a oportunidade de compor parte da programação, pode representar uma conquista por manterem a história da comunidade em forma de cordéis, mas é algo que Raimunda Ferraz ressalta “[...] também não se sabe se é por questões políticas, vamos ver depois que a política passar, como vai ser esse desdobramento” (Ferraz Neto, entrevista realizada 24/01/2026).

As mudanças mais significativas apontadas pelos entrevistados seja a padronização das barracas, por motivos que suscitamos que geraram novas formas de gerir o espaço, atrações e conflitos entre os próprios comerciantes. Para Dona Conceição teria sido a padronização das barracas que trouxe um novo visual para o próprio parque, o que extinguiu toda aquela preparação de montar as barracas de palhas pelas famílias antes do festejo começar, mas também destaca que o investimento somente na Festa da Juçara traz uma falta de visibilidade para a comunidade.

[...] Fazer, apresentar... e a mudança que teve foi a estrutura das barraca que era de palha e hoje já tem de alvenaria neh, e veio eles tentando padronizar todas neh, ainda tá em construção, mas tão garantindo que vai ficar agora todo final, uma vez por mês uma atração, porque também quando acabava a festa em outubro, aí anunciava “acabou a festa”, pronto! (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

Para Israel Guimarães, um dos aspectos negativos é como os poderes públicos estão atuando na manutenção do Parque da Juçara, que assume visibilidade somente em momentos do festejo, mas fica esquecido durante o ano todo.

Claro que sempre vem um apoio ou outro, por exemplo, tão reformando algumas barracas, quer dizer acabou a Festa da Juçara, continuou a reforma?! Não continuou! Nós estamos aqui ó, nós estamos aqui correndo risco, ó a coluna como é que tá escondido aí. Qual seria a minha ideia... “poxa, terminou, bora logo ver o que tá pendente, bora logo ajeitar”, não! vão deixar pra ajeitar na véspera da festa ou de algum evento que vão tentar... isso quando a coisa não cai mesmo, porque caiu ali não sei tu viu. [...] Aquela barraca ali foi desabada, aquela ali quase desabou, aquela ali na reforma desabou. Quer dizer são construções de mais de 20 anos. Precisa de reforma, precisa de manutenção. E às vezes quem chega como dizia a nova gestão, chegou agora “Então eu vou mostrar tudo bonito, nós estamos fazendo”, ele faz uma outra, alguma coisa que não dá assim aquela expressividade pra todos neh, acaba não

beneficiando a todos, na minha visão acho que se tem que trazer o benefício é sempre pra todos neh, e fora que a gente a Festa da Juçara acabou, foi em outubro e agora? Como é que a gente vai fazer? Então essa parte tem que entrar aqui, tem que entrar essa parte administrativa, ela tem que agir tipo ah tem que botar um tecladinho, lá uma voz de violão, melhorar o som do parque, alguma coisa, pra que as pessoas tenham vontade de conhecer, que a safra não acabou a gente vai ter juçara. Porém não tem um atrativo, não tem não tem essa parte entendeu?! (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

Nos momentos de participação da Raimunda Ferraz antes da padronização das barracas, ela lembra esse espaço mais “simples” com programações mais interativas entre o público que participava dessas edições anteriores do festejo:

[...] antes a Festa da Juçara era mais legal. Quando era as barracas de palha neh, eu me lembro que tinha um palco de arquibancada, inclusive nós temos um cordel que retrata toda essa história neh, porque a gente pesquisou com as barraqueias mais velhas que conta toda essa história aí. E aí tinha as atrações neh, tinha a Barraca do Beiju, a Barraca do Caldo de Cana, isso é só dos que eu me lembro neh. Aí tinha a arquibancada, tinha até luta livre, aí todas as atrações eram nessa arquibancada. Eu lembro também que tinha a maratona neh, ainda ajudei uns anos a fazer a maratona com o seu João Guimarães, que era seu Joca neh, Seu Joca e Dona Carmina, aí a gente tinha essa maratona que corria lá do Parque da Juçara até a Vila Maranhão, [...] aí tinha os desfile neh da “Garota do Maracanã”, a “Garota da Festa da Juçara”. Aí tinha das barracas enfeitadas, neh? Então era um negócio assim mais raiz (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

Nem toda “nostalgia” representa uma completa ruptura com o passado, a Odelina Ferraz menciona que no ano de 2025 a nova gestão colocou em homenagem a parte destinado as artesãs o nome da professora Sofia Nascimento, considerada como protagonista da comunidade.

[...] professora Sofia Nascimento, que foi uma das artesãs protagonistas neh, e do artesanato aqui na nossa comunidade neh, além de ser artesã, era professora neh... foi minha professora também... e a gente ficou muito lisonjeado, não só a gente como a filha dela neh, que foi uma grande gestora aqui na comunidade também. E que a professora neh, ela ficou muito feliz... inclusive eu perguntei qual era se a gente botava lá Sofia Nascimento ou só Sofia, ela pediu que colocasse “Professora Sofia Nascimento”... então assim, são momentos em que a gente se sente valorizado neh, que a gente se sente... a gente também dá visibilidade pras pessoas que estavam ali no anonimato neh, como a gente vê muitas pessoas que contribuíram com a festa e que hoje muitas pessoas nem falam o nome dessas pessoas (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

Como bem destaca Delgado (2003, p.10) “Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história”. Têm-se por este motivo a impressão, ao ouvir esses relatos sobre as perdas dessas características da ambientação do parque anteriormente, a sensação de um passado considerado como “melhor” daquela época, pois a seletividade da memória perpassa pelo significado de atribuir a esse espaço utilizado as lembranças da infância e suas sociabilidades com familiares e amigos.

De acordo com as proposições de Portelli (2016), as demais respostas dos entrevistados fogem da objetividade da pergunta, o que significa um dos pontos altos da pesquisa, porque “Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas” (p.10). É a “arte da escuta”, onde promove ao interlocutor contribuir com aquilo que lhe é historicamente relevante, então as pessoas demonstram por meio da história de vida uma série de emoções que torna cada vez mais viva a memória pessoal com a história da comunidade do Maracanã.

Em nossa última pergunta, destacamos que “A maioria dos comerciantes são gerenciados por mulheres, tendo como precursora a Rosa Mochel, o que você tem a falar sobre a participação dessas mulheres nesse cenário do festejo?”, e ainda que a quinta pergunta tenha tido um direcionamento afirmativo para a questão da participação de mulheres no festejo, esse é um dado da realidade perceptível para quem conhece um pouco sobre os comerciantes dentro do Parque da Juçara. A começar é uma afirmativa que alinha-se com o relato de Dona Conceição:

Olha, é a presença é em massa, eu acho que aqui eu acho que 10 por cento que é de homem. Os 90 é mulher ativa trabalhadora, como tu já disse hoje já tem muito idosas, mas que as netas ou as filha tão à frente neh, do comércio aqui da Juçara, a maioria as artesã também, pouco artesã masculino, o resto só ver a massa mesmo da mulherada aí trabalhando. E faz tudo carrega caroço, bate e serve, decora...aí tem aquele olhar mesmo feminino aqui dentro do parque (Costa, entrevista realizada 03/12/2025).

Conforme as colocações de Israel Guimarães anteriormente, em relação a outra pergunta, ele já revela que mesmo a barraca sendo da sua família, as obrigações de dirigir a barraca seguiram pela sua esposa Angélica, na qual estiveram mais a frente da barraca pelos problemas de saúde da mãe de Israel.

Assim eu considero que é muito bom, muito importante neh, que elas realmente se valorize e elas se valoriza elas neh, valorizam o trabalho delas tudo. É sempre a maioria, sempre foi assim neh, desde que me entendo, inclusive minha vó é aquela pessoa da foto neh. Ela que encabeçou tudo, então Dona Rosa Mochel, Dona Cotinha, sempre foram mulheres que tiveram a frente. Nós homens sempre tivemos o mesmo aqui vamos dizer assim... mais por diversão do que pro trabalho [risos]. Sempre dá pra trabalhar também lógico, querendo ou não a gente tira uma parte do sustento daqui. Mas hoje basicamente, por exemplo, aqui a barraca Angélica que toma conta, da minha esposa neh, eu faço a parte de apoio pra ela, então eu considero que tá em boas mãos [risos], eu não tiraria essa responsabilidade dela pra mim nem que ela quisesse, ela mesmo e pronto, tá entendendo?! Ela gosta do que faz, ela cozinha, ela produz, ela embala, ela conserva, ela faz tudo. Inclusive agora, tô recentemente tô fazendo outros cursos neh, tentando pra área do transporte e ela tá praticamente tomando conta de tudo só (Guimarães Júnior, entrevista realizada 08/12/2025).

A partir desse último relato, enxergamos que a manutenção das atividades da barraca continua na coordenação de mulheres, até mesmo contribuindo para que ele possa exercer um curso de formação profissional enquanto a sua mulher está “provendo” nos custos da família. A

pergunta favoreceu respostas que nos revela algo até então pouco trabalhado nas discussões entre os pesquisadores sobre gênero. Conforme o estudo “Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho” de Chitra Joshi (2009), correlaciona-se com o aspecto da festa ser parte dessa vida cotidiana dos moradores, para além da diversão, envolve-se o seu aspecto laboral de promover o comércio.

Nesse sentido, a discussão pautada na visibilidade dessas mulheres comerciantes no Parque da Juçara está ligada com a tentativa de flexibilizar a dominância do modelo do “homem provedor”. Este termo presente nos estudos de Joshi (2009) enfatiza que o enfoque dos historiadores em apontar as práticas “provedoras” dos homens fragilizaram a forma de análise intimamente atrelada as variedades de trabalho exercidas por mulheres, tanto em casa como para fora dela. Por este motivo, “O foco nas ideologias de domesticidade e nas noções de masculinidade revela algumas das formas dentro das quais a política de gênero opera, com os termos de inclusão e exclusão ou os processos de valorização e desvalorização do trabalho” (Joshi, 2009, p.150).

Assim como o relato de Raimunda Ferraz baseia-se muito no histórico de atuação de mulheres na organização da Festa da Juçara:

É isso daí, é uma observação bastante relevante neh, eu já até citei né anteriormente aí a Rosa Mochel, a Dona Sofia, a Dona Cotinha... praticamente todo e sempre a Festa da Juçara foi coordenada por mulheres, a gente teve uma figura feminina à frente e hoje eu digo que o Maracanã... a força social, socioambiental, está figurada em mulheres. Eu digo hoje, por exemplo, o Conselho a maioria são mulheres. Eu e Odelina desde muito tempo a gente tá à frente aí dos movimentos, então a gente convida homens, mas eles dificilmente estão presentes, ou quando entram só é pra preencher o nome, mas efetivamente não estão na presença quando se vem. Hoje, por exemplo, a União de Moradores toda a diretoria é formada por mulheres. A Companhia Juçara com Farinha todos também são mulheres e a Festa da Juçara a maioria das que estão à frente das barracas são mulheres, e acho que 90 por cento das artesãs também são mulheres neh. Então eu penso que é porque essa... a força maior mesmo que perdura aqui na comunidade é mulheres e eu penso que é muito por conta da inspiração que as outras que nos antecederam nos deram neh... e também pela garra e força de vontade (Ferraz Neta, entrevista realizada 24/01/2026).

A prerrogativa da sua irmã Odelina Ferraz também reforça essa ideia de promover a festa como iniciativa e impulsionamento de sua projeção até os dias de hoje por meio da atuação de mulheres, que fizeram e faz parte para um dos aspectos principais na renda de várias famílias nessas temporadas do festejo.

Aí a Festa da Juçara por mulheres, porque na realidade não foi só Rosa Mosel, neh? Teve a Dona Vitória de Sousa Guimarães, teve a Sofia, a própria Sofia Nascimento neh. Então foi um grupo de mulheres que resolveram dar visibilidade pra essa festa, gerar renda pra comunidade, elas já pensavam num coletivo neh, não só nelas só elas ganharem, mas todos que estavam envolvidos aí na cadeia produtiva da juçara (Ferraz, entrevista realizada 24/01/2026).

O protagonismo de mulheres em vários âmbitos da comunidade também se relaciona para fora da Festa da Juçara, o ativismo político de mulheres em torno da preservação da natureza, a atuação de várias Mães de Santos nos terreiros da comunidade, o Bumba-meu-Boi do Maracanã ser coordenado por uma mulher, entre outras atuações que tornam essas figuras femininas como palco central para a relevância de luta e resistência da comunidade.

Portanto associamos essas colocações como notória relevância para o nosso contexto social, são principalmente as mulheres que resguardam a maioria das práticas culturais e conhecimentos tradicionais, principalmente quando se trata da sua relação com a natureza. Segundo os apontamentos na pesquisa de Shiraishi Neto, Lima e Alcobaça (2018, p.106):

Nos espaços dos quintais, as juçaras e os buritis se misturam à vegetação nativa, às árvores frutíferas e às plantas medicinais, que são cuidadosamente cultivadas pelas famílias de forma muito particular, especificamente, pelas mulheres, que se responsabilizam por essa obrigação. Os cuidados com a natureza são delegados pelas famílias às mulheres, que devem repassar esse conhecimento aos mais jovens, embora sejam poucos os que realmente se interessam, segundo informações.

Partindo para uma análise com foco na cultura que se baseia nos sentidos da festa e seus protagonistas, baseamos nossas análises metodológicas em Bardin (1977), sobre as unidades de registros – sendo constituídas por termos ou frases – que podemos situar como “unidades de contexto”, referem-se à frequência com que aparecem nos relatos dos entrevistados e esse histórico documental realizado nos impressos.

Nesse sentido, associamos alguns desses termos com as evidências que constatei tanto pelos impressos, como nas minhas pesquisas durante a monografia, revelando uma alteração de sentidos as suas redes de significados<sup>38</sup>.

Termos retirados dos relatos dos entrevistados (2024/2025)	Termos retirados dos jornais	Localização do recorte dos jornais (exemplos)
“moreninha”	“caboclo”	O Imparcial, 17/10/1976 O Imparcial, 09/10/1979
“permissionários”	“amassadeiras”	Jornal do Dia, 28/11/1971

<sup>38</sup> Admitimos a “rede de significados” de acordo com as proposições de Geertz (2008), na qual a cultura não é uma entidade simplesmente física, ela assume um sistema simbólico compartilhado. Portanto, esse compartilhamento é evidenciado em um conjunto de interpretações que os indivíduos atribuem às suas próprias experiências, atividades, valores e formas de identificação diante da sociedade concebida como homogênea, o que faz da cultura local um demarcador de diferenças de uma cultura dominante.

“barraqueiras/barraqueiros”	“barraqueiras”	O Imparcial, 14/10/1975 Jornal do Dia, 08/10/1972 O Imparcial, 04/10/1977
“Dona fulana”	“Dona fulana”	O Imparcial, 11/10/1978 O Imparcial, 04/10/1981 O Estado do Maranhão, 03/10/1982 O Estado do Maranhão, 09/10/1984

A colocação da Dona Conceição com base no termo “moreninha”, por associarem as pessoas como “morenas”, nos remete a como se definem enquanto grupo étnico. Ainda que seja um termo muito utilizado pela população maranhense por não se identificarem com a categoria “negro”, remonta as menções dos jornais a definirem a população do Maracanã como “cabocla”. O dispositivo identitário do Maracanã como população advinda de um antigo quilombo, conforme aponta-se os estudos de Araújo (2012, 2023), pouco se observa acionado para a busca de políticas públicas enquanto comunidade ligado esse histórico.

Esse atravessamento identitário corrobora com as questões levantadas por Collins e Bilge (2021), pois a práxis educativa crítica pode fomentar (re)pensar nas estruturas da sociedade como reprodutoras de sistemas opressores, principalmente na identidade pessoal do indivíduo e sua relação com outros grupos, vistos em lugares de subalternidade. É perceptível no relato da Odélina Ferraz e da sua irmã, como as escolas próximas a comunidade, onde elas já atuaram com apresentações da Companhia Juçara com Farinha, ainda carecem de projetos culturais que favoreçam o trabalho dentro das escolas sobre a história e cultura da comunidade.

O ensino formal, juntamente com o meio de difusão das redes de comunicação, trouxe as novas gerações contato com novas culturas e outras concepções de mundo, o que podemos justificar como alguns dos desafios trazidos a pouca valorização de jovens a sua cultura local e um desafio para o reconhecimento identitário de sua comunidade. Esses desafios ainda necessitam de análises mais aprofundadas que retomem essas discussões com os embates enfrentados para a valorização e continuidade de muitas tradições presentes no Maranhão.

Sobre se identificarem como grupos de comerciantes do Parque da Juçara, pode estar relacionado com a alteração nas formas de produção e comercialização durante os períodos de festa. Portanto, os significados alteram-se inicialmente de “amassadeiras” para “barraqueiras ou

barraqueiros” face ao advento das máquinas que passaram a ser exigência da vigilância sanitária na produção do vinho da juçara, mas agrega-se outro termo usado comumente atualmente, como “permissionários”, pois o abastecimento da juçara durante o período do festejo tem contado com a juçara de fora, adotado por alguns comerciantes (Costa, 2024).

No jornal que é dedicado os poemas de Evandro Bessa (Figura 17), já havia a menção das comerciantes como “barraqueiras”, o que destaca outro codinome que poderia ser empregado com a associação das barracas que eram compostos no cenário da festa. Das várias formas de identificação, cabe ressaltar que os discursos jornalísticos também foram participes no processo de difusão da identidade a ser representada para o público leitor, corroborando com a nossa ideia de entender a festa produzida por contribuições e interferências de diferentes segmentos da sociedade.

O aspecto interessante que pouco tenha sido alterado talvez seja a forma de tratamento para as mulheres que produzem juçara, tratadas como “Donas” até hoje para se referirem a esse grupo que surge como precursoras ou as mais antigas na comunidade, algo preservado na maioria dos relatos dos entrevistados. Seu sentido semântico corresponde a diferentes ocasiões, podendo ser comumente associado a “proprietária ou “Senhora”, seriam as mulheres que possuem o domínio, a posse ou a propriedade de alguma coisa, podem significar uma forma de tratamento honorífico (respeito/cortesia), utilizado antes do nome próprio dessas mulheres, independentemente de serem de famílias abastadas, como se fazia no período colonial as fidalgas da época.

Enxerga-se o atravessamento do termo “dona” com os dois sentidos semânticos que apresentamos acima, sendo difícil ou errôneo desassociar os seus aspectos pelo que são dentro da comunidade com o que desenvolvem a frente do festejo.

Em suma, estamos diante de desafios epistêmicos, conceituais e metodológicos, principalmente quando nossas discussões tentam dialogar com as pessoas que compõe uma comunidade tão heterogênea. As respostas de cada entrevistado não findam as possibilidades de outras entrevistas e pontos de vista, pelo contrário, agrega respostas para questões sobre os desafios do nosso presente, visando soluções para o nosso futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face a bibliografia existente e a documentação coletada na APEM, encontra-se alguns vestígios que indicam a formação pluriétnica de São Luís, pela qual a formação histórica da comunidade do Maracanã ainda reflete saberes e fazeres ancestrais de negros e indígenas, expressos em suas duas principais festividades, a Festa de Santos Reis e o Bumba-meu-Boi. Essa afirmativa contribui para a ampliação da discussão proposta por Araújo (2012) ao afirmar que a comunidade do Maracanã é originária de um antigo “quilombo” formado por negros escravizados, pela qual a nossa pesquisa aponta novas perspectivas de análises sobre esse processo de construção histórica nos debates acadêmicos.

Diante desse percurso histórico, instiga pensarmos nas formas de rupturas e continuidades perpassadas pelas novas dinâmicas urbanísticas e degradação dos bregos, sendo presente nos relatos dos entrevistados. Além disso, a Festa da Juçara pode ser compreendida como parte desse contexto nacional onde recebe atenção de planos políticos ligados a SUDENE, o que explica a criação de outras festas gastronômicas em outros municípios, mas tratar sobre a Festa da Juçara nos ajudou a pensar na mobilização da comunidade do Maracanã na busca por visibilidade do poder público, buscando melhorias de acesso e tráfego, caracterizando-se como uma das estratégias de resistência.

Ao percorrermos pela catalogação e análise dos impressos entre os anos de 1971 a 1985, nos jornais O Imparcial e Jornal do Dia/O Estado do Maranhão, encontra-se nas mudanças que ocorreram desde a edição oficial da Festa da Juçara até o ano que falece Rosa Mochel tensões em torno da organização e realização anual da referida festa. Esse recorte histórico da festa nos faz refletir como o espaço festivo é um campo de disputa, em decorrência dos segmentos sociais que possuem objetivos diferentes para promover a Festa da Juçara, pela qual destaca-se: (1) A Festa da Juçara é criada pela comunidade do Maracanã com o intento de valorizar, preservar e estimular a economia local; (2) A aproximação do poder municipal em promover a Festa da Juçara dar-se pelo plano político da ditadura em prol do estímulo ao turismo no Brasil, onde o governo de São Luís buscou enaltecer suas figuras políticas por meio das festas, invisibilizando muitas vezes a iniciativa popular; (3) Enxerga-se um movimento intelectual na tentativa de eleger atrações e festividades culturais como parte do “folclore popular maranhense”, demonstrando que a cultura popular foi projetada em sua maioria a partir das manifestações presentes na Grande Ilha.

Vislumbrar esses elementos sobre o Maracanã traz à luz o valor patrimonial desse espaço, principalmente, a necessidade de entendermos que a partir da noção sobre as políticas

de acesso a preservação podem trazer benefícios a própria população dessa comunidade. São movimentos de luta e resistência que parte dos próprios fazedores de cultura, mas não abstém dessa minha inserção como pessoa em somar nessa luta para a preservação da natureza e dos saberes ancestrais manifestados na cultura da comunidade.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### *JORNAIS*

**JORNAL DO DIA.** São Luís, (16/10/1971 - 02/12/1971). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**JORNAL DO DIA.** São Luís, (05/10/1972 - 08/10/1972). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

MAVAM – Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0\\_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive_link). Acesso em: 01 ago. 2025.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (15/03/1971 - 06/11/1971). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (08/10/1972 - 21/10/1972). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (07/10/1973 - 17/10/1973). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (06/10/1974 - 29/10/1974). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (05/10/1975 - 14/10/1975). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (11/09/1976 - 17/10/1976). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (02/10/1977 - 08/10/1977). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (23/09/1978 - 10/11/1978). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (27/09/1979 - 21/10/1979). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (28/09/1980 - 26/10/1980). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (04/10/1981 – 25/10/1981). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (02/10/1982 – 16/10/1982). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (02/10/1983 – 23/10/1983). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O IMPARCIAL.** São Luís, (23/09/1984 – 09/11/1984). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (04/10/1973 - 01/11/1973). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (02/10/1974 - 05/10/1974). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (08/10/1975 - 14/10/1975). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (02/10/1976 – 12/10/1976). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (01/10/1977). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (12/10/1979). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (23/09/1980). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (25/10/1981). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (01/10/1982 – 04/10/1982). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (02/10/1983). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (09/10/1984 – 20/10/1984). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

**O ESTADO DO MARANHÃO.** São Luís, (01/10/1985 – 06/10/1985). Biblioteca Pública Benedito Leite – Sessão Jornais/Revistas e Obras Raras.

## DOCUMENTOS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777). Livro n. 01, de 1738. São Luís – MA. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php#>. Acesso em: 07 jun. 2025.

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Repertório de documentos para a História Indígena do Maranhão. São Luís: SECMA, 1997. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/expo/indio2021/#>. Acesso em: 07 jun. 2025.

Arquivos disponibilizados pelo acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão-IHGM.

MAVAM – Museu da Memória Áudio Visual do Maranhão. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0\\_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WdxYa-43ZS0_G6M-GmNUn7-uUFhA73dO/view?usp=drive_link). Acesso em: 01 ago. 2025.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Maria. O Caboclinho como afeto: a presença indígena nas danças populares e tradicionais brasileiras. **Revista Hawò**, v.1, 2020.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. – 6ª reimpressão – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de (Coord. e Org.). **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil. – Brasília: IPHAN, 2017.

ALVES, Lilian Brito. Reis da sempre viva. **BOLETIM DA CMF Nº 63**, Dez. 2017. Disponível em: <https://cmfolclore.ufma.br/index.php/533-2/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular?**. Coleção 36 Primeiros Passos – 8º ed. – Editora Brasiliense, 2007.

ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento**: um estudo sobre a comunidade do Maracanã 1993-1970). Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2012.

\_\_\_\_\_. História, memória e identidade: narrativas sobre o Maracanã Antigo (1900-1970). In: ARAUJO, Marcelo de Sousa (Org.). **Ciências humanas e sociais**: novas abordagens [recurso eletrônico] – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

\_\_\_\_\_. Identidade e Memória: os costumes na Festa dos Reis Pobre como alternativa a disciplina fabril na comunidade do Maracanã em São Luís- MA. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 16 Nº41 vol. 5 – 2020.

\_\_\_\_\_. **A expansão capitalista na área rural de São Luís a partir de 1980**: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

BANDEIRA, Arkley Marques. Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhão: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica. **História Unicap**, v. 2, n. 3, jan./jun. de 2015.

BARBOSA, Fabrício Silva; SCAVARDA, Annibal José. Um modelo conceitual de megaeventos musicais. **Cultur – Revista de Cultura e Turismo**, ano 9, n. 2, jun/2015.

BARDIN, Laurence; tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo**. LISBOA, Portugal: Edições 70, Lda., 1977.

BARROS, Antônio Evaldo Almeida. **O Pantheon encantado**: culturas e heranças étnicas na formação de identidade maranhense (1937-1965). Dissertação (Mestrado em Estudos étnicos e africanos). UFBA, 2010.

BARROS, Antônio Evaldo Almeida. “A TERRA DOS GRANDES BUMBAS”: a maranhensidade ressignificada na cultura popular (1940-1960). **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005

BENTES-GAMA, Michelliny de M.; RIBEIRO, George Duarte; FERNANDES, Cléber de Freitas; MEDEIROS, Iraque Moura de. Açaí (*Euterpe spp.*): características, formação de mudas e plantio para a produção de frutos. **Circular Técnica Embrapa Florestas**, PortoVelho, RO, Novembro, 2005.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS Centro de Documentação e Informação. **DECRETO-LEI N° 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116° da Independência e 49° da República.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. – 13° edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BUARQUE, Virgínia A. Castro Buarque; CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. A historiografia em viés testemunhal. **Locus: Revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 9-27, 2015.

BURKE, Peter, 1937; tradução: Sérgio Goes de Paula - **O que é história cultural?** - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, Maria Thereza. **A ação educativa dos projetos de desenvolvimento de comunidades periféricas no município de São Luís - 1971-74 e 1976-7**: Uma visão crítica. (Dissertação de mestrado em Educação). Rio de Janeiro: FGV, 1987

CANCLINI, Néstor Garcia; tradução Heloísa Iezza Ciutrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. - 4. ed, 4. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CAPONERO, Maria Cristina; LEITE, Edson. Inter-relações entre festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e turismo. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010, p. 99-113. Disponível em: [https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1\\_v7\\_n10\\_abr\\_mai\\_jun2010\\_Patrimonio\\_UniSantos\\_\(PLT\\_21\).pdf](https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/pdf/Ensaio1_v7_n10_abr_mai_jun2010_Patrimonio_UniSantos_(PLT_21).pdf). Acesso em: 04 de nov. 2024.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. – 2. ed. ampl. – São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, julho de 2003.

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Matracas que desafiam o tempo: É o Bumba-Boi do Maranhão, um estudo da tradição/Modernidade na cultura popular**. – São Luís [s.n.], 1995.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Os estudos de folclore no Brasil. In: **Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. p. 73-99.

CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña historia de los Estudios subalternos. In: Sandoval L., Pablo (Compilador/a). **Repensando la subalternidad: miradas críticas desde/sobre América Latina**. Lima: Envión Editores, IEP, 2010. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/iep/20170327041637/pdf\\_162.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Peru/iep/20170327041637/pdf_162.pdf). Acesso em: 11 nov. 2024.

CHARTTERJEE, Partha. More on Modes of Power and the Peasantry. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri C. (orgs.). **Selected Subaltern Studies**. Delhi: Oxford University Press, 1988. p. 351-390.

CHAVES, Janete Rodrigues de Vasconcelos. **Projeto Maracanã – do discurso à prática da sustentabilidade: Estudo sobre as percepções dos agentes ambientais e os reflexos do desenvolvimento das ações no meio ambiente, no lazer e na qualidade de vida**. – Dissertação (mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão – São Luís, 2007.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma; tradução Rane Souza. **Interseccionalidade**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

CORREA, Gisele Reis. **Design e artesanato: um estudo de caso sobre a semente de juçara em São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Design – Recife, 2010.

COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. Planejamento e Expansão do Turismo no Litoral do Maranhão. **Conex. Ci. e Tecnol.** Fortaleza/CE, v. 11, n. 5, p. 54 - 65, dez. 2017.

COSTA, Ruan Matheus Martins Costa. **A Festa da Juçara no Maracanã: perspectivas de “maranhensidade” à luz de memórias, tradições e identidades para o ensino de história local**. Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão. – São Luís, 2024.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; ODILON PINTO. Festas Culturais: Tradição, Comidas e Celebrações. **I Encontro Baiano de Cultura – I EBECULT – FACOM/UFBA**. Salvador – Ba, 11 dez. 2008. Disponível em: [https://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais\\_mercia.pdf](https://www.uesc.br/icer/artigos/festasculturais_mercia.pdf). Acesso em: 21 jun. 2025.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **HISTÓRIA ORAL**, v.6, 2003, p. 9-25.

DOUKI, Caroline e MINARD, Philippe. Global History, Connected Histories: a shift of historiographical scale?. **Revue d'histoire moderne et contemporaine**. Vol 54-4, Issue 5, 2007, p. 7-21. Disponível em: <[https://www.cairn-int.info/article-E\\_RHMC\\_545\\_0007--global-history-connected-histories.htm#>](https://www.cairn-int.info/article-E_RHMC_545_0007--global-history-connected-histories.htm#>). Acesso em: 07 jun. 2025.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças; em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país**. Tradução de Sergio Milliet. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1945.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Folgedos, feiras e feriados: aspectos socioeconômicos das festas no mundo dos engenhos. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa Volume II**. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade São Paulo Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

FERREIRA, André Luís Bezerra. A Junta das Missões na capitania do Maranhão (1720–1757). In: SULIMAN, Sara da Silva; CENTURIÓN, Sara Concepción Chena. **História indígena e do indigenismo na Amazônia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

\_\_\_\_\_. **Nas malhas das liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na Capitania do Maranhão (1720-1757)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2017.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. O Turismo e a produção do espaço no Estado do Maranhão, Brasil. In: **COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio, 2007. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/9porto/antonfer.htm>. Acesso em: 23 jul. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no IPHAN: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. IPHAN 1937–2017. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35 / 2017

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes Carvalho. “Vende-se a preços cômodos”: os impressos anunciados em São Luís. In: GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2019. p. 115-133.

GEERTZ, Clifford. 1926- **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13º reimp. – Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GODOY, Rossana Catie Bueno de; [et. al]. **Juçara (Euterpe edulis M.)**: importância ecológica e alimentícia. [recurso eletrônico]. - Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

GOLDMAN, Marcio. A relação afro-indígena. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 23, p. 213-222, 2014. Disponível em: 10.11606/issn.2316-9133.v23i23p213-222. Acesso em: 20 jun. 2025.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2021, p.175-195.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp.7-37.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCÓS, István; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa** Volume II. – São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade São Paulo Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

GUHA, Ranajit. On some aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri C. (orgs.). *Selected Subaltern Studies*. Delhi: Oxford University Press, 1988. p. 37-44.

HALL, Stuart; Organização Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende et. al. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. tradução Tomaz Tadeu da Silva. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Guaracira Lopes Louro -11. ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence; tradução por Celina Cardim Cavalcante. **A invenção das tradições**. – 6º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Patrimônio Imaterial**: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. – 4. ed. – Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

JANCÓS, Istvan; KANTOR, Iris (Orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**, volume II. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009. DOI: 10.5007/1984-9222.2009v1n2p147. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147>. Acesso em: 25 out. 2024.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48. p. 77, dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200004>. Acesso em: 14 out. 2024.

LEGG, S. Para Além da Província Europeia: Foucault e o Pós-Colonialismo. **Espaço e Cultura**, (34), 2014. pp. 259–290. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/12985>. Acesso em: 01 nov. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

MARANHÃO. Decreto nº 12.103, de 01 de outubro de 1991. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências. Publicado no **Diário Oficial do Estado**, 01 de outubro de 1980 – Ano LXXXV – nº 189.

MARTINS, Carolina Christiane de Souza Martins. **Política e cultura nas histórias do Bumba-meu-Boi**: São Luís do Maranhão – Século XX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2015.

\_\_\_\_\_. A IMPRENSA E AS FESTAS POPULARES E NEGRAS NA ILHA DO MARANHÃO (1880-1929). **Outros Tempos**: Pesquisa em Foco - História, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 327–249, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i32.859. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/859](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/859). Acesso em: 2 jul. 2025.

MATOS, Sérgio Campos. História, memória e ficção: que fronteiras?. **Hist. historiogr.** Ouro Preto, n. 17, abril, 2015. p. 414-426.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. – São Paulo: Contexto, 2023.

MELO, Giselle Vasconcelos. **Análise das Percepções dos Organizadores e Participantes da Festa da Juçara no Maracanã – MA**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria) – UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí – Univali Balneário Camboriú, 2015.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MENDES, Humberto Barbosa. **Os Bangalores do campo de Ourique**. Touro Negro no Reino de Guará. São Luís, 1996. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pUEOL4kGeVs>>. Acesso em 03 jul. 2025.

MENDES, Paulo Leandro da Costa Moraes. **Ditadura Empresarial-Militar no Maranhão e ensino**: o dicionário histórico biográfico como ferramenta pedagógica. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão. – São Luís, 2021.

MOCHEL, Rosa Mochel. **Conheça o Maranhão**. SIOGE, São Luís-MA, 1971.

MONTEIRO, Elaine. Universidade e comunidades: diálogos de saberes e fazeres em ações de salvaguarda do patrimônio imaterial. *In*: MATOS, Hebe (Org.). **História oral e comunidade**: reparações e culturas negras. – São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, p. 61–76, 24 Jul 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3689>. Acesso em: 10 fev 2026.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial?** 6ª reimpressão. – São Paulo: Brasiliense, 2014.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. – São Paulo: Letras e Voz, 2016.

RODRIGUES, Vagner Barreto; RIETH, Flávia Maria Silva. Festa é coisa séria: José Guilherme Magnani e a Antropologia Urbana no Brasil. **Cadernos do LEPAARQ**, v. XV, n.29, 2018. Disponível em: [https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7087/Festa\\_e\\_coisa\\_seria.pdf?sequence=1](https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7087/Festa_e_coisa_seria.pdf?sequence=1). Acesso em: 07 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. “O que é o território”. *In*: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, pp. 143-163.

ROSARIA DE SOUSA, Késsia. **A produção cultura do Bumba Meu Boi do Maracanã em São Luís-MA**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

SACK, Robert David. El lugar y su relación con los recientes debates interdisciplinarios. **Documents D’Análist Geográfica**, n.12, 1988.

SBRANA, Darlan. **A Gralha da Figueira Branca e o Carvalho**: Alvorecer do Maranhão Colonial a partir das representações a respeito dos chefes Tupinambá. (1603-1619). Dissertação (Mestrado em História), São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017.

SCOTT, James C; trad. Pedro Serras Pereira. **A dominação e a arte da resistência**: Discursos ocultos. 1. ed. – Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim Shiraishi; LIMA, Rosirene Martins; ALCOBAÇA, Luzilene Everton de. Saberes e práticas tradicionais em movimento: a comunidade do Maracanã na rota de um projeto global. **Novos Cadernos NAEA**, v.21, n.1, p. 99/115, jan-abr 2018.

SILVA, Daniel Walassy Rocha da. Humberto Mendes: o narrador e Mestre do Maracanã. **45º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS SPG30**. Narrativas de si e regimes de visibilidade. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjY2MTgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNjgzMGFkNzI2MzBhNTBkYWVmNDAxMTFkYmU0ZjgzYWUiO30%3D>. Acesso em: 03 jul. 2025.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. **A materialização da nação através do patrimônio**: o papel do SPHAN no regime estadonovista. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Jessyca Diane de Araújo. **O mercado do açaí em São Luís MA**: inovação e empreendedorismo em terras de Juçara. Monografia (Graduação) - Curso de Hotelaria, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

SOIHET, Raquel. "Mulheres e Biografia. Significados para a História". **Lócus - Revista de História**. Juiz de Fora, v. 9, n. 1, 2003, p. 33-48.

SOUZA, Jean Costa; BRITTO, Clovis Carvalho. Por uma infopolítica das coleções: folclore e cultura material nas práticas documentárias do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, Nova Série, vol. 31, 2023, p. 1-38.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, pp. 77-116.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). **Marxism and the interpretation of culture**. Chicago: Chicago Press, 1988a. p. 271-313.

SPIVAK, Gayatri C. Deconstructing Historiography. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri C. (orgs.). **Selected Subaltern Studies**. Delhi: Oxford University Press, 1988b. p. 3-34.

TEIXEIRA, Alef Fontinele; ROSA, Darah Tawany Vaz; DIAS, Luana do Nascimento; CASTRO, Antonio Carlos Leal de. Impactos da ocupação humana na sub-bacia do Rio Maracanã, pertencente a bacia hidrográfica do Bacanga, ilha de São Luís -MA. **Revista Territorium Terram**, v.07, n.13, 2024.

THOMPSON, Edward. P.; revisão técnica Antonio Negro C. Meneguello. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. – 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TUAN, Yi-Fu; Tradução de Livia de Oliveira. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. – São Paulo: DIFEL, 1983.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, José Augusto Silva. Preito a Rosa Mochel: uma pioneira na agronomia do maranhão. **IHGM em Revista**, Edição Eletrônica, São Luís – Maranhão, Número 4 – JANEIRO – JUNHO, 2023.

ORÍ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 12. ed., 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

## APÊNDICES

---

Título do Estudo: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

Pesquisador Responsável: **RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

---

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa do mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História/CCH-PPGHIS. A instituição está localizada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, com o CEP 65080-040, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, no bairro Bacanga, em São Luís, MA.

A presente pesquisa está seguindo os procedimentos estabelecidos pelo site do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão, buscando atender os preceitos éticos da RESOLUÇÃO Nº 3.288-CONSEPE, 19 de dezembro de 2023.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente e tem como justificativa buscar uma compreensão do processo de mudança e permanência de práticas culturais frente as conjunturas de urbanização, onde o festejo tem sido prejudicado pelo processo de urbanização, consequência causada pelo escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçarais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: consentir com a realização desta entrevista e a utilização de sua fala transcrita para fins acadêmicos, aceitando a utilização deste material para divulgação em eventos, congressos, seminários, entre outros.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação nesta pesquisa pode envolver acesso a lembranças dolorosas, mas garantimos que não implicam sanções de qualquer natureza jurídica, pois a finalidade consiste em preservar o sigilo e confidencialidade dos dados prestados.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa é propiciar estudos mais contundentes sobre a Festa da Juçara do Maracanã, trazendo mais visibilidade e, possivelmente no futuro, políticas de preservação.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr. (a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você possa receber.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ruan Matheus Martins Costa, pelo telefone (XX) XXXXXXXX, endereço XXXXXX, XXXX, XXXXX, das 9h às 17h, de preferência, e/ou pelo e-mail: martin989011@hotmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

<p>_____</p> <p>Nome do participante ou responsável</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
<p>_____</p> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

**FORMULÁRIO DE PERGUNTAS**

Nome completo do(a) entrevistado(a):

---

Idade:

---

Ocupação profissional:

---

Sexo:

( ) Homem

( ) Mulher

( ) Prefere não declarar

1) Como começou a sua história de vida no bairro do Maracanã?

2) Quando e como iniciou suas atividades de comerciante na Festa da Juçara no Maracanã?

3) Diante da devastação dos brejos no Maracanã, quais soluções vocês encontraram para o abastecimento da juçara nos períodos do festejo?

4) Durante o seu tempo como comerciante na Festa da Juçara, quais foram as mudanças mais significativas com relação ao festejo, a exemplo das atrações culturais e a atuação dos organizadores do Parque?

5) A maioria dos comerciantes são gerenciados por mulheres, tendo como precursora a Rosa Moche!, o que você tem a falar sobre a participação dessas mulheres nesse cenário do festejo?

**Entrevista realizada com a Dona Conceição, no dia 03 de dezembro de 2025:**

**Resposta 1-** “A minha história de vida começa quando meu pai faz um concurso e passa no Estado do Maranhão neh, e vem servir como motorista e aí nos traz de Coroatá Maranhão, aí eu vim com três anos pra cá, direto pro bairro Maracanã que meus avós já moravam aqui”.

**Resposta 2-** “Na adolescência na Barraca Moreninha como garçom neh, a gente vinha junto da Barraca Moreninha que ainda existe, que a permissionária é minha tia morena e a barraca se chama “Moreninha” e é todos nós era bem “moreninha” lá na frente servindo.

Então a barraca era Moreninha e a gente tinha aquele prazer de vir domingo tudo, não era em termo pra receber dinheiro, era pra comer maçã do amor que ela comprava que as pessoas vinham, puxa-puxa, pirulito, aí a gente vinha por esse motivo e ajudava ela neh, era rústica, ia buscar água no poço e aí serviço, ganhava... sábado a gente vinha pra cá ela molhava que era todas de palha né construída pelas pessoas daqui mesmo do bairro aí ficava tão bonitinha e a gente ficava aquela diversão aí tinha as brincadeiras, as banda, aí mais vinha brincar do que ajudar ela lá, quando ela “ei, menino, vem aqui me ajuda” tal aí era aquela alegria. E no final do ano ela nos presenteava, a gente não recebia em espécie, recebia num brinquedo ou uma roupa e no começo do ano, como minha mãe era costureira ela ia, mas minha mãe ao centro da cidade comprava tergal, nesse tempo as fardas eram em tergal, e ela dava uma farda pra cada ajudante dela, era uma maneira de ajudar a família neh. E aí começou saindo por volta dos 13 anos aqui dentro do parque, e hoje eu já tô com 58 dentro ainda do Parque da Juçara, amando”

**Resposta 3-** “Aí eu retorno o Parque da Juçara, compro um terreno aqui neh, passei toda uma situação, casei e tudo, me formei... aí volto compro uma terra aqui, um terreno que era chamada dona “Dondona”, dona proprietária, e os filhos fizeram loteamento depois que ela saiu, eu comprei aí eu fiquei com um brejo, já comprei um brejo. E aí meu brejo eu já tenho replantado ele, já tenho através da EMBRAPA, eles já fizeram o curso aqui no parque, e aí, a gente, eu consegui as juçareira mirim neh, e já plantei e já tô colhendo já tem mais ou menos 7 anos que teve esse projeto aqui no Parque da Juçara. Porém acho que precisa mais cuidado, mais amor dos outros morador, quem tem seus brejo plantar nova... porque a juçareira ela envelhece e ela quebra e ela cai, e ela depois que ela cai, ela não vinga, ela não floresce de novo neh, e aqui dentro do Parque da Juçara eu tenho uma paixão pelo parque da Juçara, mas ele não representa, assim, a juçareira, pouca juçareira aí até agora com a nova liderança eu disse: “gente vamos tentar fazer um projeto neh, pra replantar, plantar porque não é replantar, porque aqui nunca teve pé de juçara, tem poucas touceira, tem muito é coco babaçu, porém tem a entrave do IBAMA, que não permite cortar neh, mas também é perigoso que no período da Festa da Juçara em

outubro, é o período que o coco babaçu tá caindo, entendeu?! Então a gente nunca teve acidente, mas é porque a gente fica em alerta, avisa os cliente, os visitantes, “oh, senhor não fique perto dessa palmeira”, então eu acho que se tivesse um projeto firme, de mão dada com o IBAMA, por causa das palmeira de babaçu, a gente plantar juçareira dentro do parque.

**Resposta 4-** “Não, aqui sempre teve aqui o espaço é do governo do estado do Maranhão, sempre teve em toda a gestão o apoio do governo do estado do Maranhão e da prefeitura, na limpeza, a prefeitura na limpeza e o governo mandando atrações. Nunca faltou desde o começo até agora essa essa atual que teve agora em outubro, é bem servida de brincadeiras, de brincadeiras folclóricas que tem aqui no Maranhão, vem aqui dentro do Parque da Juçara. Fazer, apresentar... e a mudança que teve foi a estrutura das barraca que era de palha e hoje já tem de alvenaria neh, e veio eles tentando padronizar todas neh, ainda tá em construção, mas tão garantindo que vai ficar agora todo final, uma vez por mês uma atração, porque também quando acabava a festa em outubro, aí anunciava “acabou a festa”, pronto! Aí não aparecia ninguém, mesmo que você ficasse aqui era “pingando” como é que se diz é um “cliente aqui e outro acolá”, mas agora não, hoje nós estamos hoje dentro de um evento que começou ontem e hoje vai ter de novo, então uma vez por mês vai ter um final, um sábado e um domingo de atração, aí vai chamar público, ontem teve público, teve! mas também sabia que era um feriado neh, nacional, e que muita gente viaja outros vai ficar mesmo lá lá na capital lá neh, porque nós estamos na zona rural de São Luís neh, e aí muita atração lá dentro aí a pessoa não vem, porque aqui é difícil neh, dá mais tarde o Uber já não querem mais vim e não tem ônibus.

**Resposta 5-** Olha, é a presença é em massa, eu acho que aqui eu acho que 10 por cento que é de homem. Os 90 é mulher ativa trabalhadora, como tu já disse hoje já tem muito idosas, mas que as netas ou as filha tão à frente neh, do comércio aqui da juçara, a maioria as artesã também, pouco artesã masculino, o resto só ver a massa mesmo da mulherada aí trabalhando. E faz tudo carrega carçoço, bate e serve, decora...aí tem aquele olhar mesmo feminino aqui dentro do parque.

**Entrevista realizada com Israel Guimarães, no dia 8 de dezembro de 2025:**

**Resposta 1-** Hoje eu me considero morador, porque apesar de eu ter residência do outro lado da BR, que é o 2000, que é no sentido do “Maracujá”, mas eu passo mais tempo aqui do que lá neh. Então, nesse caso eu me considero morador assim daqui do Maracanã, minha referência é essa como bairro, sempre... até quando eu dou o endereço pra a pessoa eu falo “moro no Maracanã”, eu não consigo dizer “Vila 2000”, que ninguém conhece, e como convivo mais aqui, então eu considero que eu sou sim morador do Maracanã.

**Resposta 2-** Aqui, assim como Humberto, neh, eu sou neto dessa senhora bem aqui oh, Dona Vitória de Sousa Guimarães... assim como Humberto também, Humberto também é neto dela. A principal idealizadora da Festa da Juçara, foi essa senhora aqui, alguns relatos que conviveu com ela na época ainda tá vivo hoje... eu chamo ele de tio neh, ele não tem parentesco sanguíneo comigo, porém ele conviveu muito tempo no sítio daqui dessa senhora, dessa minha avó, que é aqui próximo no caso vamos dizer que é na outra rua, dessa rua aqui, na outra neh, aquela rua que sobe pra casa de Humberto. Não sei se você já teve a oportunidade [...].

Pois é, então essa senhora aqui foi a idealizadora da Festa da Juçara, em época de muita produção não havia escoamento do produto. Então ela teve a ideia de fazer a Festa da Juçara, e ela com esse meu tio, que ainda tá vivo ainda, Ribamar o nome dele, “Tio Ribamar”, chamo ele de tio, mas eu não lembro assim o sobrenome dele. Ele era o caseiro, fazia tudo na época neh, era daquela... quando ela tava viva. Ele era bem jovem, ele tá com 96, 98 anos. E bem lúcido. Ele mora aqui também no Maracanã na Vila República.

Então ele diz que ela chamou ele, disse assim: “Ribamar, te arruma aí, bora ali que eu quero falar com Rosa Mochel, doutora Rosa Mochel, chamava de doutora porque ela era secretária de agricultura se eu não me engano do município, era do governo do estado [...]. Aí ela foi até a casa de dona Rosa Mochel, e aí ela teve acesso a falar com ela aqui que ela morava aqui dona Rosa Mochel, ela tinha uma casa aqui do Maracanã, nessa parte de trás aqui já descendo ali pra outro sentido, neh... e aí ela convidou dona Rosa Mochel pra fazer a Festa da Juçara, e dona Rosa Mochel concordou. Então esse aí vamos dizer que é o pontapé inicial, neh, e como aí vem a história do parentesco agora, o meu parentesco, que eu sou no caso neto, filho do filho dela, Israel de Sousa Guimarães, era meu pai, que era irmão de João Guimarães, “Joca” que é o pai de Humberto.

E aí esse é o início, porque como ela tinha envolvimento direto com a Festa da Juçara, e aí ela conseguiu o apoio da secretária dona Rosa Mochel, eles conseguiram fazer a Festa da Juçara, as primeiras festas, neh. E a gente, no caso eu, já sou bem mais novo, só tenho 44 anos, a

festa já tem 57 anos, então vamos fazer aí uma diferença, neh, mais ou menos 12 anos, neh, 44 pra 57... 13 anos, eu nasci após 13 anos a Festa da Juçara já está em andamento. E aí até vamos dizer até alcançar a maturidade de 13 anos, até alcançar uma ideia mesmo fixa, na verdade mais 15, vamos dizer assim, aí 15 + 13... 23 anos depois do começo da Festa da Juçara, eu começo a me envolver diretamente com ela. Porque como a gente tinha que produzir a juçara, neh, pra poder colocar na barraca pra vender, que foi no tempo de uma transformação mais ou menos da saída da época que era assim manual... minha vó já tinha falecido. Minha vó faleceu quando eu ainda era criança. E aí era assim neh, manual... e o processo passou a ser na máquina, então com 15 e 16 anos eu já comecei a produzir a juçara na máquina. Pra que meu pai e minha mãe revendessem aqui no caso, principalmente na época da Festa da Juçara, e como a gente tinha o sítio que tinha muita juçara, então praticamente eu já assumi desde os 16 anos a produção da juçara, neh... o despulpamento do caroço, do fruto, já era uma responsabilidade minha... 16 e 17 anos, me lembro que trabalhava muito, era 10, 15, 20 latas que eu tinha que bater por dia... dia de festa... “ish” que quando era pegado então, eu não saía de dentro de perto da máquina era só eu que batia, batia e as vezes só eu que batia e ensacava, neh.

Então meu envolvimento sempre foi muito direto com a Festa da Juçara. Com o passar dos anos, aí meu pai morreu... minha mãe assumiu, a frente neh, porque eu era de menor, mas aí eu fiquei, eu fiquei homem, mas meu pai morreu agora recentemente, tá com uns 10 anos mais ou menos... morreu em 2015. Aí eu passei a assumir com ela, fazer uma parceria com a mãe, com minha mãe, naquela barraca ali do lado. Então eu continuava produzindo, continuava batendo e ela ficava como Angélica [esposa de Israel] faz hoje, atendendo, fazendo comida. Porém minha mãe ela já tá com uma idade avançada, e aí ela teve problemas também de saúde, teve aneurisma, teve algumas cirurgias que ela fez, e aí ela resolveu deixar que a gente tomasse conta, neh. E aí a gente passou a ficar mesmo de frente, apesar da documentação tá no nome dela, porque a maioria dos permissionários todos tem documentação de que pode trabalhar e tu tem todo processo legal, neh... Então aí a gente hoje é que coordena a barraca... E como a prima, minha prima, a mulher do meu primo, fez a cirurgia, Heloína, fez a cirurgia no ano passado, no ano retrasado, ela teve que refazer outras cirurgias... Eles tipo que passaram a responsabilidade pra mim tomar conta, que é da família neh, e hoje eu tô tomando conta pra eles aqui desse lado do espaço. E aí nesse caso... com possibilidade de que eles voltem assim que ela melhorar esse ano aí eles vão decidir se eles vão continuar trabalhando aqui, com o parque na Festa da Juçara ou se eles vão já deixar pra mim responder pela família, entendeu?! Pelo espaço faz parte da nossa família.

Então é isso, envolvimento direto desde criança e os pais sempre tiveram junto com minha vó, e eu minha nora ia assumir neh, esse trabalho na verdade, que a gente chama de um trabalho... pra dizer assim que é mais... eu considero mais diversão do que trabalho, me divirto pra caramba aqui esse espaço é maravilhoso, me sinto bem pra caramba aqui... o pessoal fica bolado comigo, olha a gente dá de ganhar um pouquinho, se diverte também... bota um “somzinho” aqui, assa uma carne, é um espaço mais seguro... eu considero que o espaço seguro pra minha família brincar, pro meu menino brincar, brincar de bola, brincar no playground, então eu considero assim uma casa, uma casa mesmo entendeu?! Até porque a gente tá meio habituado.

Era o foco da pergunta neh, como foi que começou o meu envolvimento então veio de geração pra geração, hoje eu assumi devido a... os parentes foram passando a responsabilidade pra quem vai ficando neh, e assim eu pretendo fazer com os meus se alguém se interessar [risos] aqui no futuro e quiser tomar de conta, já me ajuda, eu já vim só me divertir, trabalho bem menos neh. E minha esposa que hoje também tá comigo neh, e ela realmente ela é o braço direito, esquerdo, as duas pernas, o corpo todo neh. A barraca hoje o cérebro é ela e eu fico mais no apoio logístico, desse de pegar o fruto trazer, ela que já despolpa, eu ajudo no despolpamento, na limpeza dos caroços e tal, no armazenamento neh, na embalagem... que ainda é um pouco artesanal a gente ainda não tem assim uma máquina que faça todo um processo como é uma fábrica hoje. [...] fábrica para hoje só bota caroço aí a esteira vai leva o caroço e lava, dá o queime... dá o choque térmico no caroço, bota no despolpamento, vai pro litro, o litro vai parar, vai pra embalagem, ele queima lá na embalagem, com essas máquinas que empacotam e já vai pro resfriamento, e já vai pro congelamento, já vai pra exportação.

Então a gente ainda tem um meio artesanal, então a gente lava com a mão mesmo ali no balde e bota o caroço lá pra bater depois que despolpa amarra com a mão... bota no litro, mede... então dá um bocado de trabalho viu. Dá um bocado de trabalho [risos]. É isso aí oh. Então eu respondi a segunda neh [...] Eu passei à frente assim que meu pai morreu em 2015. Foi quando meu pai morreu, eu passei a assumir mais atividades com minha mãe, na verdade era ela neh, mas eu já tinha mais responsabilidade e fazer o processo neh de trabalhar na barraca... 10 anos... Mas eu trabalho neh, lógico, falei pra você que desde os 15 a gente já trabalha, mas assumi a frente mesmo tipo aí já vem a responsabilidade de compra, de material, da logística, de tudo... aí já passa a minha mãe vivendo só comer e às vezes é desconfiada, porque ela que diz que é a dona [risos].

**Resposta 3-** Olha a gente sempre acreditou na safra daqui... Hoje ainda acreditamos, muito mesmo, principalmente esse ano, esse ano foi um ano de safra muito boa de dentro daqui da Ilha de São Luís, eu conheço praticamente todos os lugares que abastecem em caroço, o parque, até porque a gente já faz muitos anos que tá aqui. Então a gente tem caroço daqui e do Maracanã, a gente tem caroço do Quebra Pote, da região do que vai pro Quebra Pote, a gente tem caroço da região da Vila Maranhão, a gente tem caroço da área do... pode-se dizer do Juçatuba neh, já é uma parte de Ribamar, a gente tem caroço que vem da parte da Maioba. Então, praticamente, a gente consegue muito caroço nessa época do ano da safra... nosso maior desafio mesmo é entre safra, mas na safra mesmo, por exemplo, esse ano graças a Deus teve muita Juçara, muita mesmo, e ainda tem, ainda tem [...] Então pra você ver como é que o pessoal vai artesanalmente lá no pé tira e já traz pra vender pra gente o caroço, e aqui a gente já começa já faz despulpamento, já faz um resfriamento, já começa a comercializar entendeu?! Então é tudo muito ainda natural do nosso meio daqui do bairro, esse extrativismo essa produção. [...]

Todo mundo tem máquina hoje, antigamente não tinha, era assim manual como te mostrei na foto, acho que essa foto aí foi só pra fazer propaganda neh, ela não era acho tão de bater juçara, porque ela tinha todo mundo aqui, trabalhava pra ela na época essas senhoras hoje já tão idosas, Dona Jovem já tá bem idosa, mas ela ainda tá viva. Essa aqui também Dona Maria de “Chembenga”, essa moça mais jovem, também tá viva, esse aqui ó no canto essa aqui também tá viva, ela já tá bem idosa também [Eu pergunto quem seria a mulher no canto da foto]. Essa aqui é a única que ninguém conseguiu identificar quem era. Aí essa seria dona Maria Maria de “Chembenga”, que a gente chama Dona Maria “Chembenga”. É mais fácil identificar ela assim, Maria Melo, Dona Maria Melo era quem ajudava minha vó na época. E essa aqui Dona Jovem que ela tem barraca aqui também, “Moreninha” ali é dela que é justamente que tu quer entrevistar depois, que é a de Dona Livramento. É a Dona Livramento que tá na frente mais o César, que era dela também a barraca era da Dona Jovem. E minha avó neh, como eu já te falei Dona Vitória de Sousa Guimarães vai ouvir falar dela [...]

[...] Então é isso, a gente ainda tem, ela tá bem desmatada a região, a gente sabe disso, devido a essas construções que chegaram neh, Morada do Sol, Amendoeira, Residencial Vila Maranhão, e hoje ocupam uma grande área e devastaram bastante da nossa região neh, porque não diretamente aqui as nossas árvores neh, mas como elas ficam numa região que é a infiltração que a água entra pelo solo que vem e que brota novamente aqui nas partes mais baixas neh, hoje elas já não infiltra mais tanto, ela já vem com água, já vem com mais força e já praticamente lava passa por cima, não tem essa mais essa infiltração que tinha, já vai direto pros rios aqui mais

próximo Bacanguinha, que vai colar com Bacanga neh, então a água já vai... passa por cima, não tem mais tanta árvore como tinha por causa das moradias. Então o impacto foi bem significativo. Porém ainda temos, ainda muita muita fruta, daqui mesmo da região e outros também que abastecem como eu te falei neh, Vila Maranhão, tira pra gente Quebra Pote, Vila Esperança que é a parte do aquele rio da prata, ali tem bastante juçaral... Maioba ainda tem bastante juçaral, então tem uma... a região, dessa região aqui é a maior, eu acredito que seja a maior, que começa vamos dizer aqui, lá na beira da pista, de lá pra cá tu já vai vendo juçaral por trás ali da Vila Sarney, vem seguindo o Rio do Pontilhão, seguindo as beira dos rios, principalmente neh, seguindo as beiras dos rios, Potilhão, Bacanguinha... Aqui se tiver alguma oportunidade tu vai parar tu vai parar por trás ali [...]. Pois é, então, era uma região de bastante brejo neh... e vai bater no Bacanga, vai acompanhando aí a Ilha quase toda neh.

[...] Pois é o nosso maior desafio realmente é a entre safra, cara. Na safra mesmo a gente não tem problema, muito pelo contrário esse ano a gente teve tanta juçara, que a maioria das barracas sobrou. A maioria das barracas se você conversar diretamente sobre a questão de juçara com as barracas, eles sempre vão dizer “ó esse ano teve bastante gente, bateu que sobrou”, a procura não foi tão grande, acho que devido a realmente, como você falou, que tem muito comércio já comercializa na época neh, época que essa história começou era só aqui que fazia a festa neh. Hoje você tem a festa da juçara na Itapera, tem a festa no Rio Grande, você tem festa de juçara em vários lugar, que tem juçara. Não é mais só aqui, não tá mais concentrado como era. Nunca mais assim, não é tão, não é uma história só nossa mais, tem várias festas já por toda a ilha e fora da ilha também, se botar aí, pesquisar festa da juçara pra todo lado neh. Ele aqui do Maranhão, do Pará. Pois é, da nossa região neh, a devastação do prédio do Maracanã afeta [...]

Então entende?! Então tem bastante juçara ainda e daqui do Maracanã mesmo, entendeu?! A nossa maior dificuldade hoje mesmo é o entre safra, tá entendendo, que aí a gente tem que tem que fazer a importação tem que trazer do Pará, tem que trazer do Amapá, tá entendendo, pra suprir a nossa necessidade, o que torna muito caro. Os incentivos hoje que a gente acreditaria que fosse favorável pra gente seria realmente... vamos dizer assim um projeto que favorecesse o plantio dela precoce em regiões aqui mesmo da ilha neh, que tivesse esse beneficiamento, isso aí supriria a nossa necessidade entre safra... que a nativa mesmo, a nativa ela é o que você vê hoje, a nativa é o que você vê hoje, todo esse brejão aí assim natural que Deus deixou neh... poucas, poucas foram plantadas, aquelas dali são precoces, foram plantadas, mas tem cachos grandes ali lá na ponta lá onde cê tava, aquela região ali foi plantada, praticamente toda essa parte de trás aqui ó foi plantada aqui, que Dona Cotinha plantou, tá entendendo?!

E aí é precoce ela, porém ela demanda irrigação neh, demanda custo. E aí tudo isso vai enfraquecendo o produtor. Só que realmente tem condição hoje tem plantio de juçara neh, o dela que bota o ano todo, tem espécie que bota o ano todo, é só irrigar e adubar, tá entendendo?! Aqui na Itapera, tem uma fazenda que tem plantio de juçara próximo do cemitério, eu não conheço o pessoal de lá, mas eles produzem o ano todo, não fica naquela produção grandona neh, dá uma reduzida, mas não para, sempre tem. Se a gente pudesse ter esse tipo de incentivo de áreas locais que... ou de áreas que hoje eles usam mais pra plantio de de soja neh, de milho, tivesse de juçara também, que dentro do estado tem muita área, não precisa ser aqui dentro da ilha e outros que fosse próximos das nossas regiões aqui aonde a gente sabe que a gente tem um incentivo de governo com a agricultura neh. Isso daí seria uma das soluções, aqui mesmo na ilha eu não vejo, porque teria que desmatar uma área pra fazer outra neh, e aí tem regiões que realmente podem ser aplicadas esse tipo de trabalho com essas áreas que eu falei neh, que já tem essa dinâmica de cultura neh, de agricultura, eu acho que seria essa a nossa... o nosso suprir a necessidade no caso entre safra, entre safra.

A questão de plantação tem que ser bem estudada neh, pessoal que trabalha com a agricultura sabe que tem que plantar, tem que arar a terra, tem que adubar, tem que dar toda essa logística e irrigar, todo o tempo irrigando. Até ela conseguir uma maturidade em produção, então a produção depois que ela parar de produzir, retira ela, bota outra e tem toda essa logística neh, a maioria dos lugares que tem esse tipo de produção são auto sustentáveis entendeu?! São toneladas e toneladas que são exportadas aí pra... vamos dizer não só nativa, mas também de plantio pra fora do país... os Estados Unidos que agora que teve essa taxaço [Momento de pausa pelo Israel para cumprimentar pessoas que chegaram no local]

[...] Então assim aí teve essa restrição agora da tarifa neh, o que restringiu toneladas e toneladas de juçara de atravessar pros Estados Unidos, tanto a nativa quanto produção mesmo, isso também deu uma segurada nela aqui em algumas fábricas de perto neh, daqui da região no caso do Pará, Amapá neh, então eles deram uma despoldada, mas se concentraram mais pra congelamento, mais pra esse açaí que a gente vê o gourmet neh, que eles conseguem conservar com mais tempo congelada neh, processamento dela já não é mais tão só da polpa, mais do congelamento. Então a gente tem essa solução, essa seria uma das soluções que eu vejo neh, seria a parte agricultura, incentivo fiscal, incentivo de ter essa parte agricultura pra plantio, pra desenvolver novas espécies que possam estar suprindo... essa espécie aqui eu vou botar essa como fazem já muita... como faz assim a produção de milho, safra tem esse milho aqui dessa

espécie dessa época do ano, nessa época aqui não tem desse aqui, mas tem esse outro milho, entendeu?! Aí eu vejo dessa forma.

E essas nativas neh, a conservação delas, é tipo assim... então assim, a nativa... como seria a conservação dela, já existe projeto de conservação da nativa, porque quê que o pessoal faz... eles vão limpar as folhas que caem ou eles tocam fogo, aí toca fogo no brejo, isso vai perdendo a riqueza do solo neh [...] Ela [Patrícia] tem, ela tem trabalhado muito com os donos de sítio pra essa conservação dos juçarais. Eu até tentei me encaixar, foi no mês de junho, foi de julho, ela teve um treinamento diretamente com a EMBRAPA, o pessoal de fora veio e participaram de treinamentos dos brejos de quem tem sítio, sobre essa conservação da natureza, conservação dos juçarais e prospecções aí que dizem que vai durar só até 2050, como que pode mudar esse quadro, então eles tiveram um trabalho importante em relação a isso. [Momento que o entrevistado envia uma mensagem de voz para Patrícia Melo].

Pois é foi o pessoal da EMBRAPA mesmo que veio e fez esse trabalho, muito bacana, pesquisadores também da UFMA da UEMA estavam junto. [...] Que hoje a gente sabe que o juçaral aqui vai ser... cada garoto desse aí... vamo botar que a gente tem uma média aqui próximo do parque, a gente tem uma média de 50, 40 a 50 pessoas que tiram diariamente o sustento do apanhar juçara, só do apanhar. É claro que nem sempre é deles o plantio neh, às vezes é de outro dono, aí eles roubam mesmo. Aí eles tiram assim quando eles estão com força mais de 100 latas por dia, 100, 200 latas por dia, eles tiram, a última propaganda que eles fizeram foi de 80 latas em torno assim de 10 a 12 pessoas, então tiraram descendo a região como que vai na direção do rio, dos rios neh, daonde ainda tem ainda água acumulada, ainda tem o pântano, então quem sabe a gente tá numa ilha querendo ou não quando a maré sobe ela pressiona o que tá de água do solo pra subir neh. Tem rio que sobe que quando a maré sobe... é na região ali da Raposa neh, na nossa região aqui nem tanto, mais na região ali do Cajueiro tem lugar que sobe ,que a água do rio sobe, aqui dizem que subia quando a maré enchia uma região próxima a nossa aqui do rio, perto aqui do campo, que a água subia inclusive embarcações vinham até aqui embarcações maiores com carga, e aí eles descarregavam aqui, no polo era aqui... não vinha nada, não era estrada, era tudo barco. Então aqui era um dos atracadores que tinha que retirava mercadoria e distribuía Vila Maranhão, Maracanã, pro Rio Grande, toda essa região aqui era abastecida pelos rios, entendeu?!

Então tem juçara, tem juçara. Olha nós estamos no meio de dezembro, a juçara hoje está custando em torno de 80 reais a lata, mas eles ainda tira, porque assim... como não é deles diretamente neh, o quê que eles alegam que o dono não tira... eles vão lá e tiram... de uma certa

forma faz um pouco de sentido, porque o dono mesmo, a maioria dos donos são idosos ou quem é novo não quer se ocupar com isso. Quer se ocupar e tentar arrumar alguma coisa pra trabalho alguma coisa, e às vezes quem tá desocupado acaba achando um meio de vida desse extrativismo, tem área que realmente é... vamos dizer da união... é nativa mesmo, é da beira do rio, vai descendo o Bacanga, não sei o que... então é uma área nativa, tem área nativa pra cá pra Anajatiua, o lado do Quebra Pote, que é a área nativa. Não é de ninguém mesmo, é da União e tem bastante juçaraç. Então tem como eles tirarem lá o extrativismo deles e sobreviver entendeu?! Então na época da safra, porém quando não tá na safra eles vão roubar outra coisa neh? Vão roubar as coisas de dentro da casa [risos], quando eles dão pra roubar somente a juçara, tá bom demais. Inclusive muitos deles roubam armados, com capuz e tudo... entram nos brejos e roubam mesmo armado, e se o dono vier eles atiram no dono... É, vamos dizer que tem uma parte já da criminalidade aí, já tomando conta do da região entendeu?! Dessa parte do dos brejos, inclusive gente da Morada do Sol, Santo Antônio, Amendoeiras, são bairros esses bairros que surgiram agora, descem abaixo o rio roubando, tá entendendo?! E tira de muita muita juçara mesmo. é de pouca não.

O problema é que às vezes o como eles estão roubando, eles não têm o cuidado de tirar só as que tão madura. Às vezes tira madura com verde, mistura muito, e acaba não tendo uma qualidade, não tem uma qualidade muito boa como o próprio dono quando ele manda tirar, ele manda tirar só as que tão cinzenta. O ladrão não, o ladrão ele não sabe se ele vai voltar amanhã pra roubar, ele tira tudo, ele mistura tudo aí a juçara madura com a de vez... com a verde que é justamente pra aquele volume de lata e ele venda, entendendo?!

**Resposta 4-** Mudanças significativas mesmo a gente não têm tido... assim que realmente favorecesse, porque assim eu digo que na época da festa, na época da festa todo mundo já tá acostumado a vim. Então querendo ou não a gente já espera um público. Mesmo que eles venham aqui e não achem uma... que a gente não consegue agradar a todos neh, um gosta de forró, um gosta de pagode, outro gosta de seresta então eles tentam sempre mesclar, botar uma coisa ou outra que é pra poder ir chamando, mas a gente nunca teve atração nacional, sempre são atrações locais, a gente não tem... da última vez teve Forró Sacode, mas foi pelo São João. O Forró Sacode ele realmente trouxe um público bem expressivo [...] o Tony Guerra, aquele pessoal do Forró Sacode, mas eles têm uma boa mídia, público bem grande. Uma boa mídia nacional vamos dizer assim neh. Então a gente não tem assim esse tipo de que poderia ser um atrativo a mais neh. Eles só conseguem fechar com os grupos folclóricos, tudo bem eu aceito daqui da região, bandas... vamos dizer locais que são as mais fáceis deles estarem negociando e

até ficarem devendo, porque tem gente que diz que não vem tocar porque eles tão devendo ainda. Teve o cacuriá do [palavra incompreensível no áudio], que eu perguntei, ele apareceu aqui com o projeto dele que ele faz de... com senhoras, ele faz aquele tipo que chama aquela dança de... as senhoras idosas neh, ginástica, laboral, não sei o que... “e aí Jhon, tu não vai tocar esse ano aqui na Festa da Juçara” ele disse “vou nada menino! Tão me devendo desde o São João, nunca me pagaram, não venho tocar não” [risos]. Quer dizer então esse link neh, ainda tá assim um pouco... não é assim o foco deles né. O foco deles mesmo é... acredito eu... que seja ainda a política neh, muito parte boa parte da política mesmo... Porque querendo ou não, quem assumiu agora foi Aline Coutinho, porém ela tá vinculada a Marlon Botão e Marlon Botão tá vinculado ao governo do estado. No município não pode nem entrar pra varrer uma folha, que é do Estado, quer dizer... então acho que falta mais esse neh, esse link pra ficar melhor... juntar parceria... até com entidades privadas, por exemplo, em alguns eventos daqui de São Luís eu acredito que quem paga a maioria desses artistas de fora são as empresas, neh, os patrocinadores. Então como o governo do estado acaba de que assumindo tudo, acaba que não rola essa parceria direta com o pessoal privado, que seria uma força neh, caso a gente tivesse uma associação ou alguma coisa nesse sentido, eu acredito que seria uma válvula de escape maravilhosa... tipo a Vale, chegar e patrocinar uma banda nacional que consiga fazer aqui que o público... uma época dessa de festa, poxa! Seria um melhor tiro que a gente estaria dando neh. Pra que a gente pudesse comercializar melhor os produtos da gente, por exemplo, eu acredito que daria nesse sentido seria uma solução neh, essa parceria privada... com o governo pra que a gente pudesse ter bandas de nome nacional que viessem pra cá. A gente não tem. O suporte da gente aqui é maravilhoso, o palco fica lindo, fica tudo muito legal, o palco 360, botaram esse ano, a estrutura comporta e tem, é cercado... quer dizer se alguns reparos de muro que tem que fazer pouquinho, aumentar ali, aumentar aqui, mas vem segurança, vem bombeiro, veio polícia militar. Então dá pra fazer neh, dá pra trazer uma atração nacional, diz: “ah vou ver toda vez, já foi em São João, já veio o boi do Maracanã, de novo viu na Festa da Juçara”. Quer dizer, o pessoal diz assim neh, mas gosta do boi, vem, aparece. É mais ou menos nessa ideia aqui de raciocínio que eu levo entendeu?! no meu ponto de vista.

Então não teve assim uma mudança significativa, no meu ponto de vista sempre são as mesmas brincadeira... e muda assim as pessoas que tão na frente. Mas praticamente parece que eles tiram de uma gaveta e esse ano vai ser isso isso... aí bota na gaveta, aí chegou no outro ano “cadê aquele papel?” “tá lá dentro”, “puxa lá”, aí puxa aqui bota. Tá entendendo... não dá aquela mudança tão significativa. Claro que sempre vem um apoio ou outro, por exemplo, tão

reformando algumas barracas, quer dizer acabou a Festa da Juçara, continuou a reforma?! Não continuou! Nós estamos aqui ó, nós estamos aqui correndo risco, ó a coluna como é que tá escondido aí. Qual seria a minha ideia... “poxa, terminou, bora logo ver o que tá pendente, bora logo ajeitar”, não! vão deixar pra ajeitar na véspera da festa ou de algum evento que vão tentar... isso quando a coisa não cai mesmo, porque caiu ali não sei tu viu. [...] Aquela barraca ali foi desabada, aquela ali quase desabou, aquela ali na reforma desabou. Quer dizer são construções de mais de 20 anos. Precisa de reforma, precisa de manutenção. E às vezes quem chega como dizia a nova gestão, chegou agora “Então eu vou mostrar tudo bonito, nós estamos fazendo”, ele faz uma outra, alguma coisa que não dá assim aquela expressividade pra todos neh, acaba não beneficiando a todos, na minha visão acho que se tem que trazer o benefício é sempre pra todos neh, e fora que a gente a Festa da Juçara acabou, foi em outubro e agora? Como é que a gente vai fazer? Então essa parte tem que entrar aqui, tem que entrar essa parte administrativa, ela tem que agir tipo ah tem que botar um tecladinho, lá uma voz de violão, melhorar o som do parque, alguma coisa, pra que as pessoas tenham vontade de conhecer, que a safra não acabou a gente vai ter juçara. Porém não tem um atrativo, não tem não tem essa parte entendeu?!

Outra válvula de escape também que seria boa, uma parceria junto com a EMBRATU, com as companhias de turismo, eles descem do aeroporto aí pegam lá a van, vão pro hotel, às vezes, nem vai pro hotel, já vai direto pra Barreirinhas, lençóis, mas não... “bora encostar”, não todos, “mas bora encostar no Parque da Juçara, pra ver a culinária, artesanato”... a gente já deixou alguma coisa já da região, pra que eles possam tá comercializando, entendeu?! Eu, pra mim também seria uma outra válvula de escape, é fazer essa parceria com empresas de turismo... que é cultura, tem mais de 57 anos isso aqui é muito histórico. Cada um tem várias histórias, conta várias histórias, cada um tem as suas histórias particulares, e às vezes tá num artesanato, às vezes tá numa flor, às vezes tá num jarro, tá expressado ali na cultura neh.

Tem o boi do Maracanã que também poderia ser vinculado aqui, que aí já passava aqui, já ia no Museu do boi do Maracanã, já encostava no museu, já passava aqui, já fazer uma trilha... natureza, espécie exótica, juçaral... alguma coisa assim entendeu?! Porque tudo aqui ainda é aquela parte aquela região que vai começando aqui, é daqui do parque, faz parte, tá vinculado, área verde. Ainda tem como fazer uma pequena trilha, de vez em quando cai uma preguiça aí, um animal, “bora ver como é que pode fazer uma conservação desses animais” pra que eles fiquem presente aqui na região, na área, como é que a gente consegue entendeu?! Aí teria um atrativo, aí a preguiça caiu, poxa, passei o dia todo ligando pro bombeiro, a polícia, a patrulha ambiental, foi que veio... as pessoas que conhecem a gente, que vem comer aqui neh. “Ó a

preguiça caiu aqui, tá muito mal” e tal. Aí pegaram e levaram e pronto, deram lá pra ela lá, outra vida neh, conseguiu, sobreviveu... tem preguiça que passa ali de vez em quando. Tem macacos aí pra essa região neh... Então seria aí no caso mais uma forma de trazer o público, porque a gente não vive só no mês de outubro, a gente vive o ano todo, e aí a gente o que a gente ganhou durante o mês de outubro vai suprir essa necessidade nosso até o resto do ano?! Aí algumas barracas tem que manter fechada pô. Como é que o pessoal vai fazer que cê não tem nada, porque tu não tem ninguém. Aí quem chega, quem vem, ainda não encontra o que quer, o quê que ele queria? Comida em si! A gente tem um carro chefe é a juçara neh, se fosse mais juçara com camarão, juçara com peixe frito, com carne de sol, não teria problema nenhum. Aí é uma outra tipo culinária, mas como é que a gente vai fazer uma culinária se sabe quem vem ou não?! Já pensou se eu faço aí tipo um mocotó ou uma carne de bode, pra quem?!

Tem gente que passa aí acho que pensa até que tá fechado, porque olha pra cima ali só olha a barra fechada. A gente às vezes aqui quando a gente tava aqui do lado, a gente tinha que botar a placa pra fora pode ser que tava aberto, botava o pessoal... ficava pô... mas eu boto a placa, poxa tem ninguém nem sabendo que isso tá aberto. Então eu penso assim, se as partes administrativas realmente fossem mais eficaz traria gente pra cá. Traria a parte do turismo, fazia vínculo com empresas privadas, pra que trouxesse e pagassem atração nacionais, entendeu?! Porém não é a preocupação deles hoje, a preocupação deles é político, é política. Querendo ou não... eles querem que o nome deles apareçam. Tipo Marlon Botão agora ele vai querer que o nome dele apareça em tudo. Ele é um vereador, foi o vereador mais bem voltado da zona rural, é morador e agora ele tá, vamos dizer assim, com esse vínculo com a nova administração tão querendo tudo que ele fizer ele vai querer que o nome dele apareça. E aí ele vai fazer ali o máximo que dá pra ele fazer, lógico neh, o alcance dele, nem sempre as coisas são como a gente pensa né. Às vezes não tá o alcance dele, o que ele quer fazer. E às vezes é assim, eu vejo dessa forma. Pra que a administração realmente seja eficaz ela tem que fazer parceria com empresa privada, ela tem que fazer parceria com o turismo, ela tem que fazer isso, pra trazer gente pra cá botar pra funcionar durante o ano todo. Durante a Festa da Juçara é, puxa, vamos aí potencializar o parque. Aí esse vai ser a época que a gente vai botar a safra daqui pra bombar, vai ser a hora da gente neh, tentar resgatar o que gastou o ano todo neh [risos] eu penso dessa forma. Eu sei que tem muita gente que pensa como eu, pensa assim também. É o que a gente acredita.

**Resposta 5-** Sim, sim, sim, sim, sim. Assim eu considero que é muito bom, muito importante neh, que elas realmente se valorize e elas se valoriza elas neh, valorizam o trabalho delas tudo. É sempre a maioria, sempre foi assim neh, desde que me entendo, inclusive minha vó

é aquela pessoa da foto neh. Ela que encabeçou tudo, então Dona Rosa Mochel, Dona Cotinha, sempre foram mulheres que tiveram a frente. Nós homens sempre tivemos o mesmo aqui vamos dizer assim... mais por diversão do que pro trabalho [risos]. Sempre dá pra trabalhar também lógico, querendo ou não a gente tira uma parte do sustento daqui. Mas hoje basicamente, por exemplo, aqui a barraca Angélica que toma conta, da minha esposa neh, eu faço a parte de apoio pra ela, então eu considero que tá em boas mãos [risos], eu não tiraria essa responsabilidade dela pra mim nem que ela quisesse, ela mesmo e pronto, tá entendendo?! Ela gosta do que faz, ela cozinha, ela produz, ela embala, ela conserva, ela faz tudo. Inclusive agora, tô recentemente tô fazendo outros cursos neh, tentando pra área do transporte e ela tá praticamente tomando conta de tudo só. Apesar de ser muito trabalho, mas ela dá conta excelentemente, com o apoio das crianças lógico neh, que tem Angelina que ajuda, tem o Israel que ajuda, o David... que sempre dá um apoio os meninos pra ela quando ela precisa neh, ela recorre vai ali pega ali faz isso, faz isso, faz aquilo, aí ela já consegue administrar com maestria, é maestria só elogio pra elas. [...]

Por mais que a gente tente fazer artesanato do caroço, é muito caroço.

**Entrevista realizada com Raimunda Ferraz, no dia 24 de janeiro de 2026:**

**Resposta 1-** A minha história de vida começa desde a o útero da minha mãe [risos]. É porque eu fui gerada aqui no bairro neh, nascida e criada até os dias atuais. Herdei o nome da minha avó paterna que foi uma das maiores mães de santos aqui da comunidade, uma grande referência que foi minha avó Raimunda da Silva Ferraz. Então a minha história de vida começa assim neh, desde a minha geração no ventre da minha mãe, da minha criação, tive uma infância muitíssimo feliz num ambiente muito privilegiado em matas, faunas, o meu maior lazer, meu e das outras pessoas que moravam aqui, era tomar banho de rio e subir nas árvores. Então toda a minha infância ela se permeia nesse contexto neh, até minhas brincadeiras era com um pedaço de pau. Eu pegava os bichinho de... os palitinho aí eu vestia ele com as florzinha, aí as flores que caíam das árvores eram os peixes, peixe fresco, então toda a minha infância ela foi relacionada a essa questão do... desse contato com a natureza neh, descia com a minha mãe pra tomar banho de rio, minha mãe lavava roupa, a gente buscava água no poço também, um poço que tinha ali nos brejos, a gente sempre tinha que atravessar a rua neh, porque do nosso lado era só mato, não tinha brejo. Então a minha história de vida começa assim neh, toda em torno do Maracanã e eu me sinto muito feliz pertencente a esta comunidade, tanto que até hoje ao lado da minha irmã Odelina, a gente tem uma luta grande socioambiental pra tentar preservar o que ainda resta da área de proteção ambiental da APA Maracanã, porque a gente entende que isso tá muito ligado à nossa origem ao nosso contexto de vida, à nossa paixão pela terra onde nós nascemos, pelo menos eu nasci e cresci aqui ,então é um pouco isso.

**Resposta 2-** Eu só não lembro o ano, eu precisaria olhar umas agendas minhas, mas era eu e minha irmã Lourdes, a gente tinha uma barraca quando ainda eram as barracas de palha, na realidade começou como uma barraca do grupo de jovens se eu não tô lembrada, não foi que era do grupo, aí o grupo parece que não quis mais e eu e minha irmã assumimos, eu acho que nós ainda botamos barraca por uns quatro ou cinco anos, barraca pra vender mesmo juçara. Eu não me recordo, aí foi a época que teve a transição que tiveram que padronizar as barracas, tiraram as barracas de palha e botaram as de alvenaria, aí nessa época eles tiveram que reduzir a quantidade de barracas neh, porque as de palhas eram menores, então dava muitas barracas. Aí quando teve a redução, eu e minha irmã tivemos que sair porque nós éramos recente, a gente acho que tinha 3 ou 5 anos no máximo que a gente botava a barraca e já tinha gente que botava muito mais tempo, muito mais anos neh. Então foi uma coisa que a gente ficou bem chateada porque a gente gostava muito de vender juçara, porque a gente faz uma propaganda muito grande da juçara neh, e aí quando a gente deixou de ter essa oportunidade foi o impacto pra

gente, porque ali era mais do que uma questão econômica neh, a nossa barraca era também de socialização, de trazer os nossos amigos neh, de apreciar a juçara. Então pra gente foi um momento bem chato, porque aí foi na época que até falaram que não ia ser mais, que ia ser Estados Unidos e Iraque, porque aqueles que perderam as suas barracas lá em cima que aí ficava tudo construído as barracas bonitas neh, de alvenaria, e aí nós fomos lá pra baixo que foi chamado praça de alimentação, que chamavam de Iraque na realidade, porque Iraque, porque a gente começou a fazer as barraca tudo de pedaço de compensado de palha [risos], então as barracas ficavam meio parecia que estavam bombardeadas neh [risos]. Era um disparate do cenário lá das que foram padronizadas pra essas outras. E aí na época a gente passou pra lá mas assim, a gente ficou ainda meio imposs... tristes, porque nós estávamos impossibilitados de vender a juçara que era o nosso maior objetivo, era vender a juçara em natura com peixe frito, camarão, carne de sol e aí quando a gente passou pra lá, que eu também não sei precisar o ano eu teria que buscar a luz nos meus registros, tenho algumas agendas ali que eu acho que talvez eu consiga ter essas informações, eu tenho uns cadernos que eu anotava coisas, aí quando a gente passou pra lá, eles disseram a vigilância sanitária falou que nós não poderíamos vender juçara lá por conta da estrutura das barracas neh, e também lá era muita poeira.

Quando tinha essa seresta era poeira que não acabava mais, então não teria condições da gente continuar vendendo juçara. Aí nós tivemos que optar por vender cerveja. Aí foi na época que minha outra irmã Lourdes desistiu, acho que ela ainda ficou só dois anos... comigo [ela confirma com a sua irmão Odelina ao lado essa informação] Aí a minha irmã desistiu, aí foi na época que eu conheci o pai do meu filho, aí ele disse que queria pra gente continuar com a barraca, aí eu acho que eu ainda botei com ele uns dois anos no máximo essa barraca. Aí quando ele desistiu, foi a época que Odelina entrou neh, aí nós ficamos botando lá [Ela confirma novamente a informação com sua irmã Odelina], acho que uns três no máximo, só que tava um negócio muito difícil, porque o governo do estado não tava dando suporte lá pra baixo no Iraque, então a gente tinha que tirar do nosso próprio bolso, a gente tinha que comprar gelo neh, tinha que pagar som, tinha uma série de despesas, então ficou algo muito cansativo e sem dizer que o nosso objetivo não tava sendo contemplado, o que era de trazer nossos amigos então não tava... “vocês vende juçara? Não, só era cerveja” e outras coisas, que a gente teve uma época que a gente vendeu até Guaraná da Amazônia, alguns lanches, mas não era a mesma coisa que a gente tinha quando a gente vendia a juçara. E aí nós ficamos eu acho que mais uns três anos eu e Odelina botando a barraca, até que a gente desistiu porque ficou muito puxado mesmo e também porque a gente tinha muitos outros compromissos neh, e às vezes domingo era o único dia que

tinha pra gente tentar descansar e aí já ir pra barraca, que a gente tinha que ir pra tá muito cedo, varrer tudo... era... tava muito puxado.

Aí nós paramos de botar a barraca, aí investimos mais na questão da nossa companhia neh, “Juçara com Farinha”, levando já... indo pro parque mais nessa proposta da apresentação cultural, porém nós não nos sentimos valorizados, porque no ano de 2019, eu junto com o Odelina e outras pessoas organizamos aí a dança da juçara que foi da “Companhia Juçara com Farinha”, foi um espetáculo neh, que foi justamente essa camisa aqui ó “Maracanã sua história e música, versos e danças”. Então a gente levou uma historinha que a gente contava, era a vovozinha, contava historinha pra netinha e ali começava toda a história do bairro com cordel, com músicas, aí a música do trem “peguei o trem em Teresina” [parte da música], aí a gente falava do trem que passava aqui neh, que corta essa... aí a gente falava aquela “Nossa Senhora, Senha da Penha...”[parte da música], que era a dança portuguesa “Nossa Senhora”, porque a gente se remetia aos festejos que existem na comunidade, aí a gente começamos com aquela música “Voa Maracanã” [parte da música] pra falar da origem do nome do bairro.

Então o espetáculo ele acontecia todo inspirado em músicas que faziam uma relação com o contexto do bairro. E aí nós organizamos, fizemos também um cordel por ocasião dos 50 anos da Festa da Juçara, só que a gente teve assim que... tipo que chalarar pra nos colocar na programação de forma voluntária, nós nem recebemos nada do governo do estado, então eu achei que foi um pouco de falta de consideração da gestão neh, e não nos valorizar enquanto grupo da própria comunidade que estava trazendo algo da própria história do bairro. Então nesse tempo eu me senti desvalorizada, o cordel quase que a gente não conseguia apresentar, porque já tava na programação, eu acho que era o Boi do Maracanã, e a gente teve que esperar o boi se apresentar e a gente já ficou no final a noite, tinha quase nem ninguém pra ouvir. Porque as pessoas estavam ali mais concentradas pra ouvir o boi tocar neh, mas ainda assim nós apresentamos o cordel, os nossos amigos fiéis estavam lá pra nós prestigiar... Então eu penso que a cultura local ela ainda precisa ser mais valorizada dentro desse espaço, que é o Parque da Juçara e no período da festa.

Aí nesse ano de 2025 neh, a gente retomou por um convite de Marilúcia, que perdeu o ente familiar muito próximo e aí ela com medo de ceder a barraca dela pra outras pessoas e depois ter problema da pessoa não querer devolver o espaço, aí ela falou com Odelina, aí Odelina conversou comigo e a gente resolveu topar o desafio e a experiência, não foi algo tão exitoso [risos]. Mas a gente também não perdeu nada neh, estivemos lá, reunimos com algumas pessoas, mas a gente já não tem aquela mesma pegada de antes, neh. A gente percebeu isso

[risos]. Até porque continua sendo só de vender bebida praticamente e o nosso maior desejo era ter uma barraca mesmo pra vender juçara, comida típicas, porque é o que mais os nossos amigos procuram. Tanto que a gente fez aqui nesse espaço aqui do recanto turístico, da Companhia Juçara com Farinha, acho que foi três anos [ela pergunta a irmã] ou quatro... que a gente fez uma programação temporária de venda de juçara para os nossos amigos, já que a gente não tinha um espaço lá na Festa da Juçara, um espaço pra vender juçara, então a gente tendo um espaço aqui a gente fez esse empreendimento temporário, teve um ano que foi bem legal, a gente trouxe um grupo de pagode, teve seresta. E como a gente tem um espaço também... favorável, se a gente quiser neh, a gente pode dar continuidade, só que a gente quer fazer mais ou menos nesse período mesmo da festa porque aí saindo daqui as pessoas têm a oportunidade de prestigiar lá a programação cultural neh. Aí a gente ficou ainda uns dois anos também, fazendo aqui muito por conta desse não espaço disponível lá. E aí a gente fez nesse ano 2025, aí esse ano vamos passar de volta pra Marilúcia, se assim ela aceitar. E um pouco da nossa história é essa... Ah e também, a gente teve a nossa, a gente foi valorizado esse ano, nós fomos incluídos na programação neh, sob uma nova gestão que é de Aline Coutinho e de Marlon Botão, e aí eles nos procuraram e nos incluíram na programação... a gente ficou feliz neh, por ser da comunidade e por que nossa apresentação garantida na programação desse ano e a gente espera que nos próximos a gente possa também estar lá presente.

**Resposta 3-** Na realidade a juçara ficou muito escassa por conta mesmo... já explicita aí... da devastação neh, e olha que a gente tem lutado muito, incansavelmente, desde 2014 quando foi fundado o CONAN, a gente vem lutando neh, contra essa devastação, não tem sido fácil... toda juçara que a gente vende aqui é extraída aqui mesmo da comunidade, porque a gente não acha legal juçara comprada de outro lugar. Não é nenhum preconceito, é porque quando a gente toma não tem o mesmo sabor, a mesma consistência. Então toda a juçara que a gente comprou pra fazer o uso foi daqui, aí no caso há uma concorrência muito grande nesse período, porque todos os barraqueiros querem a juçara neh, e às vezes fica até mais difícil da gente comprar e adquirir, mas eu tenho conhecimento... só que a juçara daqui não é mais suficiente pra abastecer a festa, então o que a gente tem de informação é que essa juçara vem também de outros estados, como por exemplo do Pará. Então tinha um caminhão que abastecia os barraqueiros pegavam lá, mas nós, a gente sempre teve essa prioridade de só fazer a juçara pra vender sendo a juçara daqui do bairro, só que como a gente compra em pouca quantidade a gente consegue neh... esse fornecimento, porém como solução que a gente tem feito através, por exemplo, da União de Moradores... teve inclusive agora uma ação, a gente recebeu várias doações de juçara,

é o replantio. E não só nos brejos, porque a gente já entende que a juçara ela dá em outros locais que não seja brejo, só que a gente precisa de uma boa irrigação e que às vezes a gente não tem, por exemplo, a gente tá lutando dia e noite com a nossa juçareira aqui que nós plantamos no recanto turístico, porque todo mundo que vem aqui “Ah, o recanto turístico da Companhia Juçara com Farinha”, então imediatamente imagina que aqui vai ter pé de juçara, neh? Aí a única coisa que a gente consegue mostrar pra eles é uns pezinho, porque meu cunhado bate juçara, tem uma máquina de juçara, o meu cunhado e a minha irmã, aí eles jogam os caroços lá atrás então começou nascer várias mudinhas neh, mas a questão da irrigação ainda é um desafio. Tanto que onde tem maior concentração de pé de juçara são nos brejos, por conta das nascentes dos riachos neh, então a gente não tem essa dificuldade, a gente também tá correndo atrás aí de parcerias com a EMBRAPA, porque agora tem essas mudas de juçara que são precoce, que dizem que dá como dois anos neh. E aí a gente tá nessa busca constante do replantio.

Por exemplo essas mudas que nós recebemos aqui na Companhia Juçara com Farinha, a gente vai fazer uma ação agora que vai ser o primeiro “Festival Poesia e Cordel Juçara com Farinha”, na ocasião a gente quer chamar os vizinhos pra vim prestigiar o evento e distribuir essas mudas, porque diz que dá com dois anos esse que a UFMA deixou com a gente neh, então o vice-reitor veio, fez uma ação com a gente, fizeram uma trilha, plantaram algumas e a gente vai distribuir outras pra aquele entorno, pra que eles plantem mais juçareiras pra que daqui a dois anos eu curto espaço de tempo nós tenhamos juçara já pra aumentar esse fornecimento, que muitas das vezes não é não tem sido suficiente por conta da devastação neh. A gente tem informação, inclusive, que tem brejos aí que tá caindo buritizeiro, juçareira, tudo por conta da contaminação neh, da própria estação de tratamento que muitas das vezes quando começa a dar defeito eles demoram, eles ficam protelando. E aí... ainda bem que hoje a gente tá no conselho consultivo, o CONAN, então sempre que isso ocorre a gente aciona imediatamente o representante da CAEMA, que é o Marco Silva, que inclusive veio aqui na nossa trilha, pra que ele possa acionar as equipes pra dar um jeito [...]. Porque é muito cômodo, por exemplo, construir uma estação de tratamento próximo a uma nascente. Porque quando a estação dá problema, os dejetos vão para a nascente e assim fica. Só tipo... o Rio Anil não é mais rio neh. É um esgoto. E aqui só ainda não tá assim por conta mesmo da nossa luta dentro do conselho ambiental neh, desde 2014 quando a gente criou esse conselho, todas as vezes que o esgoto lá do Amendoeiras começa a vir para o rio, começa a feder os brejos, aí os moradores acionam a gente, tem um grupo ou mesmo no privado. E aí a gente vai lá denuncia, já teve caso da gente... teve uma época que tava tudo descendo aí e a gente já tinha pedido vários dias e nada, aí eles

disseram “na sexta, que não teria mais condições de ajeitar”, é porque ia ser final de semana. Aí nós dissemos assim “Ah, é?! Pois então o governador tá vindo domingo pra cá pra inauguração da Festa da Juçara, nós vamos fazer uma manifestação lá na frente do parque”. Num instante no sábado de manhã a equipe tava aí pra pra ajeitar, então às vezes é uma questão mais de política mesmo neh, de boa vontade, má vontade de fazer o procedimento.

Então isso é algo que a gente tem feito, é o processo de replantio, de sensibilização e de denúncias pra que os esgotos não derramem mais nos riachos, porque se o esgoto derramar vai implicar na questão diretamente das juçareiras e dos buritizeiros também. Inclusive a gente teve um projeto aí da Equatorial, que a gente fez uma limpeza aí nos brejos, se tirou tanto lixo neh. Então ainda falta muita conscientização da parte das pessoas e aí uma das ações que a gente ainda falta fazer, uma das últimas ações do projeto é duas palestras que a gente quer levar pras escolas, uma vai ser aqui na Augusto Mochel, a gente tá esperando reinaugurar, porque a gente entende que o Augusto Mochel é a escola onde está a maior concentração de moradores daqui da comunidade. E a gente quer levar também a outra palestra pra alunos do ensino médio, a gente tá pensando ou Vila Maranhão ou Vila... é Vila Maranhão, porque também tem concentração de brejo ou então lá no Rio Grande, na escola municipal, porque lá também o Rio Grande tem muitos juçarais, ainda neh, conservados. Então esse abastecimento ele se dá nesse entorno, Maracanã, adjacências... Rio Grande, Vila Sarney, Vila Esperança e também a vinda de outros estados.

Então o que a gente tem feito é isso neh, a denúncia, as lutas socioambientais, o replantio, tentar uma parceria com a EMBRAPA pra ver se traz mais, aí tem também o Instituto Formação que parece que tem um projeto nessa linha também de atuação neh de plantar esses quintais sustentáveis e dentro isso acho que tem a proposta das juçareiras... eu sei que assim, tem muita gente interessada em contribuir neh, mas tem muita gente também querendo destruir e as forças são muito fortes da destruição, tanto que a gente teve... tá tendo um desmatamento enorme ali na área do Bacanguinha, uma parte dela já funcionou a trilha Rosa Mochel, já foram feitas inúmeras denúncias, o secretário de meio ambiente tem ciência disso, todos que estão no conselho tem ciência, já foi acionado parece que o proprietário, mas nada tem sido feito! A devastação tá se alastrando cada vez mais, então às vezes dá uma sensação de impotência neh, porque eu falei outro dia lá no grupo só quem entende é quem nasceu, quem se criou aqui, que tinha a minha maior alegria Ruan era o meu lazer como criança, eu tomava banho de rio... mermã mais era direto, era o meu maior lazer, eu chegava descansava e fazia meu dever bem rapidinho, eu sempre fui muito aplicada na escola neh, fazia meu dever e era a tarde inteira

pulando de árvore, mangueira, bricoseiro, pé de caju, hoje inclusive acho que adquiri uma gastrite porque eu comia muito caju com sal, e manga verde com sal, e tempero seco e vinagre, hoje eu tenho gastrite, acho que por conta dessa questão, mas eu vivi uma infância extremamente feliz e hoje eu fico triste porque meu filho não viveu nada do que eu vivi. E tudo isso por impactos ambientais neh, pela ganância do homem que só quer construir, construir, construir.

Aí no conselho, com muita luta Odelina e uma pessoa que esteve sempre à frente dessa luta, a gente conseguiu o Plano de Manejo. E hoje esse Plano de Manejo ele existe, mas ainda precisa ser implementado de verdade, porque cada vez mais eles querem construir na área na APA. Parece que o Maracanã é a “menina dos olhos de ouro” da destruição, porque tudo eles querem trazer pra cá, tudo eles querem construir aqui, tanto que construíram o que Residencial Amendoeira, Morada do Sol, Santo Antônio, Residencial Vila Maranhão e só não deve ter outro residencial porque talvez eles não aceitaram neh, que Odelina disse inclusive que tava chegando várias solicitações de licenciamento pra construir coisas aqui na área. Só que também a comunidade às vezes ela não reconhece essa lutas neh, ela acha que o conselho não serve de nada e não reconhece o quanto que já foi feito de empreendimento que foram impedidos talvez por conta do Plano de Manejo, as próprias histórias que foram contadas durante as oficinas do Plano de Manejo foram com pessoas idosas que hoje já até faleceram, tudo isso é memória neh [ela confirma com sua irmão novamente a informação] Acho que tá num documento do Plano de Manejo neh, as entrevistas. Enfim, então a luta é grande pra que a gente possa conservar esse nosso patrimônio que é APA Maracanã, nossa cultura, a Festa da Juçara neh, que é um patrimônio muito especial pra nós, porque quando as pessoas falam em Maracanã ela já relaciona a Festa da Juçara ou a própria juçara, Deca costuma dizer que quando eles olham a gente, eles já veem uma juçara em nós, porque todo mundo fala logo “cadê a juçara do Maracanã?”. É isso.

**Resposta 4-** Como eu falei, quando eu iniciei mais a minha irmã Lourdes Ferraz, na verdade eu lembro que eu iniciei como grupo de jovens lá que era o Grujac, grupo de jovens... Unidos em Cristo alguma coisa assim... e aí depois eu fiquei com minha irmã lá, então as mudanças significativas foi em relação à questão que teve, mas também antes a Festa da Juçara era mais legal. Quando era as barracas de palha neh, eu me lembro que tinha um palco de arquibancada, inclusive nós temos um cordel que retrata toda essa história neh, porque a gente pesquisou com as barraqueias mais velhas que conta toda essa história aí. E aí tinha as atrações neh, tinha a Barraca do Beiju, a Barraca do Caldo de Cana, isso é só dos que eu me lembro neh.

Aí tinha a arquibancada, tinha até luta livre, aí todas as atrações eram nessa arquibancada. Eu lembro também que tinha a maratona neh, ainda ajudei uns anos a fazer a maratona com o seu João Guimarães, que era seu Joca neh, Seu Joca e Dona Carmina, aí a gente tinha essa maratona que corria lá do Parque da Juçara até a Vila Maranhão, teve uma época que o nosso amigo quase morre [risos] e chegou quase tendo uma parada cardíaca neh. Aí tinha o pessoal da SMTT que dava suporte neh, pois é, aí tinha os desfile neh da “Garota do Maracanã”, a “Garota da Festa da Juçara”. Aí tinha das barracas enfeitadas, neh? Então era um negócio assim mais raiz. Quando eram as barracas de palha era mais envolvente, era muita gente mesmo. Os ônibus nem consegui descer pra cá, pra Alegria, tinham que ficar lá porque era muita, muita, muita gente mesmo nessa Festa da Juçara neh, aí tinha apresentação cultural de boi, de dança, tambor de crioula, de tudo aí nas pesquisas que a gente fez diz que tinha até tambor de mina que se apresentava, a gente já ficou sabendo depois das pesquisas que a gente fez neh da Festa da Juçara. Mas a minha vivência mesmo foi só essas que eu te falei neh, e essas mudanças mais significativas eu penso que foi nesse quesito, neh? E as barracas do artesanato também eram mais valorizadas, eram mais frequentadas. Eu tenho uma impressão de que antes da padronização se vendia mais artesanato do que depois neh, da padronização, eu vejo que agora ultimamente teve uma queda significativa de artesãs que trabalham diretamente com a matéria-prima, o coco e a juçara, inclusive a gente fez uma proposta pro moço que faz o negócio lá de coco [...] a gente fez uma proposta pra Seu João, pra que ele desenvolvesse a técnica de como fazer os coisas do coco babaçu. A gente chegou a ver tudo com ele, conversei muito com ele, mas ele não se colocou disponível pra dar a oficina, por quê? O nosso receio é que as coisas acabem, porque fica concentrado em uma pessoa, a gente queria uma forma de passar esse conhecimento pra outras pessoas, isso daí é um negócio que geraria muita renda pra comunidade, porque a gente tem muito desperdício de coco babaçu, a gente não sabe otimizar essa fruto e tem muito coco babaçu aqui, muito mesmo, só que as pessoas não usam pra quase nada, a única coisa que eles usam é pra fazer carvão neh. Podendo fazer muitas outras coisas, uma vez até fiz uma proposta lá pra União de Moradores com um consultora, se a gente tinha como montar um grupo de quebradeiras de coco pra lá atrás na União de Moradores fazer tipo uma cooperativa, tirar neh as amêndoas, aí a casca seria pro rapaz fazer o cavão, fazer também os artesanatos... a gente tava disposto a comprar as máquinas pra fazer esse artesanato, mas aí é algo que depende desse moço, porque ele tem o maquinário, ele tem a técnica e ele teria que nos ensinar pra gente poder dar procedimento nessa arte.

Entre as mulheres artesãs, a gente também pretende trazê-las pra ver se elas multiplicam isso. Porque precisam multiplicar, porque senão depois a técnica vai se acabar se ficar concentrado em um, duas, três pessoas. E a gente ter um grupo de mulheres artesãs aqui da Companhia Juçara com Farinha, elas tão meio paradas... a gente tá tentando retomar, ver se traz mais oficinas aí pra poder a gente dá continuidade a essa produção de artesanatos, e ensinar esse ofício pros mais novos, porque há um desinteresse muito grande da juventude em continuar com as técnicas, a gente fala pelo próprio reisado por exemplo, o Rei das Nuvens ainda sempre viu, a gente tem inúmeros jovens aqui, mas ninguém quer sair no cordão, quase ninguém, aí eu e a Odelina a gente sai em um em outro, correndo pra um lado e pra outro, pra somar, pra tornar o cordão mais bonito, pra ter mais gente neh.

Então a gente precisa ainda sensibilizar mais a nossa juventude sobre a nossa bagagem cultural, sobre a importância de manter viva essa bagagem com a participação efetiva deles. Porque é uma tristeza a gente, por exemplo, através do projeto Equatorial a gente fez várias intervenções artísticas nas escolas do município e também do estado. As pessoas quase não sabem sobre a sua cultura, o que tem na comunidade de cultura, tão muito focadas são nos principais que é a Festa da Juçara e Bumba-meu-Boi, sendo que nós temos inúmeras formas de viver a nossa cultura neh. E a gente precisa ainda sensibilizar muito, avançar muito e as escolas seriam um carro-chefe pra isso, se ela estivessem projetos culturais neh. Mas o que tem são ações muito pontuais, uma atividade ou outra e agora tem esse patrimônio na escola aí, que eles ainda chamam às vezes a gente ou levam uma outra atividade. Mas eu ainda penso que precisamos avançar nesse sentido.

Em relação à atuação dos organizadores, a gente passou o tempo neh com... sob... quem fundou foi Rosa Mochel, Dona Sofia, Seu Jaime, mais aquilo que tem lá no nosso cordel. Vitória Guimarães também faz parte lá da época desse contexto. Aí teve um tempo aí que ficou sob a organização de Dona Cotinha, muito tempo neh, Dona Cotinha, Seu Joca também mais Dona Carminha tiveram na frente um tempo neh. Nesse tempo eles me chamaram pra auxiliar, pra ajudar, porque como eu era professora lá do [palavra inaudível no áudio], então a gente tinha esse contato muito próximo, aí teve um ano que foi Eliete dois anos, e o rapaz [...] Hamilton, professor Hamilton. Aí depois passou pra Mayara da juçara neh, depois pra Fabianna e agora mais recente pra Aline. Então... a gente... acha que essa é a nossa maior abertura... era mesmo um tempo lá... de quando era mais Seu Joca, Dona Carminha, por causa da nossa proximidade neh, Dona Cotinha também tinha uma boa relação e agora com a Aline a gente tem perspectivas maiores por conta de nós sermos da mesma igreja, por conta dela conhecer também o nosso

trabalho e tá sempre nos chamando pra ser parceiros do Parque da Juçara, então sempre tem uma ação ela pede pra gente divulgar ou então quando a gente tem uma ação, a gente pede o espaço do parque, porque o parque ele precisa ser otimizado neh, não é só época da Festa da Juçara, ele poderia ser otimizado o ano inteiro ali com inúmeras atividades, inclusive através da União de Moradores nós fizemos uma solicitação pra montarmos uma feira mensal, nunca tivemos resposta, mas vamos pegar no pé, vamos ficar no pé [nessa parte as irmãs conversam entre si]... a gente pediu para eles autorizarem para realizar uma feira de vendedores locais todo mês no Parque da Juçara, porque nós temos muito empreendedores aqui na área, muitos mesmo.

A gente faz parte da “rede de prosperidade familiar”, o que tem de pessoas que atuam nessa área do empreendedorismo não tá no gibi, porque também as pessoas às vezes têm medo de perder o benefício do Bolsa Família, então elas não querem trabalhar de carteira assinada. Infelizmente a ideia é um mito na cabeça de muitas, a gente tenta orientar neh que a carteira assinada, a CLT, é muito mais vontade do que um benefício, sem dizer que muitos casos eles nem perdem o benefício só diminui, porque dependendo da quantidade de pessoas na família dividida pela renda per capita eles vão continuar acessando o benefício. Pois é, então hoje a gente tá muito recente... a Aline assumiu ano passado... a gente pretende ter uma abertura maior neh, a gente teve... ano passado a gente achou muito bom, também não se sabe se é por questões políticas, vamos ver depois que a política passar, como vai ser esse desdobramento. Porque ao contrário dos anos anteriores que o pessoal lá do Iraque, que agora é “Praça Juçara com Farinha”, que era “Praça de Alimentação”. É “Arena” né?. Antes, eles que pagavam as atrações culturais de lá, neh... e aí esse ano, acho que desde o ano passado já foi, neh? Mas esse ano teve um... eles potencializaram, teve mais atrações culturais, as barracas não foram os barraqueiros que fizeram, eles já receberam prontas as barracas, então acho que teve um avanço nesse quesito, mas como eu falei vamos esperar também passar o ano eleitoral pra ver se vai continuar no mesmo padrão neh, a disponibilidade das barracas, o pagamento de várias atrações culturais pra estarem presentes lá. E também houve uma sugestão neh, por nós da Companhia, Odelina inclusive sugeriu do nome da barraca lá do artesanato ser “Sofia Nascimento” e eles acataram a gente achou isso muito legal. Eles só não acataram porque nós sugerimos que mantesse o nome de Dona Cotinha na praça de alimentação, porque eles botaram Juçara com Farinha e disseram que foi uma homenagem pra nós sendo que nós nem sabíamos. Isso inclusive gerou maior polêmica na comunidade, porque se ele tivessem nos consultado a gente ia sugerir que continuasse “Praça de Alimentação Dona Cotinha”, porque a gente não pode negar o legado de

pessoas que nos antecederam. Mulheres que nos antecederam neh, porque se hoje a gente tá aqui nessa posição, porque outras mulheres nos inspiraram neh, aquelas que nos antecederam.

Então a nossa ideia era que continuasse o nome “Praça de Alimentação Dona Cotinha”, porque lá ficou “Arena Rosa Mochel”, e antes era “Praça de Alimentação Dona Cotinha”, que inclusive tá no nosso cordel. Aí como eles queriam botar “Arena Rosa Mochel” pra Juçara com Farinha, o quê que nós sugerimos? Que a arena poderia ser o espaço onde está acontecendo os shows ali poderia ser a arena Juçara com Farinha... e que aquele espaço maior que comporta as barracas poderia permanecer como Praça de Alimentação Dona Cotinha. Porque a gente entendeu que foi meio que uma afronta contra a gestão anterior, é o nosso entendimento e nós somos aquele tipo de pessoa que nós queremos ser muito da paz neh, o que a gente puder resolver no diálogo, na compreensão... que se resolva... inclusive nós sugerimos pra eles que fosse continuassem Praça de Alimentação Dona Cotinha e que o nome da arena do palco, lá onde acontece os shows, que as pessoas ficam dançando que ali fosse Arena Juçara com Farinha. Aí sim a gente se sentiria muito contemplado neh. Porque a gente não queria tirar o nome de Dona Cotinha pra dizer que vai ser o nosso nome, até porque nem fomos nós que pedimos, a gente nem tinha conhecimento disso daí.

**Resposta 5-** É isso daí, é uma observação bastante relevante neh, eu já até citei né anteriormente aí a Rosa Mochel, a Dona Sofia, a Dona Cotinha... praticamente todo e sempre a Festa da Juçara foi coordenada por mulheres, a gente teve uma figura feminina à frente e hoje eu digo que o Maracanã... a força social, socioambiental, está figurada em mulheres. Eu digo hoje, por exemplo, o Conselho a maioria são mulheres. Eu e Odelina desde muito tempo a gente tá à frente aí dos movimentos, então a gente convida homens, mas eles dificilmente estão presentes, ou quando entram só é pra preencher o nome, mas efetivamente não estão na presença quando se vem. Hoje, por exemplo, a União de Moradores toda a diretoria é formada por mulheres. A Companhia Juçara com Farinha todos também são mulheres e a Festa da Juçara a maioria das que estão à frente das barracas são mulheres, e acho que 90 por cento das artesãs também são mulheres neh. Então eu penso que é porque essa... a força maior mesmo que perdura aqui na comunidade é mulheres e eu penso que é muito por conta da inspiração que as outras que nos antecederam nos deram neh... e também pela garra e força de vontade.

Então, por exemplo, Dona Vitória Guimarães foi uma grande referência aqui no bairro, hoje quase não se fala o nome dela, inclusive a gente ficou chateado porque tinha lá o nome dela na antiga escola ali perto da União de Moradores, tinha também Dona Pupu neh, que era a mãe da Dona Janoca, que também faleceu recentemente, porque ela ajudou a criar a escolinha...

Então hoje, a escola, a Festa da Juçara, manifestações culturais, terreiros... tudo é referência, são mulheres, então eu penso que é por histórias que nos antecederam, pelas precursoras, mas também pela força de vontade e pela resiliência que nós mulheres temos. E não é falta de convite pros homens, não é uma questão... uma escolha nossa que nós queremos tomar à frente, mas eu penso que também é muito por conta do empoderamento feminino, da nossa participação em movimentos neh, que vai despertando esse empoderamento em nós, esse protagonismo e aí contudo a gente vai tomando à frente. Mas eu ainda acho que precisa de mais, porque ainda... a igreja por exemplo também todas são mulheres neh. E às vezes as mesmas pessoas que estão na igreja, nos grupos aqui também tá lá na Festa da Juçara. Então, eu acho que é mesmo por conta da força, da resiliência, a gente vence tantos desafios neh? E os homens, às vezes, eles são mais frágeis nessa questão [risos]. São mais frágeis, isso é notório. De ir pra frente, de encarar os desafios, de ter disponibilidade. Eu acho que isso também é até uma questão de como... do cuidado que a gente quer ter, do desenvolvimento que a gente quer ter das nossas famílias e, contudo, da nossa comunidade também. E eu acho que vai por muitos anos continuar dessa forma, as mulheres à frente, porque aí umas vão chegando e os outros vão... as mulheres vão se afastando, as mais velhas e as outras vão tomando de conta, pelo menos muitas barracas ali, as mães saíram e quem deu continuidade foram as filhas, netas e eu acho que vai ser um pouco ainda por muito tempo nesse mesmo sentido aí, e o Maracanã a força maior que existe é a força feminina.

**Entrevista realizada com Odelina Ferraz, no dia 24 de janeiro de 2026:**

**Resposta 1-** Bem eu vim pro Maracanã com meus pais neh, meu pai veio acompanhando a minha vó, a Raimunda da Silva Ferraz neh, que todos a chamava aqui de Dona Mundoca, E quando eu vim pra cá com eles eu tinha já um ano de idade, eu nasci lá no centro na rua Cândido Ribeiro. E desde então a minha vinda pra cá com meu pai neh, porque naquela época a minha avó era uma Mãe de Santo, ela fazia experiências lá no centro através da vela neh, então ela recebia as pessoas e ali ela via na vela algumas coisas sobre a vida das pessoas e aí também ficou muito difícil ela exercer esse papel de mãe de santo lá no centro, foi quando ela comprou um sítio aqui do cunhado dela, meu tio Odilon, e ela veio morar pra cá e assim pra construir um terreiro e ela exercer realmente de fato neh, o papel de mãe de santo. E aí nesse período meus pais, papai estava recentemente casado com a minha mãe, eu já com um ano e aí estou aqui até hoje neh, então são 54 anos já que eu tinha apenas um ano quando eu vim pra cá, eu não posso dizer que eu nasci, mas eu cresci e me criei aqui no Maracanã.

**Resposta 2-** Eu também não lembro bem o ano que eu assumi uma das barracas no espaço chamado Iraque neh, e a gente vendia lanche, bebidas... E foi uma época assim bem difícil pra gente, porque nessa época essa parte que era do Iraque, ela não era patrocinada pelo governo do estado neh. Então a gente do nosso lucro tinha que tirar pra pagar o palco, o som e gelo neh, então eram várias despesas que a gente tinha que pagar pra poder ter aquele retorno aquele lucro tão esperado neh.

**Resposta 3-** Bem... parte ainda da produção ela vai pra Festa da Juçara neh. Então outra parte eles compram de fora, se eu não me engano vem aqui de Morros ou então vem ali da área da zona rural Um neh, aquele lado lá do Tajaçuaba neh, tem uma parte lá que diz que eles compram nessa parte da zona rural Um, mas a maioria que a gente sabe vem lá de Morros neh, daquela área. Porque ultimamente a Festa da Juçara também, apesar de que hoje a gente pensa que ela tem um público menor, mas o consumo ele tem sido bem grande neh, bem maior durante o período, porque as pessoas que vêm além delas degustarem a juçara na barraca, elas querem também levar neh. Então isso acaba também exigindo que haja-se uma compra maior do fruto pra que seja comercializado neh... Então a solução realmente foi essa neh, comprar as jus as de fora pra poder abastecer a festa até o final.

**Resposta 4-** Tá, eu creio que as mudanças significativas ela aconteceu num período também que eu acho que teve um apoio muito grande do Instituto Equatorial e de uma outra pessoa que ele... porque eu não tô lembrada o nome dele neh... junto com ele foi aí que foi trago o Secretário de Cultura que ele deu uma ênfase assim eu acho que durante uns dois anos na festa,

que trouxe bem atrações mesmo bem conhecidas pelo público e isso eu acho que atraiu bastante pessoas neh, inclusive a gente teve até o “Pão com Ovo” naquela época que eles estavam iniciando, que estava no auge, e foi um momento assim que realmente bombou a Festa da Juçara, aí depois deu uma recaída... aí novamente depois do governo do estado deu novamente uma ênfase e começou a trazer na sua programação algumas atrações realmente que atraía o público pra cá neh, além da Juçara, e também a questão da divulgação é muito importante neh, que apesar dela ser uma festa tradicional e ter um calendário fixo, que é outubro, mas algumas vezes as pessoas esquecem neh... então assim, eu creio que a propaganda também ela faz muita diferença neh, e teve uma época que a gente via teve Mirante também apoiando, e aí nos intervalos da novela ela saía lá “olha a festa começou a Festa da Juçara”, isso acabava atraindo bastante pessoas neh. E hoje a gente de um certo tempo pra cá... que eu te falei o governo do estado começou a também colocar atrações lá na parte do Iraque neh, que depois foi mudado pra “Praça de Alimentação Dona Cotinha”, e aí na época os barraqueiros já deu uma melhorada neh, quando eu e Raimunda já tinha saído neh, aí deu essa melhorada porque tu já não tinha que tirar do teu lucro pra pagar o palco neh, o som, cantor. Então aí já deu uma boa melhorada neh, agora esse ano de 2025 eu acho que melhorou muito mais ainda, porque aí os barraqueiros já não gastaram com a construção das suas barracas neh, que antigamente também até... Ah! nas passadas também a gente assumia isso, a gente que pagava neh, consegui o material todo pra fazer a barraca e aí tinha aquela coisa... não muito tinha aquele... como é que se diz... aquela poluição visual neh, as barracas não eram padronizadas e acabou chamando-se lá aquele espaço de Iraque neh [risos] durante muito tempo, aí depois que mudou pra Praça de Alimentação Dona Cotinha. E aí foi quando também deu uma melhorada, mesmo os barraqueiros fazendo, mas a gente já tinha um padrãozinho de como era mesmo sendo de madeirite mas... tinha já lá as medidas certinho pra que não ficasse uma maior do que a outra neh, aí começou a dar uma melhorada nessa questão visual mesmo, lá da estética das barracas né.

E assim, a atuação dos organizadores do parque, eu creio que a gente apesar de ter pessoas da comunidade neh, mas teve algumas que não chegaram a valorizar os próprios artesãos da comunidade que a gente conversando agora com algumas pessoas disseram que antes tinha mais espaço pra quem era de fora do que para os daqui neh. E hoje também a gente enquanto Companhia, a gente sentiu isso na pele, porque nos 50 anos da Festa da Juçara, a gente enquanto moradoras aqui, a gente resolveu criar um espetáculo pra falar dessa festa neh, maravilhosa, tradicional. E aí nós montamos esse espetáculo, procuramos a organização, mas a gente não teve tanta credibilidade neh. Até o espaço deram 10 minutos, sendo que a gente tinha

um momento de teatro neh, que a gente ia fazer uma contação de história, que a gente ia até a dança então 10 minutos era um tempo muito restrito pra gente apresentar um espetáculo que a gente se enganjou, a gente chamou os jovens da comunidade, montamos a companhia de dança neh, porque nós apresentamos várias danças lá no momento. Então a gente se sentiu muito desvalorizado nesse momento neh, pela organização que estava lá naquele ano. A gente conseguiu apresentar e depois na nossa apresentação assim a gente foi muito bem aplaudido naquele momento da contação da história, a dança em si neh... então várias pessoas quiseram tirar foto... na época o pai do vereador Marlon que estava à frente da secretaria neh, depois que ele vem saber que a gente tinha se apresentado, que tinha algumas apresentações... então a gente ficou muito feliz porque a comunidade naquele momento a comunidade abraçou, valorizou as pessoas que estavam lá neh. E aí a gente conseguiu fazer mesmo um espetáculo, quando a gente falou que era um espetáculo sabe que a gente não achava que a dimensão dele ia ser tão grande como naquele momento. E uma vez eu encontrei um amigo nosso que é o John, dono do cacuriá lá da Vila Esperança, ele fez um comentário que nos deixou muito feliz ele disse “meninas, eu acho que vocês com aquele espetáculo todo... todo ano vocês teriam que fazer essa apresentação, eu não sabia da origem do nome do bairro de vocês, eu não sabia de várias coisas que vocês contaram ali neh”. Porque além disso teve várias pessoas declamando poesias e poemas que muitas pessoas aqui escrevem e que às vezes ficam no anonimato. Então teve pessoas que escreveram, mas que não queriam declamar... então mas quem da comunidade quer declamar?! Então no momento que eu contava a história que a minha netinha “vovó, como era o Maracanã? Porque o nome Maracanã?”, aí eu ia contar neh, todo aquele contexto neh. E aí eu ia falar das lendas e tudo, igual a gente faz aqui dentro da trilha neh.

Então foi um momento assim muito significativo pra gente e até hoje a gente encontra pessoas que diz que queriam ver novamente aquele espetáculo. E ano passado a gente tentou ainda neh, mas o tempo não deu da gente retomar os ensaios e trazer de volta a companhia de dança Juçara com Farinha neh. E a questão do cordel esse ano a gente retomou também novamente, aí como eu disse com a nova administração que assumiu em 2025, a gente foi incluído em duas programações que acontecia também o São João no Parque da Juçara, então a gente teve essa inclusão aí na programação oficial no São João e na festa da Juçara neh, então foram dois momentos muito importantes pra gente. Pra gente tá fazendo parte da programação oficial da Secretaria de Cultura do Estado neh. Então isso aí foi uma valorização muito grande neh, que a gente muito grata pela atual administração que é alguém que vive na comunidade, conhece o trabalho, no momento que ela assumiu, ela nos chamou pra colaborar contribuir neh.

E até hoje tudo que tem ela sempre tá em consonância com a gente neh, “Odelina, me sugere isso, Silvinha como é que eu faço neh”, então assim a gente tá se sentindo muito valorizado e contemplado com essa nova administração. Aí também outra coisa foi a questão da barraca, porque há muito tempo a gente já tinha sugerido pra administradoras anteriores neh, da questão dessa barraca ter o nome da professora Sofia Nascimento, que foi uma das artesãs protagonistas neh, e do artesanato aqui na nossa comunidade neh, além de ser artesã, era professora neh... foi minha professora também... e a gente ficou muito lisonjeado, não só a gente como a filha dela neh, que foi uma grande gestora aqui na comunidade também. E que a professora neh, ela ficou muito feliz... inclusive eu perguntei qual era se a gente botava lá Sofia Nascimento ou só Sofia, ela pediu que colocasse “Professora Sofia Nascimento”... então assim, são momentos em que a gente se sente valorizado neh, que a gente se sente... a gente também dá visibilidade pras pessoas que estavam ali no anonimato neh, como a gente vê muitas pessoas que contribuíram com a festa e que hoje muitas pessoas nem falam o nome dessas pessoas. E o que a gente queria era que mais espaços lá dentro fossem contemplados neh, com o nome dessas pessoas que já se foram neh... inclusive o nome lá da arena “Juçara com Farinha” é que foi uma homenagem, mas que não nos comunicaram neh, não... a gente ficou sabendo assim muito tempo depois que a gente foi questionado neh... por uma pessoa porque que tiraram o nome da Dona Cotinha e botaram o “Juçara com Farinha”, aí nós chegamos até conversar que a gente não pediu pra mudar e que a gente tava querendo já aqui depois eles revissem... revisem um pouco essa questão e deixasse lá... só que eles disse que essa questão estava ligada a uma lei que não pode homenagear pessoas vivas neh, então a gente não teve muito o que questionar quanto a isso, porque no caso ali não tava homenageando pessoas, era um coletivo neh? E aí eu não sei também o que cabe aí nesse momento neh, só sei que assim também não tá lá se a “Juçara com Farinha” tá como juçara com farinha que é algo muito peculiar a festa, todos nós aqui neh. Aí só que as pessoas já atrelam a Companhia neh.

**Resposta 5-** É eu acho que assim... nós mulheres a gente tem muito mais facilidade de administrar o nosso tempo e participar de várias coisas ao mesmo tempo, o que os homens não têm neh. E sempre aqui no Maracanã as mulheres foram protagonistas neh, até a Fabiana Corrêa, ela fez um artigo muito bonito neh, que ela escreveu “Protagonismo feminino na APA Maracanã” e aí ela colocou lá a Flávia, eu, Raimunda, a Silvinha... e esse protagonismo nós somos apenas uma referência, uma das referências dos nossos antepassados e das que hoje estão à frente neh, então como você vê a primeira escola aqui o Augusto Mochel depois o Raimundo Lopes, foram fundado por mulheres. Aí a Festa da Juçara por mulheres, porque na realidade não

foi só Rosa Mosel, neh? Teve a Dona Vitória de Sousa Guimarães, teve a Sofia, a própria Sofia Nascimento neh. Então foi um grupo de mulheres que resolveram dar visibilidade pra essa festa, gerar renda pra comunidade, elas já pensavam num coletivo neh, não só nelas só elas ganharem, mas todos que estavam envolvidos aí na cadeia produtiva da juçara. E hoje a gente se sente feliz e o que a gente mais quer é fortalecer esse protagonismo dessas mulheres neh. Porque a gente sabe que não é fácil você ser uma dona de casa, você ser mãe, você ter o seu trabalho neh, e também você estar à frente dessas grandes conquistas na comunidade neh... que é você ser uma artesã, que a gente está à frente de uma associação, a gente está à frente de um coletivo cultural. Não é fácil, porque tudo isso a gente tem que ter disponibilidade e a gente tem que dar um jeito de estar participando de tudo, aí como diz uma história... às vezes alguma coisa sai fragmentado neh, mas a gente faz de tudo pra que nada saia fragmentado nessas lutas, nessas conquistas neh. Então hoje a gente tem o Conselho Ambiental que também nós mulheres é que comandamos. Nós temos aqui dois terreiros comandados por mulheres também, aí hoje nós temos a União de Moradores totalmente feminina, tanto é que esse ano nossa farda vai ser rosa neh, porque só mulheres. E a gente... eu acho que a tendência mesmo é as mulheres... oh, os reisados, a Rosa Bernardes, aqui é a Matilde, aí lá no Maracanã também se não me engano é uma mulher que está à frente, hoje o Bumba-meu-Boi do Maracanã neh, é todo gerenciado por uma mulher... então eu creio que isso é uma tendência não só aqui na nossa comunidade, mas eu creio que universal neh. Hoje as mulheres estão mesmo à frente de muitas coisas. Muitas pesquisadoras aí também neh, então a gente se sente muito feliz de fazer parte desse grupo de mulheres protagonistas E que venham mais... que a gente seja também uma referência neh, pra que outras mulheres também possam tá vivenciando esses momentos que é muito importante pra gente neh, se sentir valorizada, a gente estar unidas em prol de um bem comum, em prol de... muitos avanços aqui, muitas conquistas na nossa comunidade. [Pergunto os nomes das mães de santo] Tem a Mãe Jô, tem a Dona Ângela. E tem aqui a minha prima que ela deu uma paradinha, que é a Zuila.

**ANEXOS**

**Título do Estudo: A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

**Pesquisador Responsável: RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa do mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História/CCH-PPGHIS. A instituição está localizada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, com o CEP 65080-040, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, no bairro Bacanga, em São Luís, MA.

A presente pesquisa está seguindo os procedimentos estabelecidos pelo site do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão, buscando atender os preceitos éticos da RESOLUÇÃO Nº 3.288-CONSEPE, 19 de dezembro de 2023.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente e tem como justificativa buscar uma compreensão do processo de mudança e permanência de práticas culturais frente as conjunturas de urbanização, onde o festejo tem sido prejudicado pelo processo de urbanização, consequência causada pelo escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçarais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: consentir com a realização desta entrevista e a utilização de sua fala transcrita para fins acadêmicos, aceitando a utilização deste material para divulgação em eventos, congressos, seminários, entre outros.

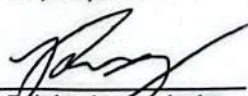
Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação nesta pesquisa pode envolver acesso a lembranças dolorosas, mas garantimos que não implicam sanções de qualquer natureza jurídica, pois a finalidade consiste em preservar o sigilo e confidencialidade dos dados prestados.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa é propiciar estudos mais contundentes sobre a Festa da Juçara do Maracanã, trazendo mais visibilidade e, possivelmente no futuro, políticas de preservação.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você possa receber.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

  
Rúbrica do pesquisador

  
Rúbrica do participante/responsável

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ruan Matheus Martins Costa, pelo telefone (98) 985356637, endereço Rua 8 de Setembro, Aurora, casa 21, das 9h às 17h, de preferência, e/ou pelo e-mail martin989011@hotmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio Imaterial (1971-1985)**

<p><i>Conceição de Jesus Ventura Costa</i> Nome do participante ou responsável</p> <p><i>[Assinatura]</i> Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: <u>03 / 12 / 25</u></p>
---	----------------------------------

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.


<p><i>Ruan Matheus Martins Costa</i> Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: <u>03 / 12 / 25</u></p>
--	----------------------------------

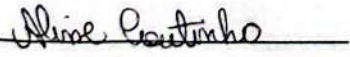
## DECLARAÇÃO DE LIBERAÇÃO DO LOCAL PARA COLETA DE DADOS

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, sob o CPF: 06719445332, mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS da Universidade Federal do Maranhão, sob matrícula 20241012367, declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS Nº 466/2012 – V. I.a*, bem com suas complementares, como pesquisador(a) responsável pelo projeto intitulado “A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)”. A coleta de dados do referido projeto atende as prerrogativas disponibilizadas no site do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Maranhão (CEP-UFMA) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para fins de publicar resultados, sejam eles favoráveis ou não. Em razão do *locus* da pesquisa não dispor de CNPJ, peço a autorização frente aos responsáveis pela deliberação da realização da pesquisa de campo com os comerciantes da Festa da Juçara no Maracanã sob a atual gestão.

Por este motivo, aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

 Ruan Matheus Martins Costa Pesquisador	Data: <u>19 / 10 / 2025</u>
--	-----------------------------

 Aline Coutinho dos Santos Gestora do Parque da Juçara	Data: <u>19 / 10 / 25</u>
---	---------------------------

**Título do Estudo: A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e Identidades sob a perspectiva do patrimônio Imaterial (1971-1985)**

**Pesquisador Responsável: RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa do mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História/CCH-PPGHIS. A Instituição está localizada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, com o CEP 65080-040, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, no bairro Bacanga, em São Luís, MA.

A presente pesquisa está seguindo os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão, atendendo a RESOLUÇÃO Nº 3.288-CONSEPE, 19 de dezembro de 2023, sob avaliação dos membros do comitê pela Resolução 706/2023 - CNS.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente e tem como justificativa buscar uma compreensão do processo de mudança e permanência de práticas culturais frente as conjunturas de urbanização, onde o festejo tem sido prejudicado pelo processo de urbanização, consequência causada pelo escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçarais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: consentir com a realização desta entrevista e a utilização de sua fala transcrita para fins acadêmicos, aceitando a utilização deste material para divulgação em eventos, congressos, seminários, entre outros.

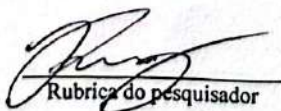
Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação nesta pesquisa pode envolver acesso a lembranças dolorosas, mas garantimos que não implicam sanções de qualquer natureza jurídica, pois a finalidade consiste em preservar o sigilo e confidencialidade dos dados prestados.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa é propiciar estudos mais contundentes sobre a Festa da Juçara do Maracanã, trazendo mais visibilidade e, possivelmente no futuro, políticas de preservação.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você possa receber.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

  
Rubrica do pesquisador

Página 1 de 3

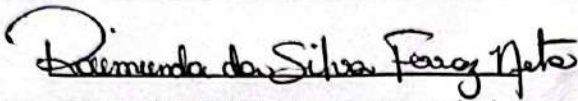

  
Rubrica do participante/responsável

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ruan Matheus Martins Costa, pelo telefone (98) 985356637, endereço Rua 8 de Setembro, Aurora, casa 21, das 9h às 17h, de preferência, e/ou pelo e-mail martin989011@hotmail.com.

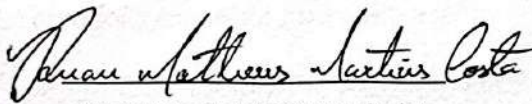
Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

<p> Nome do participante ou responsável</p> <p> Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: <u>24/01/26</u></p>
---	------------------------------

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p> Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: <u>24/01/26</u></p>
--	------------------------------

**Título do Estudo: A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio Imaterial (1971-1985)**

**Pesquisador Responsável: RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa do mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História/CCH-PPGHIS. A instituição está localizada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, com o CEP 65080-040, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, no bairro Bacanga, em São Luís, MA.

A presente pesquisa está seguindo os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão, atendendo a RESOLUÇÃO Nº 3.288-CONSEPE, 19 de dezembro de 2023, sob avaliação dos membros do comitê pela Resolução 706/2023 - CNS.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente e tem como justificativa buscar uma compreensão do processo de mudança e permanência de práticas culturais frente as conjunturas de urbanização, onde o festejo tem sido prejudicado pelo processo de urbanização, consequência causada pelo escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçarais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: consentir com a realização desta entrevista e a utilização de sua fala transcrita para fins acadêmicos, aceitando a utilização deste material para divulgação em eventos, congressos, seminários, entre outros.

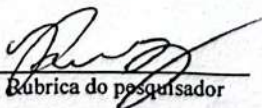
Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação nesta pesquisa pode envolver acesso a lembranças dolorosas, mas garantimos que não implicam sanções de qualquer natureza jurídica, pois a finalidade consiste em preservar o sigilo e confidencialidade dos dados prestados.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa é propiciar estudos mais contundentes sobre a Festa da Juçara do Maracanã, trazendo mais visibilidade e, possivelmente no futuro, políticas de preservação.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você possa receber.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

  
Rubrica do pesquisador


  
Rubrica do participante/responsável

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ruan Matheus Martins Costa, pelo telefone (98) 985356637, endereço Rua 8 de Setembro, Aurora, casa 21, das 9h às 17h, de preferência, e/ou pelo e-mail martin989011@hotmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio Imaterial (1971-1985)**

<p><i>Odeline Lima Ferraz</i> Nome do participante ou responsável</p> <p> Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: <u>24/01/2026</u></p>
--	--------------------------------

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<p><i>Ruan Matheus Martins Costa</i> Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: <u>24/01/26</u></p>
--	------------------------------

**Título do Estudo: A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

**Pesquisador Responsável: RUAN MATHEUS MARTINS COSTA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um projeto de pesquisa do mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História/CCH-PPGHIS. A instituição está localizada no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em São Luís, com o CEP 65080-040, localizado na Avenida dos Portugueses, nº 1966, no bairro Bacanga, em São Luís, MA.

A presente pesquisa está seguindo os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão, atendendo a RESOLUÇÃO Nº 3.288-CONSEPE, 19 de dezembro de 2023, sob avaliação dos membros do comitê pela Resolução 706/2023 - CNS.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é analisar a Festa da Juçara no Maracanã como patrimônio imaterial e a construção dessa tradição no cenário cultural da identidade maranhense entre os anos de 1971 a 1985, buscando contemplar a abordagem da História Oral para a análise envolta das memórias e relações identitárias com o festejo atualmente e tem como justificativa buscar uma compreensão do processo de mudança e permanência de práticas culturais frente as conjunturas de urbanização, onde o festejo tem sido prejudicado pelo processo de urbanização, consequência causada pelo escoamento de esgoto que degrada o solo e a vegetação, em especial os juçarais.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: consentir com a realização desta entrevista e a utilização de sua fala transcrita para fins acadêmicos, aceitando a utilização deste material para divulgação em eventos, congressos, seminários, entre outros.

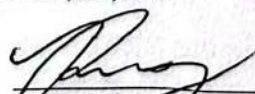
Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação nesta pesquisa pode envolver acesso a lembranças dolorosas, mas garantimos que não implicam sanções de qualquer natureza jurídica, pois a finalidade consiste em preservar o sigilo e confidencialidade dos dados prestados.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa é propiciar estudos mais contundentes sobre a Festa da Juçara do Maracanã, trazendo mais visibilidade e, possivelmente no futuro, políticas de preservação.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você possa receber.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

  
Rubrica do pesquisador

  
Rubrica do participante/responsável

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Ruan Matheus Martins Costa, pelo telefone (98) 985356637, endereço Rua 8 de Setembro, Aurora, casa 21, das 9h às 17h, de preferência, e/ou pelo e-mail martin989011@hotmail.com.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

#### Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: **A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)**

<i>Israel de Sousa Guimarães Júnior</i> Nome do participante ou responsável	
<i>Israel de Sousa Guimarães Júnior</i> Assinatura do participante ou responsável	Data: <i>08/12/2025</i>

Eu, Ruan Matheus Martins Costa, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

<i>Ruan Matheus Martins Costa</i> Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: <i>08/12/2025</i>
--	-------------------------

#### FORMULÁRIO DE PERGUNTAS

Nome completo do(a) entrevistado(a):

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A FESTA DA JUÇARA NO MARACANÃ: reunindo tradições e identidades sob a perspectiva do patrimônio imaterial (1971-1985)

**Pesquisador:** RUAN MATHEUS MARTINS COSTA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 93096324.0.0000.5087

**Instituição Proponente:** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/CCH-PPGHIS UFMA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 8.007.666

**Apresentação do Projeto:**

O presente projeto propõe analisar a Festa da Juçara na região do Maracanã, em São Luís do Maranhão, compreendendo a sua relevância como manifestação cultural emblemática e patrimônio imaterial local. A pesquisa está inserida na linha de "Linguagens, Religiosidades e Culturas", do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA.

O problema central do estudo baseia-se no fato de que, apesar da Festa da Juçara integrar o cotidiano e a identidade maranhense há décadas, a manifestação enfrenta desafios para sua preservação diante dos impactos da urbanização, transformações ambientais e ausência de reconhecimento formal pelos órgãos oficiais de patrimônio.

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo geral:

- Investigar a constituição e a importância histórica da Festa da Juçara enquanto patrimônio imaterial entre os anos de 1971 e 1985.

Objetivos específicos:

- Analisar o contexto de construção histórica da comunidade do Maracan e sua relação com o

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.007.666

festejo;

- Catalogar registros e fontes sobre a festa desde sua primeira edição oficial;

- Desenvolver pesquisa de campo mediante entrevistas abertas com moradores, organizadores e comerciantes locais.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos observados são mínimos e classificados como baixos, conforme normas éticas vigentes. O principal risco potencial envolve o acesso a lembranças dolorosas durante entrevistas sobre memórias históricas e identitárias da comunidade do Maracanã, relacionadas a processos de urbanização, degradação ambiental e herança escravista. Não há riscos físicos, jurídicos ou sanções de qualquer natureza, garantindo sigilo absoluto e confidencial dos dados com anonimato dos entrevistados.

Os benefícios são diretos para a comunidade e sociedade, promovendo maior visibilidade da Festa da Juçara como patrimônio imaterial maranhense.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa sobre a Festa da Juçara no Maracanã é relevante por abordar uma manifestação cultural que, apesar de profundamente enraizada na identidade local, ainda carece de reconhecimento formal e visibilidade adequada. Ela aprofunda a compreensão do patrimônio imaterial, explorando as transformações sociais, urbanísticas e ambientais que afetam a preservação das tradições populares. O enfoque na História Oral e nas memórias dos moradores oferece uma perspectiva rica e interdisciplinar, valorizando fontes históricas e culturais vivas.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE está bem elaborado, com necessidade de pequenos ajustes pontuais.

**Recomendações:**

Segue as recomendações, condicionando a implementação das seguintes adequações formais:

1. Inserção dos contatos do CEP/UFMA no TCLE (endereço, telefone, e-mail).
2. Separação física do TCLE do Roteiro de Perguntas.

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.007.666

3. Remoção do campo "Nome completo" do Roteiro de Perguntas, mantendo apenas identificação codificada para controle interno.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências e/ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O projeto preencheu todos os requisitos obrigatórios indicados pelas legislações éticas vigentes.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2450467.pdf	08/10/2025 07:07:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.doc	08/10/2025 07:06:32	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_____projeto.docx	29/08/2025 09:35:00	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Folha de Rosto	_____folhaderosto.pdf	29/08/2025 09:31:19	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Outros	_____pdf	28/08/2025 10:42:57	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Cronograma	___cronograma.docx	28/08/2025 10:39:58	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_assinado.pdf	13/08/2025 07:31:11	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito
Orçamento	_____.docx	29/11/2024 15:21:05	RUAN MATHEUS MARTINS COSTA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 8.007.666

SAO LUIS, 27 de Novembro de 2025

---

**Assinado por:**  
**Flávio de Oliveira Pires**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br